



KPMG Auditores S.L.

Edifício Torre Europa
Paseo de la Castellana, 95
28046 Madrid

Relatório de Auditoria de Contas Anuais Consolidado

À Assembleia Geral da

Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte de Piedad

Procedemos à auditoria das contas anuais consolidadas da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte de Piedad (a Caja) e sociedades dependentes (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2010, a conta de perdas e perdas consolidada, a demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos consolidada, a demonstração total das variações no património líquido consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e o relatório consolidado correspondentes ao exercício anual terminado na referida data. Tal como indicado na Nota 2(a) do relatório consolidado anexo, os Administradores da Caja são os responsáveis pela formulação das contas anuais consolidadas do Grupo, de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adoptadas pela União Europeia, e com outras disposições do enquadramento normativo de informação financeira aplicáveis ao Grupo. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as referidas contas anuais consolidadas no seu conjunto, baseada no trabalho realizado de acordo com as normas reguladoras de auditoria geralmente aceites em Espanha, que requerem a verificação, através da realização de testes selectivos, da evidência demonstrativa das contas anuais consolidadas e a avaliação da sua apresentação, dos princípios e critérios contabilísticos aplicados e das estimativas realizadas de acordo com o enquadramento normativo de informação financeira aplicável.

Na nossa opinião, as contas anuais consolidadas do exercício de 2010 anexas expressam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património consolidado e da situação financeira consolidada da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte de Piedad e sociedades dependentes a 31 de Dezembro de 2010, bem como dos resultados consolidados das suas operações e dos seus fluxos de caixa consolidados correspondentes ao exercício anual terminado na referida data, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia, e outras disposições do enquadramento normativo de informação financeira aplicáveis.

A 1 de Março de 2010 outros auditores emitiram o seu relatório de auditoria sobre as contas anuais consolidadas do exercício de 2009, onde expressaram uma opinião favorável.

Sem afectar a nossa opinião referente à auditoria, chamamos a atenção para o indicado pelos Administradores na Nota 1 do relatório anexo, onde é exposto que, durante o primeiro semestre do exercício de 2010, foi aprovada a fusão da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria y Caja España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte de Piedad, através da dissolução sem liquidação dos patrimónios de ambas as Entidades, que foram transferidos em bloco para a nova Caja. Como consequência da fusão, os valores do exercício de 2009 incluídos nas contas anuais consolidadas de 2010 correspondem unicamente à Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e, por isso, não são comparáveis aos do exercício de 2010.

KPMG Auditores S.L., sociedade anónima espanhola, é uma filial da KPMG Europe LLP e empresa membro da rede KPM de empresas independentes afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International").
Sociedade suíça.

Inscrita no Registo Oficial de Auditores de Contas com o N.º S0702, e no Registo de Sociedades do Instituto de Revisores Oficiais de Contas de Espanha com o N.º 10
Reg. Com. Madrid, T. 11 961, F.90, Sec. 8, H. M -188 007, Inscriç. 9.
NIF B-78510153

Sem afectar a nossa opinião referente à auditoria, chamamos a atenção para o indicado na Nota 31 do relatório consolidado anexa, onde é mencionado que o coeficiente de capital principal do Grupo a 31 de Dezembro de 2010 não alcança o coeficiente exigido de 10%, comunicado pelo Banco de Espanha à Entidade com data de 10 de Março de 2011, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei Real 2/2011, de 18 de Fevereiro, para reforçar o sistema financeiro espanhol. Tal como indicado na Nota do relatório, a Entidade, com data de 28 de Março de 2011, comunicou ao Banco de Espanha a sua estratégia e o calendário de cumprimento dos novos requisitos de capitalização, sendo que os requisitos de capital que serão aplicáveis ao Grupo e o seu nível de cumprimento dependerão da execução e consecução dos marcos estabelecidos no referido plano. Entre as medidas incluídas na referida estratégia de capitalização encontra-se a integração com outras entidades que contem com recursos próprios excedentes de acordo com a referida norma.

O relatório de gestão consolidado do exercício de 2010, em anexo, contém as explicações que os Administradores da Caja consideram oportunas sobre a situação do Grupo, a evolução dos seus negócios e outros assuntos, não sendo parte integrante das contas anuais consolidadas. Verificámos que a informação financeira que o referido relatório de gestão consolidado contém está de acordo com a das contas anuais consolidadas do exercício de 2010. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão consolidado com o alcance mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registos contabilísticos da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte de Piedad e sociedades dependentes.

KPMG Auditores, S.L.

[Assinatura ilegível]

Julio Álvaro Esteban

1 de Abril de 2011



[Recibo: INSTITUTO DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS DE ESPANHA
Membro em exercício:

KPMG AUDITORES, S.L.

Ano **2011 Nº 01/11/10812**
EMOLUMENTO: **90,00 EUR**

.....
Este relatório está sujeito à taxa aplicável estabelecida na Lei 44/2002 de 22 de Novembro.
.....

**CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA,
CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Relatório de gestão consolidado do exercício de 2010

Aspectos gerais

O exercício de 2010 decorreu num cenário de recuperação da economia ao nível mundial, mas com resultados desiguais conforme os blocos económicos e ao qual Espanha não se pode juntar. Por outro lado, a crise da dívida soberana europeia com as intervenções da Grécia e da Irlanda e os altos diferenciais da dívida dos países periféricos da zona euro também não facilitaram a recuperação, apesar das medidas de austeridade orçamental, da reforma laboral e das pensões realizadas em Espanha.

Este cenário impulsionou a necessidade de reformas, acertos e consolidação das entidades financeiras espanholas com a configuração de novos grupos que reduziram o número de Cajas, e tudo isto partindo de uma perspectiva de racionalização das estruturas de custos operacionais e de correcção da capacidade do sector.

Neste sentido, os Conselhos de Administração da Caja España e da Caja Duero no ano de 2009 acordaram a sua disposição em participar em processos de integração ou consolidação que fortaleceram as Cajas e o sistema financeiro regional. Este mandato fez com que os Conselhos de Administração das duas entidades, em sessões celebradas a 5 de Janeiro de 2010, acordassem em ratificar os acordos alcançados nas negociações efectuadas pelas comissões delegadas em relação à distribuição de sedes e áreas do futuro organigrama da entidade resultante.

As Assembleias Gerais Extraordinárias, que tiveram lugar a 5 de Junho de 2010, aprovaram a fusão entre ambas as entidades, sendo apresentadas de seguida as principais características dessa fusão:

- A operação seria levada a cabo na forma prevista nos artigos 51 e 55 do Texto Revisto da Lei sobre Caixas de Aforro de Castela e Leão, ou seja, mediante a dissolução sem liquidação dos patrimónios de ambas Entidades, que serão transferidos em bloco para uma nova Caja que adquirirá por sucessão universal os direitos e obrigações daquelas.
- Os balanços da fusão de ambas as entidades são os correspondentes a 30 de Dezembro de 2009, assinalando-se o dia 1 de Julho de 2010 como a data a partir da qual as operações das entidades extintas devem ser consideradas realizadas, para efeitos contabilísticos, por conta da Entidade para a qual transferem o seu património. As Cajas participantes na fusão garantem expressamente os direitos dos seus depositantes, credores, accionistas e todos os outros afectados pela fusão.
- A denominação da nova entidade será “Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte de Piedad”, com domicílio social em León, Plaza de San Marcelo nº 5.

- O objectivo principal da fusão é contribuir para uma melhor consecução dos fins últimos de interesse público que a Lei atribui às Caixas de Aforro, com maiores e melhores potencialidades para alcançar os seus objectivos básicos, e uma maior capacidade para abordar ou participar em grandes projectos de interesse para a Comunidade Autónoma de Castela e Leão ou para o conjunto do Estado.
- A experiência demonstrada por ambas as Entidades em anteriores processos de fusão, a sua complementaridade, a convergência e fácil integração dos seus sistemas de informação, a escassa sobreposição das suas redes comerciais e a capacidade de criação de emprego, rendimento e riqueza nos seus âmbitos de actuação, justificam esta fusão e permitem prever o seu sucesso com uma elevada margem de segurança.
- Com data de 9 de Setembro de 2010, a Junta de Governo de Castela e Leão, após o relatório do Banco de Espanha, autorizou a fusão descrita, que foi inscrita no Registo Comercial com data de 4 de Outubro de 2010, tendo efeitos jurídicos desde 1 de Outubro de 2010.

Envolvente económica

As medidas de estímulo implantadas pela maior parte das economias em 2009 acabaram por dar frutos em 2010 sob a forma de recuperação da actividade de uma forma geral, com um crescimento do PIB mundial de 4,8%, mas com importantes diferenças de comportamento entre os diferentes blocos económicos.

Enquanto que as economias emergentes gozaram de uma vigorosa recuperação, não isenta de algum risco de sobreaquecimento devido ao aumento no preço das matérias-primas e à afluência em massa de capitais às mesmas, os países mais desenvolvidos experimentaram ligeiros avanços no seu conjunto, mantendo-se elevados níveis de desemprego e tensões financeiras que ensombram o panorama futuro. A manutenção de políticas económicas de acomodação nas economias avançadas permitiu compensar parcialmente o escasso crescimento do consumo privado, derivado dos altos níveis de desemprego.

A percepção global de recuperação a duas velocidades pode ser igualmente extrapolada no âmbito mais próximo da zona euro, onde os países que compreendem o núcleo duro central, (Alemanha e França, principalmente), conseguiram avanços do PIB de determinada relevância, enquanto que os problemas estruturais dos países chamados periféricos (Espanha, Portugal, Grécia e Irlanda) pesaram na recuperação, persistindo em alguns deles a situação de recessão do passado ano.

Economia Internacional

Finalmente, materializaram-se boas expectativas no sentido de não voltar a cair numa fase de recessão nos Estados Unidos, em grande parte graças aos extraordinários planos de estímulo aplicados, que permitiram tranquilizar o mercado de dívida e travar o processo de depreciação constante dos activos financeiros. A manutenção de taxas de juro muito baixas ajudou a fazer o PIB crescer cerca de 2,8% ao ano. Os planos de estímulo fiscal aprovados no último trimestre, juntamente com a manutenção de uma política económica expansiva sem aparentes tensões inflacionistas graves do lado da procura, deveriam ajudar à manutenção de um processo de recuperação sustentado em que, por outro lado, persistem determinadas incertezas derivadas da debilidade do

mercado imobiliário e a manutenção de elevadas taxas de desemprego, que pesaram no crescimento futuro.

Após a publicação dos testes de stress à banca europeia, o mercado assumiu que haveria perdas adicionais às anteriormente conhecidas, e que as ajudas ao sector bancário irlandês tinham sido insuficientes para assegurar um nível de capitalização adequado das entidades. Este facto, juntamente com a crescente preocupação sobre a capacidade de financiamento dos avultados défices da maioria dos países, e a crescente possibilidade de futuras reestruturações da dívida emitida, gerou uma turbulência financeira nunca antes vista nos mercados de dívida pública da zona euro. Os diferenciais de rentabilidade dos títulos de dívida da Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda alcançaram níveis máximos no último trimestre do ano, obrigando as autoridades financeiras e fiscais a realizar um plano coordenado destinado a estabelecer um mecanismo de detecção e correcção da crise do euro, com acções conjuntas em dotação de fundos líquidos para intervir nos mercados de dívida, mecanismos de ajuda orçamental, acompanhamento e correcção de défices fiscais excessivos, etc.

As tensões financeiras causaram um maior impacto nos países com avultados défices fiscais, altos níveis de desemprego, e escassa capacidade de geração de rendimentos fiscais futuros devido à falta de vigor da recuperação económica. Manifestou-se neste sentido a grande diferença entre o crescimento do PIB anual da Alemanha ou da França, +3,6% e +1,6% respectivamente, e o comportamento dos países periféricos, com descidas do PIB de -0,1%, como é o caso espanhol.

Um elemento de preocupação adicional que pode pesar no processo de recuperação da actividade é o aparecimento de surtos inflacionistas derivados, por um lado, da subida do preço do crude e, por outro lado, do aumento do preço das matérias-primas, em grande parte causado pelo grande consumo das mesmas por parte das economias menos desenvolvidas, que continuam a gozar de elevadas taxas de crescimento, tal como já foi comentado. Este cenário poderia fazer com que os bancos centrais das economias desenvolvidas abandonem paulatinamente os estímulos económicos derivados da manutenção de taxas de juro muito baixas, e que ao longo do exercício de 2011 assistamos a ligeiros aumentos nas taxas de juro oficiais que, em princípio, não seriam de uma quantia relevante que pudesse pôr em perigo a incipiente recuperação. A continuação no tempo de taxas anuais de inflação harmonizada na zona euro acima dos 2% (com uma taxa final acumulada em 2010 de 2,2%) influenciará uma possível subida da taxas de juro oficiais por parte do Banco Central Europeu, que permanecem no momento em 1%.

Situação em Espanha

Apesar da favorável envolvente geral de recuperação económica, Espanha não conseguiu juntar-se a esta tendência com a mesma intensidade que a maior parte dos países desenvolvidos. O PIB suavizou as quedas do ano passado, mas em 2010 ainda tinha sido gerada uma situação de ligeira recessão, com uma contracção anual de -0,1%.

Apesar da recuperação do consumo privado e do investimento empresarial, as medidas de ajuste orçamental do lado da procura pública não contribuíram para apoiar o caminho iniciado em direcção à recuperação. As grandes preocupações são, por um lado, a elevada taxa de desemprego, 20,3% no último trimestre do ano de acordo com o Inquérito de População Activa e, por outro lado, a necessidade de corrigir os crescentes desequilíbrios fiscais e o crescente endividamento do país, em vias de superar 60% do PIB.

A elevada dependência exterior no fornecimento energético, com o barril de petróleo Brent fixo acima dos 100 dólares, influenciou de forma notável a geração de tensões inflacionárias crescentes, com o IPC nacional a fechar em 2010 a uma taxa de 3%.

Persistem as dúvidas sobre a estabilização dos preços dos imóveis, uma vez que o travão à queda dos mesmos no último trimestre do ano obedece, em grande parte, à eliminação das deduções fiscais para particulares a partir de 2011, o que gerou o adiantamento das decisões de compra por parte dos particulares.

Mercados financeiros

No último trimestre do ano reapareceram de forma virulenta as tensões nos mercados da Dívida, sendo Espanha um dos países da zona euro mais afectado pelas mesmas. As crescentes dúvidas entre a generalidade do mercado sobre a incapacidade a curto prazo de atender ao serviço da dívida e de refinarciar confortavelmente os vencimentos mais próximos, empurraram as rentabilidades dos títulos de dívida para cima e os diferenciais com os títulos da Alemanha, como referência central, para níveis máximos históricos. Nos momentos de maior tensão, o título de referência a 10 anos espanhol ultrapassou o limiar dos 5,5% de rentabilidade, com um diferencial face ao seu equivalente alemão superior aos 280 pontos base.

A evolução no ano das diferentes bolsas conduziu a um comportamento muito diferente: -17,42% Ibex 35, +16,06 DAX, +12,78% S&P 500, que reflecte claramente a forma como pesaram na evolução dos diferentes índices, as condicionantes macroeconómicas de cada país que a realidade empresarial ou a evolução positiva dos resultados, na sua grande maioria. As grandes diferenças em relação à percepção do risco-país, tanto em relação aos valores de crescimento económico, como pela existência de crescentes riscos nos mercados de dívida soberana, explicam a evolução e os diferentes comportamentos relativos no ano.

Avaliação do negócio

As explicações apresentadas de seguida comparam de forma agregada os balanços, individuais e consolidados, do exercício de 2009 dos Grupos das duas Cajas fundidas (Caja Duero e Caja España) e o de 2010 do Grupo da Caja resultante da fusão (Caja España de Inversiones).

Com isto, o balanço terminou o exercício com um valor de 45 711 milhões de euros, e apresenta uma diminuição inter-anual de 933 milhões de euros, o que supõe uma variação de 2,0%.

O balanço individual terminou com um saldo de 45 672 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 1,47% face ao fecho do exercício anterior. Como se pode observar, o balanço consolidado e o balanço individual continuam muito semelhantes, dado o peso específico que a Caja representa na consolidação sobre o total consolidado do grupo.

A evolução do balanço no exercício caracterizou-se por uma queda do crédito a clientes, uma diminuição do passivo tradicional, não se tendo dado prioridade à sua remuneração, e o avanço gradual da morosidade que leva a importantes dotações para insolvências, dotações que penalizam fortemente os resultados. Este último capítulo foi o grande protagonista do exercício e a sua contenção foi o grande objectivo prioritário, não só da nossa Entidade, como também de todo o sector financeiro espanhol.

Neste exercício foram realizadas dotações extraordinárias para dar resposta aos planos de reestruturação de pessoal, capacidade de instalação e integração operativa-tecnológica que ascendem a 242 milhões de euros.

O montante total em dívidas do Grupo fechou o exercício de 2010 em 2.737 milhões de euros, com um aumento de 532 milhões de euros, o que representa um aumento líquido de 24,12% da morosidade no exercício. A taxa de morosidade fecha, assim, em 9,62%, sendo que sofreu um aumento, desde o fecho do exercício anterior, de 221 pontos básicos e se compara negativamente com a taxa de morosidade do conjunto de Caixas de Aforro, que se situou, na mesma data, em 5,89%.

Condicional a este avanço da morosidade está a necessidade de efectuar dotações à provisão para insolvências, provisão que, com uma dotação de montante líquido de 155 milhões de euros que penalizam fortemente a conta de resultados, fechou o exercício com um saldo de 1 649 milhões de euros e representa uma cobertura de 60,3%. Esta cobertura compara-se favoravelmente com o conjunto de caixas que apresentam, no fecho do exercício, 69,9%.

O crédito a clientes, dentro da actividade moderada do exercício na qual privilegiou a solvência dos tomadores de crédito e a rentabilidade das operações, diminuiu num montante de 1 629 milhões de euros, o que supõe uma diminuição de 5,8% em relação ao fecho do exercício anterior. Assim, o saldo do crédito a clientes atinge já os 26 787 milhões de euros e o peso específico que mantém sobre o total do balanço, situa-se nos 58,6%.

Por rubricas, a carteira de empréstimos com garantia hipotecária representa mais de 70,7% no exercício de 2010, muito semelhante ao do exercício de 2009, que foi de 71,2%

Em relação ao financiamento, os recursos de credores no balanço diminuíram em 2 297 milhões de euros, o que implica uma variação negativa de 7,1%.

Na análise desta rubrica deve ter-se em consideração a política de financiamento, que se seguiu no exercício, em defesa da liquidez presente e também futura. Neste sentido, no que toca ao financiamento grossista, procedeu-se, no exercício, à emissão de duas obrigações hipotecárias singulares com um montante total de 1 070 milhões de euros, que foram emitidos com o objectivo de adquirir e manter no balanço, posteriormente, as obrigações emitidas pelo fundo de titularização, dentro da possibilidade que estas operações oferecem, de desconto imediato no BCE para a obtenção de financiamento. Foram emitidos adicionalmente 300 milhões de euros de títulos de dívida simples com aval do Estado, dentro das facilidades que, em apoio da liquidez, estão a ser oferecidas às entidades espanholas.

Os recursos de desintermediação sofreram uma ligeira queda. O seu saldo, no final do ano, ascende aos 5 219 milhões de euros, o que indica uma descida de 2,15%, apesar de no que diz respeito aos contratos de seguros, terem ocorrido aumentos num montante de 183 milhões de euros líquidos no exercício.

Os investimentos na Dívida Pública aumentaram em 3 443 milhões de euros devido às compras materializadas ao longo do ano, compras que se consideraram convenientes para potenciar a conta de resultados.

Nos restantes activos, o rendimento variável diminuiu em quase 271 milhões de euros a fim de realizar mais-valias e diminuir a exposição de risco.

Outra rubrica objecto de acompanhamento especial é a relativa a activos não correntes detidos para venda que acolhe as adjudicações em pagamento de dívidas nas quais se executa a garantia quando não há outra possibilidade de recuperar o montante em dívida pelo tomador do crédito, rubrica que, líquida das vendas e das provisões que se realizaram, apresenta uma variação no exercício no montante de aproximadamente 8 milhões de euros.

Resultados

Os resultados consolidados do exercício ascenderam a 47,1 milhões de euros; este resultado considera a actividade dos seis primeiros meses do ano da Caja Duero e os últimos seis meses da nova Caja. Se, a este resultado, adicionarmos o obtido pela Caja España nos seis primeiros meses do ano, o resultado eleva-se a 60,5 milhões de euros, que são 15,5 milhões a mais do que os do exercício de 2009, ou seja, um aumento de 34,3%.

As explicações apresentadas de seguida comparam as contas de resultados do exercício de 2009 das duas Cajas e a de 2010 incorporou-se na da Caja España até 30 de Junho de 2010.

A margem de juros consolidada apresentou uma redução substancial em relação ao exercício anterior, valorizada em 14,5%. A descida nos impostos em 29,2%, face à descida dos rendimentos em 22,9%, que alivia a descida da margem de juros.

Entre as rubricas que levam da margem de juros à margem bruta consolidada, convém referir a menor contribuição para a conta de dividendos de empresas fora do Grupo, no montante de aproximadamente 19,4 milhões de euros para menores resultados distribuíveis, e das comissões, por 11,6 milhões de euros. Desta forma, os resultados de sociedades associadas penalizam a conta em 2,2 milhões de euros, menos 16,3 do que no exercício anterior.

Os resultados das operações financeiras contribuem com menos 39,5 milhões de euros do que no ano anterior, fechando o exercício com 230,1 milhões de euros de mais-valias. É de destacar a mais-valia obtida com a venda da Ebro Puleva por 89 milhões de euros e o restante por vendas e amortizações de rendimento fixo de Dívida Pública.

Com tudo isto, a margem bruta consolidada alcança os 1 033, 7 milhões de euros, menos 200,3 do que no exercício anterior, com uma descida relativa de aproximadamente 16,2 %.

A margem de exploração típica, sem considerar as perdas por imparidade de activos financeiros nas dotações para outras provisões, diminuiu 28,1% quando comparada com o exercício anterior, devido ao comportamento da margem de juros já indicada apesar da contenção dos gastos de administração, que diminuem em 0,6%.

As perdas por imparidade de activos financeiros que suportam a conta de resultados alcançaram os 155,3 milhões de euros, 72,2% menos do que no exercício de 2009. É de ressaltar que foram realizados 216,3 milhões de euros com outras dotações para provisões que incluem 242 milhões de euros para dar resposta aos gastos com os planos de reestruturação de pessoal, capacidade de instalação e integração operativa-tecnológica. O esforço conjunto representado pelas diferentes dotações na conta de resultados consolidada soma um montante de 386,6 milhões de euros.

Todas estas dotações, deixam o resultado antes dos impostos em 66,8 milhões de euros, o que supõe um aumento dos resultados de 40,8% relativamente ao exercício anterior.

Uma vez descontada a previsão de gastos do Imposto sobre Sociedades, alcança-se um resultado líquido consolidado de 60,5 milhões de euros. Este valor é superior, em 15,5 milhões de euros, ao obtido no mesmo período do exercício anterior, o que equivale a um aumento de 34,3%.

Ratings atribuídos à Entidade

O rating atribuído pela Moody's antes da fusão era, para a Caja España: rating a longo prazo Baal perspectiva negativa e para a Caja Duero: rating a longo prazo A3 perspectiva negativa.

O rating da entidade fundida é Baal com perspectiva negativa. O rating de solidez financeira é D+. A Moody's indica que a solidez financeira da nova entidade merece uma maior valorização sobre a soma das partes individuais (solidez financeira que era para CD e CE respectivamente, de D+ e E+) e que os 525 milhões injectados pelo FROB, juntamente com as provisões por insolvências realizadas, fortalecem a solvência da nova entidade.

Processo de integração operacional e tecnológica

1) Consolidação da integração

O processo de integração da Entidade desenvolvido a partir de 1 de Outubro de 2010 teve como pontos de atenção preferencial dois processos fundamentais:

- a) Por um lado o planeamento e execução da reestruturação contemplada no plano do negócio e que supõe o encerramento de 253 agências e a saída de 846 pessoas da organização.
- b) Por outro lado, na planificação e execução do processo de integração operativa-tecnológica, que também teve em conta a criação da estrutura e dos elementos necessários para a gestão da nova entidade nascida como fruto da fusão jurídica por criação de nova entidade.

2) Planificação e execução da reestruturação

O plano de negócios da Entidade contemplava o encerramento de 253 agências e a saída de 846 pessoas, para o qual se levou a cabo um ERE, que abrangia diversas medidas para a saída de pessoal excedentário.

A 31 de Dezembro de 2010, o número de agências encerradas ascendia a 246, todas em território nacional. O processo de encerramento de agências foi acelerado no último trimestre do ano, após a fusão efectiva das entidades. A Entidade cumpriu a planificação prevista no plano de negócios, e já encerrou 97% das agências previstas.

A reestruturação de pessoal afecta 846 pessoas. O plano de negócios previa a saída de 368 pessoas em 2010, 393 em 2011 e 85 em 2012. A 31 de Dezembro de 2010 tinham saído 688 pessoas, o que perfaz 80% da reestruturação prevista e cerca de 180% das saídas previstas para 2010. A entidade decidiu acelerar o plano de saídas, tendo prevista a finalização completa do plano de reestruturação a 31 de Março de 2011.

3) Planificação e execução do processo de integração operativa-tecnológica

O processo de formulação da integração tecnológica-operativa é implementado através da constituição de várias equipas de trabalho funcionais. A metodologia é estabelecida em 5 fases (Fase 1 - Início da actividade dos painéis. Fase 2 – Análise dos modelos actuais. Fase 3 - Decisão sobre o modelo objectivo. Fase 4 – Validação do modelo objectivo detalhado. Fase 5 – Definição de projectos para o Plano Director e Plano Director de integração, a última das quais tem fim previsto a 31.03.2011. Em finais de 2010, desenvolveram-se as fases 1, 2 e 3 e começou a fase 4 (que finalizará a 10 de Fevereiro).

Os grupos de trabalho constituídos foram 15 e, para além destes grupos, foram criados 6 grupos de trabalho transversais para abordar temas específicos. Estes grupos finalizaram todos os seus trabalhos a 31 de Dezembro de 2010, conforme a planificação.

Além dos aspectos derivados da execução da metodologia, cabe destacar os seguintes aspectos ligados à estrutura de gestão da nova entidade:

- a) Aprovação do novo organigrama e estrutura organizativa, bem como a nomeação de todos os níveis directivos da entidade, tanto em serviços centrais como em rede.
- b) Aprovação da estrutura de comités, bem como os poderes delegados em cada um deles, bem como os restantes elementos integrantes da estrutura organizativa da entidade.

A data final da planificação da integração que termina no Plano Director de Integração está prevista para 31 de Março de 2011.

Obra social e Fundação

Durante o ano de 2010, através da Obra Social, a Caja direccionou o montante de 23,3 milhões de euros para cinco grandes áreas de actuação: Cultura e lazer, Assistência social e sanitária, Educação e investigação e Património histórico artístico e natural, mantendo o seu compromisso estatutário de devolver à sociedade, sob a forma de beneficência social, o que desta obteve.

A aplicação do orçamento da Obra Social para o exercício de 2010 foi distribuído entre as seguintes áreas de acção: Cultura e lazer, cerca de 38%, Assistência social e sanitária, cerca de 36%, Educação e investigação, cerca de 18%, e Património histórico, artístico e natural, 8%.

Em relação à forma de instrumentar esse orçamento, foram aplicados 58% do orçamento em Obra Própria, 34% em Colaborações e 8% em Obra alheia.

Mais de 7 milhões de pessoas beneficiaram, em 2010, dos nossos programas sociais e culturais e da nossa colaboração com entidades, associações e diversos grupos.

No campo cultural realizaram-se 657 exposições que contaram com mais de 1,3 milhões de visitantes, tanto nas nossas 38 salas como em colaboração. As mais relevantes foram a retrospectiva da pintora Delhy Tejero, “In principium erat verbum” em que era contada a história do reino de Leão através dos seus religiosos, “Descubriendo Belén”, “Autómatas” da colecção Casa Lis ou “Legado artístico de Gaya Nuño”. Foram realizados quase 2 000 eventos culturais com mais de meio milhão de espectadores. Os mais relevantes foram os ciclos de Concertos em catedrais ou o Otoño Jazz, os concertos da pianista Maria João Pires e o tenor Rufus Müller e as actuações de magia solidária “Intermagia”.

A secção dedicada ao cinema merece especial atenção tanto devido ao apoio a oito festivais de cinema e certames de curta-metragens, como devido à actividade própria através de filmotecas, ciclos de cinema mensais, programas educativos para crianças “Cinematógrafo” ou cursos de cinema “Aprender a mirar”. Foram estabelecidos prémios culturais de pintura, contos, livros de contos, fotografia, imprensa, música electrónica ou pintura infantil, muito bem recebidos pelo público.

Na secção de lazer foram realizados acampamentos de Verão em oito destinos nacionais e internacionais, com 1 500 participantes. Os nossos quatro albergues e o parque natural recreativo receberam a visita de quase 57 000 pessoas. Continuou-se a apoiar o desporto através de apoios a 264 associações desportivas, escolas de ciclismo, os programas Atletismo Divertido e Horizonte 2016 para estudantes.

No campo social e sanitário destaca-se uma rede de centros próprios para mais de vinte centros com mais de 150 000 associados e três residências onde vivem 435 pessoas. Este grupo também foi beneficiado pelos nossos programas “Crecer en salud”, “Activa T” de lazer e educação, “Internet para mayores” ou o Campeonato de jogos de tabuleiro. No apoio a imigrantes colaborámos com entidades como Incola, Cauce, Desod, Fundación Lengua ou Acoge. Apoiamos os deficientes através da Asprona, Feaps, Down, Aviva, Insolamis, Asdace, Asprodes, Asprosub e outras.

Através de diversas iniciativas, a Obra Social da Caja España - Caja Duero aumentou o seu apoio ao trabalho realizado pelas cantinas sociais em diferentes províncias e comunidades espanholas. É mantida uma linha de contacto permanente com diferentes associações que gerem cantinas sociais em locais como Madrid, Estremadura e Castela e Leão. Por exemplo, na Comunidade de Madrid, estas cantinas atendem mais de um milhão de pessoas por ano, oferecendo pequeno-almoço, almoço ou jantar a pessoas sem recursos.

A Obra Social convidou os funcionários da Entidade a participar em duas iniciativas solidárias:

O programa «Céntimos solidarios» propunha ceder os céntimos da sua folha de vencimento para os destinar a um projecto social dedicado à violência de género em Espanha. A Obra Social contribuiu com o dobro do montante arrecadado. No total foram mais de 31 000€

O programa «Destinos solidarios» propunha a participação dos funcionários em projectos de cooperação em desenvolvimento na Bolívia, Nicarágua e Mali. Através da Obra Social financiava-se 50% dos custos com viagem e estadia. As experiências relatadas pelos colegas que viajaram para o Mali ou para a Nicarágua são tão ilustrativas da situação que ali se vive como emotivas. São relatos de gratidão e solidariedade.

No campo da Educação e Investigação, a Obra Social conta com centros educativos próprios, tais como o Hogar Escuela ou o Centro Lermontov em Salamanca e em colaboração com duas pré-primárias e primeiro ciclo em Salamanca, uma em Valladolid ou o Centro Grial de Valladolid, onde é ministrado o bacharelato e ciclos de formação de grau médio e superior.

Foram ministrados, durante o ano de 2010, cursos de Inglês, no Canadá, Reino Unido e Irlanda, bolsas de estudos de Formação profissional pós-ciclo, bolsas de estudo universitárias de pós-graduação e outras em colaboração, como as Bolsas de Estudo Leonardo Etheria ou Paradores.

No apoio à conservação e divulgação do Património histórico e artístico colabora-se com diferentes dioceses na conservação de património religioso e na sua restauração, destacando-se a continuação do projecto “El sueño de la luz” da catedral de Leão. Também se colabora na conservação do Património Industrial de Castela e Leão através do projecto “Un legado con futuro”. Com o objectivo de conservar, mas também de impulsionar, actividades económicas que girem em torno deste legado, recuperando-o para novas utilizações e vinculando-o à oferta turística. Localidades mineiras (Fabero) ou têxteis (Béjar ou Val de San Lorenzo), comarcas resineiras e madeireiras (Segovia ou Soria), antigas profissões e tecnologias pré-industriais (fornos de cal, fornos de resina, tosquiadores, tanques...), canais fluviais e rios ornamentados de fábricas de farinha, moinhos e pisoeiros, fundições e martelos de forjar são vestígios atractivos do nosso passado industrial, que possibilitam uma nova perspectiva.

A Obra Social colabora também na investigação arqueológica e no projecto educativo da cidade de Pintia entre Padilla de Duero e Pesquera de Duero, em Valladolid. Destacam-se também outras colaborações com a Fundação Património Histórico de Castela e Leão, com o Museu Etnográfico de Castela e Leão, Fundação Las Médulas, Museu Baltasar Lobo, Museu San Joaquín y Santa Ana de Valladolid ou o Consórcio Património de Toledo.

No apoio ao Meio Ambiente foram elaborados programas nos nossos centros de tempos livres e ambientais, tais como Aulas de Natureza ou Biodiversidade para estudantes. Também foram encaminhados apoios para projectos ambientais.

Como conclusão, a Obra Social da Caja España Caja Duero soma esforços para continuar a impulsionar o desenvolvimento social e cultural no nosso campo de actuação.

Objectivos estratégicos e desafios para 2011

1) Objectivos estratégicos

Na Assembleia celebrada a 28 de Outubro de 2010 apresentaram-se as seguintes directrizes básicas do plano de acção e os objectivos da Caja para 2011:

A proposta agrega referências ao documento apresentado ao FROB e directrizes contempladas no Plano de Negócios.

O plano de acção estará cimentado nos seguintes princípios:

- Modelo de negócio baseado no negócio tradicional, uma estrutura prudente de financiamento e gestão eficiente do risco.
- Melhora da eficiência mediante o desenvolvimento do plano de reestruturação.
- Compromisso com a Obra Social, compatível com a devolução do FROB.

Em relação a mercados geográficos, o objectivo será manter a liderança financeira em Castela e Leão, a consolidação nos mercados de Madrid e Estremadura, e converter a Entidade numa referência nacional.

A acção, no que diz respeito aos diferentes segmentos de negócio em matéria de investimento, terá como base os seguintes princípios:

- O foco será o negócio tradicional da Banca Universal e Pessoal, com um perfil de risco baixo.
- A promoção do negócio de Empresas, com foco em pequenas e médias empresas, cumprindo o objectivo de activar o desenvolvimento económico, a redução activa da exposição ao segmento Promotor / Construtor até um nível médio de mercado.
- O aproveitamento selectivo de oportunidades de baixo risco em Banca Privada, Corporativa e Instituições.

Relativamente ao passivo retalhista, serão as seguintes:

- Posicionamento estratégico no segmento retalhista; economias domésticas e pequenas e médias empresas. Estímulos para a captação de empregos, com acerto de margens e políticas de preços em consonância com os mercados.

2) Normas aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Órgão de Administração

A eleição dos membros do Conselho de Administração e dos correspondentes suplentes, em representação proporcional de cada um dos grupos que integram a Assembleia Geral, terá lugar nessa Assembleia de acordo com o estabelecido no artigo 25 dos Estatutos da Caja e nas normas previstas no Regulamento de Eleições.

Os Vogais do Conselho de Administração, e os correspondentes suplentes, serão eleitos pela Assembleia Geral de entre os membros do respectivo grupo, conforme proposta dos membros do respectivo grupo, de acordo com o previsto no mencionado Regulamento de Eleições.

Poderão ser nomeados em representação dos grupos de Corporações Municipais, Depositantes, Entidades Fundadoras, Parlamento de Castela e Leão e Entidades de Interesse Geral, terceiros não Conselheiros Gerais. A sua nomeação exigirá, em qualquer caso, a proposta por parte do respectivo grupo.

Não poderá ser eleito vogal do Conselho de Administração nenhum Conselheiro Geral que tenha sido nomeado pela Entidade Fundadora ou de Interesse Geral que tenha a natureza de Administração Pública ou de Entidade ou Corporação de Direito Público.

Os membros dos órgãos de administração serão nomeados por um período de quatro anos.

O mandato terá início na data de celebração da Assembleia Geral em que foram nomeados e será entendido como cumprido na data da Assembleia Geral em que ocorra a incorporação dos novos Conselheiros Gerais, cessando nessa Assembleia todos os seus cargos, sem prejuízo da sua reeleição.

A duração do mandato das pessoas que não tenham mantido o cargo durante um período completo, corresponderá aos dias naturais decorridos entre a data de celebração da Assembleia Geral em que tem lugar a sua incorporação e a data de cessação.

No caso de vagas ocorridas devido à cessação de membros antes de decorrido o tempo para o qual foram nomeados, os suplentes exercerão a sua função até completar o mandato.

O mandato do suplente terá início na data da sua incorporação como membro do órgão e finalizará na data da Assembleia Geral em que ocorra a incorporação dos novos Conselheiros Gerais.

Neste caso, será entendida como data de incorporação:

- a) Para os Conselheiros Gerais representantes dos grupos de Corporações Municipais, Entidades Fundadoras, Entidades de Interesse Geral e Parlamentos de Castela e Leão, a data de nomeação por parte da respectiva entidade.
- b) Para os Conselheiros Gerais representantes de Depositantes e Empregados e membros do Conselho de Administração e da Comissão de Controlo, a data de cessação do membro do órgão de governo que estão a substituir.

As vagas que tenham lugar como consequência da cessação de membros do Conselho de Administração, antes da finalização do período de exercício do cargo, serão cobertas dentro do mesmo grupo afectado pela pessoa que, atendendo à sua ordem de colocação, corresponda na lista de suplentes aprovada pela Assembleia Geral para a candidatura em que o titular estivesse integrado.

A cobertura de vagas contemplada no parágrafo anterior será efectuada no prazo máximo de dois meses a contar a partir da cessação correspondente, seja qual for a causa, não sendo possível efectuar nomeações provisórias. Caso não existam suplentes suficientes para cobrir as vagas que possam surgir numa candidatura, os Conselheiros Gerais pertencentes ao grupo de representação onde ocorreu a vaga deverão reunir-se, no prazo máximo de um mês a contar da data em que ocorreu essa vaga, a fim de elaborar uma proposta das pessoas para ocupar as vagas do Conselho de Administração. A proposta, que será elaborada seguindo o procedimento estabelecido no Procedimento Eleitoral, será submetida a aprovação por parte da Assembleia Geral convocada para o efeito no prazo máximo de três meses. A mesma pessoa não poderá ser nomeada como suplente para diferentes órgãos.

A incorporação no Conselho de Administração requer a aceitação voluntária de tal cargo por parte das pessoas eleitas. A aceitação formal efectua-se ao subscrever a documentação precisa para a incorporação dos seus dados pessoais no Registo oficial correspondente.

Os membros dos Órgãos de Governo poderão ser reeleitos por outro período sempre que cumpram os requisitos estabelecidos para a sua nomeação e não tenha decorrido o prazo de doze anos, contando-se todas as representações que tenham tido em qualquer um dos órgãos em que exerceram um cargo.

Cumprido o mandato de doze anos de forma continuada ou interrompida, e decorridos oito anos desde essa data, poderá voltar a ser eleito nas condições estabelecidas nos Estatutos da Entidade.

No caso da fusão da Caja, para contagem do prazo de exercício do cargo nos órgãos de governo da entidade resultante, será acumulado o tempo de exercício do cargo em cada uma das empresas que participaram na fusão.

Os membros dos órgãos de governo cessarão o exercício dos seus cargos, única e exclusivamente nos casos seguintes:

- a) Por cumprimento do período para o qual foram nomeados.
- b) Por cumprimento do período máximo de doze anos.
- c) Por renúncia formalizada por escrito.
- d) Por morte, declaração de ausência legal ou declaração de falecimento.
- e) Por extinção de qualquer um dos requisitos que condicionam a sua elegibilidade.
- f) Por incorrer em alguma das causas de incompatibilidade reguladas na Lei de Caixas de Aforro de Castela e Leão.
- g) Por acordo de revogação ou separação adoptados com o voto favorável da maioria dos membros da Assembleia Geral, devido a incumprimento dos deveres inerentes ao mesmo, ou caso prejudiquem com a sua acção, pública ou privada, o prestígio, bom nome ou actividade da Caja.

3) Restrições ao direito de voto

A única restrição existente é quando um Conselheiro é afectado directamente por um tema que está a ser tratado, não podendo, nesse caso, estar presente durante o debate, nem votar.

Acontecimentos importantes ocorridos posteriormente ao fecho do exercício

No passado dia 27 de Janeiro de 2011, a Caja publicou um Facto Relevante na Página web da Comissão Nacional do Mercado de Valores, em que comunicava que ia proceder à amortização antecipada da 6.ª Emissão de Obrigações Subordinadas de Janeiro de 2006 (Isin: ES0215474208), com data de 31 de Janeiro de 2011, em paralelo e livre de encargos para os detentores, tal como era contemplado nas Condições Finais registadas na CNMV com data de 28 de Dezembro de 2005.

A 31 de Dezembro de 2010, o Grupo Caja España de Inversiones tinha um coeficiente de solvência, de acordo com o Decreto-Lei Real 2/2011, de 8,17%, e um Rácio de Financiamento Grossista de 23,58%.

Após analisar as diferentes alternativas de reforço do capital de regulação que permita alcançar os níveis mínimos que, de acordo com o Decreto-lei Real, podem ser legalmente exigíveis no exercício de 2011, a Direcção da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P. comunicou como facto relevante perante a CNMV, com data de 21 de Março de 2011, a confirmação da existência de conversações com a Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Ronda, Cádiz, Almería, Málaga, Antequera y Jaén (Unicaja), e a assinatura de um pré-acordo genérico dos Presidentes de ambas as Instituições, com vista a um eventual processo de integração ao abrigo do regime previsto no Título IV do Decreto-Lei Real 11/2010, sem que até ao momento se tenha tomado qualquer decisão de integração a esse respeito.

**CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA,
CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD
E SOCIEDADES DEPENDENTES
(anteriormente denominada
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA
E SOCIEDADES DEPENDENTES)**

CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

ÍNDICE DO RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS
3. PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO APLICADOS
4. ERROS E ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS
5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS
6. GESTÃO DO CAPITAL
7. GESTÃO DO RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
8. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS
9. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO
10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
11. INVESTIMENTOS A CRÉDITO
12. CARTEIRA DE INVESTIMENTO A DETER ATÉ À MATURIDADE
13. DERIVADOS DE COBERTURA (ACTIVO E PASSIVO)
14. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA
15. PARTICIPAÇÕES
16. ACTIVO CORPÓREO
17. ACTIVOS INCORPÓREOS
18. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS
19. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO
20. PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS E ACTIVOS POR RESSEGUROS
21. PROVISÕES
22. ACERTOS POR VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
23. FUNDOS PRÓPRIOS
24. RISCOS CONTINGENTES
25. FUNDOS E OBRAS SOCIAIS
26. SITUAÇÃO FISCAL
27. CONTA DE GANHOS E PERDAS
28. PARTES VINCULADAS
29. OUTRAS INFORMAÇÕES
30. REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA INFORMATIVA
31. FACTOS POSTERIORES À DATA DO BALANÇO

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Relatório de gestão consolidado
do exercício anual terminado
a 31 de Dezembro de 2010

1 INFORMAÇÕES GERAIS

a) Natureza da Entidade Dominante

A Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte de Piedad (doravante «Caja España de Inversiones», «a Caja», «a Entidade» ou «a Entidade Dominante») é uma entidade financeira com carácter benéfico e social, sem fins lucrativos, e de natureza fundacional privada, que se encontra ao abrigo do protectorado da Comunidade Autónoma de Castela e Leão. O seu objecto social é a realização de interesses gerais através do desenvolvimento económico e social da sua zona de actuação e, para isso, os seus fins fundamentais são, entre outros, facilitar a formação e capitalização da poupança, atender às necessidades dos seus clientes através da concessão de operações de crédito e criar ou manter Obras Sociais próprias ou em colaboração.

A Caja resulta da fusão entre a Caja de Ahorros de Salamanca y Soria (doravante «Caja Duero») e a Caja España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte de Piedad (doravante «Caja España»), tal como descrito no parágrafo (c) desta Nota.

A Entidade tem a sua sede social em Leão, Edifício “Botines de Gaudí”, Plaza de San Marcelo nº 5, e desenvolve a sua actividade através de 886 agências distribuídas por todo o território espanhol, mais 18 agências em Portugal (em 2009, 525 agências em Espanha e 18 em Portugal).

A Entidade Dominante encabeça um grupo de sociedades (doravante «o Grupo»), cujos pormenores e informações mais relevantes estão incluídos no Anexo I. Aplicando as normas vigentes, os Administradores da Entidade Dominante formularam, nesta mesma data, as contas anuais da Caja España de Inversiones, que também foram submetidas a auditoria independente. No Anexo II inclui-se, resumidamente, o balanço, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração total de variações no património líquido e a demonstração de fluxos de caixa da Caja España de Inversiones correspondentes aos exercícios de 2010 e 2009.

A Caja España de Inversiones é regulada pela Lei das Caixas de Aforro de Castela e Leão, que foi aprovada pelo Decreto Legislativo 1/2005, de 21 de Julho. Esta Lei foi desenvolvida, em questões de órgãos de administração e direcção, pelo Decreto 66/2005, de 22 de Setembro.

b) Actividade da Entidade Dominante

A Caja tem como objectivo básico tornar produtivas as economias que lhe são confiadas, fomentando-as através da poupança, facilitar o crédito em todas as suas modalidades, administrar os seus fundos e os dos seus clientes, investindo-os, de acordo com as disposições que, em cada momento, as possam afectar, e em condições de segurança para os depositantes e de acordo, também, com os interesses da Entidade, da região e da economia nacional e, de uma forma geral, realizar todas as actividades relacionadas com a intermediação financeira e de serviços, para obter uma rentabilidade global que garanta um nível de solvência adequado.

Como entidade, a Caja España de Inversiones encontra-se sujeita a determinadas normas legais que regulam, entre outros, aspectos como:

- Manutenção de uma percentagem mínima de recursos depositados num banco central nacional de um país abrangido pela moeda única (euro) para a cobertura do coeficiente de reservas mínimas, que se encontrava, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, em 2% dos passivos calculáveis para esse efeito.
- Distribuição do excedente líquido do exercício para Reservas e para o Fundo de Obras Sociais.
- Manutenção de um nível mínimo de recursos próprios. A norma estabelece, resumidamente, a obrigatoriedade de manter recursos próprios suficientes para cobrir as exigências pelos riscos contraídos. O cumprimento do coeficiente de recursos próprios efectua-se ao nível consolidado.
- Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, como garantia adicional à oferecida pelos recursos próprios da entidade aos credores da mesma, cuja finalidade consiste em garantir até 100 000 euros os depósitos dos clientes de acordo com o disposto no D. R. 2606/1996, de 20 de Dezembro, sobre fundos de garantia de depósitos de entidades de crédito segundo a redacção do D. R. 948/2001, de 3 de Agosto, do D. R. 1642/2008, de 10 de Outubro, e da Circular 4/2004 do Banco de Espanha, de 22 de Dezembro.

Estas contas anuais consolidadas do exercício de 2010 foram formuladas pelo Conselho de Administração da Caja España de Inversiones na sua reunião de 31 de Março de 2011, e foram assinadas pelos senhores conselheiros, cuja rubrica se encontra no fim das mesmas, estando pendentes de aprovação da Assembleia Geral, estimando-se que serão aprovadas sem alterações significativas. As contas anuais consolidadas da Caja Duero do exercício de 2009 foram aprovadas pela Assembleia Geral da Caja Duero, realizada a 5 de Junho de 2010.

c) Fusão da Caja Duero e da Caja España

De acordo com o estabelecido nos artigos 51 e 55 do Texto Revisto da Lei sobre Caixas de Aforro de Castela e Leão, as Assembleias Gerais, Extraordinária e Ordinária, da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e Caja España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte de Piedad, respectivamente, que tiveram lugar a 5 de Junho de 2010, acordaram em aprovar a fusão entre as duas entidades mediante a dissolução sem liquidação das duas entidades e a criação de uma nova Caixa de Aforro denominada Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, Caja de Ahorros y Monte de Piedad, sendo que as duas entidades transferem em bloco para a nova entidade, a título universal, a totalidade dos patrimónios das entidades dissolvidas, assumindo a nova Caixa todos os direitos, acções, expectativas, obrigações, responsabilidades e encargos das mesmas, com carácter geral e sem reservas nem qualquer limite, permanecendo vigentes em virtude disso, sem alteração, tributação nem prejuízo, os direitos e garantias de terceiros.

Com data de 9 de Setembro de 2010, a Junta de Castela e Leão, após proposta do Conselheiro da Economia e do Emprego, e após deliberação do Conselho de Governo e após relatório do Banco de Espanha, autorizou a fusão descrita, que foi inscrita no Registo Comercial de Leão, com data de 4 de Outubro de 2010, tendo efeitos jurídicos desde 1 de Outubro de 2010.

A Resolução da Direcção Geral de Economia, Política Financeira e Assuntos Europeus da Junta de Castela e Leão, com data de 7 de Outubro de 2010, autorizou a inscrição da fusão e da nova Caixa no Registo de Caixas de Aforro de Castela e Leão.

Os balanços da fusão de ambas as entidades são os correspondentes a 30 de Junho de 2010, assinalando-se o dia 1 de Julho de 2010 como a data a partir da qual as operações das entidades extintas devem ser consideradas realizadas, para efeitos contabilísticos, por conta da Entidade para a qual transferem o seu património (no Anexo III junta-se o balanço da situação a 30 de Junho de 2010 da Caja España). Neste sentido, e apenas para fins meramente contabilísticos, a Caja Duero figura como “entidade adquirente” e a Caja España como “entidade adquirida” (ver Nota 2). Os valores mais relevantes da Caja España e do seu Grupo a 30 de Junho de 2010 são os seguintes:

	Milhares de euros	
	Caja	Grupo
Investimento a Crédito	17 846 412	16 865 694
Passivos financeiros ao custo amortizado	23 876 834	23 756 396
Fundos Próprios	1 006 542	1 163 389
Património líquido	873 314	989 790
Total do activo	25 214 006	25 198 580

O tratamento contabilístico seguido para a referida fusão foi o seguinte:

- Considerou-se como data da fusão o dia 1 de Julho de 2010, uma vez que nesta data entende-se como havendo controlo e um procedimento de tomada de decisões conjunto.
- Foi avaliado pelo denominado "método de aquisição" conforme requerido pela Circular 4/2004 do Banco de Espanha e modificações posteriores. Este método requer que se considere como custo de aquisição o justo valor dos activos, menos o justo valor dos passivos e dos passivos contingentes da entidade considerada como adquirida para efeitos contabilísticos (neste caso a Caja España). Para estes efeitos, nos valores contabilísticos a 30 de Junho de 2010 da Caja España, foram efectuadas as seguintes correcções de valorização e transferências para reservas:

		Milhares de euros		
	Nota	Montante bruto	Efeito Fiscal (Nota 26)	Montante líquido (Nota 23)
Investimento a Crédito	11	(464 999)	139 500	(325 499)
Activos corpóreos	16	18 513	(5 554)	12 959
Activos não correntes detidos para venda	14	(157 728)	47 318	(110 410)
Activos incorpóreos	17	(30 718)	9 215	(21 503)
Passivos contingentes	21.3	(50 000)	15 000	(35 000)
Participações	15	(270)	81	(189)
Activos Fiscais	26	60 688	-	60 688
Total		<u>(624 514)</u>	<u>205 561</u>	<u>(418 954)</u>
Transferência de «Acertos por valorização» para «Reservas».	22	<u>(243 180)</u>	<u>72 954</u>	<u>(170 226)</u>
Total		<u>(867 695)</u>	<u>278 515</u>	<u>(589 180)</u>

- A colocação ao justo valor dos activos e passivos da Caja España anteriormente mencionados foi realizada de acordo com os seguintes pressupostos e metodologia (ver Nota 7.10):
 - Reavaliação da carteira de participações, a partir de relatórios de profissionais independentes e tendo em conta o valor líquido dos seus activos, de acordo com as suas declarações financeiras a 30 de Junho de 2010.
 - Reavaliação de activos corpóreos (imóveis contabilizados como uso próprio, activos não correntes detidos para venda ou existências), calculada mediante a obtenção de estimativas actualizadas de profissionais independentes e tendo em conta o Anexo IX da Circular 4/2004 do Banco de Espanha.

- Reavaliação da carteira de investimento a crédito e avales a 30 de Junho de 2010, mediante a utilização de relatórios de profissionais terceiros independentes cujas conclusões sobre o justo valor de tal carteira foram baseadas, entre outros, em pressupostos sobre morosidade, capacidade de recuperação de créditos de cobrança difícil e incobráveis, probabilidades de não pagamento da carteira, exposição e severidade da carteira, segmentada por natureza do financiamento (promotor, terreno, habitação, consumo, etc.).
- Reavaliação do activo incorpóreo, correspondente, fundamentalmente, a programas informáticos, que foram valorizados em função da situação actual da Caja e da sua utilização futura.
- Reavaliação de activos fiscais, correspondentes, fundamentalmente, à activação de bases tributáveis de participações pendentes de compensar, e que emergem como consequência da fusão e de uma nova revisão das circunstâncias e avaliação de possíveis benefícios fiscais futuros para sua compensação.
- Para a determinação do efeito fiscal assumiu-se uma taxa tributária de 30% em todos os casos.

Uma vez que, nas fusões de caixas de aforro, o preço de aquisição coincide com o custo de aquisição mencionado anteriormente, não é gerado qualquer fundo de comércio. A contrapartida das correcções de valorização mencionadas anteriormente foi contabilizada como reservas disponíveis (ver Nota 23).

- De acordo com o estabelecido na norma vigente existe um período máximo de um ano a partir da data contabilística da fusão (1 de Julho de 2010) durante o qual a Caja poderia ajustar os montantes reconhecidos, que se considerem provisórios, se como consequência da obtenção de informação relevante sobre factos e circunstâncias que existiam na data da fusão e que, sendo reconhecidos, afectaram os montantes reconhecidos nessa data, ficar demonstrada a necessidade de proceder a algum acerto nos valores provisórios registados que se apresentam nestas contas anuais. Decorrido esse período, só serão realizados acertos à valorização inicial para corrigir um erro.
- Sendo que a fusão ocorre com efeitos contabilísticos a 1 de Julho de 2010, e considerando como entidade adquirente a Caja Duero, a conta de ganhos e perdas consolidada anexa do Grupo não inclui os rendimentos ou gastos do Grupo Caja España desde 1 de Janeiro de 2010 até à referida data. O montante total do resultado de exploração consolidado e o resultado depois de impostos consolidado do Grupo Caja España (entidade adquirida) desde 1 de Julho de 2010 (data contabilística da fusão) até 31 de Dezembro de 2010, que foi incluído na conta de ganhos e perdas consolidada do exercício de 2010 da Caja España de Inversiones é de 42 912 e 29 941 milhares de euros, respectivamente.

- Os Administradores da Entidade calcularam qual seria o resultado do exercício de 2010 da Caja se a fusão tivesse ocorrido a 1 de Janeiro de 2010. Este resultado é apresentado exclusivamente para efeitos ilustrativos uma vez que se trata de uma situação hipotética que não representa a posição financeira ou os resultados reais da Caja e que foi calculado seguindo as hipóteses seguintes:
 - Carteira de Participações: Procedeu-se a ajustes às provisões por imparidade e aos resultados por vendas de participações realizadas no exercício de 2010, tendo em conta o efeito dos acertos a justo valor indicados anteriormente nesta nota.
 - Activos corpóreos e incorpóreos: Procedeu-se a ajustes às provisões por imparidade e aos gastos por amortização dos activos corpóreos e incorpóreos que sofreram correcções de valorização. Por outro lado, procedeu-se ao acerto dos resultados por vendas de activos corpóreos ocorridas no exercício de 2010.
 - Activos não correntes detidos para venda (procedentes da regularização de créditos): Procedeu-se a ajustes às provisões por imparidade registadas no exercício de 2010, uma vez que não ocorreram variações significativas no saldo destes activos durante esse exercício.
 - Investimento a Crédito: Na medida em que a carteira a crédito a 31 de Dezembro de 2010 é inferior à existente a 1 de Janeiro de 2010, eliminou-se integralmente a dotação registada na conta de ganhos e perdas, por se entender que os acertos ao justo valor realizados na fusão tornariam estas dotações desnecessárias.
 - Passivos contingentes: Ajustou-se a provisão por passivos contingentes contabilizada no seguimento da fusão durante o exercício de 2010, uma vez que se assumiu que estaria registada a 1 de Janeiro de 2010.
 - Efeito tributável: Para a determinação do efeito fiscal assumiu-se uma taxa tributável de 30%.

Considerando as hipóteses anteriores, o resultado da exploração e o resultado depois de impostos da Caja ascendiam aos 243 962 e 134 521 milhares de euros, respectivamente.

d) Grupo consolidável

A Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P, é constituída por um conjunto de empresas financeiras e parafinanceiras que, juntamente com outras, formam um Grupo cujo objectivo é diversificar e especializar a oferta aos clientes, de acordo com um modelo próprio de produtos e serviços.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as sociedades dependentes e multigrupo que compõem o Grupo, consolidáveis por integração global e proporcional (Nota 2.c), são as que figuram no Anexo I, juntamente com as associadas.

A Caja España de Inversiones é a sociedade-mãe do Grupo e representa aproximadamente 99,91% e 99,31% do total dos activos do Grupo, a 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009, respectivamente, e 61,42% e 220,88% do lucro dos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente.

e) Informações sobre o Ambiente

As operações globais do Grupo regem-se por leis relativas à protecção do meio ambiente (“leis ambientais”) e a segurança e saúde do trabalhador (“leis sobre segurança no trabalho”). O Grupo considera que cumpre substancialmente essas leis e que mantém procedimentos concebidos para fomentar e garantir o seu cumprimento.

O Grupo adoptou as medidas oportunas em relação à protecção e melhoria ambiental e à minimização, se for o caso, do impacto ambiental, cumprindo a norma vigente para o efeito. Durante o exercício não foi considerado necessário registar qualquer dotação para riscos e encargos de carácter ambiental ao não existirem contingências relacionadas com a protecção e melhoria do meio ambiente.

Os Administradores do Grupo consideram mínimos e, em todo o caso, adequadamente cobertos os riscos ambientais derivados da sua actividade e estimam que não surgiram passivos adicionais relacionados com tais riscos. O Grupo não incorreu em gastos nem recebeu subvenções relacionadas com tais riscos, durante o exercício de 2010.

O Grupo considera que o desafio de proteger e melhorar o nosso ambiente é uma questão que nos envolve a todos, e esta preocupação está patente em todos os âmbitos da sua acção ambiental.

f) Participações no capital de entidades de crédito

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo possuía uma participação no capital social de outras entidades de crédito, nacionais ou estrangeiras, igual ou superior a 5% do seu capital ou dos seus direitos de voto (E.B.N. Banco de Negócios, S.A.) (ver Anexo I).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

a) Bases de apresentação das contas anuais consolidadas

As contas anuais consolidadas da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M., foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das entidades que a compõem, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia (doravante, NIIF-UE), de forma a mostrarem a imagem fiel do património consolidado, da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados do Grupo a 31 de Dezembro de 2010, assim como as variações do património líquido consolidado e dos fluxos de caixa consolidados correspondentes ao exercício anual terminado na referida data. Os princípios e critérios de valorização aplicados são discriminados na Nota 3 deste relatório de gestão consolidado. Não existe nenhum princípio contabilístico ou critério de valorização de carácter obrigatório que, tendo um efeito significativo nas contas anuais consolidadas, não tenha sido aplicado.

As presentes contas anuais consolidadas foram elaboradas de acordo com as NIIF-UE, considerando a Circular 4/2004 do Banco de Espanha, sobre Normas de Informação Financeira Pública e Privada e Modelos de Demonstrações Financeiras das Entidades de Crédito, e alterações posteriores.

A Circular 4/2004 tem como objectivo, de acordo com o demonstrado no seu preâmbulo, modificar o regime contabilístico das entidades de crédito, adaptando-o ao novo contexto contabilístico resultante da adopção das NIIF-UE na União Europeia, conforme o disposto no Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à publicação das NIIF. Esta Circular é de aplicação obrigatória às contas anuais individuais das entidades de crédito.

De acordo com as opções estabelecidas na NIC 1.81, o Grupo optou por apresentar de forma separada, por um lado, uma demonstração que mostre os componentes do resultado consolidado (“Conta de ganhos e perdas consolidada”) e uma segunda demonstração que, partindo do resultado consolidado do exercício, mostra os componentes do outro resultado global do exercício que aparece denominado nestas contas anuais consolidadas como “Demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos consolidada”, aplicando a denominação da Circular 4/2004 do Banco de Espanha.

As variações nos critérios contabilísticos, seja porque as normas são modificadas, ou porque os Administradores decidem variar o critério de aplicação com efeitos retroactivos, implicam o ajuste dos montantes das rubricas afectadas, utilizando como contrapartida a rubrica do património líquido correspondente no balanço de abertura mais antigo sobre o qual seja publicada informação comparativa, como se o novo critério contabilístico tivesse sido sempre aplicado. A aplicação retroactiva do novo critério não se realiza quando é impraticável ou quando a disposição que o modificou fixa a data a partir da qual esta deve ser aplicada. Quando se detectarem erros procedentes de exercícios anteriores, que sejam resultado de omissões, imprecisões ou falhas na utilização da informação disponível nos referidos períodos, esses erros serão corrigidos, aplicando as regras anteriormente referidas, para o caso de ocorrer uma alteração nos critérios contabilísticos aplicados.

b) Utilização de pareceres e estimativas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

A informação incluída nas contas anuais consolidadas é da responsabilidade dos Administradores da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P. Para a preparação de determinadas informações incluídas nestas contas anuais consolidadas, os Administradores utilizaram pareceres e estimativas baseadas em hipóteses que afectam a aplicação dos critérios e princípios contabilísticos e os montantes do activo, passivo, rendimentos, gastos e obrigações que nelas ficam registadas. As estimativas mais significativas utilizadas na preparação destas contas anuais consolidadas referem-se:

- À estimativa do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes para efeitos da fusão (Nota 1(c)).
- Às perdas por imparidade de activos financeiros (Notas 3.h).
- Aos pressupostos utilizados nos cálculos actuariais, realizados para avaliar os passivos e obrigações por benefícios pós emprego (Notas 3.p e 21).
- Ao justo valor, às perdas por imparidade e à vida útil dos activos corpóreos e incorpóreos (Notas 3.k e 3.m).
- Ao justo valor de determinados activos financeiros não cotados em mercados secundários oficiais (Nota 3.f).
- Estimativas para o cálculo de outras provisões (ver Nota 21).

- Estimativas para o cálculo do Imposto sobre Sociedades e activos e passivos fiscais diferidos (ver Nota 26).

As estimativas e pressupostos utilizados baseiam-se na experiência histórica e em outros factores que foram considerados os mais razoáveis no momento presente e são revistos periodicamente. Se, como consequência dessas revisões ou de factos futuros, ocorresse uma alteração das referidas estimativas, o seu efeito seria registado na conta consolidada de ganhos e perdas desse período e dos períodos sucessivos.

c) Combinações de negócio e Critérios de consolidação

Os critérios utilizados na consolidação, incluindo a definição do perímetro de consolidação, correspondem aos estabelecidos pelas NIIF-UE.

c.1) Combinações de negócios

Considera-se uma combinação de negócios uma transacção ou evento em que a Entidade Dominante obtém o controlo sobre uma entidade ou negócio, entendendo por controlo para estes efeitos o poder de dirigir as políticas financeiras ou de exploração de uma entidade para obter lucros das suas actividades.

O procedimento aplicado pela Entidade Dominante para o registo das combinações de negócio é o denominado método de aquisição definido na norma vigente (NIIF 3 “Combinações de negócio” revista em 2008) (ver Nota 1 c)).

c.2) Entidades do Grupo

Consideram-se entidades dependentes do grupo, aquelas que formam, juntamente com a Entidade Dominante, uma unidade de decisão, correspondendo àquelas que a Entidade Dominante tem capacidade de controlar, entendendo-se isso como a capacidade de dirigir as políticas financeiras e operativas de uma entidade. A Entidade Dominante presume que existe controlo quando possui a maioria dos direitos de voto, tem poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do órgão de administração, pode dispor, devido aos acordos celebrados com outros sócios, da maioria dos direitos de voto ou designou exclusivamente com os seus votos a maioria dos membros do órgão de administração.

As entidades do Grupo foram consolidadas pelo método de integração global.

Todos os saldos e transacções significativos entre as entidades consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Da mesma forma, o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, assim como os resultados das sociedades dependentes correspondentes a sócios externos são reconhecidos no património líquido do Grupo e nos resultados do mesmo, nas rubricas “Interesses minoritários” e “Resultado atribuído à minoria”, respectivamente, do balanço e da conta consolidada de ganhos e perdas, em anexo. Apesar do anteriormente exposto, quando o Grupo, no seu conjunto, tenha estabelecido acordos, obrigando-se a entregar dinheiro ou outros activos, com todos ou parte dos sócios externos das suas sociedades dependentes, o património dos sócios externos é apresentado no balanço consolidado como “Outros passivos financeiros”.

A consolidação dos resultados gerados pelas entidades do Grupo adquiridas durante um exercício realiza-se tendo em conta, unicamente, os relativos ao período compreendido entre a data de aquisição e o fecho desse exercício. Paralelamente, a consolidação dos resultados gerados pelas sociedades dependentes alienadas durante um exercício é realizada tendo em conta, unicamente, os relativos ao período compreendido entre o início do exercício e a data da alienação.

c.3) Participação em Negócios Conjuntos (entidades multigrupo)

Entende-se por "Negócios conjuntos" os acordos contratuais em virtude dos quais duas ou mais entidades não vinculadas entre si ("participantes") participam em entidades ("multigrupo"), realizam operações ou mantêm activos de tal forma que qualquer decisão estratégica de carácter financeiro ou operativo que os afecte exige o consentimento unânime de todos os participantes.

As entidades multigrupo foram consolidadas através do método de integração proporcional, de forma que a agregação de saldos e posteriores eliminações têm lugar, apenas, na proporção que a participação do Grupo representa em relação ao capital dessas entidades.

c.4) Entidades Associadas

Consideram-se entidades associadas, aquelas sobre as quais a Entidade Dominante, individualmente ou em conjunto com as restantes entidades do Grupo, tem uma influência significativa, não sendo uma entidade dependente nem multigrupo. Para determinar a existência de influência significativa, a Entidade Dominante considera, entre outras situações, a representação no Conselho de Administração, ou órgão equivalente de direcção da entidade participada, a participação no processo de estabelecimento de políticas, incluindo as relacionadas com os dividendos e outras distribuições, a existência de transacções significativas entre a Entidade Dominante e a participada, o intercâmbio do pessoal de altos cargos directivos e o fornecimento de informação técnica de carácter essencial, ainda que, habitualmente, essa influência significativa se manifeste numa participação (directa ou indirecta) igual ou superior a 20% dos direitos de voto da entidade participada.

Não existem entidades, das quais se possua 20% ou mais dos direitos de voto, que não tenham sido consideradas entidades associadas do Grupo, durante os exercícios de 2010 e 2009.

Nas contas anuais consolidadas, as entidades associadas são avaliadas pelo método da participação. As participações da Entidade Dominante em sociedades associadas são reconhecidas ao custo na data de aquisição e, posteriormente, são avaliadas pela fracção de património líquido que representam em cada uma das sociedades associadas. Os resultados do exercício da sociedade associada, uma vez realizados os acertos correspondentes nos mesmos atribuíveis ao grupo por imparidade, alienação ou disposição, por outros meios, dos elementos patrimoniais cujo justo valor à data de aquisição fosse diferente do valor contabilístico no balanço da associada, aumentam ou reduzem o valor da participação e são registados na conta consolidada de ganhos e perdas na rubrica "Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação". As alterações posteriores à data de aquisição nos acertos por valorização das sociedades associadas aumentam ou reduzem, consoante o caso, o valor da participação. O montante dessas alterações é reconhecido na rubrica "Acertos por valorização" do património líquido correspondente, conforme a sua natureza, através da demonstração consolidada de variações no património líquido consolidado.

c.5) Aquisições e alienações de participações no capital de sociedades do grupo e associadas.

- Participações em empresas do Grupo

As alterações mais significativas ocorridas nesta rubrica no exercício de 2010 devem-se a inclusões derivadas da fusão entre a Caja España e a Caja Duero. A discriminação destas variações é a seguinte:

- Caja España de Inversiones, Sdad. De Participaciones Preferentes S.A.U., passa a fazer parte do Grupo com um custo efectivo de 60 milhares de euros.
- Gestión de Inversiones en Alquiler, S.A., passa a fazer parte do grupo com um custo efectivo de 70 000 milhares de euros e uma imparidade de 43 715 milhares de euros.
- Inmocaja, S.A.U., passa a fazer parte do grupo com um custo efectivo de 30 865 milhares de euros, com imparidade a 100%.
- Invergestión, Sdad. de Inversiones y Gestión, S.A.U., passa a fazer parte do grupo com um custo efectivo de 153 177 milhares de euros.
- Gestión de Inversiones en Valores Extranjeros, S.A. passa a fazer parte do grupo com um custo efectivo de 90 000 milhares de euros e uma imparidade de 13 805 milhares de euros.
- Sespaña Sdad. de Agencia de Seguros, S.A., passa a fazer parte do grupo com um custo efectivo de 2 262 milhares de euros, com imparidade a 100%.
- Caja España Fondos, S.G.I.I.C., S.A.U., passa a fazer parte do Grupo com um custo efectivo de 5 213 milhares de euros
- Campo Inversiones, S.A.U., passa a fazer parte do Grupo com um custo efectivo de 301 milhares de euros
- Caja España Promociones, Sdad. Gestora Marketing, S.A., passa a fazer parte do Grupo com um custo efectivo de 1 035 milhares de euros, com uma imparidade de 956 milhares de euros
- Caja España Asesores, Operador de Banca-Seguros Vinculado, S.A., passa a fazer parte do Grupo com um custo efectivo de 120 milhares de euros
- Viajes Caja España, S.A., passa a fazer parte do Grupo com um custo efectivo de 30 milhares de euros
- Viproelco, S.A., passa a fazer parte do Grupo, após um aumento de Capital, passando a participação de 50% para 92,01%, com um custo efectivo de 2 340 milhares de euros e uma imparidade de 768 milhares de euros.

A alteração mais significativa não relacionada com a fusão durante o exercício de 2010 foi que a Bruesa Duero passou a fazer parte do Grupo, por meio da participação que o Grupo de Negocios Duero tem na mesma, ao passar de 35% para 76,79% com um custo efectivo de 2 150 milhares de euros.

As alterações mais significativas ocorridas nesta rubrica no exercício de 2009 foram as seguintes:

- Em 2009 adquire-se 60% do capital social de Alqlunia Duero, S. L. (em 2008 possuía-se 40%), e começa-se a considerar uma participação em empresas do Grupo (em 2008 considerava-se uma participação em empresas multigrupo).
- Em 2009 procedeu-se ao desembolso de capital no Grupo de Negocios Duero, S.A.U. por 28 468 milhares de euros.

- Participações em empresas Multigrupo

As alterações mais significativas ocorridas nesta rubrica no exercício de 2010 foram as seguintes:

- Durante o exercício de 2010 subscreveu-se parte do aumento de capital da Madrigal Participaciones, S.A., com um custo de aquisição de 9 262 milhares de euros e sem imparidade. Além disso, como consequência da fusão com a Caja España, a participação na Madrigal aumentou em 34,81% passando a ter 65,68% de participação com um custo total de 92 018 milhares de euros.
- Durante o exercício de 2010, a sociedade Madriduero Sistemas Informáticos, A.C.E., foi liquidada e por isso é alienada do balanço por um montante de 105 milhares de euros.
- Sodinteleco passa a fazer parte do Perímetro de Consolidação como Multigrupo, devido à fusão com a Caja España, com um custo efectivo de 19 785 milhares de euros, com uma imparidade de 5 632 milhares de euros.
- Cerro del Baile S.A. passa a fazer parte do Perímetro de Consolidação como Multigrupo, devido à fusão com a Caja España, com um custo efectivo de 16 400 milhares de euros, com uma imparidade de 16 264 milhares de euros.
- San Marcos Cipsa S.A. passa a fazer parte do Perímetro de Consolidação como Multigrupo, devido à fusão com a Caja España, com um custo efectivo de 8 250 milhares de euros, com imparidade a 100%.
- Pagos Minería passa a fazer parte do Perímetro de Consolidação como Multigrupo, devido à fusão com a Caja España, com um custo efectivo de 1 milhar de euros.
- A Viproelco entra, como consequência da fusão em participações multigrupo, com um custo de 1 140 milhares de euros e uma imparidade de 768 milhares de euros. Posteriormente, após um aumento de Capital, em que apenas ocorreu a Inmocaia (participação de 100% da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria), foram desembolsados 1 200 milhares de euros, passando a participação para 92,01%, e por isso foi reclassificada como Grupo.

As alterações mais significativas ocorridas nesta rubrica no exercício de 2009 foram as seguintes:

- Durante o exercício de 2009, participou-se num aumento do capital social da Madrigal Participaciones, S.A. com um custo de aquisição de 18 523 milhares de euros, e sem alterar a percentagem de participação do Grupo.
- Durante o exercício de 2009, a participação na Alqlunia Duero, S.L foi transferida para participações em empresas do Grupo.

- Participações em empresas associadas

Como consequência da fusão entre a Caja España e a Caja Duero, ocorreram inclusões nesta rubrica (ver Anexo I). A descriminação das entradas mais significativas é a seguinte:

- Caja España Vida, passa a fazer parte da rubrica “empresas associadas”, com um custo efectivo de 24 533 milhares de euros.
- Proinsur Mediterráneo, S.L.U., passa a fazer parte da rubrica “empresas associadas”, com um custo efectivo de 8 375 milhares de euros e com uma imparidade de 2 911 milhares de euros.
- Cerquia Urbana, S.L., passa a fazer parte da rubrica “empresas associadas”, com um custo efectivo de 6 625 milhares de euros e com uma imparidade de 4 205 milhares de euros.
- Prodesur Mediterráneo, S.L., passa a fazer parte da rubrica “empresas associadas”, com um custo efectivo de 6 621 milhares de euros e com uma imparidade de 2 466 milhares de euros.
- Patrimonio Inmobiliario Empresarial, S.A., passa a fazer parte da rubrica “empresas associadas”, com um custo efectivo de 9 459 milhares de euros e com uma imparidade de 100%.
- Ayco Grupo Inmobiliario, S.A., passa a fazer parte da rubrica “empresas associadas”, com um custo efectivo de 5 339 milhares de euros.
- ADE Capital Sodical S.C.R.R.C., S.A., passa a fazer parte da rubrica “empresas associadas”, com um custo efectivo de 11 585 milhares de euros (inclui o custo da Caja Duero).

Os movimentos mais significativos não relacionados com a fusão durante o exercício de 2010 foram os seguintes:

- Em 2010 procedeu-se à aquisição de 3,41% do capital social de Blindados Grupo Norte, S.A., com um custo de aquisição de 2 849 milhares de euros. Esta sociedade alterou a sua denominação social, sendo a actual Efectivox, S.A.

- Em 2010 a sociedade registou uma transferência da Aciturri Aeronáutica, S.L. pelo montante de 28 670 milhares de euros. Esta sociedade estava contabilizada em Activos disponíveis para venda. Aumentou-se a participação nesta sociedade indirectamente, uma vez que a Madrigal Participaciones, S.A. em que a Caja participa em 65,68%, adquiriu 17,80% da Aciturri Aeronáutica, S.L., sendo que a participação da Caja, directa e indirecta, é superior a 20%, e com um custo total de 45 311 milhares de euros, após a fusão entre a Caja Duero e a Caja España.

As alterações mais significativas ocorridas nesta rubrica no exercício de 2009 foram as seguintes:

- Em 2009, a Aries Complex, S.A. (sociedade em que a Entidade tinha uma participação de 38,40%) foi absorvida pela Aciturri Aeronáutica, S.L. (passando a Entidade a deter 19,20% da referida sociedade). Em consequência disso alienou-se, em participações em empresas associadas, o custo da participação na Aries Complex, S.A., com um valor de 28 670 milhares de euros, e inclui-se na carteira de activos disponíveis para venda uma nova participação pelo mesmo montante.
- Subscrição de acções da Numzaan, S.L., adquirindo-se uma percentagem de participação de 21,47% do capital social da referida entidade, com um custo de aquisição de 10 733 milhares de euros.
- Tomada de participações de 25,00% da Inmobiliaria CHDOM e de 25,00% da Inmobiliaria CHDOR. Estas sociedades são participações indirectas através da Capredo Investments GMBH. Embora a tomada destas participações não pressupusesse, inicialmente, desembolsos para o Grupo, a Entidade Dominante subscreveu, posteriormente, aumentos de capital da Capredo Investments GMBH por 1 936 milhares de euros.
- Redução, por fusão, de 20% da participação na Fonteduero, S.A., obtendo-se acções da Fontecruz Inversiones, S.A. (participação de 9,33%) que se classificam como activos disponíveis para venda.
- Desembolsos de capital na Blindados Grupo Norte, S.A., com um valor de 2 739 milhares de euros, sociedade na qual o Grupo tinha uma participação de 23,24% no exercício de 2008 e passou a ter uma participação de 24,26% em 2009.

A informação detalhada sobre estas sociedades consta do Anexo I.

d) Comparação da Informação

Os Administradores da Entidade dominante apresentam, para efeitos comparativos, com cada um dos valores detalhados nas presentes contas anuais consolidadas, para além dos números do exercício de 2010, os correspondentes ao exercício anterior. Neste sentido, os valores do exercício de 2010 não são comparativos com os do exercício de 2009, que correspondem unicamente à Caja Duero e Sociedades Dependentes, como consequência da fusão da Caja Duero e da Caja España (ver Nota 1(c)).

3. PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO APLICADOS

Neste relatório de gestão consolidado são utilizadas as abreviaturas “NIC” e “NIIF” para referir as Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas Internacionais de Informação Financeira, respectivamente, aprovadas pela União Europeia, e que serviram de base para elaboração destas contas anuais consolidadas, assim como as “CINIIF” para os Comentários e Interpretações das “NIIF”.

As principais normas ou modificações às NIIF adoptadas pela União Europeia que entraram em vigor obrigatoriamente no exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2010, e cujos efeitos foram reunidos, neste caso, nas presentes contas anuais consolidadas, foram as seguintes:

- Modificações da NIIF 1 “Adopção, pela primeira vez, das normas internacionais de informação financeira”: Tem como finalidade facilitar a sua utilização e modificação futuras, eliminando orientações para a transição que ficaram obsoletas e introduzindo pequenas alterações na redacção, sem alterar os requisitos básicos anteriores.
- Modificações da NIIF 1 “Isenções adicionais para entidades que adoptem as NIIF pela primeira vez”: Posteriormente à alteração anterior ocorre, adicionalmente, a presente modificação sobre a mesma norma que afecta, com carácter geral, a reconsideração de determinados arrendamentos no processo de transição para as NIIF e, adicionalmente e de forma especial, a apresentação e informação a revelar por determinadas entidades que desenvolvem actividades no sector do petróleo e do gás, em relação ao mencionado processo de transição.
- Modificações da NIIF 2 “Pagamentos à base de acções”: Providenciam esclarecimentos sobre o tratamento contabilístico das transacções baseadas em acções em que o fornecedor de bens ou serviços recebe o pagamento em dinheiro e a obrigação é assumida por outra entidade do grupo (transacções do grupo com pagamentos à base de acções liquidadas a dinheiro).
- Revisão da NIIF 3 “Combinações de Negócios”: Estabelece uma série de princípios e normas que regulam a forma como uma entidade adquirente deve reconhecer e valorizar, nos seus dados financeiros, os diferentes elementos (tais como activos identificáveis, passivos assumidos, participações não dominantes e fundo de comércio) em ligação com o regime contabilístico da operação de aquisição. Além disso, determina a informação a revelar relativa a essas operações.
- Modificação da NIC 27 “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”: As modificações da NIC 27 especificam em que circunstâncias uma entidade tem de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, como contabilizar as entidades dominantes, as alterações na sua participação na propriedade de dependentes e como distribuir as perdas de uma dependente entre as participações que concedem controlo e as não dominantes.
- Modificação da NIC 39 “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e valorização” (rubricas que podem ser qualificadas como cobertas): A modificação da NIC 39 clarifica a aplicação da contabilidade de coberturas ao componente de inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opção, quando utilizados como instrumento de cobertura.

- Segundo projecto anual de “Melhorias às NIIF”: Trata-se, na sua maioria, de alterações menores para clarificar ou corrigir as NIIF existentes, no contexto do procedimento de melhoria que o IASB empreende anualmente para racionalizar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.
- Interpretação da CINIIF 12 “Acordos de Concessão de Serviços”: Explica como reconhecer a infra-estrutura objecto do acordo de concessão de serviços nas contas do concessionário e clarifica a distinção entre as diferentes fases de um acordo de concessão de serviços (fases de construção/exploração) e como reconhecer nas contas os rendimentos e gastos em cada caso. Distingue ainda duas formas de reconhecer a infra-estrutura e os rendimentos e gastos ligados à mesma (os «modelos» de activos financeiros e de activos incorpóreos) em função do risco de incerteza que pesa sobre os futuros rendimentos do concessionário.
- Interpretação da CINIIF 15 “Acordos para a construção de imóveis”: Clarifica quando os rendimentos que derivam da construção de imóveis residenciais devem ser reconhecidos nas contas e, em particular, se os acordos de construção estão abrangidos no âmbito de aplicação da NIC 11 “Contratos de construção” ou da NIC 18 “Rendimentos ordinários”, e providencia orientações sobre o assunto.
- Interpretação da CINIIF 16 «Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro»: Clarifica como aplicar os requisitos das Normas Internacionais de Contabilidade NIC 21 e NIC 39 nos casos em que uma entidade cobre o risco da taxa de câmbio derivada dos seus investimentos líquidos em operações com o estrangeiro.
- Interpretação da CINIIF 17 “Distribuição de activos que não numerário aos proprietários”: Clarifica e estabelece directrizes sobre o tratamento contabilístico das distribuições de activos que não numerário aos proprietários de uma entidade.
- Interpretação da CINIIF 18 “Transferência de activos procedentes de clientes”: Introduce aspectos de orientação sobre a contabilização de transferências de imobilizado corpóreo procedentes de clientes, ou de dinheiro em numerário para adquirir ou construir um elemento de imobilizado corpóreo.
- Modificações da CINIIF 9 “Nova avaliação de derivados implícitos”: Estabelece como levar a cabo o processo de avaliação da separação de derivados implícitos do instrumento principal no caso de reclassificações de instrumentos financeiros desde a categoria de justo valor com variações em ganhos e perdas.
- Modificação da NIC 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e valorização”: Proíbe a possibilidade de proceder a reclassificações de instrumentos financeiros desde a categoria de justo valor com variações em ganhos e perdas nos casos em que existe a obrigação de separar um derivado implícito do instrumento principal e essa reclassificação não pode ser levada a cabo.
- Por outro lado, as principais normas emitidas pelo IASB que não são de cumprimento obrigatório na elaboração das contas anuais consolidadas do exercício de 2010, quer seja por terem data efectiva de aplicação posterior a 31 de Dezembro de 2010, quer por não terem sido adoptadas pela União Europeia, são:

- Enquadramento conceptual para o reporting financeiro 2010: Actualizou-se o enquadramento conceptual do IASB, com o objectivo de minimizar as diferenças de conceitos dos elementos das demonstrações financeiras e da utilização de diferentes critérios para o reconhecimento desses elementos e assim harmonizar a regulação, as normas contabilísticas e os procedimentos relacionados com a preparação e apresentação das demonstrações financeiras.
- Modificações da NIIF 1 “Isenções adicionais para entidades que adoptem as NIIF pela primeira vez” (de aplicação a partir de exercícios iniciados a 1 de Julho de 2010): As entidades que adoptem as NIIF pela primeira vez ficam isentas de proporcionar a informação adicional ou a discriminação introduzidas a Março de 2009 pelas emendas à NIIF 7 (“Instrumentos financeiros. Informação a revelar: Melhoria da informação a revelar sobre instrumentos financeiros”).
- Modificação da NIIF 7 “Transferência de activos financeiros: informação a revelar” (entrará em vigor nos exercícios que iniciem a 1 de Julho de 2011 ou mais tarde): Permitirá avaliar as exposições de risco relacionadas com a transferência de activos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade e promover a transparência no reporting das transacções de transferência, especialmente da titularização de activos financeiros. Permite a sua aplicação anterior.
- NIIF 9: “Instrumentos Financeiros” (de aplicação a partir de exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2013 e pendente de adopção pela União Europeia): Supõe a primeira parte (de três) para substituir a actual NIC 39. Nesta primeira etapa modificam-se os critérios para a classificação e valorização dos instrumentos financeiros (mais concretamente, para os activos financeiros).
- CINIIF 19 «Cancelamento de Passivos Financeiros mediante Instrumentos de Património” (de aplicação a exercícios que iniciem a partir de 1 de Julho de 2010): Clarifica os requisitos das NIIF nos casos em que uma entidade renegoceia as condições de um passivo financeiro com o seu credor e este concorda em aceitar as acções da entidade ou outros instrumentos do património para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.
- Modificação da NIC 24: “Informação a revelar sobre partes vinculadas” (de aplicação a partir de exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2011): Simplifica os requisitos sobre a informação a revelar para entidades relacionadas com o Estado (ou instituição governamental equivalente) e clarifica a definição de uma parte vinculada.
- Modificação da NIC 32 “Instrumentos financeiros: Apresentação – Classificação das emissões de direitos” (de aplicação a partir de exercícios iniciados a 1 de Fevereiro de 2010): Clarifica como contabilizar determinados direitos, quando os instrumentos emitidos estão denominados numa moeda que não seja a moeda funcional do emissor. Se os referidos instrumentos forem emitidos de forma proporcional a todos os detentores, por um montante fixo sob a forma de numerário, devem classificar-se como património líquido ainda que o seu preço de exercício esteja denominado numa moeda diferente da moeda funcional do emissor.
- Terceiro projecto anual de “Melhorias às NIIF” (com várias aplicações, sendo a mais recente a partir de exercícios iniciados a 1 de Julho de 2010): Estas melhorias

enquadram-se no processo anual de melhorias que proporcionam um veículo para proceder a emendas não urgentes mas necessárias às NIIF.

- Modificações da CINIIF 14 “Pagamentos antecipados quando existe a obrigação de manter um nível mínimo de financiamento” (de aplicação a partir de exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011): Introduce determinadas modificações nos casos em que se deve eliminar uma consequência não desejada derivada do tratamento dos pagamentos antecipados por contribuições futuras em algumas circunstâncias em que existe a obrigação de manter um nível mínimo de financiamento.

Apesar de, em determinados casos, ser permitida a aplicação antecipada das normas anteriormente descritas, o Grupo optou por não proceder à mesma nas presentes contas anuais consolidadas. O impacto da aplicação destas normas ainda não foi avaliado em profundidade, embora se estime que não seja relevante.

Os princípios e critérios de valorização mais importantes, aplicados na elaboração das contas anuais consolidadas, tendo em conta o indicado na Nota 1(c), foram os seguintes:

a) Princípio de empresa em funcionamento

A informação contida nestas contas anuais consolidadas foi elaborada, considerando que a gestão do Grupo continuará no futuro, pelo que as normas contabilísticas não se aplicaram com o objectivo de determinar o valor do património líquido para efeitos da sua transmissão global ou parcial nem para uma hipotética liquidação (ver Nota 1).

b) Princípio de acumulação

Estas contas anuais consolidadas, excepto no que se relaciona com a demonstração de fluxos de caixa, foram elaboradas em função da corrente real de bens e serviços, independentemente da data do seu pagamento ou da sua cobrança.

c) Compensação de saldos

Apenas se compensam entre si e, conseqüentemente, apresentam-se no balanço consolidado pelo seu valor líquido, os saldos devedores e credores com origem em transacções que, contratualmente ou por imperativo de uma norma legal, contemplam a possibilidade de compensação, e se tem a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e proceder ao pagamento do passivo, simultaneamente.

d) Operações em moeda estrangeira

Para os efeitos destas contas anuais consolidadas, considerou-se como moeda funcional e de apresentação o euro, entendendo-se por moeda estrangeira qualquer moeda diferente do euro.

Na análise inicial, os saldos devedores e credores em moeda estrangeira foram convertidos em euros, utilizando a taxa de câmbio à vista. Depois disso, aplicam-se as seguintes regras para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira para euros:

- Os activos e passivos de carácter monetário convertem-se em euros, utilizando as taxas de câmbio médias à vista oficiais publicadas pelo Banco Central Europeu à data de fecho de cada exercício.
- As rubricas não monetárias avaliadas ao custo histórico convertem-se à taxa de câmbio da data de aquisição.

- Os rendimentos e gastos convertem-se, aplicando a taxa de câmbio da data da operação.
- As amortizações convertem-se, aplicando a taxa de câmbio aplicada ao respectivo activo.

As diferenças de câmbio ocorridas pela conversão de saldos em moeda estrangeira são registadas na conta consolidada de ganhos e perdas (ver Nota 7.9).

e) Reconhecimento de rendimentos e gastos

Como critério geral, os rendimentos são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se vai receber, menos os descontos, bonificações ou promoções comerciais. Quando a entrada de caixa é diferida no tempo, o justo valor é determinado através do desconto dos fluxos de caixa futuros.

O reconhecimento de qualquer rendimento na conta de ganhos e perdas ou no património líquido estará sujeito ao cumprimento das seguintes premissas:

- Se o seu montante puder ser estimado de modo fiável.
- Se for provável que o Grupo receba os benefícios económicos.
- Se a informação for verificável.

Quando surgem dúvidas em relação à cobrança de um montante previamente reconhecido entre os rendimentos, a quantia cuja capacidade de cobrança deixou de ser provável é registada como um gasto e não como um rendimento menor.

Todos os instrumentos de dívida que se encontram classificados individualmente pelo Grupo como estando em imparidade, assim como aqueles para os quais se tivessem calculado colectivamente as perdas por imparidade por terem montantes vencidos com uma antiguidade superior a três meses, têm a acumulação de juros interrompida.

Os juros e dividendos são contabilizados na conta de ganhos e perdas, com base nos seguintes critérios:

- Os juros utilizam o método da taxa de juro efectiva para o seu reconhecimento na conta de ganhos e perdas.
- Os dividendos são reconhecidos quando se declara o direito do accionista de receber a cobrança.

Apesar do anterior, os juros e dividendos acumulados anteriormente à data de aquisição do instrumento e pendentes de cobrança não fazem parte do custo de aquisição nem são reconhecidos como rendimentos.

f) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que origina um activo financeiro numa entidade e, simultaneamente, um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, assim como os seus componentes, são classificados como passivos financeiros, na data do seu reconhecimento inicial, de acordo com o seu fundo económico quando este não coincide com a sua forma jurídica.

As remunerações, as variações de valores contabilísticos, assim como os resultados associados à recompra ou novo financiamento dos passivos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas como um gasto financeiro. Da mesma forma, os custos de emissão dos passivos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas, aplicando o método da taxa de juro efectiva.

O Grupo emite instrumentos financeiros híbridos, que incluem um contrato principal diferente de um derivado e um contrato financeiro derivado, denominado derivado implícito. Estes derivados implícitos são separados dos referidos contratos principais, e são tratados de maneira independente para efeitos contabilísticos, se as características e riscos económicos do derivado implícito não estiverem estreitamente relacionadas com as do contrato principal que não é um derivado, se um instrumento diferente com as mesmas condições que as do derivado implícito cumprir a definição de derivado e se o contrato híbrido não for valorizado pelo seu justo valor com variações em perdas e ganhos.

O valor inicial dos derivados implícitos que são separados do contrato principal e que são opções obtém-se com base nas suas próprias características, e os que não são opções têm um valor inicial nulo. Quando o Grupo não tem capacidade para estimar com fiabilidade o justo valor de um derivado implícito, estima o seu valor através da diferença entre o justo valor do contrato híbrido e o do contrato principal, sempre que ambos os valores possam ser considerados fiáveis; se isso também não for possível, o Grupo não separa o contrato híbrido e trata, para efeitos contabilísticos, o instrumento financeiro híbrido no seu conjunto como estando incluído na carteira de "Activos financeiros de justo valor, com variações em perdas e ganhos". O contrato principal que não é um derivado é tratado, para efeitos contabilísticos, de maneira independente.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos no balanço, exclusivamente, quando o Grupo se converte numa parte do contrato, de acordo com as especificações deste. O Grupo reconhece os instrumentos de dívida, tais como os créditos e depósitos de numerário, desde a data na qual surge o direito legal de receber, ou a obrigação legal de pagar, o montante, e os derivados financeiros desde a data de contratação. Adicionalmente, as operações realizadas no mercado de câmbios serão registadas na data de liquidação, e os activos financeiros negociados nos mercados secundários de valores espanhóis, se forem instrumentos de capital, serão reconhecidos na data de contratação e, se se tratar de valores representativos de dívida, na data de liquidação.

Os activos e passivos financeiros com os quais o Grupo lida habitualmente são:

- Financiamentos outorgados e recebidos de outras entidades de crédito e clientes, independentemente da sua forma jurídica.
- Valores, tanto representativos de dívida (obrigações, títulos de dívida, notas promissórias, etc.) como instrumentos de capital (acções).
- Derivados: contratos cujo resultado está relacionado com a evolução do valor de um activo subjacente (taxa de juro, taxa de câmbio ou uma referência similar), com um desembolso inicial não significativo ou nulo e que se liquidam numa data futura. Para além de proporcionarem um resultado, (perda ou ganho) permitem, se se

cumprirem determinadas condições, eliminar a totalidade ou uma parte dos riscos financeiros associados aos saldos e transacções do Grupo.

f.1) Activos financeiros

São activos financeiros, entre outros, o saldo em numerário em caixa, as disponibilidades nos bancos centrais e em entidades de crédito, o crédito a clientes, os valores representativos de dívida, os instrumentos de capital adquiridos, excepto os correspondentes a empresas dependentes, multigrupo ou associadas, e os derivados de negociação e de cobertura.

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes carteiras, para efeitos de valorização:

- "Activos financeiros ao justo valor com variações em ganhos e perdas". Esta carteira de activos financeiros é subdividida, por sua vez, em duas:
 - Carteira de negociação: são activos financeiros originados ou adquiridos com o objectivo de serem realizados a curto prazo, ou que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para a qual há provas de acções recentes para obter ganhos a curto prazo. Da mesma maneira, também fazem parte desta carteira os instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contabilística.
 - Outros activos financeiros de justo valor com variações em ganhos e perdas: são activos financeiros híbridos que, não fazendo parte da carteira de negociação, têm de ser avaliados integralmente pelo seu justo valor. Da mesma forma, fazem parte desta carteira os activos financeiros que, não fazendo parte da carteira de negociação, são geridos conjuntamente com derivados financeiros que tenham como objectivo e efeito reduzir significativamente a sua exposição a variações no seu justo valor, ou que são geridos conjuntamente com passivos financeiros e derivados, com o objectivo de reduzir significativamente a exposição global ao risco de taxa de juro.
- "Investimentos a deter até à maturidade": nesta categoria incluem-se os valores representativos de dívida com vencimento fixo e fluxos de caixa de montante determinado ou determinável que o Grupo tem, desde o início e em qualquer data posterior, tanto a intenção positiva, como a capacidade financeira demonstrada, de conservar até ao seu vencimento.
- "Investimentos a crédito": incluem os activos financeiros que, não se negociando num mercado activo, nem sendo obrigatório avaliá-los pelo seu justo valor, os seus fluxos de caixa são de montante determinado ou determinável e neles se estima recuperar todo o desembolso realizado pelo Grupo, excluindo as razões imputáveis à solvência do devedor. Nesta categoria são agregados tanto o investimento procedente da actividade típica de crédito, tal como os montantes de caixa dispostos e pendentes de amortização pelos clientes, a título de empréstimo ou os depósitos emprestados a outras entidades, qualquer que seja a sua instrumentação jurídica, e os valores representativos de dívida não cotados, como as dívidas contraídas pelos compradores de bens, ou utilizadores de serviços, que constituam parte do negócio do Grupo.
- "Activos financeiros disponíveis para venda": esta carteira inclui valores representativos de dívida não qualificados como investimento a deter até à

maturidade ou de justo valor com variações em ganhos e perdas, e os instrumentos de capital de entidades que não sejam dependentes, associadas ou multigrupo do Grupo e que não se tenham incluído na categoria de justo valor com variações em ganhos e perdas.

No reconhecimento inicial no balanço, os activos financeiros são registados pelo seu justo valor. O justo valor é a quantia pela qual um activo poderia ser entregue, ou um passivo liquidado, entre as partes interessadas devidamente informadas, numa transacção realizada em condições de independência mútua.

Depois do seu reconhecimento inicial, o Grupo valoriza todos os activos financeiros, incluindo os derivados que sejam activos, pelo seu justo valor, sem deduzir nenhum custo de transacção em que se pudesse incorrer através da sua venda, ou qualquer outra forma de transmissão, com as seguintes excepções:

- Os activos financeiros incluídos nas categorias de "Investimentos a crédito", e "Investimentos a deter até à maturidade", que são avaliados pelo seu custo amortizado. O custo amortizado é o montante com o qual foi inicialmente valorizado o instrumento financeiro, menos os reembolsos do principal, mais ou menos, conforme o caso, a parte imputada na conta de ganhos e perdas, através da utilização do método da taxa de juro efectiva, da diferença entre o montante inicial e o valor de reembolso na maturidade e menos qualquer redução de valor por imparidade reconhecida directamente como uma diminuição do valor do activo ou através de uma conta de correcção do seu valor.
- Os activos financeiros, que são instrumentos de capital cujo justo valor não pode ser estimado de maneira fiável, assim como os derivados que têm esses instrumentos como activo subjacente e se liquidam entregando os mesmos e que são valorizados quanto ao custo.

Se, como consequência de uma alteração na intenção ou na capacidade financeira da Entidade, os activos financeiros incluídos na carteira de activos financeiros disponíveis para venda são reclassificados na carteira de investimentos a deter até à maturidade, o seu justo valor à data da transferência converte-se no seu custo amortizado. Nesse caso, os ganhos ou perdas que tivessem sido registadas como acerto por valorização do património líquido da Entidade mantêm-se no balanço, juntamente com as correspondentes a activos financeiros disponíveis para venda. Os activos passam a ser valorizados pelo custo amortizado e, tanto a diferença deste relativamente à sua quantia na maturidade como os resultados registados previamente no património líquido, serão reconhecidos na conta de ganhos e perdas durante a vida residual do activo financeiro, utilizando o método da taxa de juros efectiva.

Os activos financeiros que foram designados como rubricas cobertas, ou como instrumento de cobertura, são valorizados conforme o estabelecido na Nota 3.i) deste relatório.

O justo valor de um instrumento financeiro é o preço que se pagaria por ele num mercado organizado, transparente e profundo ("preço de cotação" ou "preço de mercado"). Quando um determinado instrumento financeiro carece de preço de mercado, recorre-se, para estimar o seu justo valor, ao estabelecido em transacções recentes de instrumentos análogos e, à falta delas, a modelos de valorização suficientemente contrastados pela comunidade financeira internacional; tendo-se em consideração as particularidades específicas do instrumento a valorizar e, muito especialmente, os diferentes tipos de riscos que o instrumento tem associados.

O justo valor dos derivados financeiros padrão incluídos nas carteiras de negociação é assimilado à sua cotação diária e se, por razões excepcionais, não se puder estabelecer a sua cotação numa dada data, para os valorizar, recorre-se a métodos similares aos utilizados para valorizar os derivados OTC. O justo valor dos derivados OTC é assimilado à soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados à data da valorização ("valor actual" ou "fecho teórico"); sendo utilizados no processo de valorização, métodos reconhecidos pelos mercados financeiros: "valor actual líquido" (VAL), modelos de determinação de preços de opções, etc.

A taxa de juro efectiva é a taxa de actualização que iguala exactamente o valor inicial de um instrumento financeiro à totalidade dos seus fluxos de caixa, estimados por todos os conceitos ao longo da sua vida remanescente. Para os instrumentos financeiros com taxa de juro fixa, a taxa de juro efectiva coincide com a taxa de juro contratual estabelecida no momento da sua aquisição mais, se aplicável, as comissões que, pela sua natureza, sejam assimiláveis a uma taxa de juro. Nos instrumentos financeiros com taxas de juro variável, a taxa de juro efectiva coincide com a taxa de rendimento vigente por todos os conceitos, até à primeira revisão da taxa de juro de referência que venha a ter lugar.

Os activos financeiros são alienados no balanço consolidado do Grupo quando expiraram os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa ou quando se transferem, sempre que na referida transferência sejam transmitidos substancialmente os seus riscos e benefícios ou, mesmo que não exista transmissão nem retenção substancial dos mesmos, se transmite o controlo do activo financeiro. Neste último caso, quando não se transmite o controlo do activo, estes continuarão a ser reconhecidos pelo seu compromisso contínuo, ou seja, por um valor igual à exposição do Grupo às variações do valor do activo financeiro transferido.

O valor contabilístico dos activos financeiros é corrigido pelo Grupo com débito na conta de ganhos e perdas, quando existe uma prova objectiva de que ocorreu uma perda por imparidade (ver Nota 3.h).

f.2) Passivos financeiros

São passivos financeiros, entre outros, os recursos dos bancos centrais e de entidades de crédito, os recursos de clientes, os débitos representados por valores negociáveis, derivados de negociação e de cobertura, os passivos subordinados e as posições curtas.

Os passivos financeiros são classificados para efeitos da sua valorização numa das seguintes categorias:

- "Passivos financeiros ao justo valor com variações em ganhos e perdas". Esta carteira de passivos financeiros é subdividida, por sua vez, em duas:
 - Carteira de negociação: são passivos financeiros emitidos com a intenção de serem readquiridos num futuro próximo. Fazem parte desta carteira as posições, os passivos financeiros que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente, para a qual existem provas de acções recentes para obter ganhos a curto prazo e os instrumentos derivados, sempre que não sejam instrumentos de cobertura.

- Outros passivos financeiros de justo valor com variações em ganhos e perdas: Passivos financeiros híbridos que, não fazendo parte da carteira de negociação, são obrigatoriamente avaliados integralmente pelo seu justo valor, incluindo os seguros de vida ligados a fundos de investimento, quando os activos financeiros a que se encontram ligados também são avaliados ao seu justo valor, com variações em ganhos e perdas.
- "Passivos financeiros de justo valor com variações no património líquido": nesta categoria incluem-se os passivos financeiros associados aos "Activos financeiros disponíveis para venda" originados como consequência de transferências de activos que tenham de ser valorizados pelo seu justo valor com variações no "Património líquido".
- "Passivos financeiros ao custo amortizado": nesta categoria incluem-se os passivos financeiros não incluídos em nenhuma das categorias anteriores.

No reconhecimento inicial no balanço, os passivos financeiros são registados pelo seu justo valor. Depois do reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são avaliados pelo seu custo amortizado, excepto:

- Os incluídos na categoria "Passivos financeiros de justo valor com variações em ganhos e perdas", que serão valorizados pelo seu justo valor, excepto os derivados que tenham como activo subjacente instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser estimado de maneira fiável, que serão valorizados ao custo.
- Os passivos financeiros designados como rubricas cobertas, ou como instrumentos de cobertura contabilística que seguem os critérios e regras estabelecidos no parágrafo i) desta mesma Nota.

Os passivos financeiros são alienados do balanço consolidado do Grupo quando estes se tiverem extinguido ou adquirido. A diferença entre o valor contabilístico dos passivos financeiros extintos e a contraprestação entregue é imediatamente reconhecida na conta de ganhos e perdas.

f.3) Ganhos e perdas dos instrumentos financeiros

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros são registados, dependendo da carteira em que se encontrem classificados, seguindo os seguintes critérios:

- Para os instrumentos financeiros incluídos na categoria de justo valor com variações em perdas e ganhos, as variações de justo valor registam-se directamente na conta de ganhos e perdas, distinguindo, para os instrumentos que não sejam derivados, entre a parte atribuível aos rendimentos acumulados do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos, consoante a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras. Os juros dos instrumentos financeiros classificados dentro desta categoria são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.
- Para os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado, as variações do seu justo valor são reconhecidas quando o instrumento financeiro causa a alienação no balanço consolidado e, no caso dos activos financeiros, quando ocorre a sua

imparidade. Os juros dos instrumentos financeiros classificados dentro desta categoria são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

- Para os activos financeiros disponíveis para venda aplicam-se os seguintes critérios:
 - (i) Os juros acumulados calculam-se de acordo com o método do juro efectivo, e, se for o caso, os dividendos acumulados são reconhecidos na conta de ganhos e perdas,
 - (ii) As perdas por imparidade são registadas de acordo com o descrito na Nota 3.h,
 - (iii) As variações de câmbio são reconhecidas na conta consolidada de ganhos e perdas quando se trata de activos financeiros monetários e, transitoriamente, no património líquido, como "Acertos por valorização", quando se tratar de activos financeiros não monetários até que ocorre a alienação das mesmas no balanço consolidado, altura em que estas diferenças são introduzidas na conta consolidada de ganhos e perdas, (iv) As restantes variações de valor reconhecem-se directamente no património líquido consolidado do Grupo até ocorrer a alienação no balanço consolidado do activo financeiro.

f.4) Aquisição (cessão) temporária de activos

As compras (vendas) de instrumentos financeiros com o compromisso de retrocessão não opcional a um preço determinado ("repos") são registadas no balanço da situação como um financiamento concedido (recebido) em função da natureza do correspondente devedor (credor), nas rubricas "Disponibilidades em Entidades de Crédito" ou "Crédito a Clientes" ("Recursos de Entidades de Crédito" ou "Recursos de Clientes").

As diferenças entre os preços de compra e venda são registadas como juros financeiros durante a vigência do contrato.

g) Garantias Financeiras

Consideram-se "garantias financeiras" os contratos pelos quais o Grupo se obriga a pagar quantias específicas por um terceiro, caso este não o faça. Os principais contratos reunidos nesta rubrica, que são incluídos na informação "Pro memoria" no final do balanço consolidado, são avales (tanto financeiros como técnicos), garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pelo Grupo, contratos de seguros, bem como os derivados de crédito nos quais o Grupo age como fiador.

Quando o Grupo emite este tipo de contratos, estes são reconhecidos na rubrica de "Passivos financeiros a custo amortizado - Outros passivos financeiros" do passivo do balanço consolidado pelo seu justo valor e simultaneamente na rubrica "Investimentos a crédito - Crédito a clientes" pelo valor actual dos fluxos de caixa futuros, pendentes de recepção, utilizando, para ambas as rubricas, um tipo de desconto similar ao dos activos financeiros concedidos pelo Grupo à contraparte com prazo e risco similares. Após a emissão, este tipo de contratos são avaliados, registando as diferenças em relação à conta de ganhos e perdas como rendimento financeiro ou como comissão recebida em função de se tratar da conta de "Crédito a clientes" ou de "Outros passivos financeiros" de passivo, respectivamente.

Adicionalmente ao mencionado no parágrafo anterior, as garantias financeiras serão cobertas tal como estabelecido na Nota 3.h) em relação à cobertura do risco de crédito.

h) Imparidade do valor dos activos financeiros

O valor contabilístico dos activos financeiros é corrigido pelo Grupo, com débito na conta de ganhos e perdas, quando existe uma prova objectiva de que ocorreu uma perda por imparidade.

- Instrumentos de dívida a custo amortizado

Existe uma prova objectiva de imparidade nos instrumentos de dívida, entendidos como os créditos e valores representativos de dívida, quando, como resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo (um "acontecimento que causa a perda"), e esse acontecimento ou acontecimentos que causam a perda tenham impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro do grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com fiabilidade.

O desaparecimento de um mercado activo, devido ao facto de os instrumentos financeiros de uma entidade não cotarem mais, não é, por si só, uma prova de imparidade do valor. A redução na qualificação de crédito da entidade não é, por si só, uma prova de perda de valor, ainda que pudesse ser indicativa da imparidade quando considerada juntamente com outras informações disponíveis. Uma descida no justo valor do activo financeiro abaixo do seu custo ou do seu custo amortizado não é, necessariamente, prova de imparidade do valor (por exemplo, uma descida no justo valor de um instrumento de dívida como consequência de um aumento na taxa de juro livre de riscos).

A prova objectiva de imparidade determina-se individualmente para os instrumentos de dívida significativos e individual e colectivamente para os grupos de instrumentos que não sejam individualmente significativos.

No caso de instrumentos de dívida valorizados pelo seu custo amortizado, o montante das perdas por imparidade é igual à diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, mesmo que o Grupo considere, para os instrumentos cotados como substituto do valor actual dos fluxos de caixa, o valor de mercado dos mesmos, sempre que este seja suficientemente fiável. O montante das perdas estimadas por imparidade é reconhecido na conta de ganhos e perdas, utilizando como contrapartida uma rubrica compensadora para corrigir o valor dos activos. Quando a recuperação da perda é considerada difícil, esse montante é alienado do activo.

O valor actual dos fluxos futuros previstos é calculado, descontando à taxa de juro efectiva da operação (se a operação foi contratada à taxa fixa) ou à taxa de juro efectiva da operação na data da actualização (se a operação foi contratada à taxa variável). Os fluxos futuros previstos são determinados tendo em conta as garantias, tipos de risco e circunstâncias nas quais se prevê que ocorram as cobranças.

No caso de "Activos financeiros disponíveis para venda", o custo das perdas por imparidade é igual à diferença positiva entre o seu custo de aquisição, líquido de qualquer amortização do capital, e o seu justo valor menos qualquer perda por imparidade previamente reconhecida na conta de ganhos e perdas. Quando existem provas objectivas de que uma redução no justo valor se deve à sua imparidade, as

menos-valias latentes reconhecidas como "Acertos por valorização" de "Património líquido" são imediatamente registadas na conta de ganhos e perdas.

As recuperações das perdas por imparidade de instrumentos de dívida são reconhecidas na conta de ganhos e perdas do período no qual ocorre a recuperação.

Todos os instrumentos de dívida que se encontram classificados pelo Grupo como em imparidade, assim como os que, colectivamente, têm perdas por imparidade por terem montantes vencidos com uma antiguidade superior a três meses, têm a sua acumulação de juros interrompida.

Com a finalidade de determinar as perdas por imparidade, o Grupo classifica os seus riscos como risco normal, sub-padrão, de cobrança duvidosa ou incobrável.

O Grupo considera riscos sub-padrão, os instrumentos de dívida e riscos contingentes que, sem cumprir os critérios para serem classificados individualmente como de cobrança duvidosa ou incobráveis, apresentem debilidades que podem pressupor que se assumam perdas por se tratarem, entre outras, de operações de clientes que fazem parte de grupos em dificuldades ou de operações não documentadas adequadamente.

O Grupo considera activos em imparidade (riscos duvidosos), os instrumentos de dívida, assim como os riscos e compromissos contingentes, para os quais existem evidências objectivas de imparidade, que fazem referência, fundamentalmente, à existência de falhas de pagamento, incumprimentos, refinanciamentos e à existência de dados que evidenciem a possibilidade de não recuperar a totalidade dos fluxos futuros acordados ou, quando se trata de instrumentos de capital, de não recuperar integralmente o valor contabilístico.

Quando se considera remota a recuperação de qualquer valor registado, o mesmo é alienado no balanço consolidado, sem prejuízo das acções que se possam levar a cabo para tentar conseguir a sua cobrança.

Um instrumento de dívida sofre imparidade por insolvência quando se manifesta um envelhecimento da capacidade de pagamento do devedor (risco imputável ao cliente) ou por se materializar o risco-país, entendendo como tal aquele que coincide com os devedores residentes no mesmo país pelas circunstâncias específicas deste, diferentes do risco habitual.

Para determinar as perdas por imparidade deste tipo de activos, o Grupo avalia as possíveis perdas da seguinte forma:

- Individualmente, para todos os activos significativos e para aqueles que, não sendo significativos, não se incluem em grupos homogéneos de características similares: antiguidade dos montantes vencidos, tipo de garantia, sector de actividade, área geográfica, etc.
- Colectivamente: O Grupo agrupa os activos que não foram identificados de forma individual em grupos homogéneos em função da contraparte, situação da operação, garantia, antiguidade dos montantes vencidos e estabelece para cada grupo as perdas por imparidade (perdas identificadas) que devem ser reconhecidas nas contas anuais consolidadas na base de um calendário de mora baseado na experiência do Grupo e do Sector, ou em função do valor actual dos fluxos de caixa que se espera cobrar (para riscos sub-padrão).

- Para além das perdas identificadas de forma específica, o Grupo cobre as perdas inerentes incorridas dos riscos não identificados como em imparidade (risco normal) através de uma cobertura global, que corresponde à perda estatística pendente de atribuição a operações concretas, e se determina tendo em conta a experiência histórica de imparidade e outras circunstâncias conhecidas à data das demonstrações financeiras. Esta perda global é quantificada por aplicação dos parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha com base na sua experiência e na informação histórica que existe do sector financeiro espanhol. O Banco de Espanha actualiza periodicamente os parâmetros utilizados para determinar esta perda global, de acordo com a evolução dos dados do sector.

Dado que o Grupo não conta com informação estatística suficiente sobre a sua experiência histórica de perdas por imparidade, utilizou os parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha com base na sua experiência e na informação que tem do sector, que são modificados periodicamente de acordo com a evolução das condições do sector e do meio.

Deste modo, estas perdas por imparidade inerentes incorridas são determinadas através da aplicação de percentagens aos instrumentos de dívida não valorizados pelo seu justo valor com variações em perdas e ganhos e aos riscos contingentes classificados como risco normal, variando as referidas percentagens em função da classificação dos instrumentos entre as diferentes categorias de risco (sem risco, baixo, médio-baixo, médio-alto e alto).

- Instrumentos de capital

Existe uma prova objectiva de que os instrumentos de capital estão em imparidade quando, após o seu reconhecimento inicial, ocorre um evento ou uma combinação deles que faça crer que não se vai poder recuperar o seu valor contabilístico.

A Entidade também considera como prova de imparidade as situações nas quais o emissor do activo financeiro está declarado, ou é provável que o declarem insolvente ou em qualquer situação de reorganização financeira, ou tenha dificuldades financeiras significativas.

O Grupo considera que, em geral e salvo prova em contrário, o valor do investimento não é recuperável quando ocorrer uma diminuição no seu valor significativo e prolongado (40% - 18 meses).

No caso de instrumentos de capital valorizados pelo justo valor e incluídos na carteira de "Activos financeiros disponíveis para venda", a perda por imparidade é calculada como a diferença entre o seu custo de aquisição e seu justo valor, menos as perdas por imparidade previamente reconhecidas. As menos-valias latentes reconhecidas directamente como "Acertos por valorização" no "Património líquido" são registadas na conta de ganhos e perdas quando se determina que a redução do justo valor se deve à sua imparidade. Se, posteriormente, se recuperarem todas ou parte das perdas por imparidade, o seu montante é reconhecido na rubrica "Acertos por Valorização" do "Património líquido".

No caso de instrumentos de capital valorizados pelo método do custo na carteira de "Activos financeiros disponíveis para venda", a perda por imparidade é calculada como a diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados conforme a taxa de rentabilidade de mercado para outros valores similares. Para a determinação da imparidade tem-se em consideração o património líquido da entidade participada, excepto os "Acertos por valorização" devidos a coberturas de fluxos de caixa, corrigido pelas mais-valias tácitas existentes à data da valorização. Estas perdas são registadas na conta de ganhos e perdas, diminuindo directamente o instrumento de capital, sem que o seu montante possa ser recuperado posteriormente, excepto em caso de venda.

i) Coberturas contabilísticas

O Grupo utiliza derivados financeiros (swaps, contratos a prazo, futuros, opções e combinações destes instrumentos), tanto formalizados em contratos padrão negociados em mercados organizados, como negociados de forma bilateral com a contraparte à margem de mercados organizados ("derivados OTC").

Todos os derivados financeiros (incluindo os contratados inicialmente com a intenção de servirem de cobertura) que não reúnem as condições que permitem considerá-los de cobertura são tratados para efeitos contabilísticos como "derivados de negociação".

Para que um derivado financeiro se considere de cobertura tem de, necessariamente:

- Cobrir um dos seguintes três tipos de riscos: i) As variações no valor dos activos e passivos devidas a oscilações nos preços e na taxa de juro e/ou taxa de câmbio a que se encontre sujeita a posição ou saldo a cobrir ("cobertura de justos valores"), ii) As alterações nos fluxos de caixa estimados com origem nos activos e passivos financeiros, compromissos e transacções previstas, que seja altamente provável que uma entidade do Grupo leve a cabo ("cobertura de fluxos de caixa") e iii) O investimento líquido num negócio no estrangeiro ("cobertura de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro").
- Eliminar eficazmente algum risco inerente ao elemento ou posição coberta durante todo o prazo previsto de cobertura, o que implica que, desde a sua contratação, se espera que esta actue com um alto grau de eficácia ("eficácia prospectiva") e que exista uma evidência suficiente de que a cobertura foi eficaz durante a vida do elemento ou posição coberta ("eficácia retrospectiva").
- Estar documentado que a contratação do derivado financeiro teve lugar especificamente para servir de cobertura, incluindo a forma em que se pensava conseguir e medir uma cobertura eficaz, de acordo com a política de gestão de riscos do Grupo.

A eficácia da cobertura dos derivados definidos como de cobertura fica devidamente documentada por meio dos testes de efectividade, realizados pelo Grupo, para verificar se as diferenças ocorridas devido às variações de preços de mercado entre o elemento coberto e sua cobertura se mantêm em parâmetros razoáveis ao longo da vida das operações, cumprindo assim as previsões estabelecidas no momento da contratação.

O Grupo considera que uma relação de cobertura é altamente eficaz quando, desde o seu início e durante a vida da operação, as variações nos fluxos de caixa ou no justo valor das rubricas cobertas, ocasionadas pelos riscos cobertos são compensadas quase na sua totalidade pelas variações nos fluxos de caixa ou no justo valor da sua cobertura. Este requisito é cumprido quando os resultados da cobertura tenham oscilado, em relação aos da rubrica coberta, numa variação de 80% a 125%.

Quando, em algum momento, esta relação deixa de ser cumprida, as operações de coberturas deixarão de ser tratadas como tal e são reclassificadas como derivados de negociação.

As coberturas podem aplicar-se tanto a elementos ou saldos individuais, como a carteiras de activos e passivos financeiros. Neste último caso, os activos ou passivos financeiros da carteira coberta devem expor o Grupo ao mesmo tipo de risco.

O Grupo classifica as suas coberturas contabilísticas em função do tipo de risco que cobrem em: coberturas do valor, coberturas de fluxos de caixa e coberturas de investimentos líquidos de negócios no estrangeiro. A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo não tinha coberturas de fluxos de caixa nem coberturas de investimentos líquidos de negócios no estrangeiro.

i.1) Contabilização das coberturas de justo valor

O ganho ou perda que surge ao avaliar os instrumentos de cobertura, ao justo valor, bem como o atribuível ao risco coberto, reconhece-se imediatamente na conta de ganhos e perdas, apesar de a rubrica coberta ser valorizada pelo seu custo amortizado, ou seja, um activo financeiro incluído na categoria de activos financeiros disponíveis para venda.

Quando a rubrica coberta é valorizada pelo seu custo amortizado, o seu valor contabilístico é ajustado no montante do ganho ou perda que se regista na conta de ganhos e perdas, como consequência da cobertura. Quando esta rubrica deixa de estar coberta pelas variações do seu justo valor, o montante do referido ajuste é reconhecido na conta de ganhos e perdas, utilizando o método da taxa de juro efectiva recalculada à data em que deixa de estar ajustada, devendo estar completamente amortizado aquando do vencimento da rubrica coberta.

j) Operações de transferência de activos financeiros

O Grupo aliena, no balanço consolidado, de um activo financeiro transferido quando transmite integralmente a terceiros todos os direitos contratuais a receber os fluxos de caixa que gera ou quando, mesmo conservando estes direitos, assume a obrigação contratual de os pagar aos cessionários, e os riscos e benefícios associados à propriedade do activo são substancialmente transferidos.

No caso de transferências de activos nos quais os riscos e benefícios associados à propriedade do activo são substancialmente retidos, não se aliena o activo financeiro transferido no balanço consolidado, sendo reconhecido um passivo financeiro associado por um montante igual à contraprestação recebida, que se avalia posteriormente pelo seu custo amortizado. O activo financeiro transferido continua a ser valorizado com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Na conta de ganhos e perdas são reconhecidos, sem compensar, tanto os rendimentos do activo financeiro transferido, como os gastos do passivo financeiro.

No caso de transferências de activos em que os riscos e benefícios associados à propriedade do activo nem são transferidos nem são substancialmente retidos, e o Grupo mantém o controlo do activo, reconhece-se um activo financeiro por um montante igual à sua exposição às variações de valor do activo financeiro transferido e um passivo financeiro associado ao activo financeiro transferido, que se valoriza de uma forma em que o valor contabilístico líquido entre ambos os instrumentos é igual a:

- Quando o activo financeiro transferido é valorizado pelo seu custo amortizado: O custo amortizado dos direitos e obrigações retidos pelo Grupo.
- Quando o activo financeiro transferido é valorizado pelo seu justo valor: O justo valor dos direitos e obrigações retidos pelo Grupo avaliados separadamente.

No caso de o Grupo não reter o controlo do instrumento financeiro transferido, este é alienado no balanço consolidado e reconhece-se qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.

O Grupo não reconheceu, a não ser que fosse necessário como consequência de um acontecimento posterior, os activos e passivos relacionados por transferências realizadas antes de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a excepção mencionada nas NIIF. A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o Grupo tem activos titularizados e que foram alienados do balanço consolidado de acordo com o anterior regulamento aplicável no montante de 24 841 e 14 359 milhares de euros respectivamente (Nota 11.2) que, se não tivessem sido cancelados, implicariam, basicamente, um aumento por esse montante do activo e do passivo do Grupo nas referidas datas.

Durante o exercício de 2007, a Caja España realizou uma operação de titularização de activos mediante a cessão de empréstimos e créditos da sua carteira pelo montante de 500 milhões de euros para um fundo de titularização (AyT Colaterales Global Hipotecario, Fundo de Titularização). Dado que os riscos e os benefícios associados a esses activos foram retidos substancialmente (fundamentalmente devido ao risco de crédito), os mesmos não foram alienados do balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência. Paralelamente, se um passivo financeiro associado foi reconhecido contabilisticamente por um montante igual ao da contraprestação recebida, este será valorizado ao custo amortizado. Por outro lado, e dado que a Caja España adquiriu a totalidade das Certificados emitidos pelo fundo de titularização de activos, os mesmos encontram-se registados com dedução do referido passivo financeiro.

k) Activos corpóreos

O activo corpóreo inclui os valores dos imóveis, terrenos, mobiliário, veículos, equipamento de informática e outras instalações propriedade do Grupo ou adquiridas em regime de arrendamento financeiro. Os activos corpóreos são classificados em função do seu destino em: activos corpóreos de uso próprio, investimentos imobiliários, outros activos cedidos em arrendamento operacional e activos corpóreos afectos à Obra Social.

Os activos corpóreos de uso próprio incluem principalmente agências e sucursais bancárias (tanto construídas como em desenvolvimento) propriedade do Grupo. Estes activos são avaliados pelo seu custo menos a sua amortização acumulada e, se existir, menos qualquer perda por imparidade.

O custo dos activos corpóreos inclui os desembolsos realizados, tanto inicialmente na sua aquisição e produção, como posteriormente, se ocorrer uma ampliação, substituição ou melhoria, quando, em ambos os casos, se considere provável obter benefícios económicos futuros da sua utilização.

Para determinados elementos de uso próprio e de livre disposição, o Grupo considerou que o custo de aquisição, na data de transição para as NIIF, era o valor de mercado desses elementos obtido de estimativas realizadas por peritos independentes. De acordo com o referido anteriormente, na data de transição, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo reavaliou o "Activo corpóreo" em 190 578 milhares de euros.

O custo de aquisição ou produção dos activos corpóreos, líquido do seu valor residual, é amortizado linearmente, em função dos anos de vida útil estimada dos diferentes elementos, de acordo com a seguinte especificação:

	Anos de Vida Útil	Percentagens de amortização utilizadas
Edifícios de uso próprio	40-50	2%-2,5%
Investimentos Imobiliários	40-50	2%-2,5%
Mobiliário	10	10%
Instalações	8-12	8%-12%
Veículos	6	16%
Equipamentos de mecanização	4	25%

Os gastos de conservação e manutenção, que não aumentam a vida útil do activo, são incluídos na conta de ganhos e perdas do exercício em que ocorrerem.

Os activos corpóreos que necessitam de um período superior a um ano para estarem em condições de utilização incluem, como parte do seu custo de aquisição ou custo de produção, os gastos financeiros que se tenham contraído antes da colocação em condições de funcionamento e que tenham sido sacados pelo fornecedor ou correspondam a empréstimos ou outro tipo de financiamento alheio, directamente atribuível à sua aquisição, fabrico ou construção. A capitalização dos custos financeiros é suspensa, se for o caso, durante os períodos em que se interrompe o desenvolvimento dos activos e finaliza assim que se tenham completado substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo para o uso a que se destina.

Os activos adquiridos com pagamento diferido são reconhecidos por um montante equivalente ao seu preço efectivo, reflectindo-se um passivo pelo montante pendente de pagamento. Nos casos em que o diferimento excede o período normal (180 dias para imóveis, 90 dias para o resto) os gastos derivados do diferimento são descontados do custo de aquisição e são atribuídos à conta de ganhos e perdas, como gasto financeiro.

Os activos corpóreos são alienados no balanço consolidado quando se dispõe deles, inclusive quando são cedidos em arrendamento financeiro, ou quando são permanentemente retirados de utilização e não se espera obter benefícios económicos futuros pela sua transferência, cessão ou abandono. A diferença entre o montante da venda e o seu valor contabilístico é reconhecida na conta de ganhos e perdas do período em que ocorre a alienação do activo.

O Grupo avalia periodicamente se existem indícios, tanto internos como externos, de que algum activo corpóreo possa estar em imparidade à data a que se referem as demonstrações financeiras. Para os activos identificados, estima o montante recuperável do activo corpóreo, entendido como o maior entre: (i) o seu justo valor menos os custos de venda necessários e (ii) o seu valor de utilização. Se o valor recuperável, assim determinado, for inferior ao valor contabilístico, a diferença entre ambos é reconhecida na conta de ganhos e perdas, reduzindo o valor contabilístico do activo até ao seu montante recuperável.

Os princípios contabilísticos aplicados aos activos cedidos em arrendamento operacional, activos não correntes detidos para venda e activos afectos à Obra Social são agregados nas Notas 3.n), 3.o) e 3.v).

l) Existências

Esta rubrica inclui os terrenos e restantes propriedades que o Grupo tem para venda no âmbito da sua actividade de promoção imobiliária, bem como qualquer tipo de activo, diferente dos instrumentos financeiros, que se tem para venda no decurso normal do negócio e que se encontram em processo de produção, construção ou desenvolvimento.

As existências são valorizadas pelo montante menor entre o seu custo e o seu valor líquido realizável, sendo este último entendido como o preço estimado de venda das existências no decurso normal do negócio, menos os custos estimados para terminar a sua produção e os necessários para levar a cabo a sua venda.

O custo das existências que não sejam intercambiáveis de forma normal e o dos bens e serviços produzidos e segregados para projectos específicos é determinado de maneira individualizada e o custo das demais existências é determinado por aplicação do método de "primeira entrada, primeira saída (FIFO)".

Tanto as diminuições como, se for o caso, as posteriores recuperações do valor líquido de realização das existências são reconhecidas na conta consolidada de ganhos e perdas do exercício em que têm lugar.

O valor contabilístico das existências é alienado no balanço consolidado e regista-se o mesmo como um gasto no período em que se reconhece o rendimento proveniente da sua venda.

m) Fundos de comércio e outros activos incorpóreos

m.1) Fundos de comércio

Os fundos de comércio só são registados quando foram adquiridos a título oneroso e representam pagamentos antecipados realizados pela entidade adquirente dos benefícios económicos futuros derivados dos activos da entidade adquirida, que não sejam individualmente e separadamente identificáveis e reconhecíveis.

Os fundos de comércio adquiridos antes de 1 de Janeiro de 2004 encontram-se registados pelo seu valor líquido contabilístico a 31 de Dezembro de 2003 e os adquiridos a partir da referida data encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição. Em ambos os casos, e pelo menos anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, avalia-se se ocorreu neles alguma imparidade que reduza o seu valor recuperável a um montante inferior ao custo líquido registado e, em caso afirmativo, procede-se ao seu saneamento oportuno em

relação à conta consolidada de ganhos e perdas. As perdas por imparidade dos fundos de comércio não são objecto de reversão posterior.

m.2) Outros activos incorpóreos

O Grupo classifica como outros activos incorpóreos, os activos não monetários em relação aos quais se julga ser provável a captação de benefícios económicos e cujo custo pode ser estimado de maneira fiável.

Os activos incorpóreos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente são valorizados pelo seu custo menos a amortização acumulada e as perdas por imparidade que tenham sofrido. Os anos de vida útil e as percentagens de amortização utilizadas nos activos incorpóreos são os seguintes:

	Percentage m	Vidas úteis
Aplicações informáticas	33,33%	3 anos

Todos os activos incorpóreos do Grupo têm vida útil definida (amortizam-se ao longo da vida útil do activo).

Se for o caso, o Grupo reconhece contabilisticamente qualquer perda que tenha ocorrido no valor registado destes activos, com origem na sua imparidade, utilizando-se como contrapartida a rubrica "Perdas por imparidade de activos - Outros activos incorpóreos" da conta de ganhos e perdas. Os critérios para o reconhecimento das perdas por imparidade destes activos e, se for o caso, das recuperações das perdas por imparidade registadas em exercícios anteriores, são similares aos aplicados para os activos corpóreos (ver Nota 3.k).

n) Arrendamentos

O Grupo classifica os contratos de arrendamento em função do fundo económico da operação, independentemente da sua forma jurídica, como arrendamentos financeiros ou operacionais. Arrendamentos financeiros são aqueles arrendamentos nos quais o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo objecto do contrato, classificando como operacionais os restantes arrendamentos.

No fecho do exercício de 2010, o Grupo possuía investimentos imobiliários em arrendamento no valor de 194 636 milhares de euros (2009: 159 669 milhares de euros), sendo que os rendimentos de exploração de investimentos imobiliários do exercício de 2010 ascendiam aos 5 326 milhares de euros (2009: 3 300 milhares de euros). No fecho dos exercícios de 2010 e 2009 não existia outro imobilizado corpóreo em arrendamento operacional.

Os créditos por arrendamentos financeiros são reflectidos no activo do balanço consolidado pelo investimento líquido no arrendamento, que é igual ao valor actualizado das cobranças que o locador tem de receber do locatário durante o prazo do arrendamento, mais qualquer valor residual cujo pagamento tenha sido garantido ao locador, directa ou indirectamente, pelo locatário ou por terceiros com capacidade financeira suficiente, e qualquer valor residual não garantido que corresponda ao locador. No fecho do exercício de 2010, o saldo dos créditos por arrendamentos financeiros era de 223 690 milhares de euros (2009: 130 325 milhares de euros).

Os custos directos iniciais, entendidos como os imputáveis à negociação e contratação do arrendamento, são incluídos na valorização inicial do crédito e diminuem os rendimentos a reconhecer ao longo do período do arrendamento.

Os rendimentos financeiros serão registados na conta de ganhos e perdas, aplicando o método da taxa de juro efectiva, de tal forma que se obtém um rendimento financeiro constante sobre o investimento líquido feito pelo locador.

Os critérios contabilísticos aplicados às perdas por imparidade e alienação do balanço são iguais aos aplicados aos restantes activos financeiros.

o) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo qualifica como "Activos não correntes detidos para venda", os activos não correntes (activos cujo prazo de realização ou recuperação se espera que seja superior a um ano a partir da data à qual se referem as demonstrações financeiras) e grupos de disposição (conjunto de activos, juntamente com os passivos directamente associados a eles, dos quais se vai dispor de forma conjunta, numa única transacção, ou uma parte de uma unidade ou um conjunto de unidades) cujo valor contabilístico se pretende recuperar através da sua venda, encontrando-se o activo em condições óptimas de venda e sendo esta última altamente provável.

No momento da sua classificação dentro desta categoria, estes activos geralmente são avaliados pelo menor montante entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor contabilístico. Apesar do anterior, os activos financeiros, os activos por impostos diferidos e os activos por contratos de seguros e resseguros são valorizados de acordo com as suas normas correspondentes.

O Grupo classificou os seus activos adjudicados ou as doações em pagamento de dívidas nesta categoria e valoriza-os inicialmente pelo montante líquido dos activos financeiros entregues. Os activos não correntes detidos para venda não são amortizados enquanto pertencerem a esta categoria.

As perdas pela imparidade deste tipo de activos, entendidas como as reduções iniciais ou posteriores do seu valor contabilístico até ao seu justo valor menos os custos de venda, são reconhecidas na conta de ganhos e perdas. Do mesmo modo, quando ocorre uma recuperação do valor, este é reconhecido na conta de ganhos e perdas até um montante igual ao das perdas por imparidade anteriormente reconhecidas.

Nos casos em que o Grupo financia a venda de activos não correntes ao comprador, as perdas e ganhos que surgem da realização deste tipo de activos são reconhecidos na conta de ganhos e perdas do exercício no qual se realiza a venda, a menos que o comprador seja uma parte vinculada ou existam dúvidas sobre a recuperação dos montantes financiados, nos quais o ganho é periodificado em proporção às cobranças procedentes do respectivo activo financeiro.

p) Gastos com pessoal e benefícios pós-emprego

p.1) Benefícios a curto prazo

Este tipo de remunerações é valorizado, sem actualização, pelo montante que se tem de pagar pelos serviços recebidos, sendo registado, geralmente, como gastos com pessoal do exercício e como uma conta de periodificação de passivo, pela diferença entre o gasto total e o montante já saldado.

p.2) Compromissos com pensões

A Caja tem como compromisso complementar as prestações da Segurança Social que correspondam aos seus empregados, ou aos seus titulares de direito, no caso de reforma, invalidez, viuvez ou orfandade. Todos os compromissos adquiridos com pensões e similares, indicados neste parágrafo, são objecto de cobertura por parte da Caja através de planos de pensões, apólices de seguros ou fundos internos próprios.

Os critérios de contabilização aplicados pela Caja para o registo dos compromissos por pensões e similares são os seguintes:

p.2.1) Compromissos de contribuição definida

Representam as contribuições realizadas pela Caja de carácter predeterminado a uma entidade separada, sem ter obrigação legal nem efectiva de realizar contribuições adicionais se a entidade separada não puder atender as retribuições aos empregados relacionadas com os serviços prestados no exercício corrente e nos anteriores.

O registo das contribuições acumuladas durante cada exercício por este conceito é imputado na conta consolidada de ganhos e perdas na rubrica “Gastos de administração-gastos com o pessoal”. Por outro lado, caso a 31 de Dezembro do exercício existisse algum montante pendente de contribuir no plano externo em que se encontram materializados os compromissos, este é registado pelo seu valor actual na rubrica “Provisões - Fundo para pensões e obrigações similares”.

Caja Duero

A Caja Duero tinha promovido um Plano de Pensões que instrumentava compromissos com pensões estabelecidos na Convenção Colectiva para as Caixas de Aforro e no qual se estabeleciam diferentes sub-planos: No entanto, posteriormente, a Caja Duero estabeleceu os seus compromissos por pensões no Acordo Quadro em Matéria de Segurança Social de 23 de Março de 2001, que substitui o anterior sistema de Segurança Social regulado no Estatuto de Empregados de Caixas de Aforro ao abrigo da Disposição Adicional Terceira da Convenção Colectiva para os anos 1998 - 2000. Com base nestes acordos existe uma série de sub-planos dentro do Plano de Pensões da Caja Duero que são de natureza de contribuição definida para a reforma e benefício definido para o risco em actividade.

- Sub-plano 2, no qual se integram os seguintes funcionários, desde que não tenham manifestado a sua vontade de aderir ao sub-plano 5:

1. Funcionários da Caja Duero que ingressaram na Entidade após 29 de Maio de 1986.
2. Empregados da Caja Duero, procedentes do Banco Crédit Lyonnais España, S.A., cuja antiguidade no Banco mencionado fosse posterior a 8 de Março de 1980.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para a contingência de reforma e de benefício definido para os beneficiários cujo benefício já está definido e o benefício mínimo garantido para as contingências de falecimento do activo e de incapacidade permanente e as derivadas do falecimento do incapacitado.

- Sub-plano 4, no qual se integram os empregados que ingressaram na Caja Duero antes de 30 de Maio de 1986, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de benefício definido (benefício mínimo garantido) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

- Sub-plano 5, no qual se integram os funcionários que ingressaram na Caja Duero após 29 de Maio de 1986 e os procedentes do Banco Crédit Lyonnais España, S.A. que ingressaram no referido Banco após 8 de Março de 1980, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de benefício definido (benefício mínimo garantido) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

- Sub-plano 6, no qual se integram os funcionários da Caja Duero procedentes do Banco Crédit Lyonnais España S.A., com uma antiguidade reconhecida para efeitos de segurança social pelo referido Banco, anterior a 8 de Março de 1980, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de benefício definido (benefício mínimo garantido) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

Caja España

Compromissos por pensões do pessoal activo e determinado pessoal em pré-reforma (compromissos de contribuição definida): a 28 de Setembro de 2000, a Caja España e os representantes das Secções Sindicais da Empresa da Caja chegaram a um acordo para a extinção e substituição do sistema de previdência social existente por um novo sistema de previdência social, consistente num plano de pensões de contribuição definida de sistema de emprego, denominado Fondempleo Caja España Plan de Pensiones, para onde foi transferida a totalidade dos compromissos por pensões adquiridos com o pessoal activo e determinado pessoal em pré-reforma.

Em conformidade com o acordo anteriormente referido, a partir do exercício de 2000, a Caja tem vindo a realizar as seguintes contribuições individualizadas ao plano de pensões para o pessoal activo:

- Uma contribuição geral de 4,5% do salário pensionável do exercício anterior de cada trabalhador (calculado em função do salário base e antiguidade), a partir do primeiro ano de relação laboral.

- Uma contribuição adicional, de carácter pessoal para cada trabalhador, que consiste numa percentagem (definida em acordo com os trabalhadores a 28 de Setembro de 2000 mencionado anteriormente) do seu salário pensionável.

- Uma contribuição extraordinária calculada em função da relação entre o lucro líquido e os activos totais do exercício anterior, com o limite de 1% do salário pensionável.

Por outro lado, no exercício de 2002, a Caja procedeu à exteriorização do fundo interno que mantinha pelas contribuições para o plano de pensões que excediam os limites máximos legais e fiscais vigentes mediante a contratação de uma apólice de seguro com a caja España Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A.

p.2.2) Compromissos de benefício definido

Nestes casos são registados na rubrica «Provisões - Fundo para pensões e obrigações similares» do passivo do balanço consolidado (ou no activo, na rubrica «Restantes activos - Outros», dependendo do sinal da diferença entre o passivo acumulado e os activos afectos à cobertura dos mesmos e sempre que se cumpram as condições estabelecidas na norma em vigor) o valor actual dos compromissos por pensões de benefício definido, líquidos, conforme é explicado a seguir, do «custo pelos serviços passados», cujo registo foi diferido no tempo, conforme explicado de seguida.

Consideram-se “activos afectos ao plano” os activos vinculados com um determinado compromisso de benefício definido com os quais se liquidaram directamente estas obrigações e que reúnem as seguintes condições: não são propriedade da Caja, mas de terceiros legalmente distintos e sem carácter vinculativo à Caja; apenas estão disponíveis para pagar ou financiar retribuições pós-emprego dos funcionários; e não podem voltar à Caja, salvo quando os activos que permanecem no referido plano são suficientes para cumprir todas as obrigações do plano ou da Entidade relacionadas com os benefícios dos funcionários actuais ou passados ou para reembolsar os benefícios dos funcionários já pagos pela Caja.

Se a Caja puder exigir a um segurador o pagamento de parte ou da totalidade do desembolso exigido para cancelar uma obrigação por benefício definido, sendo praticamente certo que o referido segurado vai reembolsar algum ou todos os desembolsos exigidos para cancelar essa obrigação, mas a apólice de seguro não cumpre as condições para ser um activo do plano, o seu direito ao reembolso é registado no activo do balanço consolidado, na rubrica «Contratos de seguros vinculados a pensões» que, nos demais aspectos é tratado como um activo do plano.

São considerados «ganhos e perdas actuariais» os que procedem das diferenças entre pressupostos actuariais prévios e a realidade, e de variações nas hipóteses actuariais utilizadas. A Caja regista os ganhos ou perdas actuariais que pudessem surgir em relação com os seus compromissos pós-emprego com os funcionários no exercício em que ocorrem, mediante o correspondente débito ou crédito na conta de ganhos e perdas.

São considerados “custos dos serviços passados” aqueles que têm origem em modificações introduzidas nas retribuições pós-emprego já existentes ou na introdução de novos benefícios.

As retribuições pós-emprego de benefício definido reconhecem-se na conta consolidada de ganhos e perdas da seguinte forma:

- O custo dos serviços do período corrente, entendendo-se como tal o aumento no valor actual das obrigações que se origina como consequência dos serviços prestados no exercício pelos funcionários, na rubrica «Gastos de administração - Gastos com pessoal» da conta de ganhos e perdas.

- O custo por juros - entendendo-se como tal o aumento produzido no exercício no valor actual das obrigações em consequência da passagem do tempo -, na rubrica «Juros e encargos similares» da conta consolidada de ganhos e perdas. Quando as obrigações se apresentam no passivo, líquidas dos activos afectos ao plano, o custo dos passivos reconhecidos na conta consolidada de ganhos e perdas será exclusivamente o correspondente às obrigações registadas no passivo.
- O custo dos serviços passados que tem a sua origem em modificações introduzidas nos compromissos já existentes ou na introdução de novos benefícios, é reconhecido na conta consolidada de ganhos e perdas, ao longo do período compreendido entre o momento em que surgem os novos compromissos e a data em que o funcionário tenha o direito irrevogável de receber os novos benefícios, na rubrica “Dotações para provisões (líquido)”.
- O rendimento esperado dos activos registados no activo do balanço consolidado, se for o caso, é reconhecido como resultados na conta de ganhos e perdas.

Caja Duero

Compromissos por pensões do pessoal activo, passivo e restante pessoal em pré-reforma: os compromissos por serviços passados com o pessoal passivo e por serviços passados e futuros do restante pessoal em pré-reforma encontram-se cobertos por apólices de seguros contratadas com a entidade seguradora Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. e aptas para a exteriorização de compromissos por pensões conforme o Decreto Real 1588/1999.

A natureza destes compromissos é a seguinte:

- Retribuições pós-emprego de benefícios do pessoal activo e em pré-reforma da Caja Duero, grupo não aderente ao plano de pensões de emprego, derivado da Convenção Colectiva para as Caixas de Aforro e da Convenção Colectiva da Banca Privada. Total do grupo valorizado 2 activos e 3 em pré-reforma. Instrumentalizado mediante as apólices de seguro números: PD 80-01/000002 e PD 80-01/000003 da Unión Duero.
- Retribuições pós-emprego por benefícios causados de reforma, incapacidade, viuvez e orfandade. Trata-se de rendas vitalícias imediatas e revalorizáveis a cada primeiro de Janeiro (101 beneficiários). Apólice número RV80-02/000002 com a Unión Duero.
- Pagamento único de um capital garantido aos 65 anos de idade equivalente à diferença positiva que possa existir entre 24 000 euros e o montante de direitos consolidados à data de ocorrência da reforma ou falecimento (22 funcionários). Apólice número PD80-07/000072 com a Unión Duero.
- Retribuições pós-emprego por benefícios causados de reforma, incapacidade, viuvez e orfandade. Trata-se de rendas vitalícias imediatas e revalorizáveis a cada primeiro de Janeiro e, em alguns casos, irreversíveis (195 beneficiários), instrumentalizadas mediante fundo interno.
- Retribuições pós-emprego instrumentalizadas no Plano de Pensões dos funcionários provenientes da Caja Duero cuja entidade gestora é a Duero Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones S.A. e em apólices contratadas com a entidade seguradora Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A., que cobre as obrigações acumuladas não financiadas pelo plano na medida em que os limites legais de contribuições aos planos de

pensões não permitam o seu financiamento no âmbito do Plano de Pensões. (Sub-plano 1 e 3 do plano de pensões de emprego da Caja Duero).

Caja España

Compromissos por pensões do pessoal activo, passivo e restante pessoal em pré-reforma: os compromissos por serviços passados com o pessoal passivo e por serviços passados e futuros do restante pessoal em pré-reforma encontram-se cobertos por apólices de seguros contratadas com a entidade seguradora CNP Vida Seguros y Reaseguros, S.A. e a Caja de Seguros Reunidos Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. No exercício de 2000, essas apólices foram adaptadas ao estabelecido no Decreto Real 1588/1999, passando as entidades seguradoras a assumir os riscos de juros e actuarial do colectivo seguro.

Estas retribuições pós-emprego correspondem a benefícios causados por reforma, incapacidade, viuvez e orfandade com antigos funcionários e com o pessoal em pré-reforma da Caja España. Trata-se de rendas vitalícias imediatas e revalorizáveis a cada primeiro de Janeiro e, em alguns casos, são rendimentos constantes ou reversíveis. Essas prestações estão seguradas nas seguintes apólices: nº 8118 da Caser, 1001 com a CNP Vida e 10-78 da Caja España Vida.

p.3) Outras retribuições a longo prazo a favor dos empregados

Os compromissos assumidos com o pessoal em pré-reforma, os prémios de antiguidade, os compromissos por viuvez e invalidez anteriores à reforma que dependam da antiguidade do funcionário na Entidade e outros conceitos similares são tratados contabilisticamente, no aplicável, de acordo com o estabelecido para os planos pós-emprego de benefício definido, com a ressalva de que todos os custos dos serviços passados e as perdas e ganhos actuariais são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, de forma imediata.

Caja Duero

Compromissos assumidos com o pessoal activo, pessoal em pré-reforma e pessoal em situação de reforma parcial que se encontram enquadrados em outros compromissos a longo prazo com o pessoal conforme a norma em vigor. Detalhamos de seguida os diferentes compromissos que a Caja tem com os seus funcionários:

- Pagamento de salários futuros até a data de passagem para a situação legal de reforma do pessoal em pré-reforma e pessoal em situação de reforma parcial.
- Pagamento de contribuições futuras à Segurança Social até a data de passagem para a situação legal de reforma do pessoal em pré-reforma e pessoal em situação de reforma parcial.
- Pagamento de contribuições futuras ao Plano de Pensões dos Funcionários até a data de passagem para a situação legal de reforma do pessoal em pré-reforma e pessoal em situação de reforma parcial.
- Prémio de antiguidade: Pagamento de uma quantia monetária quando os funcionários satisfazem os requisitos de antiguidade estabelecidos pela Entidade, correspondente a um pagamento ordinário por 25 anos de serviço e de dois pagamentos ordinários por 40 anos de serviço.

Estes compromissos são instrumentalizados através de fundo interno, existindo um total de 330 em pré-reforma e em reforma parcial e 1 906 funcionários com direito a prémio de antiguidade.

Caja España

Compromissos assumidos com o pessoal activo, pessoal em pré-reforma e pessoal em situação de reforma parcial que se encontram enquadrados em outros compromissos a longo prazo com o pessoal conforme a norma em vigor. Indicamos de seguida os diferentes compromissos que a Caja España tem com os seus funcionários:

- Pagamento de salários futuros até a data de passagem para a situação legal de reforma do pessoal em pré-reforma e pessoal em situação de reforma parcial.
- Pagamento de contribuições futuras à Segurança Social até a data de passagem para a situação legal de reforma do pessoal em pré-reforma e pessoal em situação de reforma parcial.
- Pagamento de contribuições futuras ao Plano de Pensões dos Funcionários até a data de passagem para a situação legal de reforma do pessoal em pré-reforma e pessoal em situação de reforma parcial.
- Prémio de antiguidade: Pagamento de uma quantia monetária quando os funcionários satisfazem os requisitos de antiguidade estabelecidos pela Caja España.

Estes compromissos são instrumentalizados através de fundo interno, existindo um total de 267 em pré-reforma, 51 em reforma parcial e 562 funcionários com direito a prémio de antiguidade.

p.3.3) Acordo Laboral subscrito no enquadramento do processo de integração

Com data de 16 de Junho de 2010 foi apresentado o Expediente de Regulação de Emprego número 159/10 devido à fusão entre as entidades Caja Duero e Caja España. A nova Entidade (Caja España de Inversiones) solicitou autorização para a extinção colectiva de um máximo de 846 contratos de trabalho. São resumidas de seguida as principais medidas de reorganização do quadro contempladas no Acordo Laboral:

- Podem aderir voluntariamente à medida de pré-reforma os trabalhadores que, a 31 de Dezembro de 2009, tivessem 55 anos de idade e uma antiguidade acreditada na Caja de 10 anos nessa mesma data. Ficam excluídos os funcionários que aderiram à modalidade de reforma parcial. O prazo de adesão à medida de pré-reforma é de trinta dias a contar da efectividade da fusão da Caja España e da Caja Duero.
- Os trabalhadores que aderiram à medida terminarão o seu contrato nos dezoito meses seguintes à efectividade da fusão na data em que a Caja deverá comunicar a cada funcionário com o aviso mínimo de 30 dias.
- No caso dos trabalhadores que, reunindo as condições de acesso à pré-reforma, não aderiram à mesma no prazo estipulado no parágrafo anterior, será aberto um novo prazo de trinta dias em que poderão aderir à medida os funcionários que cumpram os 55 anos durante o ano de 2010, até o limite do número de funcionários que cumpra os requisitos estabelecidos, seguindo para isso a ordem de cumprimento de idade de 55 anos. Finalizados ambos os programas, e se existir orçamento para isso, as Cajas poderão continuar a oferecer pré-reformas nas mesmas condições aos funcionários que cumpram 55 anos antes de 31/12/2015, que serão instrumentalizadas mediante o correspondente acordo colectivo.

- A situação de pré-reforma durará desde a data de extinção do contrato até a data em que o funcionário cumpre a idade de 64 anos, altura em que deverá aceder à situação de reforma e cessarão as coberturas estabelecidas.
- Durante a situação de pré-reforma, o trabalhador receberá uma quantia que, somada à prestação por desemprego, alcance, à escolha do funcionário, as seguintes coberturas:
 - 90% da retribuição bruta fixa anual recebida pelo trabalhador no ano natural imediatamente anterior ao da pré-reforma, em cujo caso a Caja não realizará contribuições para o Plano de Pensões desde a data de acesso à pré-reforma.
 - 80% da retribuição bruta fixa anual recebida pelo trabalhador no ano natural imediatamente anterior ao da pré-reforma, em cujo caso a Caja continuará a realizar para o Plano de Pensões uma contribuição igual à realizada durante o ano imediatamente anterior à pré-reforma até que o funcionário alcance a idade de 64 anos.
- Qualquer que seja a opção escolhida, serão aplicadas, entre outras, as seguintes regras comuns: a retribuição fixa anual que serve de base para o cálculo da cobertura por pré-reforma será obtida descontando da mesma a contribuição para a Segurança Social a cargo do funcionário durante o ano natural imediatamente anterior à pré-reforma; será tido como base o salário correspondente a 18,5 pagamentos no que se refere a trabalhadores procedentes da Caja España; para os funcionários que se encontrem em situação de incapacidade temporária ou com redução de horário, o cálculo da retribuição fixa será realizado como se estivessem em situação contributiva ou de horário completo, respectivamente; o trabalhador não poderá receber um montante líquido, durante a situação de pré-reforma, superior ao salário líquido do ano anterior à pré-reforma (salário bruto menos retenção por IRPF menos segurança social a cargo do trabalhador) mais a contribuição de poupança ao plano de pensões correspondente a esse ano.
- A Caja fica responsável pelo custo de manter a Convenção Especial com a Segurança Social desde a finalização do período de recepção do subsídio de desemprego até cumprir os 64 anos de idade, nos termos previstos no artigo 51.15 do Estatuto dos Trabalhadores e na Disposição Adicional 31ª do Texto Revisto da Lei Geral da Segurança Social.
- De igual forma, a Caja ficará responsável pelo custo da Convenção Especial necessária caso a contribuição durante o período de recepção do subsídio de desemprego seja inferior ao correspondente nessa situação.
- O trabalhador em pré-reforma poderá optar por receber a compensação por pré-reforma que lhe corresponda pela aplicação do presente acordo sob a forma de renda mensal até alcançar os 64 anos de idade ou sob a forma de capital de uma única vez no momento de acesso à pré-reforma. No entanto, as contribuições para o Plano de Pensões, se tiver optado pela cobertura que inclui a manutenção da mesma, serão realizadas nas datas em que devessem ocorrer se permanecesse no trabalho activo.
- Quando o trabalhador tiver optado por receber a compensação por pré-reforma sob a forma de renda mensal, esta será revista com efeito a um de Janeiro de cada ano na mesma percentagem de variação do IPC do ano imediatamente anterior para o conjunto nacional. Neste caso, é garantido o pagamento aos titulares de direito, no caso de falecimento do trabalhador durante o período de pré-reforma, do montante não satisfeito

da compensação pela pré-reforma até à data em que tiver terminado o pagamento da mesma. A recepção da compensação por pré-reforma sob a forma de renda é incompatível com a realização de actividades que suponham competência da Entidade.

- Para os funcionários em pré-reforma provenientes da Caja Duero inscritos no sub-plano III do Plano de Pensões e para os funcionários que não aderiram com direito a benefícios definidos de reforma, será aplicado o previsto no plano de pré-reformas da Caja Duero do ano de 2006. O salário pensionável que se utilizará será 90% do seu salário regulador do ano natural imediatamente anterior ao da pré-reforma.
- Além do Acordo Laboral, introduz outras medidas adicionais à mencionada anteriormente de pré-reforma, tais como a mobilidade geográfica, as suspensões de contrato compensadas, as baixas indemnizadas, a redução horária.

p.4) Indemnizações por cessação

As indemnizações por cessação são reconhecidas como uma provisão por fundos de pensões e obrigações similares e como um gasto com pessoal, unicamente quando a Entidade está comprometida de forma demonstrável a rescindir o vínculo que a une a um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma, ou a pagar retribuições por cessação como resultado de uma oferta realizada para incentivar a rescisão voluntária por parte dos empregados.

q) Remunerações ao pessoal baseadas em instrumentos de capital

O Grupo não mantém com os seus empregados sistemas de remuneração através de instrumentos de capital.

r) Outras provisões e contingências

O Grupo diferencia entre provisões e passivos contingentes. As primeiras são saldos credores que cobrem obrigações presentes à data do balanço, ocorridas como consequência de acontecimentos passados dos quais podem derivar prejuízos patrimoniais para o Grupo, que se consideram prováveis quanto à sua ocorrência; concretos quanto à sua natureza, mas indeterminados quanto ao seu custo e/ou momento de cancelamento, enquanto os segundos são obrigações possíveis ocorridas como consequência de acontecimentos passados, cuja materialização está condicionada a que ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade do Grupo.

As contas anuais consolidadas do Grupo agrupam todas as provisões significativas em relação às quais se estima que a probabilidade de ter de se cumprir a obrigação seja maior do que o contrário. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais consolidadas, mas informa-se sobre os mesmos em contas de ordem.

As provisões, que se quantificam tendo em consideração a melhor informação disponível sobre as consequências do evento que as originaram e voltam a ser estimadas em cada fecho contabilístico, utilizam-se para confrontar as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas, procedendo-se à sua reversão, total ou parcial, quando as referidas obrigações deixam de existir ou diminuem.

r.1) Procedimentos judiciais e/ ou reclamações em curso

No fecho do exercício encontravam-se em curso diferentes procedimentos judiciais e reclamações instaurados contra o Grupo com origem no desenvolvimento habitual da sua actividade. Tanto os conselheiros legais do Grupo como os seus Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não produzirá um efeito significativo nas contas anuais consolidadas dos exercícios nos quais terminem.

s) Comissões

O Grupo classifica as comissões que cobra ou paga nas seguintes categorias:

s.1) Comissões financeiras

Este tipo de comissões, que fazem parte integral do rendimento ou custo efectivo de uma operação financeira, e que se cobram ou pagam adiantadamente, são reconhecidas na conta de ganhos e perdas com carácter geral ao longo da vida esperada do financiamento, líquidas dos custos directos relacionados, como um acerto ao custo ou rendimento efectivo da operação.

s.2) Comissões não financeiras

Este tipo de comissões surge habitualmente pela prestação de serviços e são registadas na conta de ganhos e perdas ao longo do período em que dura a execução do serviço, ou então, se se tratar de um serviço que é executado num acto singular, no momento da realização do acto singular.

t) Permutas de activos corpóreos e incorpóreos

Entende-se por "permuta de activos", a aquisição de activos corpóreos ou incorpóreos em troca da entrega de outros activos não monetários ou de uma combinação de activos monetários e não monetários. Para efeitos destas contas anuais, a adjudicação de activos que é ocasionada pelo processo de recuperação de montantes devidos por terceiros ao grupo não é considerada uma permuta de activos.

Os activos financeiros recebidos em permuta de activos financeiros são valorizados ao seu justo valor, sempre que na referida operação de permuta se possa entender que existe carácter comercial, e quando o justo valor do activo recebido, ou na sua falta, do activo entregue, se possa estimar de maneira fiável. O justo valor do instrumento recebido é determinado como o justo valor do activo entregue, mais, se for aplicável, o justo valor das contrapartidas monetárias entregues; a não ser que exista uma prova mais evidente do justo valor do activo recebido.

Nas operações de permuta que não cumpram os requisitos anteriores, o activo recebido é registado pelo valor líquido contabilístico do activo entregue mais o montante das contraprestações monetárias pagas ou comprometidas na sua aquisição.

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não foram realizadas permutas de activos corpóreos e incorpóreos de montante significativo.

u) Contratos de seguros

O Grupo emite e assume contratos de seguro e resseguro, entendidos como aqueles em que o risco de seguro significativo é tomado e cedido por outra parte, denominada tomador ou cedente do contrato, acordando compensar ou receber deste, se um evento futuro incerto e específico o afectar favorável ou desfavoravelmente. Os custos por este tipo de contratos são classificados no passivo e activo do balanço consolidado como contratos de seguro e resseguro.

Os passivos por contratos de seguros são avaliados pelo Grupo como as estimativas actuais de futuros fluxos de caixa, consequência dos seus contratos de seguro, assim como os custos relacionados líquidos de qualquer gasto de aquisição diferido ou activo incorpóreo relacionado. Não obstante o anterior, o Grupo regista, contra o património líquido, as variações de passivos por contratos de seguros relacionados com activos financeiros disponíveis para venda, com o objectivo de evitar assimetrias na atribuição das variações dos activos financeiros em relação aos passivos por contratos de seguro. O Grupo só aliena os passivos por contratos de seguro no balanço consolidado quando deixam de existir as obrigações específicas associadas aos mesmos.

Os direitos de cobrança por contratos de resseguros são registados no activo como "Activos por resseguros", verificando-se de forma periódica se estes activos estão em imparidade, para o que deve existir uma evidência objectiva de que o Grupo pode não receber todas as quantias estabelecidas nos termos do contrato, podendo quantificar-se de forma fiável a quantia que não se vai receber, em cujo caso, se reconhece a perda correspondente na conta de ganhos e perdas directamente contra os referidos activos.

O Grupo introduz na conta consolidada de ganhos e perdas os montantes dos prémios que emitem e agravam o custo dos sinistros a que devem fazer face quando ocorre a liquidação final dos mesmos. O Grupo periodifica no fecho de cada exercício tanto os valores pagos e não acumulados às suas contas de ganhos e perdas, bem como os custos incorridos e não imputados às contas de ganhos e perdas.

v) Fundos e obras sociais

A Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P, reflecte no seu passivo as dotações para o fundo da obra social, dotações que procedem da aplicação do lucro do exercício e que, por isso, não são reflectidas como gasto do mesmo.

Os rendimentos e gastos da obra social, assim como os lucros e as perdas, são agrupados directamente contra o fundo da obra social e em caso algum são imputados na conta de ganhos e perdas do Grupo, excepto se o valor da obra social se materializar através de actividades próprias do Grupo, em cujo caso, se reduz o fundo da obra social, reconhecendo simultaneamente um rendimento na conta de ganhos e perdas.

w) Imposto sobre lucros

O gasto por imposto sobre lucros é determinado pelo imposto a pagar em relação ao resultado fiscal de um exercício, uma vez consideradas as variações durante o referido exercício derivadas das diferenças temporárias, dos créditos por deduções e bonificações e de bases tributáveis negativas.

O gasto por imposto sobre lucros é reconhecido na conta de ganhos e perdas, excepto quando a transacção é registada directamente no património líquido e nas combinações de negócio nas quais o imposto diferido é registado como mais um elemento patrimonial da mesma.

Para que as deduções e bonificações, e os créditos por bases tributáveis negativas, sejam efectivos deverão cumprir-se os requisitos estabelecidos na norma vigente e sempre que seja provável a sua recuperação, seja porque existem impostos diferidos suficientes ou por terem ocorrido devido a situações específicas, cuja ocorrência no futuro se julgue improvável.

O efeito tributário das diferenças temporárias é incluído, se for o caso, nas respectivas rubricas de impostos antecipados ou diferidos registados nas rubricas "Activos fiscais" e "Passivos fiscais" do balanço consolidado em anexo.

Pelo menos em cada fecho contabilístico, o Grupo revê os impostos diferidos registados e, portanto, os activos e passivos fiscais relacionados contabilizados, realizando as correcções consideradas oportunas caso esses impostos diferidos não estivessem vigentes ou sejam recuperáveis.

x) Recursos de clientes fora do balanço

O Grupo agrupa em contas de ordem, pelo seu justo valor, os recursos confiados por terceiros para o seu investimento em sociedades e fundos de investimento, fundos de pensões, contratos de seguro-poupança e contratos de gestão opcional de carteiras, diferenciando entre os recursos geridos pelo Grupo e os comercializados pelo Grupo, mas geridos por terceiros alheios ao mesmo.

Adicionalmente, nas contas de ordem, são registados pelo justo valor ou, no caso de não existir uma estimativa fiável dos mesmos, pelo custo, os activos adquiridos em nome do Grupo por conta de terceiros e os valores representativos de dívida, instrumentos de capital, derivados e restantes instrumentos financeiros que se mantêm em forma de depósito, garantia ou comissão no Grupo, para os quais tem uma responsabilidade em relação a terceiros.

As comissões cobradas pela prestação destes serviços são agrupadas na rubrica de comissões recebidas da conta de ganhos e perdas e foram detalhadas na Nota 3.s) deste relatório.

y) Fundo de Garantia de Depósitos

A Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P está integrada no Fundo de Garantia de Depósitos. No exercício de 2010, o gasto incorrido pelas contribuições realizadas para este organismo ascendeu a 15 143 milhares de euros (2009: 4 033 milhares de euros), aproximadamente, tendo sido registados na rubrica "Outros Encargos de Exploração" da conta consolidada de ganhos e perdas em anexo.

z) Demonstração consolidada de rendimentos e gastos reconhecidos

Nesta demonstração são apresentados os rendimentos e gastos gerados pelo Grupo como consequência da sua actividade durante o exercício, distinguindo entre os registados como resultados na conta consolidada de ganhos e perdas do exercício e os outros rendimentos e gastos registados de acordo com o disposto na norma em vigor, directamente no património líquido.

As variações ocorridas nos rendimentos e gastos reconhecidos no património líquido como acertos por valorização são discriminados em:

- Ganhos (perdas) por valorização: agrega o montante dos rendimentos, líquidos dos gastos originados no exercício, reconhecidos directamente no património líquido consolidado. Os montantes reconhecidos nesta rubrica no exercício mantêm-se, ainda que, no mesmo exercício, sejam transferidos para a conta de ganhos e perdas, ao valor inicial de outros activos ou passivos ou sejam reclassificados noutra rubrica.

- Montantes transferidos para a conta consolidada de ganhos e perdas: agrega o montante dos ganhos ou perdas por valorização reconhecidos anteriormente no património líquido, ainda que seja no mesmo exercício, que se reconhecem na conta consolidada de ganhos e perdas.
- Montante transferido ao valor inicial das rubricas cobertas: agrega o montante dos ganhos ou perdas por valorização reconhecidos previamente no património líquido, ainda que seja no mesmo exercício, que se reconheçam no valor inicial dos activos ou passivos como consequência de coberturas de fluxos de caixa.
- Outras reclassificações: agrega o montante das transferências realizadas, no exercício, entre rubricas de acertos por valorização, conforme os critérios estabelecidos na norma em vigor.

Os montantes destas rubricas apresentam-se pelo seu montante bruto, mostrando-se o seu correspondente efeito tributário na rubrica «Imposto sobre lucros» da demonstração.

aa) Demonstração total das variações no património líquido consolidado

Nesta demonstração são apresentadas todas as variações no património consolidado, incluindo as que têm a sua origem em variações nos critérios contabilísticos e em correcções de erros. Esta demonstração mostra, por isso, uma conciliação do valor contabilístico, no início e no fim do exercício, em todas as rubricas que formam o património líquido consolidado.

y) Demonstração dos fluxos de caixa consolidada

O Grupo utilizou o método indirecto para a elaboração das demonstrações de fluxos de caixa consolidadas, utilizando os seguintes critérios de classificação:

- Fluxos de caixa: entradas e saídas de dinheiro em numerário e dos seus equivalentes, entendendo-se por tais equivalentes os investimentos a curto prazo de grande liquidez e baixo risco de alterações no seu valor (no caso: e, exclusivamente, ao fazerem parte integrante da gestão da caixa, os descobertos bancários reintegráveis à ordem, que minoram o montante do numerário e dos seus equivalentes).
- Actividades de exploração: actividades típicas das entidades de crédito, bem como outras actividades que não podem ser qualificadas como de investimento ou de financiamento. Também se consideram actividades de exploração os juros pagos por qualquer financiamento recebido, ainda que sejam consideradas actividades de financiamento. As actividades realizadas com as diferentes categorias de instrumentos financeiros que estão assinaladas na Nota 3 (f) anterior são consideradas, para efeitos da elaboração desta demonstração, actividades de exploração, com as excepções da carteira de investimento a deter até à maturidade, os passivos financeiros subordinados e os investimentos em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda que sejam investimentos estratégicos. Para este efeito, considera-se estratégico o investimento que tenha sido feito com a intenção de estabelecer ou de manter uma relação operacional de longo prazo com a participada, por ocorrerem, entre outras, alguma das situações que poderiam determinar a existência de influência significativa, sem que exista realmente essa influência significativa.

- Actividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios dos activos a longo prazo e outros investimentos não incluídos na caixa e seus equivalentes, tais como activos corpóreos, activos incorpóreos, participações, activos não correntes detidos para venda e os seus passivos associados, instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda que sejam investimentos estratégicos e instrumentos de dívida incluídos na carteira de investimento a deter até à maturidade.
- Actividades de financiamento: actividades que produzem variações no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das actividades de exploração, tais como os passivos subordinados.

Para efeitos da elaboração das demonstrações consolidadas de fluxos de caixa a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, considerou-se como caixa e equivalentes de caixa as seguintes rubricas:

- A tesouraria do Grupo registada na rubrica “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” do activo dos balanços consolidados;
- Os depósitos bancários à ordem registados nos capítulos “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Investimentos a crédito” dos balanços consolidados; e
- Os instrumentos financeiros que sejam convertíveis em caixa e que, no momento da sua aquisição, o seu vencimento não seja superior a três meses sempre que não exista um risco significativo de variações de valor e façam parte da política de gestão normal da tesouraria do Grupo.

Da mesma forma, para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, não se incluíram como componente de caixa os descobertos ocasionais por não fazerem parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, utilizam-se as seguintes expressões, nos seguintes sentidos:

- Fluxos de caixa: entradas e saídas de dinheiro em numerário e dos seus equivalentes; entendendo-se por estes, os investimentos a curto prazo de grande liquidez e sob risco de alterações no seu valor.
- Actividades de exploração: actividades típicas das entidades de crédito, bem como outras actividades que não podem ser qualificadas como de investimento ou de financiamento.
- Actividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios, de activos a longo prazo e outros investimentos não incluídos na caixa e seus equivalentes.
- Actividades de financiamento: actividades que produzem mudanças no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das actividades de exploração.

A demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício de 2010 foi preparada considerando como saldos de partida do exercício de 2009, as demonstrações financeiras consolidáveis pro forma a 31 de Dezembro de 2009, sob a hipótese de ter ocorrido a fusão na referida data da Caja Duero e da Caja España, como consequência da fusão entre ambas as entidades e grupos, assim como os acertos de valorização contabilísticos registados pela fusão (ver Nota 1(c)).

4. ERROS E ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2010, e até a data de formulação das contas anuais consolidadas, não ocorreu nenhum erro, nem alteração nas estimativas contabilísticas que, devido à sua importância relativa, fosse necessário incluir nas contas anuais consolidadas formuladas pelo Conselho de Administração da Caja España de Inversiones.

5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Inclui-se, em seguida, a distribuição dos lucros do exercício de 2010 da Entidade dominante que o Conselho de Administração da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P., proporá à Assembleia Geral para a sua aprovação, juntamente com a distribuição do exercício de 2009, aprovada pela Assembleia Geral da Caja Duero a 5 de Junho de 2010.

	Milhares de euros	
	2010	2009
Lucros do exercício	28 944	49 746
Total distribuível	28 944	49 746
Para Reservas	28 944	49 746
Para fundo de obra social	-	-
Total distribuído	28 944	49 746

Os resultados das sociedades dependentes consolidadas serão aplicados da maneira acordada pelas respectivas Assembleias Gerais de Accionistas.

6. GESTÃO DO CAPITAL

A 10 Junho de 2008 entrou em vigor a Circular 3/2008, de 22 de Maio, do Banco de Espanha, sobre a determinação e o controlo dos recursos próprios mínimos das entidades de crédito. Esta Circular, que anula a Circular 5/1993 do Banco de Espanha, estabelece novos critérios para o cálculo dos requisitos, processo de supervisão e disciplina de mercado em relação aos recursos próprios das entidades de crédito.

Os objectivos estratégicos marcados pela Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P, em relação à gestão que realiza dos seus recursos próprios, são os seguintes:

- Cumprir, sempre, tanto a nível individual como consolidado, a norma aplicável em matéria de requisitos de recursos próprios mínimos.
- Procurar a máxima eficiência na gestão dos recursos próprios de maneira que, juntamente com outras variáveis de rentabilidade e risco, o consumo de recursos próprios seja considerado uma variável fundamental nas análises associadas à tomada de decisões de investimento do Grupo.

Para cumprir estes objectivos, a Caja España de Inversiones dispõe de uma série de políticas e processos de gestão dos recursos próprios, cujas principais directrizes são:

- A Direcção da Caja España de Inversiones realiza o acompanhamento e controlo dos níveis de cumprimento da norma do Banco de Espanha em matéria de recursos próprios, dispondo de alarmes que lhe permitem garantir, a qualquer momento, o cumprimento da norma aplicável. Neste sentido, existem planos de contingência para assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos na norma aplicável.
- No planeamento estratégico e comercial da Caja España de Inversiones, bem como na análise e acompanhamento das operações do Grupo, considera-se um factor chave na tomada de decisões, o impacto das mesmas sobre os recursos próprios calculáveis do Grupo e a relação consumo-rentabilidade-risco. Neste sentido, a Caja España de Inversiones dispõe de procedimentos nos quais se estabelecem os parâmetros que devem servir de guia para a tomada de decisões em matéria de requisitos de recursos próprios mínimos.

A Circular 3/2008 do Banco de Espanha estabelece os elementos que devem ser calculados como recursos próprios, para efeitos do cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos nas referidas normas. Os recursos próprios para efeitos do disposto nas referidas normas diferem dos recursos próprios calculados de acordo como o disposto nas NIIF-UE, já que consideram como tais determinadas rubricas e incorporam a obrigação de deduzir outras que não estão contempladas nas mencionadas NIIF-UE. Por outro lado, os métodos de consolidação e valorização de sociedades participadas a aplicar para efeitos do cálculo dos requisitos de recursos próprios mínimos do Grupo diferem, de acordo com a norma vigente, dos aplicados na elaboração das contas anuais consolidadas e das demonstrações financeiras consolidadas, o que provoca também a existência de diferenças para efeitos do cálculo dos recursos próprios ao abrigo de uma e outra norma.

A gestão que o Grupo realiza dos seus recursos próprios adequa-se, no que a definições conceptuais diz respeito, ao disposto na Circular 3/2008 do Banco de Espanha.

A 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009, os recursos próprios calculáveis do Grupo excediam os exigidos pela referida norma, e apresentavam os seguintes números:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Reservas e outros	2 694 806	1 226 064
Deduções	(92 193)	(96 052)
Recursos próprios básicos	2 602 613	1 130 012
Correcção realizada a acertos por valorização nos recursos próprios básicos transferida para recursos próprios de segunda categoria principais	11 207	-
Reservas de reavaliação (incluindo acertos por valorização)	111 119	162 008
Perdas por imparidade colectivas (parcialmente)	104 385	118 695
Financiamento subordinado	926 005	482 500
Fundos da Obra Social	35 129	15 488
Recursos próprios de segunda categoria	1 187 845	778 691
Outras deduções	(96 439)	(69 283)
Recursos próprios calculáveis	3 694 019	1 839 420
Recursos próprios mínimos	2 020 061	1 143 541
Tier 1	2 554 394	1 095 370
Tier 2	1 139 626	744 050
Rácio de solvência (%)	14,70%	12,87 %

7. GESTÃO DO RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme estabelecido na NIIF-7, são descritos de seguida os riscos financeiros em que o Grupo incorre como consequência da sua actividade, bem como os objectivos e políticas para gerir, medir, controlar e assumir o risco, incluindo as estratégias e processos, a estrutura e a organização das unidades relevantes da gestão do risco.

7.1. Introdução: objectivos e estratégias

A Gestão e o Controlo dos Riscos são considerados pela Caja España de Inversiones como um todo conceptual e organizativo, de modo que, as políticas, procedimentos e metodologias estão orientados na mesma direcção.

O Controlo dos diferentes Riscos tem como objectivo assegurar uma estrutura de riscos prudente, equilibrada, diversificada e constantemente acompanhada. Além disso, salvaguarda e optimiza a solvência da Caja España de Inversiones e do seu Grupo, dentro do enquadramento aprovado pelo Plano de Negócios apresentado ao FROB.

A Caja España de Inversiones procura estabelecer, manter e actualizar os procedimentos que possibilitem os objectivos de Controlo, começando pela independência do mesmo das unidades de negócio.

7.2. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possível perda devido ao incumprimento de um crédito em alguma das suas obrigações contratuais. Este risco é uma parte intrínseca e indissociável do negócio bancário e, por isso, o controlo e a gestão do mesmo são configurados como parte fundamental dentro da própria gestão do Grupo.

O Grupo Caja España de Inversiones dispõe de uma Política de Risco de Crédito que, além de cumprir a norma aplicável, agrega os princípios e critérios gerais de riscos e estabelece os limites de concentração necessários para garantir uma adequada diversificação da carteira.

Os princípios gerais que regem a Política de Risco de Crédito são os seguintes:

- O Conselho de Administração, a Comissão Executiva e outras instâncias administrativas da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P. aprovam e supervisionam a estratégia e a política de gestão da Entidade e do seu Grupo. A definição dos procedimentos de admissão, acompanhamento e recuperação realiza-se centralizadamente, sendo a sua execução delegada para as áreas de negócio, sob um esquema comum de atribuições.
- É prioritário para o Grupo manter uma gestão eficaz do risco que leve à máxima qualidade da carteira de créditos. Procura minimizar o risco de insolvência e de concentração, procurando a diversificação e a segmentação do risco, fixando-se como objectivo principal da gestão a minimização de qualquer potencial perda patrimonial.
- O tratamento do risco é integral, não admite funções separadas e centra-se numa visão global do Cliente.
- Os principais aspectos que devem sustentar a tomada de decisões em matéria de risco de crédito são: a capacidade de pagamento, a solvência patrimonial, as compensações e a correcta identificação dos antecedentes financeiros.
- Para a análise e decisão de qualquer operação de crédito deve-se procurar sempre o equilíbrio e a correlação entre o destino, o montante, o prazo e a forma de amortização do crédito.
- Toda a gestão de riscos deve fundamentar-se na objectividade, sem preferência pelo critério comercial e avaliando convenientemente cada pedido de crédito.
- Os poderes para as aprovações de operações de risco são sempre conjuntos, e em caso algum unipessoais.
- No enquadramento do Plano de Responsabilidade Social das Empresas, o Grupo tem especial interesse em financiar projectos: directamente relacionados com a protecção do meio ambiente, que sigam um critério de precaução relativo aos problemas ambientais, que adoptem medidas para promover uma maior responsabilidade ambiental e que encorajem o desenvolvimento de tecnologias inofensivas para o meio ambiente.
- O Grupo potenciará a utilização de modelos internos para a medição do risco, em linha com os requisitos do Banco de Espanha, com o objectivo de os homologar perante o Supervisor a médio/longo prazo.

Neste sentido, a nossa actividade apresenta uma cobertura adequada na sua exposição aos sectores da construção e promoção imobiliária, garantias nos empréstimos a agregados familiares para aquisição de habitações superiores à média do sector bancário espanhol, e uma estrutura de financiamento e de balanço equilibrada com uma alta taxa de recursos de clientes financiando o negócio puramente bancário.

Em relação ao Risco do Crédito, partindo da Direcção da Divisão de Riscos, o Grupo Caja España de Inversiones, dispõe de diferentes unidades organizativas responsáveis por diferentes fases do mesmo. A fim de alcançar os seus objectivos, as funções de concessão, acompanhamento e recuperação do crédito têm lugar em diferentes níveis organizativos. O departamento de Análise de Riscos, tal como o seu nome indica, desenvolve as suas funções em matéria de concessão, enquanto o Departamento de Acompanhamento e Modelos de Risco de Crédito realiza o controlo e acompanhamento posteriores à sua concessão. O departamento de Recuperações, juntamente com a Assessoria Jurídica Contenciosa, tem como missão intervir no momento em que o crédito apresenta incidências na sua situação. Da mesma forma, a Divisão de Riscos dispõe de uma área de Gestão do Risco com Grandes Clientes, que concentra a sua atenção nas exposições que, pelo seu tamanho ou importância estratégica, necessitam de um tratamento particular. As funções de concessão e recuperação são coordenadas pela área da Central de Riscos. Finalmente, o departamento de Gestão e Procedimentos e Risco Operacional, juntamente com a área de Controlo Global do Risco, é responsável pela implantação correcta das operações, do controlo dos mesmos, e da gestão e implantação do Risco Operacional no Grupo.

Durante o exercício de 2010 e 2009, o Grupo levou a cabo, seguindo a prática bancária habitual, o refinanciamento ou renegociação de dívidas com o objectivo de obter melhorias nas garantias de crédito dessas operações e de aumentar a probabilidade de capacidade de cobrança ou recuperação das mesmas, não sendo significativas as renegociações de operações que, modificando as condições originais e originando garantias adicionais, tenham implicado a sua nova classificação contabilística como em imparidade.

A 31 de Dezembro de 2010, os activos de cobrança duvidosa ascendiam, no Grupo, aos 736 583 milhares de euros (2009: 744 477 milhares de euros), para os quais se dispõe de fundos específicos para a cobertura de imparidade de 1 263 030 milhares de euros (2009: 270 428 milhares de euros), o que implica uma cobertura média de 46% (em 2009: 36%). Para além disso, a 31 de Dezembro de 2010, o Grupo classificou 1 334 814 milhares de euros como activos de risco sub-padrão (2009: 441 309 milhares de euros), para os quais se dispõe de fundos específicos para a cobertura de imparidade de 289 151 milhares de euros (2009: 43 202 milhares de euros). Existe ainda uma cobertura genérica de perda por imparidade de investimentos de crédito no montante de 93 496 milhares de euros (em 2009: 153 555 milhares de euros).

Aquando do fecho do exercício de 2010 os passivos contingentes de cobrança duvidosa ascendem aos 99 394 milhares de euros (2009: 40 810 milhares de euros), para os quais se dispõe de fundos específicos para a cobertura de imparidade de 56 526 milhares de euros (2009: 12 340 milhares de euros). Para além disso, os passivos contingentes considerados como risco sub-padrão ascendiam aos 18 413 milhares de euros (em 2009: 13 089 milhares de euros) e, para os mesmos, conta-se com coberturas de perdas por imparidade no montante de 2 528 milhares de euros (1 963 milhares de euros em 2009). Adicionalmente, existe uma cobertura genérica de perda por imparidade para riscos contingentes no montante de 3 237 milhares de euros (2009: 8 496 milhares de euros).

Conforme o estabelecido no Anexo IX, na Circular 4/2004 do Banco de Espanha, a Caja España de Inversiones, enquanto se desenvolvem os métodos de cálculo de coberturas colectivas para coberturas específicas em função da antiguidade dos montantes não pagos, aplica as percentagens de cobertura por calendário de mora estabelecidas pelo Banco de Espanha. Da mesma forma, para estimar a cobertura genérica utilizam-se, também, os parâmetros estabelecidos no regulamento mencionado. As coberturas sub-padrão oscilam normalmente entre 5% e 20% do risco, em função do tipo de garantia das operações.

- Exposição total ao risco de crédito

O quadro seguinte mostra a exposição total ao risco de crédito do Grupo no fecho dos exercícios de 2010 e 2009:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Crédito a clientes	26 787 533	13 741 688
Entidades de crédito	286 360	1 323 817
Valores representativos de dívida	13 939 917	3 778 509
Derivados	258 088	136 619
Total do activo	41 271 898	18 980 633
Riscos contingentes	1 138 130	870 217
Compromissos Contingentes	3 711 759	2 118 122
Total de compromissos e riscos contingentes	4 849 889	2 988 339
Exposição máxima	46 121 787	21 968 972

Em seguida, apresenta-se a discriminação, para cada classe de instrumentos financeiros, do montante máximo do risco de crédito que se encontra coberto por cada uma das principais garantias reais e outras melhorias de crédito de que o Grupo dispõe a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

<i>Exercício de 2010</i>	Milhares de euros						Total
	Garantia imobiliária	Garantidos por depósitos em numerário	Outras garantias reais	Avalizados por entidades financeiras	Avalizados por outras entidades	Restantes	
Crédito a clientes	19 887 368	9 333	1 697 564	4 594	984 822	4 203	26 787 533
Entidades de crédito	4 542	-	-	-	-	852	533
Valores representativos de dívida	-	-	-	-	-	281 818	286 360
Derivados	-	-	-	-	-	13 403	13 939 917
	-	-	-	-	536 794	123	917
	-	-	-	-	-	258 088	258 088
Total do activo	19 891 910	9 333	1 697 564	4 594	1 521 616	18 146	41 271 898
						881	
Riscos contingentes	706	11 919	3 226	491	25 616	1 096	1 138 130
Compromissos Contingentes	-	-	-	-	-	172	
						3 711	
Total de compromissos e	706	11 919	3 226	491	25 616	759	3 711 759
						4 807	4 849 889

riscos contingentes						<u>931</u>	
						22 954	46 121
Exposição máxima	<u>19 892 616</u>	<u>21 252</u>	<u>1 700 790</u>	<u>5 085</u>	<u>1 547 232</u>	<u>812</u>	<u>787</u>

Exercício de 2009

	Milhares de euros						Total
	Garantia imobiliária	Garantidos por depósitos em numerário	Outras garantias reais	Avalizados por entidades financeiras	Avalizados por outras entidades	Restantes	
Crédito a clientes	8 610 983	1 338	1 569 602	5 995	559 730	2 994 040	13 741 688
Entidades de crédito	4 915	-	-	-	-	1 318 902	1 323 817
Valores representativos de dívida	-	-	2 662 184	-	-	1 116 325	3 778 509
Derivados	-	-	-	70 360	-	66 259	136 619
Total do activo	8 615 898	1 338	4 231 786	76 355	559 730	5 495 526	18 980 633
Riscos contingentes	-	-	-	891	10	869 316 2 118	870 217
Compromissos Contingentes	-	-	-	-	-	122	2 118 122
Total de compromissos e riscos contingentes	-	-	-	891	10	2 987 438	2 988 339
Exposição máxima	8 615 898	1 338	4 231 786	77 246	559 740	8 482 964	21 968 972

As taxas históricas de incumprimento, dos instrumentos financeiros nos quais a Caja España de Inversiones assume risco de crédito, no fecho dos exercícios de 2010 e 2009, são as seguintes:

	%	
	2010	2009
Crédito a clientes	9,38	5,25
Entidades de crédito	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Derivados	-	-
Total do activo	6,31	3,93
Riscos contingentes	8,60	4,78
Outros compromissos e riscos contingentes	-	-
Total de compromissos e riscos contingentes	1,78	1,36

Tendo em conta a classificação estabelecida pelo Banco de Espanha no Anexo IX da Circular 4/2004, a qualidade de crédito dos activos financeiros da Entidade dominante, sujeitos a risco de crédito, não classificados como duvidosos nem classificados como risco sub-padrão, e antes dos acertos por valorização, é a seguinte:

Classificação do Risco	Milhares de euros	
	2010	2009
Sem risco visível	13 212 687	3 087 003
Baixo risco	11 927 284	8 220 077
Risco médio-baixo	6 838 639	4 107 569
Médio risco	6 899 503	2 414 707

Risco médio-alto	422 455	322 146
Alto risco	<u>164 221</u>	<u>43 886</u>
	<u>39 464 789</u>	<u>18 195 388</u>

A qualidade de crédito dos saldos com entidades de crédito, valores representativos de dívida e derivados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 apresentava os seguintes valores:

Rating (Moody's)	Milhares de euros	
	2010	2009
Entre Aaa e Aa3	13 034 090	4 729 836
Entre A1 e A3	758 556	328 720
Entre Baa1 e Baa3	283 622	46 961
Outros saldos não qualificados	408 097	133 428
	<u>14 484 365</u>	<u>5 238 945</u>

7.3. Risco de concentração

A Caja España de Inversiones efectua um acompanhamento contínuo do grau de concentração das carteiras de risco de crédito, nos termos de diferentes dimensões relevantes: áreas geográficas, sectores económicos, produtos e grupos de clientes.

A distribuição do risco por área geográfica, segundo a localização dos clientes do Grupo, é a seguinte:

	Milhares de euros			
	2010		2009	
	Total do activo	Compromissos e riscos contingentes	Total do activo	Compromissos e riscos contingentes
Negócios em Espanha	40 693 789	4 792 286	18 709 111	2 938 982
Negócios com outros países da UE	540 721	41 184	271 522	49 357
Negócios com outros países fora da UE	37 388	16 419	-	-
Total	<u>41 271 898</u>	<u>4 849 889</u>	<u>18 980 633</u>	<u>2 988 339</u>

A principal exposição ao risco centra-se no "Crédito a clientes" concedido pela Caja España de Inversiones. A 31 de Dezembro de 2010, os investimentos a crédito, antes dos acertos por valorização do sector "residentes-negócios em Espanha" representava aproximadamente 99% do saldo do "Crédito a clientes" (2009: 98%), sendo a sua distribuição por sectores de actividade, a seguinte:

	Milhares de euros					
	2010			2009		
	Risco	Distribuição (%)	Dos quais: Activos de cobrança duvidosa	Risco	Distribuição (%)	Dos quais: Activos de cobrança duvidosa
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura e pesca	653 507	2	41 522	417 347	3	7 723
Indústrias	1 598 498	6	191 881	952 012	7	66 697
Construção	1 445 248	5	357 223	947 026	7	160 163
Serviços:						
Comércio e hotelaria	1 266 900	5	131 650	701 785	5	36 141
Transporte e comunicações	276 031	1	24 981	124 226	1	5 441
Outros serviços	8 660 915	31	1 411 420	3 456 354	26	284 180
Crédito a particulares:						
Habitação	11 878 419	42	357 054	5 695 319	42	83 219
Consumo e outros	2 005 564	7	160 088	1 064 875	8	57 381
Instituições sem fins lucrativos	129 542	1	935	22 787	-	9
Não classificados	84 757	-	1 033	85 654	1	1 641

Crédito a Clientes

27 999 381

100

2 677 787

13 467 385

100

702 595

A seguir apresenta-se a discriminação da exposição do Grupo com o sector imobiliário a 31 de Dezembro de 2010 e de 2010:

	Milhões de euros			
	Montante bruto	Excesso sobre valor de garantia (2)	Cobertura específica	Estimativ a
1. Crédito registado pelas entidades de crédito do grupo (negócios em Espanha)	8 067	3 301	1 020	13 369
1.1. Do qual: Duvidoso	1 677	909	733	2 289
1.2. Do qual: Sub-padrão	1 338	598	287	2 366
Pro-memoria:				
-Cobertura genérica total (negócios totais) (3)	-	-	126	-
-Activos incobráveis (4)	223	-	-	-
<i>Pro-memoria: Dados do grupo consolidado</i>				

	Milhões de euros
	Valor contabilístico (5)
1. Total de crédito a clientes excluindo Administrações Públicas (negócios em Espanha)	25 766
2. Total activo consolidado (negócios totais)	45 656

- (1) A classificação dos créditos neste quadro será realizada de acordo com a finalidade dos créditos e com a CNAE do devedor. Isso implica, por exemplo, que se o devedor for: (a) uma empresa imobiliária mas que utiliza o financiamento concedido para uma finalidade diferente da construção ou promoção imobiliária, não será incluído neste quadro, e (b) uma empresa cuja actividade principal não é a da construção nem a imobiliária mas o crédito se destina ao financiamento de imóveis destinados à promoção imobiliária, será incluído neste quadro.
- (2) É o montante do excesso que assume o montante bruto de cada crédito sobre o valor dos direitos reais que, se for o caso, tiverem sido recebidos como garantia, calculados de acordo com o disposto no Anexo IX da Circular 4/2004.[Assim, o valor dos direitos reais é resultado da ponderação do menor montante entre o custo dos activos e o valor da sua estimativa no seu estado actual ponderado por percentagens que vão desde os 70% a 50% de acordo com a natureza dos activos hipotecados]
- (3) É o montante total da cobertura genérica realizada a qualquer título pelo grupo consolidado (negócios totais).
- (4) Montante bruto do crédito destinado a financiar a construção e promoção imobiliária registado pelas entidades de crédito do grupo (negócios em Espanha) sendo alienado do activo por ter sido qualificado como «activo incobrável».
- (5) O valor contabilístico é o montante com que estão registados estes activos no balanço depois de deduzir, se for o caso, os montantes constituídos para sua cobertura.

A discriminação do financiamento destinado à construção e promoção imobiliária (operações registadas por entidades de crédito, negócios em Espanha) a 31 de Dezembro de 2010 é apresentada de seguida:

	Milhões de euros
	<u>Crédito Montante bruto (6)</u>
1. Sem garantia hipotecária	1 591
2. Com garantia hipotecária (7)	6 476
2.1. Edifícios acabados (8)	1 663
2.1.1. Habitação	1 541
2.1.2. Restantes	122
2.2. Edifícios em construção (8)	1 425
2.2.1. Habitação	1 401
2.2.2. Restantes	24
2.3. Terreno	2 007
2.3.1. Terrenos urbanizados	1 301
2.3.2. Restantes terrenos	706
2.4. Restantes garantias hipotecárias	<u>1 381</u>
 Total	 <u><u>8 067</u></u>

(6) O montante bruto da fila “Crédito registado pelas entidades de crédito do grupo (negócios em Espanha)” do quadro 1 é igual ao montante da fila “Total” do quadro anterior.

(7) Serão incluídas todas as operações com garantia hipotecária independentemente da percentagem que o risco vigente supõe sobre o montante da última estimativa disponível.

(8) Se num edifício houver tanto finalidades residenciais (habitação) como comerciais (escritórios e/ou instalações), o financiamento será incluído na categoria da finalidade predominante.

De seguida apresenta-se a discriminação sobre o crédito a agregados familiares para aquisição de habitação (operações registadas por entidades de crédito, negócios em Espanha) a 31 de Dezembro de 2010:

	Milhões de euros	
	<u>Montante bruto</u>	<u>Do qual: Duvidoso</u>
Crédito para aquisição de habitação	11 492	338
Sem garantia hipotecária	304	3
Com garantia hipotecária (7)	11 188	335

A discriminação do crédito com garantia hipotecária a agregados familiares para aquisição de habitação conforme a percentagem do risco total sobre o montante da última estimativa disponível (LTV) (operações registadas por entidades de crédito, negócios em Espanha) a 31 de Dezembro de 2010 é apresentada de seguida:

	Milhões de euros			
	Intervalos de LTV (10)			
	LTV ≤ 50%	50% < LTV ≤ 80%	80% < LTV ≤ 100%	LTV > 100%
Montante bruto (9)	2 814	6 794	1 510	70
Dos quais: duvidosos (9)	22	166	133	14

(9) A soma dos montantes brutos e duvidosos dos diferentes intervalos deste quadro coincide com os montantes que figuram na linha com garantia hipotecária do quadro anterior.

(10) O LTV será o rácio que resulta da divisão do risco vigente à data da informação sobre o montante da última estimativa disponível.

7.4 Risco País

Entende-se por risco-país, aquele que coincide nas dívidas de um país, consideradas globalmente, por circunstâncias diferentes do risco comercial habitual. Compreende o risco soberano, o risco de transferência e os restantes riscos derivados da actividade financeira internacional. Risco soberano é o dos credores dos Estados ou de entidades garantidas por eles, na medida em que forem ineficazes as acções legais contra o mutuário ou o obrigado em última instância ao pagamento, por razões de soberania. Risco de transferência é o dos credores estrangeiros dos residentes de um país em que existe uma incapacidade geral para fazer face às suas dívidas, por carecer da moeda ou das moedas em que estejam denominadas.

Actualmente, as operações sujeitas a estes tipos de risco são mínimas no Grupo.

7.5 Risco de Contrapartida

O risco de crédito por operações de mercado, ou risco de contrapartida, é o assumido com as entidades financeiras derivado da própria operação financeira do Grupo.

O Grupo elaborou um Sistema de Linhas de Contrapartida, que é a metodologia utilizada pela Caja España de Inversiones para fixar de forma objectiva os limites do risco de crédito. Este modelo permite avaliar a posição global de risco máxima que o Grupo pode manter com cada contraparte.

A aprovação de tal Sistema corresponde ao Comité de Activos e Passivos da Caja España de Inversiones.

A análise do risco foi concretizada para as entidades do sector financeiro, diferenciando-se o tratamento das entidades nacionais e das entidades estrangeiras, devido tanto às diferenças entre estas entidades como às limitações de informação sobre as últimas. A linha de risco máxima é calculada para cada entidade a partir do seu rating e de um conjunto de variáveis baseadas no balanço, solvência e na conta de resultados.

Para o controlo do risco de contrapartida, a Caja España de Inversiones dispõe de ferramentas que, em tempo real, informam os operadores de mercado do saldo disponível dos limites estabelecidos para qualquer contrapartida.

As operações de compra e venda a prazo e de derivados concentram-se em contrapartidas, que são entidades financeiras de países da OCDE, de excelente qualidade de crédito, de forma que, em 2010, 74% das transacções foram contratadas com estas entidades (2009: 75%). O restante corresponde fundamentalmente a operações com clientes particulares de baixo montante.

Valores nominais dos produtos derivados por vencimento:

<u>Exercício de 2010</u>	<u>Milhares de euros</u>					<u>Total</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Entre 3 e 6 meses</u>	<u>Entre 6 meses e 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	
Compra e venda de divisas	6 307	34 844	40 770	23 763	56 428	162 113
Opções sobre taxas de juro	-	31 271	127 685	244 881	944 940	1 348 777
Opções sobre valores	884 759	40 000	-	202 812	279 360	1 406 931
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	30 324	1 162	-	31 486
Perm. financeiras sobre juros	30 350	548 506	168 600	2 203 927	1 916 862	4 868 245
Perm. financeiras sobre risco de câmbio	-	-	-	-	-	-
Total	921 414	654 621	367 379	2 676 546	3 197 590	7 817 550

<u>Exercício de 2009</u>	<u>Milhares de euros</u>					<u>Total</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Entre 3 e 6 meses</u>	<u>Entre 6 meses e 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	
Compra e venda de divisas	77 718	5 828	25 894	70 214	-	179 654
Opções sobre taxas de juro	43 400	87 790	70 876	1 231 356	201 545	1 634 967
Opções sobre valores	-	-	173 490	453 812	-	627 302
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	-	28 144	-	28 144
Perm. financeiras sobre juros	78 763	399 500	185 180	648 044	907 174	2 218 661
Perm. financeiras sobre risco de câmbio	-	-	-	-	117 308	117 308
Total	199 881	493 118	455 440	2 431 570	1 226 027	4 806 036

7.6. Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como o risco de o Grupo ter dificuldades para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. O risco de liquidez representa, por isso, o risco que consiste em não dispor de caixa suficiente para fazer frente, na data de vencimento, às suas obrigações no pagamento a terceiros.

O objectivo fundamental aspirado pelo Grupo em relação ao risco de liquidez consiste em dispor sempre dos instrumentos e processos que lhe permitam cumprir com os seus compromissos de pagamento pontualmente, de forma a disporem dos instrumentos que permitam manter níveis de liquidez suficientes para atender aos seus pagamentos sem comprometer de forma significativa os resultados do Grupo e manter os mecanismos que, perante diversas eventualidades, lhes permitam cumprir os seus compromissos de pagamento.

Na gestão do risco de liquidez do Grupo é muito importante a análise do balanço por vencimentos, que incorporam, mediante a utilização de ferramentas informáticas, necessidades futuras de liquidez e de financiamento baseadas nas expectativas de desenvolvimento e crescimento futuro do mesmo. Esta análise é realizada em diferentes cenários, o que permite conhecer as necessidades de financiamento em diferentes cenários de crescimento, morosidade, etc., e permitem conhecer e projectar pagamentos e cobranças futuros a realizar a curto e a médio prazo. Para efeitos desta análise são considerados os vencimentos esperados dos diferentes activos e passivos financeiros.

O Grupo acompanha diariamente os valores de liquidez e, mensalmente, elabora um relatório para o Comité de Activos e Passivos, que é o órgão responsável pela gestão e controlo da liquidez. Entre outras análises, nesse mesmo relatório é elaborado um estudo da incidência que as variações das rubricas de activo e passivo poderiam ter no valor de liquidez, com um horizonte temporal de 4 anos. Isto permite à Entidade antecipar futuras situações de tensão, prevendo a necessidade de recorrer a fontes de financiamento alternativas.

O Grupo dispõe de várias formas de captar liquidez, entre elas encontram-se a comercialização de recursos de clientes, a disponibilidade de diversas linhas de tesouraria perante organismos oficiais, a captação de liquidez através do mercado interbancário e a emissão de valores de dívida em mercados grossistas e retalhistas.

As medidas levadas a cabo pelo Grupo com o objectivo de reforçar a liquidez no exercício de 2010 foram as seguintes:

- Permutas voluntárias da Dívida Subordinada retalhista para alargar os prazos de vencimento, alterando as condições iniciais das emissões:
 - No mês de Janeiro de 2010 foi realizada uma proposta de Permuta da 6ª Emissão de Dívida Subordinada da Caja España de Janeiro de 2006, cujo valor nominal inicial tinha sido de 100 milhões de euros. A permuta foi realizada por uma nova emissão de Dívida Subordinada a 10 anos, com opção de amortização ao quinto ano, após autorização do Banco de Espanha. A permuta afectou 98,68 % dos detentores (98 680 000 euros).
 - No mês de Junho de 2010 foi realizada uma proposta de Permuta da 5ª Emissão de Dívida Subordinada da Caja España de Outubro de 2003, cujo valor nominal inicial tinha sido de 100 milhões de euros. A permuta foi realizada por uma nova emissão de Dívida Subordinada a 10 anos, com opção de amortização ao quinto ano, após autorização do Banco de Espanha. A permuta afectou 83,305 % dos detentores (83 305 000 euros).
- Emissões de Dívida Avalizada:
 - No mês de Março de 2010 foi realizada a Sexta Emissão de Títulos Simples Caja Duero avalizados pelo Tesouro Público. O valor nominal da emissão foi de 100 milhões de euros, a um prazo de 5 anos, e uma taxa anual de 3,221%. A emissão foi integralmente colocada entre Investidores Qualificados.

- No mês de Março de 2010 foi realizada a Sétima Emissão de Títulos Simples Caja Duero avalizados pelo Tesouro Público. O valor nominal da emissão foi de 50 milhões de euros, a um prazo de 3,5 anos, e uma taxa anual de 2,492%. A emissão foi integralmente colocada entre Investidores Qualificados.
- No mês de Abril de 2010 foi realizada a Oitava Emissão de Títulos Simples Caja Duero avalizados pelo Tesouro Público. O valor nominal da emissão foi de 50 milhões de euros, a um prazo de 3 anos, e uma taxa variável Euribor 6 meses de +0,43%. A emissão foi integralmente colocada entre Investidores Qualificados.
- No mês de Maio de 2010 foi realizada a Nona Emissão de Títulos Simples Caja Duero avalizados pelo Tesouro Público. O valor nominal da emissão foi de 100 milhões de euros, a um prazo de 5 anos, e uma taxa anual de 3,00%. A emissão foi integralmente colocada entre Investidores Qualificados.
- No mês de Junho de 2010 foi realizada a Décima Emissão de Títulos Simples Caja Duero avalizados pelo Tesouro Público. O valor nominal da emissão foi de 169 milhões de euros, a um prazo de 5 anos, e uma taxa anual de 3,782%. A emissão foi integralmente colocada entre Investidores Qualificados.

A 31 de Dezembro de 2010 o Grupo dispunha de avales do Tesouro para a emissão de Dívida por um montante de 1 274 milhões de euros, 705 milhões de euros da primeira série e 569 milhões de euros da segunda.

- Emissão de Participações Preferenciais FROB por 525 milhões de euros em Outubro de 2010.
- Emissões de Obrigações Hipotecárias:
 - Emissão de 70 milhões de euros de valor nominal de Obrigações Hipotecárias Singulares, no âmbito da operação Obrigações TdA 18 em Abril de 2010. Subscreveu-se o mesmo montante dos títulos de titularização de Obrigações Hipotecárias emitidos pelo Fundo. A operação foi realizada para a obtenção de Activos descontáveis nas operações de financiamento do Banco Central Europeu.
 - Emissão de 1 000 milhões de euros de valor nominal de Obrigações Hipotecárias Singulares, no âmbito da operação Obrigações TdA 21, em Dezembro de 2010. Subscreveu-se o mesmo montante dos títulos de titularização de Obrigações Hipotecárias emitidos pelo Fundo. A operação foi realizada para a obtenção de Activos descontáveis nas operações de financiamento do Banco Central Europeu.
 - Retalhista:
 - No mês de Junho de 2010 foi realizada a VII Emissão de Obrigações Hipotecárias da Caja Duero, por um montante de 150 milhões de euros de valor nominal, e um prazo de três anos.

- No mês de Abril de 2010 foi realizada uma proposta de Permuta da 7ª Emissão de Títulos de Tesouraria da Caja España de Novembro de 2007, cujo valor nominal inicial tinha sido de 94 904 000 euros. A permuta foi realizada por uma nova emissão de Obrigações Hipotecárias a 5 anos. A permuta afectou 76,34 % dos detentores (72 452 000 euros).

A discriminação da situação de liquidez básica da Caja España de Inversiones a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é o seguinte:

	Milhões de euros		
	2010	2009	Variação
<u>Financiamento grossista</u>			
Recursos de bancos centrais	(3 801)	(1 814)	(1 987)
Recursos de entidades de crédito	(225)	(252)	27
Credores grossistas	(402)	(111)	(291)
Promissórias e efeitos	(23)	(526)	503
Títulos hipotecários	(50)	(50)	-
Títulos hipotecários singulares	(8 449)	(3 537)	(4 912)
Outros valores emitidos	(1 726)	(870)	(856)
Dívida subordinada e acções preferenciais	(998)	(360)	(638)
Total de financiamento grossista	<u>(15 674)</u>	<u>(7 520)</u>	<u>(8 154)</u>
<u>Activos líquidos</u>			
Disponibilidades em bancos centrais	417	248	169
Disponibilidades em entidades de crédito	259	417	(158)
Valores representativos de dívida	8 575	3 387	5 188
Outros instrumentos de capital	854	614	240
Total de financiamento grossista	<u>10 105</u>	<u>4 666</u>	<u>5 439</u>
Gap de liquidez	(5 569)	(2 854)	(2 715)
	36%	38%	2%
<u>Pro-memoria. Dados não incluídos em rubricas anteriores:</u>			
<i>Limite total da apólice do BE</i>	<i>4 445</i>	<i>2 267</i>	<i>2 178</i>

A seguir apresenta-se a discriminação da estrutura de financiamento do Grupo a 31 de Dezembro de 2010:

	Milhões de euros
Crédito a clientes	28 453
Créditos a entidades do grupo e relacionadas	1 155
Empréstimos titularizados	345
Fundos específicos	(1 957)
Activos adjudicados	1 082
	<u>29 078</u>
Total de crédito a clientes	
Participações	<u>286</u>
Necessidades de financiamento estáveis	<u>29 364</u>
Clientes totalmente cobertos pelo FGD	13 106
Clientes não totalmente cobertos pelo FGD	<u>6 374</u>
Total de recursos de clientes	<u>19 480</u>
Títulos e obrigações hipotecárias	4 052
Obrigações Territoriais	63
Dívida sénior	483
Emissões avalizadas pelo Estado	850
Subordinadas preferenciais e convertíveis	980
Outros instrumentos financeiros a médio e longo prazo	132
Títulos vendidos a terceiros	-
Outro financiamento com vencimento residual superior a um ano	<u>-</u>
Financiamento grossista a longo prazo	<u>6 560</u>
Emissões colocadas a retalhistas	<u>1 346</u>
Património líquido	<u>1 804</u>
Fontes de financiamento estáveis	<u>29 190</u>

Em seguida, discriminam-se os instrumentos financeiros da Caja España de Inversiones, por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, sem ter em conta os saldos com contribuição de outras sociedades do Grupo, nem os acertos por valorização que se incluem nas rubricas correspondentes dos balanços consolidados. As datas de vencimento que foram consideradas para a construção da tabela anexa são as obtidas em função dos prazos contratuais de vencimento remanescentes (a experiência histórica da Caja deixa antever que as futuras modificações contratuais hipotéticas dos vencimentos dos instrumentos financeiros não alterarão significativamente a posição de liquidez da Caja España de Inversiones):

Exercício de 2010		Milhares de euros								
								Vencimento não determinado e sem classificar		
	À Ordem	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos		Total	
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	416 229	-	-	-	-	-	-	-	416 229	
Disponibilidades em entidades de crédito	55 543	129 324	18 376	21 138	2 636	5 060	2 953	19 371	254 401	
Crédito a clientes	2 246 545	392 333	651 051	961 641	1 814 014	5 514 405	17 550 178	48 316	29 178 483	
Valores representativos de dívida	-	25 186	555 179	1 532 705	1 304 804	5 022 137	5 496 148	-	13 936 159	
Outros activos com vencimento	29 383	-	-	-	-	-	-	-	29 383	
Total	2 747 700	546 843	1 224 606	2 515 484	3 121 454	10 541 602	23 049 279	67 687	43 814 655	
Passivo										
Recursos de bancos centrais	-	1 800 000	2 000 000	-	-	-	-	-	3 800 000	
Recursos de entidades de crédito	37 791	3 572 142	158 402	123 431	79 651	351 504	63 162	1 839	4 387 922	
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	-	500 060	205 518	204 561	-	-	-	-	910 139	
Depósitos de clientes	10 515 611	2 695 507	2 975 849	2 251 260	3 633 497	4 477 403	3 254 120	33 912	29 837 159	
Débitos representados por valores negociáveis	-	1 981	3 457	18 050	-	1 812 563	-	-	1 836 051	
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	886 747	992 326	100 060	1 979 133	
Outros passivos com vencimento	-	134 907	-	-	-	-	-	-	134 907	
Total	10 553 402	8 704 597	5 343 226	2 597 302	3 713 148	7 528 217	4 309 608	135 811	42 885 311	
Gap	(7 805 702)	(8 157 754)	(4 118 620)	(81 818)	(591 694)	3 013 385	18 739 671	(68 124)	929 344	
Gap acumulado	(7 805 702)	(15 963 456)	(20 082 076)	(20 163 894)	(20 755 588)	(17 742 203)	997 468	929 344	-	

Exercício de 2009		Milhares de euros								
								Vencimento não determinado e sem classificar		
	À Ordem	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos		Total	
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	246 916	-	-	-	-	-	-	-	246 916	
Disponibilidades em entidades de crédito	64 885	1 228 483	7 090	5 828	329	1 493	3 327	-	1 311 435	
Crédito a clientes	883 389	288 970	437 893	389 287	803 668	3 792 167	7 544 151	17 807	14 157 332	
Valores representativos de dívida	-	172 535	24 972	100 850	348 345	2 222 281	908 384	-	3 777 367	
Outros activos com vencimento	14 305	1	-	-	-	-	-	-	14 306	
Total	1 209 495	1 689 989	469 955	495 965	1 152 342	6 015 941	8 455 862	17 807	19 507 356	
Passivo										
Recursos de bancos centrais	-	49 521	110 000	-	1 650 000	-	-	-	1 809 521	
Recursos de entidades de crédito	75 177	93 699	149 531	392 479	35 841	226 530	52 551	1 649	1 027 457	
Depósitos de clientes	5 326 391	3 064 539	1 702 940	1 157 209	1 434 339	1 071 332	733 505	35 567	14 525 822	
Débitos representados por valores negociáveis	-	27 291	23 135	497 185	493 944	504 921	-	-	1 546 476	
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	548 674	100 000	648 674	
Outros passivos com vencimento	30 437	-	-	-	-	-	-	-	30 437	
Total	5 432 005	3 235 050	1 985 606	2 046 873	3 614 124	1 802 783	1 334 730	137 216	19 588 387	
Gap	(4 222 510)	(1 545 061)	(1 515 651)	(1 550 908)	(2 461 782)	4 213 158	7 121 132	(119 409)	(81 031)	
Gap acumulado	(4 222 510)	(5 767 571)	(7 283 222)	(8 834 130)	(11 295 912)	(7 082 754)	38 378	(81 031)	-	

Se for realizada uma análise de vencimentos numa entidade financeira que tenha um elevado financiamento retalhista (como é o caso da Caja España de Inversiones), geralmente, a duração dos activos é maior do que a dos passivos, pelo que, geralmente, se cria um gap negativo a curto prazo. Este facto é motivado por se projectarem os vencimentos das operações em função do seu prazo residual, sem considerar nenhuma hipótese de renovação dos activos e/ou passivos. Também é importante mencionar que o cálculo não considera hipóteses dinâmicas pois as estratégias internas de captação líquida de liquidez são ignoradas, o que é especialmente importante no mercado retalhista no qual a Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P. trabalha.

A experiência histórica da Caja España de Inversiones demonstra que os passivos retalhistas à ordem têm uma duração estável no tempo e que uma grande percentagem de contas a prazo com os clientes são, geralmente, renovadas ao vencerem. Os manuais de procedimentos da Caja España de Inversiones agrupam os procedimentos a seguir em caso de falta de liquidez nos mercados. Com base nas projecções de liquidez efectuadas em contextos desfavoráveis, a Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P. continuaria a possuir a capacidade de fazer frente aos seus passivos, até mesmo com níveis de stress pouco prováveis.

7.7. Risco de mercado

Entende-se por risco de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de que o justo valor dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutuem devido a variações nos preços do mercado.

O risco de mercado é gerido e controlado utilizando a metodologia de Valor em Risco (VaR), que quantifica a potencial perda máxima das nossas posições de mercado como consequência de movimentos adversos das variáveis financeiras que determinam o seu valor de mercado.

Actualmente, a Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria estima, estatisticamente, a perda provável com um nível de confiança de 99% e para um horizonte temporal de um dia. Como complemento da medição do risco de mercado pela VaR, é realizado um teste de Back-Testing para ver a fiabilidade do método, e também são utilizados testes de Stress-Testing, que quantificam a potencial perda máxima em cenários de situações com variações adversas extremas.

O Comité de Gestão de Activos e Passivos é o órgão encarregue da gestão deste risco.

O risco de mercado em termos de VAR da Caja España de Inversiones, a 31 de Dezembro de 2010, ascende a 15 764 milhares de euros (2009: 7 278 milhares de euros), não divergindo significativamente no Grupo.

7.8. Risco da taxa de juro

Este risco faz referência ao impacto que as mudanças no nível geral das taxas de juro podem ter na conta de resultados (fluxos de geração de rendimentos e gastos) ou no valor patrimonial. A causa é os desfasamentos nas datas de vencimento ou a reapreciação das massas de activos e passivos que produz uma resposta diferente perante as variações na taxa de juro.

A Caja España de Inversiones gere o risco de juro através do comité de Activos e Passivos (COAP) e, para realizar esta função, as principais medidas utilizadas são o *gap* estático de sensibilidade e simulações da margem financeira futura e balanço futuro, sendo da responsabilidade do Conselho de Administração da Caja tanto a gestão de activos e passivos como o estabelecimento dos limites dos riscos.

a) *Gap* de taxas de juros de Activos e Passivos

Para o *gap* de taxas de juro, agrupam-se os diferentes vencimentos e/ou reapreciações, analisando os desfasamentos em cada período entre as diferentes massas de activo, passivo e fora do balanço. O acompanhamento de *Gaps* temporários permite identificar concentrações de risco em determinados períodos, e tomar as decisões adequadas para neutralizar as exposições excessivas que, ao produzirem movimentos adversos nas curvas das taxas, causariam um grande impacto na rentabilidade ou na solvência.

A estrutura de vencimentos e reapreciações é a base para os processos de simulação que medem a exposição da margem financeira e o valor patrimonial da Entidade perante os movimentos nas taxas de juro.

b) Simulações

Permitem analisar o impacto potencial das flutuações das taxas de juro na margem financeira e no valor patrimonial, contemplando vários cenários, tanto da evolução do mercado como do negócio. A combinação da informação real com a informação assumida desenvolve diferentes cenários com os quais podemos calcular a sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial, bem como a optimização do balanço futuro, mantendo níveis de risco aceitáveis.

- Sensibilidade da margem financeira: mede as variações em rendimentos e gastos financeiros como consequência dos deslocamentos das curvas da taxa de juro. Realiza-se um estudo a curto prazo e a sensibilidade é obtida por comparação entre as margens actuais e as esperadas num cenário de movimento de taxas.
- Sensibilidade do balanço: mede o impacto potencial de uma variação de taxas de juro nos valores actuais dos activos e passivos. Realiza-se um estudo a longo prazo para medir a incidência do risco ao longo da estrutura de prazos do balanço.

Em termos gerais, as técnicas utilizadas para a mitigação deste risco são baseadas na contratação de instrumentos de taxa fixa e derivados financeiros para a realização de coberturas de taxa de juro.

A tabela seguinte resume a exposição da Caja España de Inversiones, que representa aproximadamente 99% dos activos e passivos do Grupo a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ao risco da taxa de juro, agrupando o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros em função da data de revisão da taxa de juro ou da data de vencimento para operações a taxa fixa. Para construir o quadro anexo, utilizaram-se as datas contratuais de revisão das taxas de juro que não diferem das datas esperadas no caso de operações a taxa variável. Para as operações a taxa fixa, utilizou-se a data de vencimento contratual esperada. Da mesma forma, o quadro mostra a taxa de juro média para cada grupo de instrumentos e a faixa de revisão ou vencimento (montantes em milhares de euros).

Exercício de 2010	Até 1 mês		Entre 1 e 3 meses		Entre 3 meses e 1 ano		Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 3 anos		Entre 3 e 4 anos		Entre 4 e 5 anos		Mais de 5 anos		Não sensíveis	Total
	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	Milhares de euros
<u>Activo</u>																		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	352 886	0,54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63 886	416 772
Carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	900	3,50	25 412	3,30	74 018	100 330
Outros activos financeiros ao justo valor com variações em ganhos e perdas	-	-	2 100	1,97	6 000	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8 100
Activos financeiros disponíveis para venda	455 175	1,71	758 083	1,74	1 479 526	4,24	451 564	3,17	112 471	2,41	110 135	4,12	193 506	3,45	1 033 467	4,35	485 025	5 078 952
Investimentos a crédito	3 345 607	2,87	5 572 041	2,98	16 162 902	3,09	640 933	3,80	395 150	3,82	1 258 393	4,21	108 357	4,33	1 251 765	3,93	2 618 137	31 353 284
Carteira de investimento a deter até à maturidade	1 418 200	1,62	1 028 792	1,22	100 000	4,00	338 800	3,29	414 370	3,08	205 200	3,28	-	-	2 267 001	4,69	85 000	5 857 363
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 811 861	2 811 861
Total	5 571 868	2,31	7 361 017	2,61	17 748 428	3,19	1 431 297	3,48	921 991	3,32	1 573 728	4,08	302 763	3,77	4 577 645	4,40	6 137 927	45 626 663
<u>Passivo</u>																		
Carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72 021	72 021
Passivos financeiros ao custo amortizado	11 742 598	1,54	8 631 810	1,76	8 140 526	2,82	1 667 812	2,81	1 452 457	2,90	1 375 347	3,20	2 728 647	0,69	6 843 792	1,18	584 428	43 167 416
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 325 661	2 325 661
Total	11 742 598	1,54	8 631 810	1,76	8 140 526	2,82	1 667 812	2,81	1 452 457	2,90	1 375 347	3,20	2 728 647	0,69	6 843 792	1,18	2 982 110	45 565 098
Gap	(6 170 730)		(1 270 793)		9 607 902		(236 515)		(530 466)		198 381		(2 425 883)		(2 266 147)		3 155 817	61 566
Gap acumulado	<u>(6 170 730)</u>		<u>(7 441 523)</u>		<u>2 166 379</u>		<u>1 929 864</u>		<u>1 399 398</u>		<u>1 597 779</u>		<u>(828 104)</u>		<u>(3 094 251)</u>		<u>61 566</u>	-

Exercício de 2009	Até 1 mês		Entre 1 e 3 meses		Entre 3 meses e 1 ano		Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 3 anos		Entre 3 e 4 anos		Entre 4 e 5 anos		Mais de 5 anos		Não sensíveis	Total
	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	Milhares de euros
<u>Activo</u>																		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	175 188	0,98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72 404	247 592
Carteira de negociação	172 000	-	15 000	-	161 100	-	10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81 227	439 327
Activos financeiros disponíveis para venda	526	4,00	20 138	0,84	-	-	10 731	4,76	2	5,10	-	-	209	4,75	316 570	3,14	620 026	968 202
Investimentos a crédito	2 931 109	2,30	2 481 824	3,18	8 150 886	3,09	334 261	4,27	124 496	4,92	93 981	4,66	51 489	5,05	104 152	4,05	789 624	15 061 822
Carteira de investimento a deter até à maturidade	1 552 000	0,94	536 400	2,23	-	-	100 000	4,00	338 800	3,29	331 700	3,25	205 200	3,27	-	-	(18 068)	3 046 032
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 478 908	1 478 908
Total	4 830 823	1,73	3 053 362	2,98	8 311 986	3,03	454 992	4,13	463 298	3,73	425 681	3,56	256 898	3,63	420 722	3,37	3 024 121	21 241 883
<u>Passivo</u>																		
Carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77 743	77 743
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	318 565	19 699 758
Outros passivos	4 953 724	1,12	2 884 034	1,49	5 559 359	2,16	609 213	1,48	1 236 422	2,71	757 514	1,62	2 534 752	0,12	846 174	3,89	277 353	277 353
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	277 353	277 353
	4 953 724	1,12	2 884 034	1,49	5 559 359	2,16	609 213	1,48	1 236 422	2,71	757 514	1,62	2 534 752	0,12	846 174	3,89	673 661	20 054 854
Gap	(122 901)		169 327		2 752 627		(154 220)		(773 124)		(331 834)		(2 277 854)		(425 452)		2 350 460	1 187 029
Gap acumulado	(122 901)		46 426		2 799 053		2 644 833		1 871 709		1 539 875		(737 979)		(1 163 431)		1 187 029	-

Assumindo que os activos e passivos financeiros a 31 de Dezembro de 2010 permanecem estáveis até ao vencimento ou liquidação, um aumento de 100 pontos base nas taxas de juro aumentaria os lucros líquidos para o ano seguinte em aproximadamente 10 800 milhares de euros (2009: diminuição de 7 099 milhares de euros da Caja España de Inversiones).

c) Taxas de juro por carteiras

A discriminação das taxas de juro efectivas médias por tipos de carteiras e instrumentos financeiros dos balanços consolidados, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é a seguinte:

	Percentagem	
	2010	2009
Carteira de negociação	3,31%	1,02%
Valores representativos de dívida	3,31%	1,02%
Outros activos financeiros ao justo valor com variações em ganhos e perdas	1,99%	-
Valores representativos de dívida	1,99%	-
Activos disponíveis para venda	3,42%	3,05%
Valores representativos de dívida	3,42%	3,05%
Investimentos a crédito	2,90%	2,84%
Disponibilidades em entidades de crédito	0,59%	0,35%
Crédito a clientes	2,89%	3,09%
Valores representativos de dívida	3,25%	-
Carteira a deter até à maturidade	3,01%	1,93%
Valores representativos de dívida	3,01%	1,93%
Passivos ao custo amortizado	1,69%	1,61%
Recursos de Bancos Centrais	1,01%	1,00%
Recursos de entidades de crédito	1,03%	1,09%
Recursos de clientes	1,54%	1,42%
Débitos representados por valores negociáveis	2,64%	3,37%
Passivos subordinados	5,73%	4,28%

7.9. Risco de câmbio

A exposição ao risco de câmbio é muito reduzida, sendo a política do Grupo a de manter um perfil baixo por este risco. A tabela seguinte resume a exposição ao risco de câmbio do Grupo:

Exercício de 2010

	Milhares de euros					
	31.12.2010			31.12.2009		
	EUR	Divisas (*)	Total	EUR	Divisas (*)	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	415 732	1 074	416 806	247 071	596	247 667
Disponibilidades em entidades de crédito	263 912	22 448	286 360	1 318 608	5 209	1 323 817
Crédito a clientes	26 963 383	94 150	26 787 533	13 688 323	53 831	13 741 688
Valores representativos de dívida	13 939 917	-	13 939 917	3 778 509	-	3 778 509
Outros instrumentos de capital	854 645	-	854 645	750 485	-	750 485
Derivados de negociação	68 181	7 524	75 705	75 044	6 089	81 133
Derivados de cobertura	182 342	41	182 383	55 486	-	55 486
Activos não correntes detidos para venda	770 892	-	770 892	280 557	15 143	295 700
Participações	311 866	22 119	333 985	224 008	6 976	230 984
Contratos de seguros vinculados a pensões	5 671	-	5 671	5 859	-	5 859
Activo Corpóreo	983 366	-	983 366	605 226	-	605 226
Activo Incorpóreo	1 188	-	1 188	2 371	-	2 371
Activos Fiscais	754 105	-	754 105	164 735	-	164 735
Restantes activos	317 987	32	318 019	106 041	30	106 071
Total	45 563 187	147 388	45 710 575	21 302 323	87 408	21 389 731
Passivo						
Disponibilidades em bancos centrais	3 800 650	-	3 800 650	1 813 890	-	1 813 890
Recursos de entidades de crédito	4 402 335	10 824	4 413 159	1 054 292	2 353	1 056 645
Recursos de clientes	30 965 308	69 221	31 034 529	14 552 654	28 748	14 581 402
Derivados de negociação	65 771	7 524	73 295	71 654	6 089	77 743
Débitos representados por valores negociáveis e Passivos subordinados	3 733 297	-	3 733 297	2 194 048	-	2 194 048
Outros passivos financeiros	140 621	-	140 621	49 531	-	49 531
Derivados de cobertura	86 629	60	86 689	7 620	-	7 620
				49 369	-	49 369
				23 465	-	23 465
Provisões	343 360	358	343 718	131 029	112	131 141
Passivos Fiscais	144 387	-	144 387	115 116	-	115 116
Fundo da Obra Social	79 877	-	79 877	34 309	-	34 309
Restantes passivos	135 503	26	135 529	16 462	-	16 462
Total	43 897 738	88 013	43 985 751	20 113 439	37 302	20 150 741
Posição líquida por divisas do balanço	1 665 449	59 375	1 724 824	1 188 884	50 106	1 238 990
Compra e venda de divisas	-	(36 037)	(36 037)	-	(29 696)	(29 696)

(*) As divisas com maior peso dentro do balanço são o Dólar Norte-americano e o Franco Suíço.

O montante das diferenças de câmbio, reconhecidas na conta consolidada de ganhos e perdas, ascende, no exercício de 2010, a ganhos de 944 milhares de euros (2009: 634 milhares de euros de ganhos).

7.10 Justo valor dos instrumentos financeiros

Como se descreve na Nota 3.f), excepto para os instrumentos financeiros classificados nas rubricas «Caixa e disponibilidades em bancos centrais», «Investimentos a crédito" e "Carteira de investimento a deter até à maturidade" e para os instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser estimado de forma fiável ou instrumentos derivados que tenham como activo subjacente os referidos instrumentos de capital, os activos financeiros do Grupo aparecem registados no balanço consolidado em anexo pelo seu justo valor.

Da mesma forma, excepto os passivos financeiros registados na rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado", os restantes passivos financeiros aparecem registados pelo seu justo valor no balanço consolidado em anexo. Para além disso, alguns elementos registados nas rubricas "Passivos financeiros ao custo amortizado" estão sujeitos a relações de cobertura de justo valor (ver Notas 3.i e 13), tendo-se ajustado o seu valor num montante equivalente às variações experimentadas no seu justo valor como consequência do risco coberto, principalmente, o risco de taxa de juro.

O quadro seguinte resume o valor contabilístico dos instrumentos financeiros que não se encontram registados no balanço consolidado pelo seu justo valor:

	Milhares de euros	
	2010	2009
<u>Activos financeiros</u>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	416 806	247 667
Investimentos a crédito	30 488 703	15 065 505
Activos disponíveis para venda (não cotados)	393 591	201 987
Carteira de investimento a deter até à maturidade	5 898 362	3 046 032
<u>Passivos financeiros</u>		
Passivos financeiros ao custo amortizado	43 122 256	19 695 516

Dado que a maior parte dos activos financeiros registados nas rubricas «Caixa e disponibilidades em bancos centrais» e "Investimentos a crédito" são a taxa variável, a curto prazo e/ou revista pelo menos anualmente, e que a maior parte dos "Passivos financeiros ao custo amortizado" têm vencimento inferior a um ano, os Administradores estimam que o seu justo valor não difere dos valores pelos quais aparecem contabilizados no balanço consolidado, considerando neste apenas os efeitos das variações nas taxas de juro.

A 31 de Dezembro de 2010, o justo valor da carteira de investimento a deter até à maturidade era de 5 908 143 milhares de euros (2009: 3 064 855 milhares de euros). O método de cálculo de justo valor de acordo com a sua cotação em mercados activos, sem realizar qualquer modificação sobre esses mesmos activos (Nível 1), pelo montante de 3 402 982 milhares de euros, por outro lado, e o método de cálculo de justo valor foi estimado com base em preços cotados em mercados organizados para instrumentos semelhantes ou através da utilização de outras técnicas de valorização nas quais todos os inputs significativos sejam baseados em dados de mercado observáveis directa ou indirectamente (Nível 2), pelo montante de 2 495 380 milhares de euros.

A 31 de Dezembro de 2010, os depósitos a prazo de clientes, com taxa de juro fixa e não associados a relações de cobertura de justo valor, apresentam mais-valias de 17 322 e menos-valias de 13 502 milhares de euros, respectivamente (em 2009: 15 520 e 21 406 milhares de euros, respectivamente). O resto dos activos e passivos financeiros a taxa fixa, não associados a relações de cobertura de justo valor, têm maioritariamente vencimento residual inferior ao ano, pelo que as variações no seu justo valor, consequência de movimentos nas taxas de juro de mercado, não seriam significativas.

O justo valor discriminado das diferentes carteiras de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor no balanço consolidado, dependendo do método de determinação do seu justo valor é, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o seguinte:

	Milhares de euros	
	Justo valor	
	2010	2009
Instrumentos financeiros ao justo valor segundo cotações publicadas em mercados activos (Nível 1)		
Carteira de negociação de Activo e Passivo	27 378	358 194
Activos financeiros disponíveis para venda	4 960 581	825 366
Derivados de cobertura de Activo e Passivo	257 148	-
Total	<u>5 245 107</u>	<u>1 183 560</u>
Instrumentos financeiros ao justo valor segundo a técnica de valorização apoiada em dados observáveis de mercado (Nível 2)		
Carteira de negociação de Activo e Passivo	146 040	158 876
Activos financeiros disponíveis para venda	94 157	97 415
Derivados de cobertura de Activo e Passivo	11 924	63 106
Total	<u>252 121</u>	<u>319 397</u>

A colocação ao justo valor dos activos e passivos financeiros da Caja, a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi realizada de acordo com as hipóteses e metodologia indicadas nos seguintes níveis:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor foi determinado tendo em conta a sua cotação em mercados activos, sem realizar qualquer alteração sobre tais cotações.
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor foi estimado com base em preços cotados em mercados organizados para instrumentos semelhantes ou através da utilização de outras técnicas de valorização nas quais todos os inputs significativos sejam baseados em dados de mercado observáveis directa ou indirectamente.
- Nível 3: Instrumentos cujo justo valor foi estimado através da utilização de técnicas de valorização nas quais algum input significativo não está baseado em dados de mercado observáveis. Considera-se que um input é significativo quando é importante na determinação do justo valor no seu conjunto.

7.11. Risco operacional

O Grupo assume como definição de risco operacional a estabelecida no documento "Convergência internacional de medidas e normas de capital" do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, que o define: "como o risco de perda devido à inadequação ou às falhas dos processos, do pessoal e dos sistemas internos, assim como devido a acontecimentos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico e o risco de reputação".

O Grupo tem implementados procedimentos e circuitos para a autorização, contabilização e informação dos eventos de perdas por Risco Operacional. A sua finalidade é implantar medidas de correcção ou possíveis melhorias naquelas áreas em que são necessárias.

Neste sentido, o Grupo conta com um processo de Avaliação Qualitativa que permite a auto-avaliação da qualidade dos controlos internos de cada uma das áreas de actividade para os diferentes tipos de riscos definidos. Tem como finalidade detectar possíveis riscos e tomar as medidas adequadas antecipadamente para sua redução ou eliminação.

O Grupo aplica o método do Indicador Básico no seu consumo de Recursos Próprios regulatórios, cumprindo-se amplamente os requisitos mínimos sobre os mesmos.

8. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A composição da rubrica «Caixa e disponibilidades em bancos centrais" dos balanços consolidados em anexo, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Caixa	147 265	71 729
Banco de Espanha:		
Restantes depósitos	267 253	173 530
Outros bancos centrais	1 744	1 732
Acertos por valorização:		
Juros acumulados	544	676
Total	<u>416 806</u>	<u>247 667</u>

O prazo restante do vencimento destas rubricas encontra-se detalhado na Nota 7.6 sobre risco de liquidez.

A maior parte dos depósitos mantidos no Banco de Espanha encontram-se subordinados ao cumprimento do coeficiente de reservas mínimas, segundo o estipulado no regulamento legal em vigor.

9. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM VARIAÇÕES EM GANHOS E PERDAS.

Os restantes prazos de vencimento desta rubrica encontram-se detalhados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

9.1 CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

A rubrica discriminada do activo e passivo dos balanços consolidados, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Activo		Passivo	
	2010	2009	2010	2009
Valores representativos de dívida	24 418	358 194	-	-
Derivados de negociação	<u>75 705</u>	<u>81 133</u>	<u>73 295</u>	<u>77 743</u>
Total	<u>100 123</u>	<u>439 327</u>	<u>73 295</u>	<u>77 743</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não se realizaram transferências de activos, incluídas nesta rubrica, para outras carteiras de activos financeiros.

A discriminação dos valores representativos de dívida classificados em função da sua contraparte é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Dívida do Estado	19 929	105 506
Entidades de crédito	3 087	252 688
Outros	1 402	-
Total	<u>24 418</u>	<u>358 194</u>

Os juros acumulados não vencidos no fecho do exercício de 2010 pelos valores representativos de dívida ascendiam a 718 milhares de euros (2009: 1 440 milhares de euros). Os referidos juros fazem parte do saldo contabilístico registado nesta rubrica do balanço de situação.

Os derivados de negociação, em conformidade com o indicado na Nota 3.f., estão classificados na carteira de negociação e, como tal, são valorizados pelo seu justo valor, registando-se as variações que pudessem ocorrer no seu justo valor, directamente na conta de ganhos e perdas.

Em seguida, discriminam-se, para os exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores nominais e os justos valores dos derivados financeiros registados como "derivados de negociação" classificados por tipo de mercado:

	Milhares de euros					
	Nacionais		Justo valor			
	Contas de ordem		Activo		Passivo	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<u>Por tipos de mercado</u>						
Mercados Organizados	-	-	-	-	-	-
Mercados não Organizados	<u>4 175 548</u>	<u>3 702 031</u>	<u>75 705</u>	<u>81 133</u>	<u>73 296</u>	<u>77 743</u>
Total	<u>4 175 548</u>	<u>3 702 031</u>	<u>75 705</u>	<u>81 133</u>	<u>73 296</u>	<u>77 743</u>

Em relação às operações contratadas a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 em mercados não organizados, a sua classificação por tipo de produto, contraparte, prazo restante e tipo de risco é a seguinte:

	Milhares de euros	
	Nacionais	
	2010	2009
<u>Por tipo de produto</u>		
Operações a prazo com divisas		
<i>Compra</i>	62 447	74 801
<i>Vendas</i>	119 915	104 853
Permutas	1 288 393	1 231 965
Opções		
<i>Compradas</i>	965 998	1 201 737
<i>Vendidas</i>	1 738 795	1 088 675
Total	<u>4 175 548</u>	<u>3 702 031</u>
<u>Por contraparte</u>		
Entidades de crédito. Residentes	1 619 431	1 715 329
Entidades de crédito. Não residentes	458 223	579 115
Outras entidades financeiras. Residentes	145 448	205 126
Outros sectores. Residentes.	1 952 444	1 202 461
Total	<u>4 175 548</u>	<u>3 702 031</u>
<u>Por prazo restante</u>		
Até 1 ano	1 036 278	919 778
Mais de 1 ano e até 5 anos	2 323 776	2 291 070
Mais de 5 anos	815 494	491 183
Total	<u>4 175 548</u>	<u>3 702 031</u>
<u>Por tipo de riscos</u>		
Risco de câmbio	305 923	325 106
Risco de taxa de juro	2 724 294	2 749 623
Risco sobre acções	1 145 331	627 302
Total	<u>4 175 548</u>	<u>3 702 031</u>

9.2 OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR COM VARIAÇÕES EM GANHOS E PERDAS

A discriminação desta rubrica dos balanços consolidados, a 31 de Dezembro de 2009 e 2010, é a seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>
Valores representativos de dívida	
Outros sectores privados	<u>8 643</u>
	<u>8 643</u>

Para a carteira de Outros Activos ao Justo Valor com Variações em Ganhos e Perdas, a taxa de juro efectiva média dos valores representativos a 31 de Dezembro de 2010 era de 4,99%, oscilando entre 4,76% e 5,08%. Todos os valores incluídos nesta carteira tinham um swap de taxa de juro, sendo que a taxa média de swap era de 1,99 %, oscilando entre 1,97% e 1,99%.

A 31 de Dezembro de 2010, a Caja não mantinha activos classificados como duvidosos, nem existiam direitos legais nem acordos de compensação.

A 31 de Dezembro de 2010, os títulos classificados nesta rubrica cedidos temporariamente eram de 8 294 milhares de euros. Não existem outros títulos emprestados ou afectos à garantia.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A discriminação desta rubrica do activo financeiro dos balanços consolidados é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Valores representativos de dívida	4 593 684	374 283
Outros instrumentos de capital	<u>854 645</u>	<u>750 485</u>
Total	<u>5 448 329</u>	<u>1 124 768</u>

Durante o exercício de 2010 não se realizaram transferências de activos, incluídos nesta rubrica, para outras carteiras de activos financeiros.

Durante o exercício de 2009 realizaram-se as seguintes transferências de activos, incluídos nesta rubrica, para outras carteiras de activos financeiros:

- Foram transferidos valores representativos de dívida da carteira de investimentos a deter até á maturidade cujo justo valor no dia da transferência era de 1 193 328 milhares de euros. A 31 de Dezembro de 2009, o valor contabilístico era de 1 199 002 milhares de euros (ver Nota 12).

Seguidamente é incluída a informação relativa a esta carteira de instrumentos financeiros:

	Milhares de euros				
	Custo de aquisição, líquido de imparidade	Justo valor	Mais-valia / menos-valia registada no património	Imparidade registada na conta de ganhos e perdas do exercício	Método de valorização
<u>31.12.10</u>					
Instrumentos de dívida					
Cotados	4 693 018	4 592 219	(110 514)	(659)	(a)
Não cotados	1 465	1 465	-	-	
Instrumentos de capital					
Cotados	384 349	368 362	(28 421)	-	(a)
Não cotados					
Ao justo valor	56 250	92 692	(197)	-	(b)
A custo de aquisição	393 591	393 591	-	(10 400)	(c)
<u>31.12.09</u>					
Instrumentos de dívida					
Cotados	372 752	374 283	1 072	-	(a)
Não cotados	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital					
Cotados	395 213	451 083	39 109	(5 732)	(a)
Não cotados					
Ao justo valor	44 532	97 415	37 018	-	(b)
Ao custo de aquisição	201 987	201 987	-	(5 115)	(c)

(a) Justo valor de acordo com cotações publicadas em mercados organizados

(b) Inclui títulos não cotados cujo justo valor é determinado em função de preços utilizados em transacções recentes, efectuadas entre accionistas, e participações em fundos de investimento cujo justo valor corresponde ao valor liquidativo comunicado pela Entidade Gestora.

(c) Corresponde a instrumentos de património cujo justo valor não pode ser determinado de forma fidedigna. A imparidade destes títulos é realizada de acordo com o estabelecido na nota 3.h.

O montante registado, durante os exercícios de 2010 e 2009, na conta de ganhos e perdas, pelos instrumentos de dívida corresponde à provisão colectiva que estabelece o Anexo IX da Circular 4/2004 do Banco de Espanha.

Os resultados por operações financeiras com activos financeiros disponíveis para venda ascenderam aos 162 118 milhares de euros (2009: 52 867 milhares de euros) (ver Nota 27.1).

Os restantes prazos de vencimento desta rubrica encontram-se discriminados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

10.1 Valores representativos de dívida

A discriminação dos valores representativos de dívida classificados em função da sua contraparte é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Administrações Públicas espanholas	3 649 474	347 652
Entidades de crédito	714 976	8 538
Outros sectores residentes	128 434	16 808
Outros sectores não residentes	101 890	1 563
Acertos por valorização		
Correcções de valor por imparidade de activos	(1 091)	(278)
Total	<u>4 593 684</u>	<u>374 283</u>

Os juros acumulados não vencidos no exercício de 2010 dos valores representativos de dívida ascendem a 114 026 milhares de euros (2009: 9 658 milhares de euros). Estes juros são incluídos como parte integrante do saldo desta rubrica.

Do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de activos disponíveis para venda, a Caja tinha cedido a 31 de Dezembro de 2010, um montante de 2 877 254 milhares de euros (2009: 211 524 milhares de euros), que, juntamente com os adquiridos temporariamente a entidades de crédito, permitiram ceder um montante efectivo de 3 665 844 milhares de euros a entidades de crédito (Nota 19.2) (2009: 415 071 milhares de euros) e 1 689 246 milhares de euros a clientes (Nota 19.3) (2009: 776 424 milhares de euros) e 171 440 milhares de euros a Administrações Públicas (Nota 19.3) (2009: 101 788 milhares de euros).

Para além disso, do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de activos disponíveis para venda, a Entidade tinha subordinado a garantias a 31 de Dezembro de 2010, um montante de 1 030 265 milhares de euros (2009: 126 132 milhares de euros), correspondentes a um montante nominal de 1 059 664 milhares de euros (2009: 123 489 milhares de euros), dos quais 959 414 milhares de euros nominais (2009: 22 939 milhares de euros) encontravam-se afectos à apólice de financiamento no Banco de Espanha.

10.2 Outros instrumentos de capital

Esta rubrica dos balanços consolidados em anexo agrega os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como acções e quotas participativas, que têm a natureza de instrumentos de capital para o emissor, salvo aquelas sociedades em que se exerça controlo ou se possua uma participação superior a 20% ou aquelas em que, ostentando uma percentagem de participação inferior, é exercida uma influência significativa. Nesta rubrica são incluídas as participações em fundos de investimento.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a distribuição do saldo deste capítulo, em função do sector de actividade do emissor, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
De entidades de crédito	59 954	57 023
De outros sectores residentes	747 214	680 276
De não residentes	47 477	13 186
Total	<u>854 645</u>	<u>750 485</u>

A 31 de Dezembro de 2010, os títulos contabilizados pelo seu custo de aquisição, por não ser possível determinar o seu justo valor, por não existir suficiente informação fiável ou de mercado, são discriminados da seguinte maneira:

<u>Sociedade</u>	Milhares de euros	
	2010	2009
Caser, Cía. de Seguros y Reaseguros, S.A.	84 354	-
Galletas Siro, S.A.	45 155	18 522
Lazora, S.A.	25 000	15 000
Gas Natural Castilla y León, S.A.	23 529	-
Afianzamientos de Riesgo E.F.C., S.A.	20 000	20 000
Magnum Capital L.P.	17 875	13 179
Corporación Financiera Arco, S.L.	16 983	14 954
Grupo Corporativo Ono, S.A.	16 560	-
Ahorro Corporación Financiera, S.A.	16 153	-
Lico Corporación, S.A.	14 484	-
Tuin Zonne, S.A.	10 109	-
Palau Pharma, S.A.	9 000	12 000
Desarrollo de Proyectos de Castilla y León, S.L.	8 968	10 468
Zaphir Industrial Properties, S.A.	7 644	-
Eolia Renovables de Inversiones SCR, S.A.	7 358	-
Celeris Servicios Financieros, S.A. E.F.C.	6 261	6 261
Lazora II, S.A.	5 625	4 125
Fonduero R.V. Española, F.I.	5 132	-
Afianzamientos de Riesgo E.F.C., S.A.	5 000	-
Aciturri Aeronáutica, S.L.	-	35 153
Carey Value Added, S.L.	4 664	9 864
ADE Capital Sodical, S.C.R.	-	5 369
Outras	43 737	37 092
Total	<u>393 591</u>	<u>201 987</u>

10.3. Perdas por imparidade

A discriminação das perdas por imparidade, de instrumentos de dívida, contabilizadas no fecho dos exercícios de 2010 e 2009 para os activos da carteira de activos financeiros disponíveis para a venda é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Saldo inicial da provisão determinada colectivamente	278	15 961
Inclusões por fusão	20 010	
Dotação líquida	(20 566)	-
Transferência para a carteira de investimentos a deter até á maturidade	-	(15 639)
Outros	1 369	(44)
Saldo final da provisão determinada colectivamente	<u>1 091</u>	<u>278</u>

Para além disso, durante o exercício de 2010 registaram-se perdas por imparidade por instrumentos de capital, que fazem parte da carteira de activos disponíveis para venda, pelo montante de 14 018 milhares de euros (2009: 10 874 milhares de euros).

11. INVESTIMENTOS A CRÉDITO

A discriminação desta rubrica do activo dos balanços consolidados é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Disponibilidades em entidades de crédito	286 360	1 323 817
Crédito a clientes	26 787 533	13 741 688
Valores representativos de dívida	<u>3 414 810</u>	<u>-</u>
Total	<u>30 488 703</u>	<u>15 065 505</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não se realizaram transferências de activos, incluídas nesta rubrica, para outras carteiras de activos financeiros.

Os restantes prazos de vencimento desta rubrica encontram-se discriminados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

11.1 Disponibilidades em entidades de crédito

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as disponibilidades em entidades de crédito eram as seguintes:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Contas mútuas	75	-
Contas a prazo	107 002	352 226
Aquisição temporária de activos	-	890 291
Outras contas	150 955	66 874
Cheques a cargo de outras entidades de crédito	28 188	14 305
Acertos por valorização		
Juros acumulados		
Entidades residentes	217	100
Entidades não residentes	8	21
Comissões	(85)	-
Total	<u>286 360</u>	<u>1 323 817</u>

A 31 de Dezembro de 2010 a Caja não tinha no seu balanço activos adquiridos temporariamente a entidades de crédito, cedidos a entidades de crédito, administrações públicas e clientes (em 2009 tinha 703 132 milhares de euros a entidades de crédito (ver Nota 18.2), a administrações públicas (ver Nota 18.3) e a clientes, sendo o montante que figura no passivo de 702 331 milhares de euros em 2009).

11.2 Crédito a clientes

A seguir, faz-se a discriminação destas rubricas dos balanços consolidados em anexo, atendendo à modalidade e situação do crédito, bem como ao sector da contraparte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Por modalidade e situação do crédito:		
Carteira Comercial	830 982	651 821
Devedores com garantia real	18 894 227	9 901 146
Outros devedores a prazo	4 919 250	2 564 706
Arrendamentos financeiros	223 690	130 325
Comissões por garantias financeiras	7 417	5 981
Devedores à ordem e vários	693 361	184 135
Activos duvidosos	2 736 583	744 477
Acertos por valorização	(1 517 977)	(440 903)
Total	<u>26 787 533</u>	<u>13 741 688</u>
Por sectores:		
Administrações públicas espanholas	770 206	350 510
Outros sectores residentes	25 628 270	13 079 490
Outros sectores não residentes	389 057	311 688
Total	<u>26 787 533</u>	<u>13 741 688</u>
Por modalidade da taxa de juro:		
Fixa	609 063	568 714
Variável	26 178 470	13 172 974
Total	<u>26 787 533</u>	<u>13 741 688</u>

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existiam operações de créditos de clientes afectos a operações de garantia.

Da mesma forma, a 31 de Dezembro de 2010, na rubrica «Recursos de clientes - obrigações a prazo» (Nota 19.3), são incluídas obrigações hipotecárias singulares no montante de 8 824 400 milhares de euros (em 2009: 3 687 milhões de euros) e na rubrica "Débitos representados por valores negociáveis" (Nota 19.4) obrigações hipotecárias no montante de 372 045 milhares de euros (em 2009: 300 000 milhares de euros). Estes passivos emitidos pela Caja España de Inversiones contam com a garantia dos créditos com garantia real e das Administraciones Públicas espanholas.

A discriminação dos arrendamentos financeiros concedidos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Investimento total bruto em arrendamentos	478 704	267 678
Menos: amortizações de capital efectuadas	(255 014)	(137 353)
Valor real das cobranças mínimas a receber	<u>223 690</u>	<u>130 325</u>
Outras informações:		
- Valor residual não garantido reconhecido a favor do arrendador	12 054	5 936
- Rendimentos financeiros não acumulados	62	93

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o Grupo não realizou titularizações de operações de crédito sobre clientes. Apesar disso, em exercícios anteriores, realizaram-se titularizações das quais a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo vivo ascende a 24 841 e 14 359 milhares de euros, respectivamente. A discriminação destes activos, em função de terem sido cancelados ou não de acordo com o critério descrito na Nota 3.j), é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Activos titularizados:		
Investimentos a crédito		
Cancelados	24 841	14 359
Não cancelados	-	-
Total	<u>24 841</u>	<u>14 359</u>

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o montante das operações titularizadas apresentava a seguinte discriminação:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Empréstimos hipotecários para habitação	<u>24 841</u>	<u>14 359</u>
Total	<u>24 841</u>	<u>14 359</u>

A discriminação dos acertos por valorização efectuados sobre as operações classificadas como "Crédito a clientes" é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Acertos por valorização:		
Correcções de valor por imparidade de activos	(1 645 677)	(467 185)
Juros acumulados	185 826	64 934
Comissões, prémios e descontos na aquisição	(58 126)	(38 652)
Total	<u>(1 517 977)</u>	<u>(440 903)</u>

O movimento dos activos financeiros em imparidade que foram alienados no activo, por a sua recuperação ser considerada difícil, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Saldo ao início do exercício	195 817	176 839
Inclusões por fusão	333 805	-
Acréscimos	319 489	63 939
Recuperações		
Por cobranças em numerário sem financiamento adicional	(33 790)	(11 664)
Por adjudicação de activos	(49 289)	(31 424)
Alienações definitivas		
Por remissão	(10 997)	(1 871)
Por outras causas	(44 554)	(1)
Variação líquida por diferenças de câmbio	<u>3</u>	<u>(1)</u>
Saldo ao final do exercício	<u>710 484</u>	<u>195 817</u>

O montante dos rendimentos financeiros acumulados durante o exercício de 2010, acumulados dos créditos a clientes em imparidade com uma antiguidade entre 1 e 3 meses, foi de 299 milhares de euros (em 2009: 272 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2010, o Grupo tinha classificado riscos sub-padrão (ver Nota 3.i) no montante de 1 334 814 milhares de euros (2009: 441 309 milhares de euros) (ver Nota 7.2).

A classificação dos activos em imparidade pendentes de cobrança em função da sua antiguidade é a seguinte:

Exercício de 2010

	Milhares de euros			
	Até 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 a 12 meses	Mais de 12 meses
Operações sem garantia real	154 333	30 570	99 742	609 062
Operações com outra garantia real	310 018	128 857	90 588	466 446
Com garantia de penhor parcial	32 080	-	-	-
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	165 285	87 339	79 407	482 854
	<u>661 716</u>	<u>246 766</u>	<u>269 737</u>	<u>1 558 362</u>
				<u>2 736 581</u>

Exercício de 2009

	Milhares de euros			
	Até 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 a 12 meses	Mais de 12 meses
Operações sem garantia real	76 441	29 943	60 627	165 525
Operações com outra garantia real	59 526	71 216	43 206	101 108
Com garantia de penhor parcial	207	-	-	-
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	38 636	19 192	15 911	62 939
	<u>174 810</u>	<u>120 351</u>	<u>119 744</u>	<u>329 572</u>
				<u>744 477</u>

Para além disso, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existem activos em imparidade por risco-país.

A classificação dos activos vencidos pendentes de cobrança que não estão em imparidade, em função da antiguidade dos saldos, é a seguinte:

Exercício de 2010

	Milhares de euros		
	Até 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses
Operações sem garantia real	76 570	9 949	9 793
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	7 170	6 023	4 029
Operações com outra garantia real	124 532	33 900	6 784
Com garantia de penhor parcial	71	37	18
	<u>208 343</u>	<u>49 909</u>	<u>20 624</u>
			<u>278 876</u>

Exercício de 2009

	Milhares de euros		
	Até 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses
Operações sem garantia real	18 456	6 942	6 741
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	13 853	3 793	1 589
Operações com outra garantia real	5 204	5 240	5 394
Com garantia de penhor parcial	-	-	-
	<u>37 513</u>	<u>15 975</u>	<u>13 724</u>
			<u>67 212</u>

11.3. Perdas por imparidade

A discriminação das perdas por imparidade contabilizadas pelo Grupo no fecho dos exercícios de 2010 e 2009 para os activos da carteira de Investimentos a Crédito é a seguinte:

<u>Exercício de 2010</u>	Milhares de euros			
	Específica	Genérica	Risco País	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	313 630	153 555	-	467 185
Inclusões por fusão				
Provisões existentes a 30.06.10	677 120	159 124		836 244
Correcções de valorização (ver Nota 1(c))	464 999	-	-	464 999
Dotações com débito nos resultados				
Determinadas individualmente	546 000	-	-	546 000
Determinadas colectivamente	-	17 852	-	17 852
Recuperação de dotações com crédito nos resultados	(184 356)	(237 129)	-	(421 485)
Utilização de saldos	(314 984)	-	-	(314 984)
Diferenças de câmbio	30	94	-	124
Outros	49 742	-	-	49 742
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	1 552 181	93 496	-	1 645 677
Dos quais:				
Em função da forma da sua determinação:				
Determinado individualmente	1 552 181	-	-	1 552 181
Determinado colectivamente	-	93 496	-	93 496
Em função da área geográfica de localização do risco:				
Espanha	1 540 054	91 617	-	1 631 671
Resto da Europa	12 127	1 879	-	14 006
Em função da natureza do activo coberto:				
Crédito a clientes	1 552 181	93 496	-	1 645 677

<u>Exercício de 2009</u>	Milhares de euros			
	Específica	Genérica	Risco País	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	173 683	194 948	-	368 631
Dotações com débito nos resultados				
Determinadas individualmente	193 695	-	-	193 695
Determinadas colectivamente	-	7 027	-	7 027
Recuperação de dotações com crédito nos resultados	(1 582)	(40 237)	-	(41 819)
Eliminação de saldos incobráveis em relação a fundos constituídos	(52 165)	(8 042)	-	(60 207)
Diferenças de câmbio	(1)	(141)	-	(142)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	313 630	153 555	-	467 185
Dos quais:				
Em função da forma da sua determinação:				
Determinado individualmente	313 630	-	-	313 630
Determinado colectivamente	-	153 555	-	153 555
Em função da área geográfica de localização do risco:				
Espanha	298 534	148 929	-	447 463
Resto da Europa	15 096	4 626	-	19 722
Em função da natureza do activo coberto:				
Crédito a clientes	313 630	153 555	-	467 185

A 31 de Dezembro de 2010, a cobertura específica do risco de crédito incluía um montante de 289 151 milhares de euros por riscos incluídos na categoria de sub-padrão (em 2009: 43 202 milhares de euros) (ver Nota 7.2).

A discriminação da rubrica "Perdas por imparidade - Investimentos a crédito" da conta de ganhos e perdas a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Dotações	563 852	200 637
Amortização de insolvências	19 846	1 591
Recuperação de activos incobráveis	(20 703)	(1 913)
Restantes recuperações	<u>(421 485)</u>	<u>(41 819)</u>
Total (Ver Nota 27.1)	<u><u>38 923</u></u>	<u><u>158 496</u></u>

11.4 Valores representativos de dívida

A discriminação dos valores representativos de dívida a 31 de Dezembro de 2010 classificados em função da sua contraparte é o seguinte:

	Milhares de euros
Entidades de crédito	418 760
Outros sectores residentes	<u>2 996 050</u>
Total	<u><u>3 414 810</u></u>

Durante o exercício de 2010 não se realizaram transferências de activos, incluídos nesta rubrica, para outras carteiras de activos financeiros.

Os juros acumulados não vencidos no exercício de 2010 dos valores representativos de dívida ascendem a 27 461 milhares de euros. Estes juros são incluídos como parte integrante do saldo desta rubrica.

A 31 de Dezembro de 2010, a Caja não tinha registado provisões por imparidade.

12. CARTEIRA DE INVESTIMENTO A DETER ATÉ À MATURIDADE

A discriminação da carteira de investimento a deter até á maturidade, classificada em função da sua contraparte, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Administrações Públicas	3 060 995	-
Entidades de crédito	428 807	77 858
Outros sectores residentes	2 409 020	2 986 997
Outros sectores não residentes	9 320	-
Acertos por valorização		
Correcções de valor por imparidade de activos	(9 780)	(18 823)
Total	<u>5 898 362</u>	<u>3 046 032</u>

No exercício de 2010 não foram realizadas transferências entre activos incluídos nesta carteira nem em outras carteiras de activos financeiros.

A 31 de Dezembro de 2009, a carteira de investimento a deter até á maturidade inclui um saldo de 1 199 002 milhares de euros em títulos que foram transferidos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda em Março de 2009 (ver Nota 10). Os ganhos ou perdas registados antes da transferência, como acerto por valorização em património líquido, figuram no balanço juntamente com os correspondentes a activos disponíveis para venda, sendo que o seu saldo a 31 de Dezembro de 2009 era de 17 216 milhares de euros em menos-valias. Estas menos-valias serão transferidas para a conta de ganhos e perdas no prazo remanescente até ao vencimento dos vários títulos.

A 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui obrigações de titularização, no montante nominal de 2 319 892 milhares de euros (2 566 148 milhares de euros em 2009), emitidos por fundos de titularização que têm subscritos depósitos a prazo (formalizados como obrigações hipotecárias privadas) emitidos pela Caja España de Inversiones pelo mesmo montante.

Do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de investimento a deter até á maturidade, a Entidade tinha afectos a garantias, a 31 de Dezembro de 2010, um montante de 1 390 639 milhares de euros (2 471 649 milhares de euros), correspondentes a um montante nominal de 1 399 938 milhares de euros (2 479 348 milhares de euros em 2009) que estavam afectos à apólice de financiamento do Banco de Espanha.

Do saldo dos valores da Carteira de Investimentos a Crédito, a 31 de Dezembro de 2010, a Caja tinha afecto um montante de 2 414 228 milhares de euros, correspondentes a um montante nominal de 2 724 689 milhares de euros; da Carteira de Activos a Justo Valor com variações em ganhos e perdas, um montante de 8 643 milhares de euros, correspondentes a um montante nominal de 8 100 milhares de euros; e da Carteira de Negócios, um montante de 766 milhares de euros, correspondentes a um montante nominal de 800 milhares de euros. No exercício de 2009 não existiam penhoras desta carteira.

Para além disso, a 31 de Dezembro de 2010, do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de investimentos a deter até à maturidade, a Entidade tinha cedido um montante de 2 888 061 milhares de euros (330 427 milhares de euros em 2009), que estavam cedidos temporariamente a terceiros por um montante efectivo de 2 588 348 milhares de euros (316 859 milhares de euros em 2009).

Os restantes prazos de vencimento desta rubrica encontram-se discriminados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

A discriminação das perdas por imparidade do risco de crédito de instrumentos da carteira de investimento a deter até à maturidade, no fecho dos exercícios de 2010 e 2009, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Saldo inicial da provisão determinada colectivamente	18 823	128
Dotações com débito nos resultados do exercício	9 780	3 056
Fundos recuperados	(18 823)	-
Transferência de activos financeiros disponíveis para venda	-	15 639
Saldo final da provisão determinada colectivamente	<u>9 780</u>	<u>18 823</u>

13. DERIVADOS DE COBERTURA (ACTIVO E PASSIVO)

Os derivados designados como instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor, de acordo com o disposto na Nota 3.i.

A discriminação dos derivados de cobertura, por tipo de coberturas, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Activo		Passivo	
	2010	2009	2010	2009
Micro-coberturas				
Coberturas ao justo valor	<u>182 383</u>	<u>55 486</u>	<u>86 689</u>	<u>7 620</u>
Total	<u>182 383</u>	<u>55 486</u>	<u>86 689</u>	<u>7 620</u>

Os derivados de cobertura correspondem a contratos de permutas financeiras para cobrir o risco da taxa de juro de depósitos a prazo, retirados aos clientes à taxa de juro fixa, e instrumentos de dívida comprados à taxa de juro fixa.

Em seguida, são discriminados, para os exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores nominais e os justos valores dos derivados financeiros registados como "derivados de cobertura" classificados por tipo de mercado, tipo de produto, contraparte, prazo restante e tipo de risco:

	Milhares de euros					
	Nacionais		Justo valor			
	Contas de ordem		Activo		Passivo	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<u>Por tipos de mercado</u>						
Mercados Organizados	-	-	-	-	-	-
Mercados não Organizados	3 837 715	1 104 005	182 383	55 486	86 689	7 620
Total	<u>3 837 715</u>	<u>1 104 005</u>	<u>182 383</u>	<u>55 486</u>	<u>86 689</u>	<u>7 620</u>
<u>Por tipo de produto</u>						
Permutas	3 836 553	1 104 005	182 383	55 486	86 689	7 620
Opções	1 162	-	-	-	-	-
Total	<u>3 837 715</u>	<u>1 104 005</u>	<u>182 383</u>	<u>55 486</u>	<u>86 689</u>	<u>7 620</u>
<u>Por contraparte</u>						
Entidades de crédito. Residentes	1 816 284	467 800	179 870	17 164	72 306	862
Entidades de crédito. Não residentes	1 877 323	636 205	-	38 322	-	6 578
Outras Entidades Financeiras Residentes	144 108	-	2 513	-	14 383	180
Total	<u>3 837 715</u>	<u>1 104 005</u>	<u>182 383</u>	<u>55 486</u>	<u>86 689</u>	<u>7 620</u>
<u>Por prazo restante</u>						
Até 1 ano	540 614	230 000	45 633	13 882	468	41
Mais de 1 ano e até 5 anos	2 228 485	140 500	45 650	13 887	217	19
Mais de 5 anos	1 068 615	733 505	91 100	27 717	86 004	7 560
Total	<u>3 837 714</u>	<u>1 104 005</u>	<u>182 383</u>	<u>55 486</u>	<u>86 689</u>	<u>7 620</u>
<u>Por tipo de riscos cobertos</u>						
Risco de taxa de juro	3 867 714	1 104 005	182 383	55 486	86 689	7 620
Total	<u>3 867 714</u>	<u>1 104 005</u>	<u>182 383</u>	<u>55 486</u>	<u>86 689</u>	<u>7 620</u>

Os ganhos e perdas dos derivados de cobertura e das rubricas cobertas, atribuíveis ao risco coberto, são os seguintes nos exercícios de 2010 e 2009:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Rendimentos		
Derivados de cobertura	71 075	29 444
Rubricas cobertas (ver Nota 27.1)	(5 165)	-
	<u>65 910</u>	<u>29 444</u>
Gastos		
Derivados de cobertura	(63 692)	(7 759)
Rubricas cobertas (ver Nota 27.1)	14 838	21 453
	<u>(48 854)</u>	<u>13 694</u>

14. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte discriminação:

	Milhares de euros			
	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activo corpóreo adjudicado e outros investimentos imobiliários				
Custo	979 627	-	242 252	-
Correcções de valor por imparidade	(257 171)	-	(7 243)	-
Diode España, S.A.				
Activo Corpóreo	11 825	-	12 170	-
Fundo de Comércio de consolidação	-	-	1 410	-
Disponibilidades em entidades de crédito	1 227	23 488	4 525	21 101
Activos / Passivos financeiros	28 108	12 000	31 153	24 259
Passivos Fiscais	-	3 501	-	2 956
Restantes activos / passivos	<u>7 276</u>	<u>1 097</u>	<u>11 433</u>	<u>1 053</u>
Total	<u>770 892</u>	<u>40 086</u>	<u>295 700</u>	<u>49 369</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009, as adjudicações de activos procedentes da regularização de créditos não supuseram a libertação, contra a conta de ganhos e perdas do exercício, de imparidades ou provisões de risco de crédito previamente constituídas pelas operações regularizadas.

A 31 de Dezembro de 2010, o saldo de activos corpóreos adjudicados e outros investimentos imobiliários corresponde a 22% de inclusão do exercício de 2010, 36% de inclusão por fusão em 2010, 27% de inclusão do exercício de 2009 e, no que diz respeito ao restante, a 15% de inclusão de exercícios anteriores.

O Grupo possui estimativas, realizadas por profissionais independentes dos activos adjudicados e outros investimentos imobiliários da Entidade, de acordo com as seguintes discriminação:

	Milhares de euros		
	Valor líquido contabilístico	Valor líquido dos activos avaliados por avaliador independente	Valor estimativo dos activos avaliados por avaliador independente
- Exercício de 2010	480 336	438 901	576 723
- Exercício de 2009	235 009	233 921	282 551

Os avaliadores independentes utilizados durante os exercícios de 2010 e 2008 foram fundamentalmente a Tasaciones Inmobiliarias, S.A. (Tinsa) e a Técnicos en Tasación, S.A. (Tecnitasa). Os métodos de valorização utilizados pelos avaliadores foram, essencialmente, o método de valor residual para os lotes e o método de comparação para as habitações.

A 31 de Dezembro de 2010, os activos que totalizam 54% do valor líquido contabilístico dos activos adjudicados e outros investimentos imobiliários valorizados por avaliadores independentes correspondiam a estimativas efectuadas numa data posterior a 1 de Janeiro de 2010 (a 31 de Dezembro de 2009, os activos que totalizavam 90% do valor líquido contabilístico dos activos valorizados por avaliadores independentes correspondiam a estimativas efectuadas numa data posterior a 1 de Janeiro de 2009).

Nos exercícios de 2010 e 2009, a participação na Diode España, S.A. (sociedade participada em 100% pelo Grupo) foi considerada como um activo não corrente detido para venda. As informações da Diode España, S.A. estão incluídas no Anexo I.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, as correcções de valor por imparidade desta rubrica dos balanços consolidados em anexo experimentaram o seguinte movimento:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Saldo inicial	7 243	-
Inclusões por fusão		
Provisões existentes a 30.06.10	87 286	-
Correcções de valor (ver Nota 1(c))	157 728	-
Dotações do exercício	4 914	7 243
Saldo final	257 171	7 243

A discriminação dos activos adjudicados às entidades do grupo consolidado (negócios em Espanha) a 31 de Dezembro de 2010 é apresentada de seguida:

	Milhões de euros	
	Valor contabilístico	Do qual: Cobertura
1. Activos imobiliários procedentes de financiamentos destinados a empresas de construção e promoção imobiliária	565	204
1.1. Edifícios acabados	249	66
1.1.1. Habitação	219	61
1.1.2. Restante	30	5
1.2. Edifícios em construção	28	13
1.2.1. Habitação	28	13
1.2.2. Restantes	-	-
1.3. Terreno	288	125
1.3.1. Terrenos urbanizados	183	85
1.3.2. Restantes terrenos	105	40
2. Activos imobiliários procedentes de financiamentos hipotecários a agregados familiares para aquisição de habitação	135	47
3. Restantes activos imobiliários adjudicados (1)	27	6
4. Instrumentos de capital, participações e financiamentos a sociedades não consolidadas detentoras desses activos (2)	47	51

(1) Incluem-se todos os activos imobiliários que não provenham de crédito a empresas de construção e promoção imobiliária, nem a agregados familiares para aquisição de habitação.

(2) Todos os activos desta natureza são registados, incluindo os instrumentos de capital, as participações e financiamentos a entidades detentoras dos activos imobiliários.

15. PARTICIPAÇÕES

Neste capítulo dos balanços consolidados, em anexo, inclui-se o valor contabilístico das acções de sociedades com uma participação directa ou indirecta da Caja España de Inversiones ou outras sociedades do Grupo, igual ou superior a 20%, e que se integram na consolidação pelo método da participação (Nota 2.c). No Anexo I indicam-se as percentagens de participação, directa e indirecta, e outra informação relevante das referidas sociedades.

A discriminação desta rubrica dos balanços consolidados em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Entidades associadas		
Valor teórico da participação	244 552	138 566
Fundo de comércio	89 433	92 418
Total	333 985	230 984

A discriminação do fundo de comércio é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	38 183	55 183
Industrias Derivadas del Aluminio, S.L.	22 558	22 558
Aciturri Aeronáutica, S.L. (Nota 2.c.1)	21 904	-
Dibaq Dipotreg, S.A.	-	4 912
Outros	6 788	9 765
Total	<u>89 433</u>	<u>92 418</u>

Como indicado na Nota 3.m, no fecho dos exercícios de 2010 e 2009 avaliou-se a existência de possíveis imparidades nos fundos de comércio, procedendo-se ao saneamento do valor não recuperável em relação à conta de ganhos e perdas.

No fecho dos exercícios de 2010 e 2009 a rubrica "Participações", apresenta a seguinte composição, em função da admissão ou não para cotação dos títulos que a integram, bem como a percentagem que representam sobre o total:

	2010		2009	
	Milhares de euros	% sobre o total	Milhares de euros	% sobre o total
Com cotação	-	-	-	-
Sem cotação	<u>333 985</u>	<u>100</u>	<u>230 984</u>	<u>100</u>
Total	<u>333 985</u>	<u>100</u>	<u>230 984</u>	<u>100</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica dos balanços consolidados em anexo experimentou os seguintes movimentos:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Saldo inicial	230 984	292 774
Inclusões por fusão		
Existente a 30.06.10	94 188	-
Correcções de valor (ver Nota 1(c))	270	-
Inclusões	50 872	5 959
Alienações	-	(28 125)
Saneamentos	(29 042)	(3 740)
Acertos de consolidação e outros	<u>(13 287)</u>	<u>(35 884)</u>
Saldo final	<u>333 985</u>	<u>230 984</u>

A discriminação das transacções mais significativas ocorridas nesta rubrica durante os exercícios de 2010 e 2009 encontra-se na Nota 2.c.1.

16. ACTIVO CORPÓREO

A discriminação desta rubrica dos balanços consolidados, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Uso próprio	745 209	424 106
Afecto à obra social (ver Nota 25)	43 521	19 177
Investimentos Imobiliários	194 636	161 903
Outros activos do Grupo	-	40
Total	<u>983 366</u>	<u>605 226</u>

Fazendo parte do saldo líquido, a 31 de Dezembro de 2010, do activo corpóreo, existem rubricas de um montante aproximado de:

- 3 459 milhares de euros (2 738 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2009) correspondentes ao imobilizado corpóreo propriedade do Grupo radicado fora de Espanha.
- 5 679 milhares de euros (4 299 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2009) correspondentes a um imobilizado corpóreo para uso próprio, que o Grupo adjudicou no processo de recuperação de quantias que lhe são devidas por terceiros.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo não tinha qualquer compromisso firme de compra ou venda de imobilizado de montante significativo, nem imobilizado corpóreo que se encontrasse temporariamente fora de serviço.

O detalhe desta rubrica dos balanços consolidados e os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2010 e 2009, nesta rubrica, são mostrados a seguir:

	Milhares de euros			
	Uso próprio	Investimentos Imobiliários	Afecto à Obra Social	Total
<u>Valor de Custo</u>				
Saldo a 31.12.08	577 832	179 402	34 241	791 475
Inclusões	29 182	309	590	30 081
Alienações	(5 471)	(1 360)	-	(6 831)
Transferências	(4 303)	4 303	-	-
Saldo a 31.12.09	597 240	182 654	34 831	814 725
Inclusões por fusão				
Existente a 30.06.10	577 851	15 586	50 069	643 506
Correcção de valorização (ver Nota 1(c)) (*)	34 786	-	-	34 786
Inclusões	16 446	11 307	1 048	28 801
Alienações	(36 436)	(649)	(10)	(37 095)
Transferências	(11 895)	2 303	(44)	(9 636)
Saldo a 31.12.10	1 177 992	211 201	85 894	1 475 087
<u>Amortização Acumulada</u>				
Saldo a 31.12.08	(168 909)	(14 185)	(14 919)	(198 013)
Inclusões	(12 077)	(1 723)	(735)	(14 535)
Alienações	2 786	157	-	2 943
Saldo a 31.12.09	(178 200)	(15 751)	(15 654)	(209 605)
Inclusões por fusão	(317 289)	(3 055)	(25 120)	(345 464)
Inclusões	(25 634)	(2 058)	(1 625)	(29 317)
Alienações	26 526	90	-	26 616
Transferências	211	(237)	26	-
Saldo a 31.12.10	(494 386)	(21 011)	(42 373)	(557 770)
<u>Imparidade</u>				
Saldo a 31.12.08	-	-	-	-
Inclusões	-	(5 000)	-	(5 000)
Saldo a 31.12.09 e 31.12.10	-	(5 000)	-	(5 000)
Valor líquido a 31.12.09 (Caja España de Inversiones)	419 040	161 903	19 177	600 120
Valor líquido a 31.12.10 (Caja España de Inversiones)	683 606	185 190	43 521	912 317
Imobilizado das restantes sociedades do Grupo a 31.12.09	5 066	-	-	5 066
Imobilizado das restantes sociedades do Grupo a 31.12.10 (*)	61 603	9 446	-	71 049
Total do Grupo 31.12.09	424 106	161 903	19 177	605 186
Total do Grupo 31.12.10	745 209	194 636	43 521	983 366

(*) A Caja registou um montante de 16 257 milhares de euros como correcção de valorização negativa do activo material de uso próprio de sociedades do Grupo, como consequência da fusão da Caja Duero e da Caja España (ver Nota 1(c)).

O Grupo possui estimativas, realizadas por profissionais independentes dos investimentos imobiliários da Caja, de acordo com as seguintes discriminação:

	Milhares de euros		
	Valor líquido contabilístico	Valor líquido contabilístico dos activos avaliados por avaliador independente	Valor estimativo dos activos avaliados por avaliador independente
- Exercício de 2010	185 190	140 554	171 555
- Exercício de 2009	161 903	124 094	139 126

Os avaliadores independentes utilizados durante os exercícios de 2010 e 2009 foram fundamentalmente a Tasaciones Inmobiliarias, S.A. (Tinsa) e a Técnicos en Tasación, S.A. (Tecnitasa) e Valmesa. Os métodos de valorização utilizados pelos avaliadores foram, essencialmente, o método de valor residual para os lotes e o método de comparação para as habitações.

A 31 de Dezembro de 2010, os activos que totalizam 90% do valor contabilístico líquido dos investimentos imobiliários avaliados por avaliadores independentes correspondiam a estimativas efectuadas numa data posterior a 1 de Janeiro de 2010 e 2009, respectivamente.

17. ACTIVOS INCORPÓREOS

A composição desta rubrica dos balanços consolidados em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Fundo de comércio	290	1 540
Outros Activos incorpóreos	898	831
Total	<u>1 188</u>	<u>2 371</u>

A 30 de Junho de 2010, e como consequência da fusão da Caja Duero e da Caja España, a Entidade registou uma correcção do valor negativa de aplicações informáticas da Caja España pelo montante de 30 718 milhares de euros (ver Nota 1(c)).

Não há activos incorpóreos de montante significativo com restrições de uso ou titularidade nem com vida útil indefinida. Durante os exercícios de 2010 e 2009, não foi necessário registar perdas por imparidade para estes activos.

18. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A composição do saldo destes capítulos do activo e do passivo dos balanços consolidados em anexo, para os exercícios de 2010 e 2009, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
<u>Restantes activos:</u>		
Existências		
Custo amortizado	218 958	79 210
Periodificações	21 570	10 478
Restante		
Operações a decorrer	28 847	1 907
Outros conceitos	48 644	14 476
Total	<u>318 019</u>	<u>106 071</u>
<u>Restantes passivos:</u>		
Periodificações	40 974	15 748
Restante		
Operações a decorrer	3 289	391
Outros conceitos	22 745	323
Total	<u>67 008</u>	<u>16 462</u>

A discriminação das existências é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Promoções imobiliárias (a)	211 550	68 291
Comerciais (b)	7 408	10 919
Total	<u>218 958</u>	<u>79 210</u>

(a) Corresponde a promoções imobiliárias das sociedades do grupo Rochduero, S.L., Alqunia Duero, S.L., Lares Val del Ebro, S.A., Bruesa Duero, S.L., Cerro del Baile, S.A., Viproelco, S.A., San Marcos Cipsa, S.L.

(b) Correspondem a existências comerciais da sociedade Marcos Sotoserrano, S.L.

A 31 de Dezembro de 2010, o Grupo mantinha uma provisão por imparidade de valor das existências pelo montante de 21 076 milhares de euros (não mantinha qualquer provisão em 2009).

O Grupo possui estimativas, realizadas por profissionais independentes, das existências correspondentes a promoções imobiliárias, segundo os seguintes detalhes:

	Milhares de euros		
	Valor líquido contabilístico	Valor líquido contabilístico dos activos avaliados por avaliador independente	Valor estimativo dos activos avaliados por avaliador independente
- Exercício de 2010	211 550	161 791	203 837
- Exercício de 2009	68 291	54 659	57 057

Os avaliadores independentes utilizados durante os exercícios de 2010 e 2009 foram fundamentalmente a Tasaciones Inmobiliarias, S.A. (Tinsa), Thirsa e a Euroval. Os métodos de valorização utilizados pelos avaliadores foram, essencialmente, o método de valor residual e o método de valor residual dinâmico. Todas as estimativas utilizadas têm uma data posterior a 1 de Janeiro de 2009.

19. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A discriminação deste capítulo do passivo dos balanços consolidados é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Disponibilidades em bancos centrais	3 800 650	1 813 890
Recursos de entidades de crédito	4 413 159	1 056 645
Recursos de clientes	31 034 529	14 581 402
Débitos representados por valores negociáveis	1 734 114	1 544 508
Passivos subordinados	1 999 183	649 540
Outros passivos financeiros	140 621	49 531
Total	<u>43 122 256</u>	<u>19 695 516</u>

Durante os exercícios de 2010 e 2009 não se realizaram transferências de passivos incluídos nesta rubrica para outras carteiras de passivos financeiros.

Os restantes prazos de vencimento desta rubrica encontram-se discriminados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

19.1 Disponibilidades em bancos centrais

A composição da rubrica «Recursos de bancos centrais» dos balanços é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Banco de Espanha		
Depósitos	3 800 000	1 809 520
Acertos por valorização		
Juros acumulados	650	4 371
	<u>3 800 650</u>	<u>1 813 891</u>

19.2 Recursos de entidades de crédito

A discriminação desta rubrica do passivo dos balanços consolidados em função da natureza do instrumento é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Contas mútuas	1 233	-
Contas a prazo	613 113	549 413
Cessão temporária de activos (ver Nota 10.1)	3 665 844	415 071
Outras contas	128 327	89 007
Acertos por valorização		
Juros acumulados		
Entidades residentes	4 606	3 184
Entidades não residentes	295	-
Custos de Transacção	(259)	(30)
Total	<u>4 413 159</u>	<u>1 056 645</u>

19.3 Recursos de clientes

A composição deste capítulo dos balanços consolidados em anexo, atendendo à contraparte e tipo de passivo financeiro, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Administrações Públicas espanholas	868 144	403 102
Outros sectores residentes	-	667
Depósitos à ordem		
Contas correntes	3 762 827	2 284 817
Contas poupança	5 891 289	2 686 090
Dinheiro electrónico	535	28
Outros fundos à ordem	41 170	9 638
Depósitos a prazo		
Obrigações a prazo	17 577 103	7 888 474
Contas poupança - habitação	84 916	47 094
Passivos financeiros híbridos	478 577	213 871
Depósitos recebidos por resseguro	1 938	2 656
Outros fundos a prazo	11 577	7 103
Cessão temporária de activos (ver Nota 10.1)	1 689 246	776 424
Acertos por valorização	370 576	80 339
Administrações Públicas não residentes	9 696	6 641
Outros sectores não residentes	246 935	174 458
Total	<u>31 034 529</u>	<u>14 581 402</u>

A 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Obrigações a prazo" inclui obrigações hipotecárias privadas emitidas pela Caja España de Inversiones no montante de 8 449 400 milhares de euros (2009: 3 537 000 milhares de euros) e obrigações territoriais no montante de 375 000 milhares de euros (150 000 milhares de euros em 2009) (ver Nota 11.2).

A 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Administrações Públicas" inclui cessões temporárias de activos no montante de 171 440 milhares de euros (2009: 101 788 milhares de euros) (ver Nota 10.1).

19.4 Débitos representados por valores negociáveis

Nesta rubrica inclui-se o montante das obrigações e outras dívidas representadas por valores negociáveis ao portador ou à ordem, diferentes dos que têm natureza de passivos subordinados. Também se inclui o componente que seja considerado passivo financeiro dos valores emitidos que sejam instrumentos financeiros compostos.

A composição desta rubrica do balanço consolidado em anexo, atendendo ao tipo de passivo financeiro, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Por tipo de passivo financeiro:		
Promissórias e efeitos	23 489	521 175
Obrigações hipotecárias (ver Nota 11.2)	372 045	300 000
Outros valores não convertíveis	1 640 508	720 000
Valores próprios (-)	(288 991)	-
Acertos por valorização		
Juros acumulados	12 899	14 817
Operações de micro-cobertura	1 293	-
Custos de Transacção	(26 625)	(11 368)
Prémios/descontos na emissão	(504)	(116)
Total	<u>1 734 114</u>	<u>1 544 508</u>

A discriminação das emissões pendentes de vencimento a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é a seguinte:

				Milhares de euros		
Emissões	Taxa de juro	Data de amortização	Valor nominal		Montante subscrito	
			2010	2009	2010	2009
Emitidas pela Caja Duero						
Valor nominal/Montante subscrito						
Promissórias de empresas: quinto programa	0,42%-2,296%	Nov-10	-	530 835	-	526 476
Promissórias de empresas: sexto programa	1,25%- 1,58%	Abr-11	23 809	-	23 489	-
Emissão de Obrigações Hipotecárias Caja Du III	Euribor 6m+0,10%(a)	29.06.2012 (b)	50 000	50 000	50 000	50 000
Emissão de Obrigações Hipotecárias Caja Du IV	Euribor 6m+0,10%(c)	29.09.2012 (d)	50 000	50 000	50 000	50 000
Emissão de Obrigações Hipotecárias Caja Du V	6,50%	29.06.2010	-	150 000	-	150 000
Emissão de Obrigações Hipotecárias Caja Du VI	2,85%	28.06.2013	50 000	50 000	50 000	50 000
Emissão de Obrigações Hipotecárias Caja Du VII	3,00%	10.06.2013	150 000	-	150 000	-
Títulos Simples Caja Duero I, 2008	6,63%	30.06.2010	-	220 000	-	220 000
1ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	2,10%	03.12.2010	-	150 000	-	150 000
2ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	3,13%	19.06.2012	180 000	180 000	180 000	180 000
3ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	3,24%	19.06.2012	50 000	50 000	50 000	50 000
4ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	Euribor 6m+0,48%	09.07.2012	10 000	10 000	10 000	10 000
5ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	2,45%	09.10.2012	110 000	110 000	110 000	110 000
6ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	3,21%	18.03.2015	100 000	-	100 000	-
7ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	2,49%	27.09.2013	50 000	-	50 000	-
8ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	Euribor 6m+0,43%	08.04.2013	50 000	-	50 000	-
9ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	3,00%	04.05.2015	100 000	-	100 000	-
10ª Emissão de Títulos Simples Aval do Estado	3,78%	26.06.2015	169 000	-	169 000	-
					1 142 489	1 546 476
Emitidas pela Caja España						
Valor nominal/Montante subscrito						
9ª Emissão de Obrigações Hipotecárias (1)	3,00%	03.06.2015	72 452	-	72 452	-
1º Títulos simples avalizados pela Caja España	3,004%	15.06.2012	100 000	-	100 000	-
2º Títulos simples avalizados pela Caja España	3,326%	18.06.2012	50 000	-	50 000	-
3º Títulos simples avalizados pela Caja España	Euribor 3m+0,85%	25.06.2012	50 000	-	50 000	-
7ª Emissão de Títulos de tesouraria	Euribor 3m+0,20%(e)	22.11.2012	22 452	-	22 452	-
Obrigações simples Maio 2006 (1)	Euribor 3m+0,18%	17.05.2013	300 000	-	300 000	-
Obrigações simples Março 2007 (1)	Euribor 3m+0,21%	26.03.2014	300 000	-	300 000	-
					894 904	-
(1) Acertos por correcções de valor					(1 351)	-
					2 036 042	1 546 476

- (a) Até Junho de 2008, a taxa de juro foi de 4,25%. A partir da referida data, a taxa de juro é a Euribor a 6 meses + 0,10%, revista trimestralmente.
- (b) A emissão será amortizada ao quinto ano após a data de emissão. No entanto, decorridos três anos da referida data, ou seja, a partir de 29/06/2010, a Entidade poderá amortizar antecipadamente a totalidade da emissão em qualquer momento, comunicando previamente à Comissão Nacional do Mercado de Valores.
- (c) Até Setembro de 2008, a taxa de juro foi de 4,25%. A partir da referida data, a taxa de juro é a Euribor a 6 meses + 0,10%, revista trimestralmente.
- (d) A emissão será amortizada ao quinto ano após a data de emissão. No entanto, decorridos três anos da referida data, ou seja, a partir de 29/09/2010, a Entidade poderá amortizar antecipadamente a totalidade da emissão em qualquer momento, comunicando previamente à Comissão Nacional do Mercado de Valores.
- (e) Até Setembro de 2008, a taxa de juro foi de 6%. A partir da referida data, a taxa de juro é a Euribor a 3 meses + 0,20%, revista trimestralmente.

19.5 Passivos subordinados

Esta rubrica está incluída na carteira de "Passivos financeiros ao custo amortizado" e inclui o montante dos financiamentos recebidos, qualquer que seja a forma de instrumentação que, para efeitos de prioridade de concessão de créditos, se situe atrás dos credores ordinários.

A composição deste capítulo do balanço consolidado em anexo, atendendo ao tipo de passivo financeiro e das contrapartidas, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Débitos representados por valores negociáveis subordinados		
Convertíveis	525 000	-
Não convertíveis	1 807 492	648 643
Depósitos subordinados	6 611	-
Acertos por valorização		
Juros acumulados	12 818	1 183
Operações de micro-cobertura	7 433	-
Custos de Transacção	(171)	(286)
Total	<u>1 999 183</u>	<u>649 540</u>

Estas emissões, realizadas pela Caja España de Inversiones, adaptam-se ao indicado na Lei 13/1985, de 25 de Maio, e ao Decreto Real 1370/1985, de 1 de Agosto, pelo que, para efeitos de prioridade de concessão de créditos, situam-se atrás dos credores ordinários, e no caso de acções preferenciais, suspendendo-se o pagamento de juros quando a conta de resultados não tiver um "lucro distribuível" suficiente no último exercício fiscal fechado ou não supere os limites impostos pela norma bancária sobre recursos próprios existentes a cada momento.

A fim de reforçar os recursos próprios do Grupo, ao abrigo do disposto na Disposição Adicional Segunda da Lei 13/1985, com as especialidades estabelecidas no artigo 9 do Decreto-Lei Real 9/2009, e de acordo com o plano de integração aprovado pelo Banco de Espanha, a Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P., realizou com data de 29 de Outubro de 2010 uma emissão de Acções Preferenciais Convertíveis em Quotas Participativas por um montante nominal de 525 milhões de euros. O valor nominal de cada acção é de 100 000 euros. A emissão foi realizada ao mesmo tempo. A subscrição e o desembolso das acções realizou-se exclusivamente pelo Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária (FROB) criado em virtude do Decreto-Lei Real 9/2009. O prazo para a emissão é de cinco anos, extensível por mais dois anos, após autorização do FROB e aprovação do Banco de Espanha. A taxa da emissão é de 7,75% anuais no primeiro ano. Essa taxa aumentará cerca de 0,15% ao ano até o quinto ano. A partir do quinto ano a remuneração aumentará cerca de 1%.

O saldo dos débitos representados por valores negociáveis subordinados corresponde às emissões de obrigações subordinadas realizadas pelo Grupo com a seguinte discriminação a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

			Milhares de euros		
			Valor nominal	Montante subscrito	
Taxa de juro	Data de amortização	31/12/2010		31/12/2009	
Emitidas pela Caja Duero					
Valor nominal/Montante subscrito					
Obrigações Subordinadas Caja Duero 2005	Eur 3m + 0,90% (a)	30/06/2015 (b)	150 000	150 000	150 000
Obrigações Subordinadas Caja Duero 2008	Eur 3m + 4,00% (c)	19/12/2018 (d)	132 500	132 500	132 500
Obrigações Subordinadas Caja Duero 2009	Eur 3m + 4,10% (e)	28/09/2019 (f)	200 000	200 000	200 000
Acções Preferenciais Caja Duero 2009	Eur 3m + 7,75%	Perpétua (g)	100 000	100 000	100 000
Acções Preferenciais Caja Duero 2009 Capital, S.A	Eur 3m + 1,85%	Perpétua	100 000	66 144	66 143
Emitidas pela Caja España					
Valor nominal/Montante subscrito					
5ª Em. Obrigações Subordinadas Caja España	Eur 6m + 0,25% (h)	29/12/2018 (i)	16 695	16 695	-
Obrigações Subordinadas Caja España 2005	Eur 3m + 0,35%	07/12/2015	100 000	100 000	-
6ª Em. Obrigações Subordinadas Caja España	Eur 3m + 0,30% (j)	31/01/2016 (k)	1 320	1 320	-
7ª Em. Obrigações Subordinadas Caja España	7,50%	28/08/2018 (l)	200 000	200 000	-
8ª Em. Obrigações Subordinadas Caja España	4,15% (m)	23/02/2020 (n)	98 680	98 680	-
9ª Em. Obrigações Subordinadas Caja España	3,50% (o)	29/06/2020 (p)	83 305	83 305	-
Acções Preferenciais Caja España Série I	8,25% (q)	Perpétua (r)	200 000	200 000	-
Acções Preferenciais Caja España de Inversiones, Acções Preferenciais, SAU	Eur 3m + 0,10%	Perpétua	150 000	112 006	-
Acertos por correcções de valor (1)				(13 158)	-
Emitidas pela Caja España de Inversiones					
Valor nominal/Montante subscrito					
Acções Preferenciais convertíveis em quotas participativas (FROB)			525 000	525 000	-
			1 807 500	1 972 492	648 643

- (a) Até Junho de 2010, a taxa de juro foi a Euribor 3 meses + 0,40%. A partir da referida data, a taxa de juro é a Euribor a 3 meses + 0,90%.
- (b) Esta emissão será amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, decorridos cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 30.06.10, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar ao mesmo tempo a totalidade da emissão.
- (c) Até Dezembro de 2013, a taxa de juro será a Euribor 3 meses + 4,00%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 4,50%.
- (d) Esta emissão será amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, decorridos cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 19.12.2013, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar, ao mesmo tempo, a totalidade da emissão.
- (e) Até Setembro de 2014, a taxa de juro será a Euribor 3 meses + 4,10%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 4,60%.
- (f) Esta emissão será amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, decorridos cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 28.09.2014, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar ao mesmo tempo a totalidade da emissão.
- (g) Esta emissão não tem data de amortização determinada, uma vez que se trata de uma emissão de carácter perpétuo. No entanto, decorridos cinco anos após a última data de emissão e desembolso, ou seja, a partir de 25.05.2014, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar ao mesmo tempo a totalidade da emissão.
- (h) Até Junho de 2004, a taxa de juro foi de 3,75%. A partir da referida data, a taxa de juro é a Euribor a 6 meses + 0,25%.
- (i) Esta emissão poderá ser amortizada antecipadamente a partir de 29 de Dezembro de 2013.
- (j) Até 31 de Janeiro de 2007, a taxa de juro foi de 3,50%. De 31 de Janeiro de 2007 a 31 de Janeiro de 2011, a taxa de juro é a Euribor a 3 meses + 0,30%. E a partir de 31 de Janeiro de 2011 será Euribor 3 meses + 0,80%.
- (k) Esta emissão poderá ser amortizada antecipadamente a partir de 31 de Janeiro de 2011.
- (l) Esta emissão poderá ser amortizada antecipadamente a partir do 5.º ano da data de emissão, ou seja, a partir de 28 de Agosto de 2011.
- (m) Até 23 de Fevereiro de 2015, a taxa de juro é de 4,15%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 1,82%.
- (n) Esta emissão poderá ser amortizada antecipadamente a partir do 5.º ano da data de emissão, ou seja, a partir de 23 de Fevereiro de 2015.
- (o) Até 29 de Junho de 2015, a taxa de juro é de 3,50%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 0,50%.
- (p) Esta emissão poderá ser amortizada antecipadamente a partir do 5.º ano da data de emissão, ou seja, a partir de 29 de Junho de 2015.
- (q) Até 20 de Maio de 2013, a taxa de juro é de 8,25%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 7,25%.
- (r) Esta emissão não tem data de amortização determinada, uma vez que se trata de uma emissão de carácter perpétuo. No entanto, decorridos cinco anos após a última data de emissão e desembolso, ou seja, a partir de 19.05.2014, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar ao mesmo tempo a totalidade da emissão.

As acções preferenciais "Caja Duero Capital, S.A." correspondem à emissão realizada a 29 de Dezembro de 2003 pela sociedade do grupo. Todas as acções são da mesma classe (Série A) e não outorgam direitos políticos. A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de acções em circulação era de 66 134, que correspondiam a um valor nominal de 66 134 milhares de euros.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as características mais relevantes das Acções Preferenciais da Caja Duero Capital, S.A., são as seguintes:

Montante inicial da emissão:	100 000 milhares de euros).
Valor nominal unitário:	1 000 euros.
Dividendo:	Dividendo preferencial não cumulativo. A taxa de juro, que será paga trimestralmente, variável indexada à Euribor a três meses mais uma margem de 1,85%. As datas de liquidação de juros são os dias 29 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. O pagamento destes dividendos está condicionado à existência de resultados distribuíveis suficientes (conforme definição no prospecto de emissão) e as limitações impostas pela legislação espanhola sobre recursos próprios das entidades de crédito.
Amortização:	As acções preferenciais têm carácter perpétuo. No entanto, o emissor está autorizado a acordar a amortização das acções a partir do quinto ano a partir da data de desembolso, com autorização prévia do Banco de Espanha e do fiador (Caja España de Inversiones)

De acordo com as condições da emissão, a Caja España de Inversiones, como sociedade-mãe da emissora, garante o pagamento dos dividendos acumulados e não distribuídos. Além disso, as acções contam com a garantia solidária e irrevogável da sociedade-mãe.

A Caja Duero Capital, S.A., cuja sede se situa na rua Marqués de Villamagna, 6, 28001 Madrid, tem um capital social constituído por 100 acções ordinárias nominativas, com um valor nominal de 602 euros cada uma, integralmente subscritas e desembolsadas pela Caja España de Inversiones. Dado que as Acções Preferenciais da Caja Duero Capital, S.A. não têm direitos políticos, todos os direitos de voto na filial estão agregados às acções ordinárias propriedade da Caja España de Inversiones.

As acções preferenciais da “Caja España de Inversiones, Sociedad de Participaciones Preferentes, S.A.U.”, participada integralmente pela Caja, correspondem à emissão realizada durante o exercício de 2004. Todas as acções são da mesma classe (Série C). A 31 de Dezembro de 2010, o número de acções em circulação era de 37 994 títulos, que correspondiam a um valor nominal de 112 006 milhares de euros.

Montante inicial da emissão: 150 000 milhares de euros).

Valor nominal unitário: 1 000 euros.

Dividendo: A taxa de juro foi de 3 % entre 11 de Novembro de 2004 e 10 de Novembro de 2005, de 3,25 % entre 11 de Novembro de 2005 e 10 de Novembro de 2006, de 3,5 % entre 11 de Novembro de 2006 e 10 de Novembro de 2007, de 4,25 % entre 11 de Novembro de 2007 e 10 de Novembro de 2008 e de 5,15 % entre 11 de Novembro de 2008 e 10 de Novembro de 2009. Posteriormente a esta data, a remuneração das acções será a Euribor a 3 meses aumentada em 0,10 %. O pagamento de juros realiza-se por trimestres vencidos.

Amortização: No exercício de 2004, a Caja España de Inversiones, Sociedad de Participaciones Preferentes, S.A.U., emitiu acções preferenciais sem vencimento, (apesar de a amortização ser possível, total ou parcialmente, à escolha do emissor e com autorização do Banco de Espanha e do fiador, em qualquer altura a partir do 5.º ano a partir da data de desembolso), garantindo a Caja, de forma subordinada, o pagamento de todos os montantes derivados da emissão. Posteriormente, a Caja España de Inversiones, Sociedad de Participaciones Preferentes, S.A.U. realizou na Caja um depósito pelos montantes obtidos, sem vencimento (podendo ser cancelados a partir do 5.º ano, sempre e quando se amortizem as acções preferenciais mencionadas anteriormente) e com uma taxa de juro semelhante à das acções afectas à garantia prestada descrita anteriormente e que se encontrem subordinadas às restantes obrigações da Caja.

Relativamente a esta emissão e após autorização do Banco de Espanha e da Comissão Nacional do Mercado de Valores, o Conselho de Administração da Caja España lançou, no mês de Setembro de 2009, uma oferta de compra paralela, por 100% do montante nominal da emissão.

Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração da Caja España, Sociedad de Participaciones Preferentes, S.A.U., aprovou modificar as condições retributivas da emissão, estabelecendo uma taxa mínima do cupão para o período compreendido entre 11 de Novembro de 2009 e 11 de Novembro de 2012 de 5,15% de valor nominal anual. Também se acordou a amortização da emissão no montante adquirido pela Caja España na oferta descrita no parágrafo anterior.

Da mesma forma, na reunião do Conselho de Administração da Caja España, aprovou-se a manutenção da garantia da emissão, com as novas condições de remuneração.

A oferta de compra materializou-se em 37 994 títulos, por isso o montante total da emissão pendente de amortização a 31 de Dezembro 2010 é de 112 006 milhares de euros de valor nominal. O depósito que a Caja España, Sociedad de Participaciones Preferentes, S.A.U., mantém na Caja a 31 de Dezembro de 2009 representa o mesmo montante que a emissão, ajustando a sua remuneração às novas condições retributivas.

A emissão vigente a 31 de Dezembro de 2010 encontra-se integralmente subscrita e depositada na Confederação Espanhola de Caixas de Aforro. Actualmente, essas obrigações estão cotadas no AIAF Mercado de Renda Fixa.

19.6 Outros passivos financeiros

Todos os passivos financeiros registados nesta rubrica do balanço consolidado em anexo encontram-se classificados na carteira de "Passivos financeiros ao custo amortizado" pelo que são avaliados pelo seu custo amortizado. Inclui o montante das obrigações a pagar com natureza de passivos financeiros, não incluídas em outras rubricas.

A discriminação de outros passivos financeiros agrupados por tipo de instrumento financeiro é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Obrigações a pagar	6 605	7 801
Fianças recebidas	715	1 041
Contas de Cobrança	108 843	30 737
Garantias financeiras	6 152	6 257
Outros conceitos	18 306	3 695
Total	140 621	49 531

19.7 Informação exigida pela Lei 2/1981, de 25 de Março, do Regulamento do Mercado Hipotecário e pelo Decreto Real 716/2009, de 24 de Abril, no qual se desenvolvem alguns pontos desta Lei e pela Circular 7/2010, de 30 de Novembro, do Banco de Espanha, sobre o desenvolvimento de determinados aspectos do mercado hipotecário.

A Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P. é a única entidade do Grupo que emite obrigações hipotecárias.

Estas obrigações hipotecárias são valores cujo capital e juros estão especialmente assegurados, sem necessidade de inscrição de registo, por hipoteca acima de todas as que estejam inscritas a favor da Caja e que não estão afectas à emissão de títulos hipotecários, sem prejuízo da responsabilidade patrimonial universal da Caja, e pelos fluxos económicos gerados pelos instrumentos financeiros derivados vinculados a cada emissão. As obrigações hipotecárias emitidas pela Caja não têm afectos activos de substituição.

As obrigações contêm o direito de crédito do seu possuidor perante a Caja, como indicado no parágrafo anterior, e têm anexada a execução para, após o seu vencimento, reclamar o pagamento ao emissor. Os possuidores dos referidos títulos têm o carácter de credores com a preferência especial assinalada no número 3 do artigo 1 923 do Código Civil, perante quaisquer outros credores, no que diz respeito à totalidade dos empréstimos e dos créditos hipotecários registados a favor do emissor, quando se trate de obrigações, e relativamente aos fluxos económicos gerados pelos instrumentos financeiros derivados vinculados às emissões. Os possuidores de obrigações, independentemente da sua data de emissão, têm a mesma prioridade sobre os empréstimos e créditos que as asseguram e, se existirem, sobre os fluxos económicos gerados pelos instrumentos financeiros derivados vinculados às emissões.

Em caso de insolvência, os possuidores de obrigações hipotecárias teriam o privilégio especial estabelecido no número 1 da secção 1 do artigo 90 da Lei 22/2003, de 9 de Julho, Lei Concursal. Sem prejuízo do anteriormente referido, seriam efectuados durante o processo de insolvência, de acordo com o previsto no número 7 da secção 2 do artigo 84 da Lei Concursal 22/2003, de 9 de Julho, e como créditos sobre a massa insolvente, os pagamentos correspondentes à amortização de capital e juros de obrigações hipotecárias emitidas e pendentes de amortização, à data do pedido de insolvência, até ao montante dos rendimentos recebidos pelo insolvente através de empréstimos e créditos hipotecários e, se existirem, dos fluxos económicos gerados pelos instrumentos financeiros vinculados às emissões.

Se, por um desfasamento temporário, os rendimentos recebidos pelo insolvente forem insuficientes para cobrir os pagamentos mencionados no parágrafo anterior, a administração judicial deveria realizar acções de financiamento para cumprir a ordem de pagamento aos possuidores de obrigações, substituindo-se o financiador na posição dos últimos.

Caso fosse necessário proceder-se de acordo com o referido no número 3 do artigo 155 da Lei Concursal 22/2003, de 9 de Junho, o pagamento a todos os titulares de obrigações emitidas pelo emissor seria efectuado pro rata, independentemente das datas de emissão dos seus títulos.

Os membros do Conselho de Administração da Caja manifestam que dispõem de políticas e procedimentos expressos, que abarcam todas as actividades realizadas no âmbito das emissões do mercado hipotecário, que asseguram o rigoroso cumprimento das normas do mercado hipotecário aplicáveis a estas actividades.

As políticas e procedimentos referidos incluem os seguintes critérios:

- As políticas de riscos aplicáveis a operações do mercado hipotecário prevêm limites máximos de financiamento sobre a avaliação do bem hipotecado (LTV), existindo adicionalmente políticas específicas adaptadas a cada produto hipotecário, que em algumas situações aplicam limites mais restritivos.
- As políticas gerais estabelecem uma relação ou rácio dívida – rendimentos (DTI) máxima e indicadores da capacidade de reembolso que todas as operações devem cumprir. Desta forma, os critérios de cálculo estabelecem mecanismos adicionais de precaução.

- Relativamente à verificação da informação e solvência do cliente, a Caja conta com procedimentos e ferramentas de contraste documental especializadas submetidas a exigentes controlos de qualidade e auditorias internas e externas que asseguram a fiabilidade das verificações.

A seguir, apresenta-se o valor nominal do total dos empréstimos e dos créditos hipotecários, assim como daqueles que se tornam elegíveis de acordo com o disposto no DR 716/2009 sobre regulamento do mercado hipotecário espanhol para efeitos de cálculo do limite de emissão de obrigações hipotecárias:

	Milhares de euros	
	31.12.10	31.12.09
Valor nominal da carteira de empréstimos e de créditos hipotecários pendentes de amortização (*)	21 110 804	10 311 539
Dos quais:		
- <i>empréstimos e créditos hipotecários considerados elegíveis de acordo com o artigo 3 do Decreto Real 716/2009, de 24 de Abril, para efeitos de cálculo do limite de emissão das obrigações hipotecárias.</i>	12 865 808	6 479 301
- <i>empréstimos não considerados elegíveis para efeitos do DR 716/2009</i>	8 244 996	3 832 238
Dos quais:		
- <i>são calculáveis para dar cobertura à emissão de obrigações hipotecárias</i>	12 865 808	6 479 301

(*) a totalidade das emissões está denominada em euros

O valor nominal dos empréstimos e dos créditos pendentes e não elegíveis a 31 de Dezembro de 2010 acende a 8 244 996 milhares de euros, dos quais 4 088 694 milhares de euros correspondem a créditos e empréstimos não elegíveis por não cumprirem, exclusivamente, os limites estabelecidos no artigo 5.1 do Decreto Real 716/2009, de 24 de Abril (empréstimos ou créditos garantidos que excedem 60% do valor de avaliação do bem hipotecado, ou 80% daquele valor no caso de financiamento da construção, reabilitação ou aquisição da habitação, sem prejuízo das exceções previstas nessa norma) (3 832 238 e 1 782 041 milhares de euros, respectivamente, em 2009).

Por outro lado, a seguir apresenta-se alguma informação relativa à qualidade do crédito dos empréstimos e dos créditos hipotecários elegíveis afectos às emissões de obrigações hipotecárias da Caja a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

- a) Discriminação do valor nominal dos créditos e empréstimos hipotecários pendentes e o valor nominal dos empréstimos e créditos considerados elegíveis, sem considerar os limites no cálculo estabelecido pelo artigo 12 do Decreto Real 716/2009, de 24 de Abril a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, discriminados atendendo à forma de origem, à divisa em que são denominados, à sua situação de pagamento, em função do seu prazo médio de vencimento residual, destino das operações, taxa de juro e tipo de garantia:

Milhares de euros				
	31/12/2010		31/12/2009	
	Valor nominal de empréstimos e créditos hipotecários	Valor nominal dos empréstimos e créditos hipotecários elegíveis (sem considerar limites do artigo 12 do Decreto Real 716/2009)	Valor nominal de empréstimos e créditos hipotecários	Valor nominal dos empréstimos e créditos hipotecários elegíveis (sem considerar limites do artigo 12 do Decreto Real 716/2009)
a) Por origem				
▪ Originados pela Entidade	17 547 338	10 060 556	8 820 512	5 234 419
▪ Substituições de credor	550 252	449 616	230 923	194 983
▪ Restantes operações	3 013 215	2 355 635	1 260 104	1 049 900
b) Por divisa em que estão denominados				
▪ Denominados em euros	21 105 348	12 861 451	10 311 500	6 479 301
▪ Denominados em outras divisas diferentes do euro	5 456	4 357	39	-
c) Por situação de pagamento				
▪ Pagamento dentro do prazo a 31 de Dezembro de 2010	18 098 009	11 645 236	9 345 206	5 961 968
▪ Restantes operações	3 012 795	1 220 572	966 333	517 333
d) Por prazo de vencimento médio residual				
▪ Até 10 anos	4 163 339	1 850 685	2 695 793	2 009 384
▪ De 10 a 20 anos	5 211 363	3 872 580	380 973	270 740
▪ De 20 a 30 anos	7 905 046	4 994 237	7 234 774	4 199 177
▪ Mais de 30 anos	3 831 056	2 148 306	-	-
e) Por taxa de juro				
▪ Operações com taxa de juro fixa	178 142	96 874	107 546	73 090
▪ Operações com taxa de juro variável	20 661 149	12 563 228	10 062 793	6 309 471
▪ Operações com taxa de juro mista	271 513	205 706	141 200	96 740
f) Por finalidade das operações				
▪ Destinadas a pessoas físicas e jurídicas (actividades empresariais)	8 853 542	3 494 779	3 947 355	1 560 537
<i>Das quais: vinculadas a promoção imobiliária</i>	6 136 089	2 090 518	2 209 275	673 473
▪ Financiamento a agregados familiares	12 257 262	9 371 029	6 364 184	4 918 764
g) Por tipo de garantia				
▪ Operações com garantia de activos/edifícios terminados				
Activos de uso residencial	12 679 962	9 806 003	7 164 629	5 300 391
Activos de uso comercial	1 733 341	773 777	1 503 246	739 613
Outros activos	1 304 667	747 407	88 325	46 499
▪ Operações com garantia de activos/edifícios em construção				
Activos de uso residencial	2 352 681	653 741	1 317 092	212 067
Activos de uso comercial	236 256	119 327	289 245	158 640
Outros activos	79 023	32 973	355	-
▪ Terrenos				
Urbanizados	2 816 296	977 716	467 991	129 651
Outros	322 579	72 716	288 475	77 274
▪ Habitações de protecção oficial ainda em fase de projecto	737 856	629 337	281 513	265 271
<i>Promemoria: operações com garantia de habitações de protecção oficial (terminadas ou em fase de projecto)</i>	32 724	14 773	39 676	13 635

- b) Discriminação do valor nominal dos empréstimos e créditos hipotecários pendentes elegíveis a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, atendendo à percentagem alcançada pelo montante das operações com o valor correspondente da garantia obtido a partir da última avaliação disponível dos bens hipotecados):

Tipo de garantia	Milhares de euros			
	Loan to value das operações			
	Até 40%	Entre 40% e 60%	Entre 60% e 80%	Mais de 80%
<u>31 de Dezembro de 2010</u>				
Hipotecas sobre habitação	1 711 337	2 821 843	5 687 962	-
Restantes garantias	1 215 326	1 429 339	-	-
<u>31 de Dezembro de 2009</u>				
Hipotecas sobre habitação	822 787	1 275 416	2 905 874	-
Restantes garantias	722 247	752 977	-	-

Relativamente às obrigações hipotecárias emitidas pela Caja, discriminadas na secção 18.4 desta Nota, discrimina-se de seguida a informação seguinte:

- a) O valor nominal agregado das obrigações hipotecárias activas a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 emitidas pela Caja atendendo ao seu prazo de vencimento residual:

	Milhares de euros			
	Prazo de vencimento residual			
	Menos de 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos
<u>31 de Dezembro de 2010</u>				
Emitidas mediante oferta pública	300 000	-	72 452	-
Não emitidas em oferta pública	3 752 658	2 170 888	1 320 726	1 205 128
Total	<u>4 052 658</u>	<u>2 170 888</u>	<u>1 393 178</u>	<u>1 205 128</u>
<u>31 de Dezembro de 2009</u>				
Emitidas mediante oferta pública	300 000	-	-	-
Não emitidas em oferta pública	2 010 000	441 667	598 795	486 538
Total	<u>2 310 000</u>	<u>441 667</u>	<u>598 795</u>	<u>486 538</u>

- b) O valor nominal agregado das acções hipotecárias emitidas pela Entidade é o seguinte:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Saldo (milhares de euros)	14 932	9 909
Vida Residual Média (meses)	66,90	63,98

- c) O valor nominal agregado dos certificados de transmissão de hipoteca emitidas pela Entidade é o seguinte:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Saldo (milhares de euros)	316 866	-
Vida Residual Média (meses)	315,72	-

19.8 Informação sobre os diferimentos de pagamento efectuados a fornecedores. Disposição adicional terceira. “Dever de informação” da Lei 15/2010, de 5 de Julho

Em cumprimento do disposto na Lei 15/2010, de 5 de Julho, de alteração da Lei 3/2004, de 29 de Dezembro, que estabelece medidas de combate à morosidade nas operações comerciais, a qual foi desenvolvida pela Resolução de 29 de Dezembro de 2010 do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas (ICAC) indicar que:

- Dadas as actividades principais às quais se dedica o Grupo (actividades financeiras), a mesma não realiza actividades comerciais directas relevantes para os valores individuais, sendo considerado, para efeitos desta nota, que os diferimentos de dívidas correspondem, basicamente, aos pagamentos a fornecedores por prestação de serviços e fornecimentos vários, diferentes dos pagamentos a depositantes e detentores de valores emitidos por este, os quais foram realizados em escrupuloso cumprimento dos prazos contratuais e legais estabelecidos para cada um deles, quer fossem passivos à ordem ou com pagamento diferido.
- Relativamente à informação requerida pela Lei 15/2010, de 5 de Julho correspondente aos fornecedores comerciais e de serviços do Grupo, e tendo em conta a disposição transitória segunda da Resolução de 29 de Dezembro de 2010 do ICAC, indicar que os pagamentos adiados a fornecedores da Caja pendentes de desembolso a 31 de Dezembro de 2010, não acumulam um diferimento superior ao prazo legal de pagamento.

20. PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS E ACTIVOS POR RESSEGUROS

A discriminação dos "Passivos por contratos de seguros" dos balanços consolidados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Provisão para prémios não consumidos e riscos em curso	15 494	16 119
Provisão para benefícios	7 550	7 346
Periodificações de avales não financeiros	5 391	-
Total	28 435	23 465

A discriminação dos "Activos por resseguros" do balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Provisão para prémios não consumidos e riscos em curso	3 734	3 721
Provisão para benefícios	1 704	2 138
Total	5 438	5 859

21. PROVISÕES

21.1 Fundo para pensões e obrigações similares

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos do balanço consolidado que reflectiam saldos por fundos de pensões e obrigações similares apresentavam a seguinte discriminação:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Fundo de pensões DR 1588/1999 exteriorizado		
Restante exteriorizado	6 820	1 399
Fundo de pensões DR 1588/1999 restante	26 430	26 508
Outros compromissos	192 922	67 945
Total	226 172	95 852

Os seguros vinculados a pensões foram contratados pela Caja com as sociedades do grupo "Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A." e "Caja España Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A.".

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os compromissos por pensões e obrigações similares da Caja España de Inversiones apresentavam a seguinte discriminação:

	Milhares de euros				
	Benefício definido			Contribuição definida	
	RD 1588/99			RD	
	Exteriorizados	Internos	Restantes	1588/99	Restantes
<u>Exercício de 2010</u>					
Compromissos por pensões causadas	82 588	26 430	187 643	-	-
Riscos por pensões não causadas				-	-
- acumulados	4 121	-	-	-	-
- não acumulados	184	-	-	-	-
Compromissos acumulados a cobrir	<u>86 709</u>	<u>26 430</u>	<u>187 643</u>	<u>316 594</u>	<u>-</u>
Coberturas dos compromissos a cobrir				-	-
- Com planos de pensões	7 196	-	-	102 366	-
- Contratos de seguros	66 766	-	-	20 458	-
- Com apólices de seguro de ent. associadas	5 925	-	-	193 770	-
- Com apólices de seguro de outras entidades	233	-	-	-	-
- Com fundos de pensões internos	6 589	26 430	187 643	-	-
Total das Coberturas	<u>86 709</u>	<u>26 430</u>	<u>187 643</u>	<u>316 594</u>	<u>-</u>
Milhares de euros					
	Benefício definido			Contribuição definida	
	RD 1588/99			RD	
	Exteriorizados	Internos	Restantes	1588/99	Restantes
<u>Exercício de 2009</u>					
Compromissos por pensões causadas	12 329	26 508	65 061	-	-
Riscos por pensões não causadas				-	-
- acumulados	3 745	-	-	-	-
- não acumulados	236	-	-	-	-
Compromissos acumulados a cobrir	<u>16 074</u>	<u>26 508</u>	<u>65 061</u>	<u>120 755</u>	<u>-</u>
Coberturas dos compromissos a cobrir					
- Com planos de pensões	8 001	-	-	101 594	-
- Com apólices de seguro de ent. Associadas	6 674	-	-	-	-
- Com apólices de seguro de outras entidades	-	-	-	19 161	-
- Com fundos de pensões internos	1 399	26 508	65 061	-	-
Total das Coberturas	<u>16 074</u>	<u>26 508</u>	<u>65 061</u>	<u>120 755</u>	<u>-</u>

Os principais pressupostos adoptados nos estudos actuariais, realizados por peritos profissionais independentes, utilizados para quantificar os compromissos de benefício definido (DR 1588/99: Planos 1 e 2; Resto: não afecto ao DR 1588/99) foram:

	2010	2009
1) Tabelas de mortalidade	PERMF 2000C / GRMF-95 / PERMF 2000P	PERMF2000C / GRMF- 95
- Plano 1	GRMF-95 / PERMF 2000P	GRMF-95
- Plano 2	PERMF 2000P	GRMF-95
- Resto		
2) Taxa de actualização (*)		
- Plano 1	4,05% - 2,5%	4,05%- 2,5%
- Plano 2	5,35% - 2%	4,05% - 2,0%
- Resto	3,53% - 1,61%	3,26% - 2,22%
3) Taxa de crescimento de salários		
- Plano 1 e Plano 2	3,91% - 0%	2,5%
- Resto	2,91%	2,5%
4) Taxa de crescimento de bases de incidência contributiva		
- Plano 1 e Plano 2	2,91% - 0%	1,5%
- Resto	2,91%	2,5%
5) Taxa de reavaliação das pensões		
- Plano 1	2,91% - 0%	1,5% - 0%
- Plano 2	2,91% - 0%	2,5% - 0%
- Resto	2,91% - 0%	2,5 % -0%
6) Taxa de rendimento esperado dos activos do plano		
- Plano 1	4,05% - 4%	4,05% -4%
- Plano 2	5,33% - 2%	4,32% -2%
- Resto	0%	0%
(*)	<i>Para compromissos cobertos através de apólices de seguro, utilizam-se as taxas garantidas na apólice. No caso de pré-reformas e prémios de antiguidade (Resto) utilizou-se a taxa de mercado em função da duração média do compromisso para o colectivo: em 2010, entre 1,61% e 3,53%, e em 2009 entre 2,22% e 3,26%.</i>	
(**)	<i>a taxa de rendimento dos activos afectos aos compromissos por pensões de benefício definido, enquadrados em "Retribuições pós-emprego plano 1" corresponde à taxa de rentabilidade acordada nas respectivas apólices de seguro, contratadas com as respectivas companhias de seguros (CNP, CASER,...etc.) conforme a informação fornecida pelas mesmas relativa a taxas de juro e a provisões matemáticas atribuídas aos benefícios garantidos nessas apólices. Para o exercício de 2011 as taxas de rendimento esperado dos activos foram as seguintes:</i> <i>- Para os activos afectos à cobertura das obrigações dos beneficiários segurados na apólice nº 8118 segurada com a Caja de Seguros Reunidos, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A., a taxa média aplicada, líquida de gastos do seguro, foi de 5,33%.</i> <i>- Para os activos afectos à cobertura das obrigações dos beneficiários segurados na apólice nº PCP-1001 segurada com a CNP Vida Seguros y Reaseguros, S.A., a taxa média aplicada, líquida de gastos do seguro, foi de 4,791%.</i>	

Adicionalmente, o Grupo tem registadas outras provisões, não contempladas nos estudos actuariais anteriores, por indemnizações contratuais por cessações ou despedimentos diferentes dos estabelecidos com carácter geral e por outros compromissos por pensões com companhias do grupo, cujo saldo ascendia, a 31 de Dezembro de 2010, a 5 322 milhares de euros (2009: 2 884 milhares de euros).

O movimento dos fundos para pensões e obrigações similares durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Saldo inicial	95 852	113 031
Inclusões por fusão	52 907	-
Dotações líquidas do exercício	225 414	2 711
Apólices de seguro com a Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A.	-	26
Fundos utilizados	(153 982)	(19 828)
Outros movimentos	5 981	(88)
Saldo final	226 172	95 852

A discriminação dos gastos e rendimentos totais reconhecidos na conta de ganhos e perdas por compromissos e pensões e obrigações similares, nos exercícios de 2010 e 2009, distribuído entre as diferentes rubricas, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Juros e encargos similares (custo por juros) (ver Nota 27.1)	3 763	5 122
Dotações líquidas para provisões	225 414	2 711
Gastos com pessoal (dotações para fundos de contribuição definida) (ver Nota 27.6)	12 141	6 501
Total	241 318	14 334

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam activos corpóreos propriedade dos Planos de Pensões ocupados pelo Grupo, nem outros activos financeiros emitidos pelo Grupo e adquiridos pelos Planos. A discriminação do justo valor dos principais tipos de activos que formavam os activos dos Planos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Acções	59 521	3 535
Instrumentos de dívida	218 478	103 340
Apólices de seguros	20 459	19 161
Outros activos	25 000	1 109
Total	323 458	127 145

Em seguida apresenta-se o valor de determinadas razões relacionadas com os compromissos pós emprego de benefício definido a 31 de Dezembro de 2010, juntamente com os dados destas mesmas razões dos últimos três exercícios, para efeitos comparativos:

	Milhares de euros				
	2010 (a)	2009	2008	2007	2006 (a)
Valor actual das obrigações de benefício definido	305 484	109 063	125 649	142 246	161 590
Justo valor das coberturas	305 484	109 063	125 649	142 246	161 590
Excedente / (Défice)	-	-	-	-	-
Acertos com base na experiência do valor dos activos do plano	-	-	-	-	-
Acertos com base na experiência do valor actual das obrigações	-	-	-	-	-

(a) *Corresponde aos compromissos pós-emprego de benefício definido e outros compromissos a longo prazo correspondentes à Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P. Inclui todos os compromissos provenientes da Caja España y Caja Duero. Em particular, indicar que nos compromissos anteriores, estão reunidos os que provêm do Plano de Pré-Reformas oferecido pela Caja España de Inversiones.*

(b) *(a) A 26 de Outubro de 2006, o Conselho de Administração da Entidade aprovou um Plano de Pré-reformas que foi oferecido aos empregados nascidos entre 1 de Janeiro de 1947 e 31 de Dezembro de 1950, e que, entre outras condições, tivessem uma antiguidade mínima de 10 anos no quadro. O custo inicial deste Plano foi de 94 160 milhares de euros, e foi registado na conta de ganhos e perdas do exercício de 2006.*

A rubrica "Justo valor das coberturas" do quadro anterior inclui o justo valor dos activos de Planos de Pensões, das apólices de seguros contratadas para a cobertura de compromissos assumidos com os seus empregados e os fundos de pensões internos constituídos pelo Grupo.

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor actual dos activos afectos aos planos de benefício definido é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010 (*)	2009
Justo valor inicial dos activos	84 922	14 501
(i) Rendimento esperado dos activos afectos ao plano	3 962	510
(ii) Perdas e ganhos actuariais	(997)	254
(iii) Modificações por variações na taxa de câmbio	-	-
(iv) Contribuições efectuadas pelo empregador	(1 609)	311
(v) Contribuições efectuadas pelos participantes	-	-
(vi) Benefícios pagos	(6 171)	(901)
(vii) Combinações de negócios	-	-
(viii) Liquidações	-	-
Justo valor final dos activos	<u>80 107</u>	<u>14 675</u>

(*) Correspondentes à Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P.

A conciliação entre os saldos iniciais e finais do valor actual das obrigações dos planos de benefício definido é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010 (*)	2009
Valor actual inicial das obrigações	231 634	125 649
(i) Custo dos serviços do exercício corrente	391	137
(ii) Custo por juros	7 567	4 564
(iii) Contribuições efectuadas pelos participantes	-	-
(iv) Perdas e ganhos actuariais	(550)	(1 229)
(v) Modificações por variações na taxa de câmbio	-	-
(vi) Benefícios pagos	(42 889)	(20 058)
(vii) Custo dos serviços passados	109 331	-
(vii) Combinações de negócios	-	-
(ix) Reduções	-	-
(x) Liquidações	-	-
Valor actual final das obrigações	<u>305 484</u>	<u>109 063</u>

(a) Correspondentes à Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P.

A diferença entre o valor actual dos activos e o valor actual das obrigações, dos planos de benefício definido, que a 31 de Dezembro de 2010 ascende aos 225 377 milhares de euros (2009: 94 388 milhares de euros), corresponde aos fundos internos constituídos pela Caja para fazer frente às obrigações não exteriorizadas através do plano de pensões e/ou apólices de seguros.

21.2 Provisões para riscos e compromissos contingentes

Esta rubrica inclui o montante das provisões constituídas para a cobertura de riscos contingentes, entendidos como as operações nas quais o Grupo assegura as obrigações de terceiros, ocorridas como consequência de garantias financeiras concedidas ou outro tipo de contratos, e de compromissos contingentes, entendidos como compromissos irrevogáveis que podem dar lugar ao reconhecimento de activos financeiros.

A discriminação desta rubrica do balanço consolidado e o movimento experimentado nos exercícios de 2010 e 2009 é o seguinte:

	Milhares de euros		
	Específica	Genérica	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	16 241	10 034	26 275
Dotações com débito nos resultados	6 296	-	6 296
Determinadas individualmente	-	185	185
Determinadas colectivamente	(8 234)	(1 696)	(9 930)
Diferenças de câmbio	-	(27)	(27)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	14 303	8 496	22 799
Inclusões por fusão	25 298	4 213	29 511
Dotações com débito nos resultados			
Determinadas individualmente	28 452	-	28 452
Determinadas colectivamente	-	1 708	1 708
Fundos recuperados	(9 526)	(10 795)	(20 321)
Diferenças de câmbio	-	9	9
Outros movimentos	204	-	204
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	58 731	3 631	62 362

21.3 Provisões para impostos e outras contingências legais e Outras provisões

O movimento do resto das provisões contabilizadas pelo Grupo durante 2010 e 2009 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	Provisões para impostos e outras contingências legais	Outras provisões
Saldos a 31 de Dezembro de 2008	3 219	8 139
Dotações do exercício	-	1 130
Outros movimentos	6	(4)
Saldos a 31 de Dezembro de 2009	3 225	9 265
Inclusões por fusão		
Existente a 30.06.10	2 700	105 924
Correcções de valorização (ver Nota 1(c))	-	50 000
Dotações líquidas do exercício	276	(26 151)
Outros movimentos	459	(90 516)
Saldos a 31 de Dezembro de 2010	6 662	48 522

22. ACERTOS POR VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Esta rubrica dos balanços consolidados agrega o montante líquido das variações do justo valor dos activos classificados como disponíveis para venda que, segundo se indica na Nota 3, devem classificar-se como parte integrante do património líquido do Grupo. As referidas variações são registadas nas contas de ganhos e perdas quando ocorre a venda dos activos nos quais têm origem.

O movimento do saldo desta rubrica inclui-se na demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos consolidados.

A discriminação por entidades dos acertos por valorização é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Caja España de Inversiones / Caja Duero	(101 381)	23 953
Sociedades do Grupo	(474)	270
Sociedades multigrupo:		
Cartera Perseidas, S.L.	36 639	36 910
Capredo Investments GMBH	(1 064)	210
Madrugal Participaciones, S.A.	2 622	-
Outras sociedades multigrupo	64	(845)
Sociedades associadas:		
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	(68)	(5 382)
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	(2 440)	1 763
EBN Banco, S.A.	(1 302)	652
Caja España Vida, Cía de Seguros y Reaseguros, S.A.	(9 441)	-
Outras sociedades associadas	(1 537)	(1 968)
Total	<u>(78 382)</u>	<u>55 563</u>

Como consequência do descrito na Nota 1(c), a Caja procedeu de forma a reclassificar um montante de 170 226 milhares de euros, líquidos de efeitos fiscais, correspondentes ao montante registado a 30 de Junho de 2010 pelo Grupo Caja España, desde “Acertos por valorização” a “Reservas voluntárias”.

23. FUNDOS PRÓPRIOS

A discriminação, por conceitos e por entidades, do saldo de reservas a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Reservas restritas		
Reservas de reavaliação	-	112 570
Reservas voluntárias e reservas (perdas) de consolidação		
De Entidade dominante (Caja España de Inversiones / Caja Duero)	1 690 635	1 046 728
De entidades do grupo e multigrupo		
Capredo Investment GMBH	24 004	-
Cerro del Baile, S.A.	(14 776)	-
Gestión de Inversión en Alquileres, S.A.	(45 957)	-
Gestión de Inversiones en Valores Extranjeros, S.A.U.	(19 080)	-
Inmocaja, S.A.U.	(100 248)	-
Invergestión, Sdad. de Inversiones y Gestión, S.A.U.	198 909	-
Grupo de Negocios Duero, S.A.	49 232	14 721
Restantes empresas do grupo e multigrupo	(3 277)	(11 726)
De entidades associadas		
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	(5 307)	2 159
Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.L.	(11 914)	(3 311)
E.B.N. Banco de Negocios, S.A.	10 233	10 149
Inversiones Alaris, S.L.	(6 073)	(3 905)
Numnzaan, S.L.	(8 449)	(6 683)
Caja España Vida, Cía de Seguros y Reaseguros, S.A.	18 684	-
Patrimonio Inmobiliario Empresarial, S.A.	(9 609)	-
Restantes entidades associadas	(11 850)	84
Total	<u>1 755 157</u>	<u>1 160 786</u>

Reservas voluntárias e reservas (perdas) de consolidação inclui os seguintes montantes com origem na fusão da Caja Duero e Caja España (ver Nota 1(c)):

	Milhares de euros
Reservas consolidadas do Grupo Caja España a 30.06.2010	1 150 111
Resultado consolidado do Grupo Caja España a 30.06.2010	13 427
Correcções de valor por fusão (ver Nota 1(c))	<u>(589 180)</u>
	<u>574 358</u>

As entidades alheias ao Grupo eram proprietárias (directamente ou por meio das suas entidades dependentes) de, pelo menos, 10% do património líquido das seguintes entidades dependentes do Grupo:

Sociedade	% do Património propriedade de terceiros	
	2010	2009
Conexiones y Servicios del Duero, S.A.	48,00	48,00
Viajes Caja España, S.A.	50,00	-
Viproelco, S.A.	7,99	-
Bruesa Duero, S.L.	23,21	-

A contribuição para o resultado consolidado das entidades consolidadas é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Caja de Ahorros de Salamanca y Soria	49 122	42 186
Grupo de Negocios Duero, S.A.U.	(6 955)	(2 453)
Finanduro, S.V., S.A.	1 257	10 627
Unión del Duero, Cía. de Seguros Generales, S.A.	4 307	3 851
Gestión de Inversión en Alquileres, S.A.	(3 749)	-
Gestión de Inversiones en Valores Extranjeros, S.A.U.	5 915	-
Inmocaja, S.A.U.	(3 378)	-
Outras sociedades dependentes do Grupo	(3 582)	(2 072)
Sociedades multigrupo	(2 611)	(8 015)
Sociedades associadas	6 799	(21 602)
Total	47 125	22 522

24. RISCOS CONTINGENTES

A discriminação das garantias financeiras concedidas pelo Grupo, no fecho do exercício de 2010 e 2009, é mostrada a seguir:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Avales financeiros	156 479	181 789
Outros avales e cauções	899 192	654 566
Créditos documentários irrevogáveis emitidos	66 468	33 805
Outros riscos contingentes	15 991	57
Total	1 138 130	870 217

Uma parte significativa destes montantes atingirá o seu vencimento sem que nenhuma obrigação de pagamento para o Grupo se materialize, pelo que o saldo conjunto destes compromissos não pode ser considerado uma necessidade futura real de financiamento ou liquidez a conceder a terceiros pelo Grupo.

Os rendimentos obtidos dos instrumentos de garantia são registados no capítulo "Comissões Recebidas" das contas consolidadas de ganhos e perdas e calculam-se aplicando a taxa estabelecida no contrato do qual provêm, sobre o custo nominal da garantia.

Excepto pelo indicado noutros capítulos deste relatório, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Entidade não tinha activos que garantissem operações realizadas pela mesma ou por terceiros.

25. FUNDOS E OBRAS SOCIAIS

A discriminação, por conceitos, dos saldos afectos à Obra Social, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Aplicação fundo Obra Social:		
Imobilizado Corpóreo (Nota 16):		
Valor de Custo	85 894	34 831
Amortização acumulada	(42 372)	(15 654)
Total	<u>43 522</u>	<u>19 177</u>
Fundo obra social:		
Dotação		
Aplicada ao activo corpóreo	38 867	19 177
Aplicada a Outros Investimentos	4 655	-
Gastos comprometidos no exercício	24 257	17 619
Gastos de manutenção	(20 337)	(17 227)
Montante não comprometido	17 481	6 367
Montante comprometido para investimentos	940	61
Outros passivos	<u>14 014</u>	<u>8 312</u>
Total	<u>79 877</u>	<u>34 309</u>

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2010 e 2009 no fundo de obra social são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Saldo inicial	34 309	34 005
Inclusões por fusão	65 280	-
Distribuição dos excedentes do exercício anterior	-	18 000
Gastos de manutenção do exercício	(20 337)	(17 227)
Outros	<u>625</u>	<u>(469)</u>
Saldo final	<u>79 877</u>	<u>34 309</u>

O orçamento de gastos e investimentos da Obra Social para o exercício de 2010 ascende aos 25 milhares de euros (2009: 18 150 milhares de euros).

A obra social desenvolvida pela Caja España de Inversiones realiza-se em três âmbitos:

- Obra social própria. As actividades realizadas são: obra social, obra cultural, cooperação com países em vias de desenvolvimento, e formação e emprego. Em 2010, esta obra social consumiu 58% do orçamento (em 2009: 55%).
- Obra social em colaboração. As actividades realizadas são: projectos de formação de âmbito universitário, projectos de I+D, colaboração com fundações culturais e de recuperação patrimonial e outras colaborações com outros colectivos. Em 2010, esta obra social consumiu 34% do orçamento (em 2009: 35%).
- Obra social alheia. As actividades realizadas são relativas à juventude e desporto, entidades sociais, juntas de freguesia, deputados e outros organismos públicos e outros colectivos. Em 2010, esta obra social consumiu 8% do orçamento (em 2009: 10%).

Anualmente, a Assembleia Geral da Caja España de Inversiones realiza a aprovação e liquidação do orçamento da Obra Social. A Comissão Delegada da Obra Social é o órgão encarregado da administração do referido orçamento.

A aplicação do orçamento da Obra Social para o exercício de 2010 foi distribuído entre as seguintes áreas de acção: Cultura e lazer, cerca de 38%, Assistência social e sanitária, cerca de 36%, Educação e investigação 18% e Património histórico, artístico e natural 8%.

A discriminação dos activos corpóreos afectos à Obra Social, em relação à sua atribuição a obras em colaboração ou próprias, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Imobilizado afecto à obra social própria	42 622	18 201
Imobilizado afecto à obra social em colaboração	900	976
Total	43 522	19 177

Não existe qualquer tipo de restrição para a mudança de utilização ou para a transmissão da propriedade dos activos corpóreos afectos à Obra Social.

26. SITUAÇÃO FISCAL

O saldo da rubrica dos "Activos fiscais" agrega os montantes a recuperar por impostos nos próximos doze meses ("Activos fiscais - Correntes") e os montantes dos impostos a recuperar em exercícios futuros, incluídos os derivados de créditos por deduções ou benefícios fiscais pendentes de compensação ("Activos fiscais - Diferidos). O saldo da rubrica dos "Passivos fiscais" inclui o montante de todos os passivos de natureza fiscal, distinguindo-se entre correntes e diferidos, com excepção das provisões de impostos que são agregadas na rubrica das "Provisões" do balanço consolidado em anexo.

A Entidade dominante agregou os benefícios fiscais relativos às deduções e bonificações da quota do Imposto sobre Sociedades previstas no regulamento do referido imposto.

a discriminação das rubricas dos Activos e Passivos fiscais a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2010		2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Correntes	37 612	6 896	61 437	9 818
Diferidos	716 493	137 491	103 298	105 298
Total	<u>754 105</u>	<u>144 387</u>	<u>164 735</u>	<u>115 116</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de activos e passivos fiscais correntes e diferidos durante os exercícios 2010 e 2009 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	2010				2009			
	Activos Fiscais		Passivos Fiscais		Activos Fiscais		Passivos Fiscais	
	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos
Saldo inicial	61 437	103 298	9 818	105 298	78 801	129 376	6 349	74 946
Inclusões por fusão								
Existente a 30.06.10	11 237	215 289	711	20 743	-	-	-	-
Correcções de valorização								
(ver Nota 1(c))	-	349 639	-	10 436	-	-	-	-
Inclusões	12 048	65 528	12 635	10 254	45 502	12 050	3 131	24 453
		(156)						
Alienações	(74 857)	490	(12 294)	(32 955)	(64 688)	(37 310)	(2 851)	(10 942)
Outros (*)	27 747	139 229	(3 974)	23 085	1 822	(818)	3 189	16 841
Saldo final	<u>37 612</u>	<u>716 493</u>	<u>6 896</u>	<u>137 491</u>	<u>61 437</u>	<u>103 298</u>	<u>9 818</u>	<u>105 298</u>

(*) *Movimento líquido contribuído por sociedades dependentes e multigrupo*

A conciliação entre os lucros do exercício e as bases tributáveis correspondentes aos exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Lucro do exercício, antes da provisão para o Imposto sobre Sociedades	54 522	36 930
Acertos de consolidação	(8 547)	36 523
Aumentos (diminuições) por diferenças permanentes	78	147
Resultado contabilístico ajustado	<u>46 053</u>	<u>73 600</u>
Quota sobre o resultado contabilístico ajustado (30%)	13 816	22 080
Deduções		
Por dupla tributação	(12 272)	(12 528)
Outras	<u>(19)</u>	<u>(168)</u>
Total	1 525	9 384
Outros	<u>4 199</u>	<u>1 202</u>
Gasto por Imposto sobre Sociedades	<u>5 724</u>	<u>10 586</u>

No fecho dos exercícios de 2010 e de 2009 não existem montantes registados directamente sobre o património líquido que devam ser objecto de consideração no cálculo da base tributável e gastos por imposto sobre as sociedades.

A 31 de Dezembro de 2010, a Caja tinha registado créditos fiscais por bases tributárias negativas, procedentes de imputações realizadas por grupos de interesse económicos nas quais participa, no valor de 175 306 milhares de euros (6 623 milhares de euros em 2009).

Para além disso, a 31 de Dezembro de 2010, a Caja España de Inversiones tinha registado créditos fiscais por deduções pendentes de aplicação com bases tributáveis positivas de exercícios futuros, no montante de 42 557 milhares de euros (2009: 22 965 milhares de euros).

Os prazos estimados de reversão dos activos e passivos fiscais diferidos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são os seguintes:

	Milhares de euros			
	Activos		Passivos	
	2010	2009	2010	2009
2010	-	5 596	-	6 801
2011	196 433	5 564	1 980	532
2012	163 592	6 325	1 849	3 537
2013 e seguintes	213 957	82 531	72 481	55 344
Não determinado	<u>142 511</u>	<u>3 282</u>	<u>61 181</u>	<u>39 547</u>
	<u>716 493</u>	<u>103 298</u>	<u>137 491</u>	<u>105 298</u>

A Entidade agregou a isenção por reinvestimento de lucros extraordinários estipulada no artigo 42 do Texto Revisto da Lei do Imposto sobre Sociedades, reflectindo, a seguir, os dados relativos aos últimos exercícios:

Exercício	Rendimento agregado (milhares de euros)	Ano do reinvestimento
2002	7 069	2002
2003	14 820	2003
2004	732	2004
2005	1 322	2005
2006	1 178	2006
2007	1 122	2007
2008	36 692	2008
2009	1 549	2009

A 8 de Abril de 2008, a Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P, recebeu um documento da Agência Tributária, comunicando o início de acções de inspecção de comprovação dos seguintes períodos e impostos: para os exercícios de 2003 a 2006, o Imposto sobre sociedades; desde Março de 2004 a Dezembro de 2007, o Imposto sobre o valor acrescentado, Retenções e pagamentos por conta (de rendimentos de trabalho, profissionais, capital mobiliário, tributações a não residentes); e para os exercícios de 2004 a 2007, a Declaração anual de operações, e a Declaração de recapitulação de entrega e aquisições intracomunitárias de bens. Adicionalmente, a Caja Duero tem abertos para inspecção os restantes períodos e impostos estabelecidos pelo regulamento em vigor.

Devido às diferentes interpretações que podem ser feitas das normas fiscais aplicáveis às operações realizadas pela Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P, poderiam existir, para os impostos e exercícios abertos a inspecção, e para os anos pendentes de inspecção, determinados passivos fiscais de carácter contingente, que não são susceptíveis de quantificação objectiva. No entanto, na opinião dos Administradores da Caja, bem como dos seus assessores fiscais, a possibilidade de, em futuras inspecções, os referidos passivos contingentes serem materializados é remota e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse derivar deles não afectaria significativamente as contas anuais em anexo.

27. CONTA DE GANHOS E PERDAS

27.1 Juros e rendimentos similares, juros e encargos similares, resultados líquidos de operações financeiras e perdas líquidas por imparidade de activos financeiros

A composição do saldo destas rubricas das contas consolidadas de ganhos e perdas em anexo, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades em bancos centrais	2 780	2 527
Disponibilidades em entidades de crédito	3 444	4 752
Crédito a clientes	640 873	639 870
Valores representativos de dívida	267 340	94 050
Activos duvidosos	7 153	272
Rectificação de rendimentos por operações de cobertura (ver Nota 13)	(5 165)	-
Rendimentos de contratos de seguros vinculados a pensões e obrigações similares	204	195
Outros juros	1 317	227
Total	<u>917 946</u>	<u>741 893</u>
Juros e encargos similares		
Recursos de bancos centrais	(30 588)	(15 884)
Recursos de entidades de crédito	(29 566)	(28 180)
Operações do mercado monetário através de entidades de contrapartida	(2 974)	-
Recursos de clientes	(354 562)	(322 889)
Débitos representados por valores negociáveis	(57 129)	(57 513)
Passivos subordinados	(59 921)	(23 949)
Rectificação de gastos por operações de cobertura (ver Nota 13)	55 607	21 453
Custo por juros dos fundos de pensões (ver Nota 21)	(3 763)	(5 122)
Outros juros	(179)	(681)
Total	<u>(483 075)</u>	<u>(432 765)</u>

	Milhares de euros	
	2010	2009
Resultado de operações financeiras (líquido)		
Carteira de negociação	4 181	5 833
Outros instrumentos financeiros ao justo valor com variações em ganhos e perdas	(6)	-
Activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 10)	162 118	52 867
Outros	414	239
Total	<u>166 707</u>	<u>58 939</u>
Perdas por imparidade de activos (líquido) / Outros instrumentos financeiros não valorizados ao justo valor com variações em ganhos e perdas		
Investimentos a crédito (ver Nota 11.3)	(38 923)	(158 496)
Outros instrumentos financeiros não valorizados ao justo valor com variações em ganhos e perdas	(3 233)	(13 903)
Total	<u>(42 156)</u>	<u>(172 399)</u>

27.2 Rendimento de instrumentos de capital

A composição desta rubrica do balanço, a 31 de Dezembro de 2009 e 2009, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Outros instrumentos de capital		
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	17 183	26 206
	<u>17 183</u>	<u>26 206</u>

27.3 Resultados de entidades valorizadas pelo método da participação

A contribuição para o resultado consolidado das entidades avaliadas pelo método da participação nos exercícios de 2010 e 2009 foi a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	6 199	4 546
EBN Banco, S.A.	(4 943)	91
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	3 738	(1 773)
Efectibox (antes Blindados Grupo Norte, S.A.)	(2 220)	(2 116)
Losán Hoteles, S.L.	-	(3 091)
Dibaq Diproteg, S.A.	-	(4 759)
Caja España Vida, Cía de Seguros y Reaseguros, S.A.	4 327	-
Numnzaan, S.L.	(2 284)	-
Outros	(3 637)	(14 500)
Total	<u>1 180</u>	<u>(21 602)</u>

27.4 Comissões

As rubricas "comissões recebidas" e "comissões pagas" das contas de ganhos e perdas em anexo agregam o montante de todas as comissões a favor, pagas ou a pagar pelo Grupo, acumuladas no exercício, excepto as que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva dos instrumentos financeiros. Os critérios seguidos para o seu registo nos resultados encontram-se discriminados na Nota 3.s).

A discriminação dos gastos e rendimentos por comissões durante os exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
<u>Comissões pagas</u>		
Comissões cedidas a outras entidades e responsáveis	(2 648)	(7 897)
Comissões pagas por operações com valores	(209)	(89)
Outras comissões	(9 177)	(1 365)
Total	<u>(12 034)</u>	<u>(9 351)</u>
<u>Comissões cobradas</u>		
Por riscos contingentes	9 304	7 893
Comissões de disponibilidade de compromissos contingentes	3 249	2 028
Por câmbios de divisa e moeda estrangeira	62	92
Por serviços de cobranças e pagamentos	50 909	36 375
Por serviços de valores	7 589	5 692
Por comercialização de produtos financeiros não bancários	26 924	7 667
Outras comissões		
Por assessoria e direcção de operações singulares	244	1
Por operações de factoring	1 027	1 013
Comissões de gestão	6 958	8 817
Comissões de subscrição e reembolso	227	513
Comissões por reclamação de posições devedoras	6 521	4 527
Cancelamento antecipado de prazos	335	412
Outras comissões cedidas	978	1 136
Outras	6 579	6 181
Total	<u>120 906</u>	<u>82 347</u>

27.5 Outros rendimentos de exploração e Outros encargos de exploração

A discriminação de Outros rendimentos de exploração das contas de ganhos e perdas consolidadas dos exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Rendimentos de contratos de seguros e resseguro emitidos	41 201	42 907
Rendimentos dos investimentos imobiliários	5 326	3 300
Outros produtos		
Comissões financeiras compensadoras de custos directos	4 323	5 147
Outros extraordinários e atípicos	2 991	868
Outros lucros não imputáveis ao exercício	17 155	11 448
Rendimentos por vendas e prestação de serviços	1 262	8 055
Outras	5 779	5 409
Total	<u>78 037</u>	<u>77 134</u>

27.6 Gastos com pessoal

A composição do saldo desta rubrica das contas de ganhos e perdas consolidadas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Salários e gratificações do pessoal activo	(194 121)	(124 970)
Contribuições para a Segurança Social	(45 418)	(28 233)
Dotações para planos de benefício definido (ver Nota 21)	(824)	-
Dotações para planos de contribuição definida (ver Nota 21)	(11 410)	(6 662)
Indemnizações por despedimentos	(461)	(63)
Gastos com formação	(471)	(202)
Outros gastos com pessoal	(3 781)	(4 036)
Total	<u>(256 486)</u>	<u>(164 166)</u>

O número médio de funcionários durante os exercícios de 2010 e 2009, bem como a distribuição por sexos do quadro do Grupo, no fecho dos referidos exercícios, é o seguinte:

	Número de funcionários					
	2010			2009		
	Nº médio no exercício	Nº a 31/12		Nº médio no exercício	Nº a 31/12	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Nível I	50	37	7	49	42	7
Nível II	121	92	8	90	83	7
Nível III	274	201	52	129	95	35
Nível IV	532	361	87	268	211	57
Nível V	692	730	252	551	424	126
Nível VI	692	304	121	156	106	51
Nível VII	639	242	182	164	103	59
Nível VIII	558	143	212	201	94	124
Nível IX	323	119	183	195	97	128
Nível X	257	101	171	163	48	70
Nível XI	739	304	504	144	62	110
Nível XII	581	154	272	370	113	222
Nível XIII	38	0	2	68	18	27
Grupo 2	52	29	11	46	28	17
Obra Social	58	31	26	37	15	22
Funcionários no estrangeiro	68	45	21	68	46	22
Funcionários de Empresas do Grupo	135	74	60	79	51	28
Total	5 809	2 967	2 171	2 778	1 636	1 112

No que diz respeito aos membros do Conselho de Administração da Caja España de Inversiones, a distribuição por sexos no fecho do exercício de 2010 está representada por 28 homens e 6 mulheres (2009: 14 homens e 3 mulheres). O aumento em 2010 em relação a 2009 é consequência da fusão da Caja Duero e Caja España (ver Nota 1(c)).

27.7 Outros gastos gerais de administração

A composição do saldo desta rubrica das contas de ganhos e perdas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
De imóveis, instalações e material	(34 491)	(24 432)
Informática	(16 748)	(6 945)
Comunicações	(10 653)	(7 353)
Publicidade e propaganda	(12 827)	(7 364)
Gastos judiciais e com advogados	(5 119)	(674)
Relatórios técnicos	(5 010)	(2 704)
Serviços de vigilância e transferência de fundos	(4 703)	(3 460)
Prémios de seguros e seguro automóvel	(1 108)	(505)
Por órgãos do governo e controlo	(2 558)	(1 449)
Gastos de representação e deslocação de pessoal	(2 210)	(1 770)
Quotas de associações	(1 082)	(665)
Serviços administrativos subcontratados	(5 403)	(2 451)
Contribuições e impostos		
Sobre imóveis	(1 380)	(615)
Outros	(3 555)	(2 316)
Outros gastos	(6 998)	(4 452)
Total	<u>(113 845)</u>	<u>(67 155)</u>

27.8 Ganhos e perdas na alienação de activos não classificados como não correntes detidos para venda

A composição do saldo destas rubricas das contas de ganhos e perdas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Ganhos por vendas		
Imobilizado corpóreo	5 413	2 097
Participações	41	-
Perdas por vendas		
Imobilizado corpóreo	(6 372)	(4 746)
Total	<u>(918)</u>	<u>(2 649)</u>

28. PARTES VINCULADAS

A política seguida pela Caja e pelo seu Grupo consolidado na concessão de empréstimos, depósitos, aceitação e operações de natureza análoga com partes vinculadas não difere da política comercial geral da mesma para o resto dos clientes. O pessoal-chave da direcção com relação laboral com a Caja e outras entidades do Grupo possui os mesmos benefícios, nas relações comerciais com a Entidade, que o resto do quadro da mesma.

Os saldos e transacções, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, da Caja España de Inversiones, com partes vinculadas, antes dos acertos de consolidação, são os seguintes:

	Milhares de euros							
	Entidades Dependentes		Entidades Associadas		Negócios Conjuntos		Pessoal da direcção e consultores	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
ACTIVO:								
Investimento a Crédito	917 044	18 105	136 843	65 638	199 047	163 434	138 297	44 376
PASSIVO								
Depósitos	160 864	105 787	1 246	1 853	188 640	62 923	22 056	29 143
CONTAS DE ORDEM								
Passivos contingentes	771 174	70 502	6 402	5 569	44 474	34 835	10 539	-
Garantias financeiras	11 265	3 425	2 911	1 457	24 726	13 605	15 253	8 132
PERDAS E GANHOS								
Rendimentos:								
Juros e rendimentos similares	26 172	754	5 502	2 550	6 961	3 812	4 398	1 642
Comissões recebidas	9 822	11 024	226	344	841	538	183	38
Outros produtos	373	489	-	-	-	-	-	-
Gastos:								
Juros e encargos similares	2 201	3 401	17	15	3 726	867	433	366
Comissões pagas	378	155	-	-	-	-	2	-

As remunerações acumuladas pelos membros do Conselho de Administração da Caja España de Inversiones, correspondentes ao exercício de 2010, e pelos membros do Conselho de Administração da Caja Duero, correspondentes ao exercício de 2009, que não figuram na folha de vencimentos e, por isso, não representam gastos com pessoal, foram-no por ajudas de custo de assistência e deslocação, e a sua discriminação é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Agustín Prieto González	14,53	13,44
Alejandro Menéndez Moreno	18,29	-
Alfredo Fernández Salvadores	12,33	-
Angeles Armisen Pedrejón	19,57	17,31
Antonio Muñoz Sánchez	32,03	38,4
Artemio Domínguez González	23,61	-
Bernardo Fernández Alvarez	16,32	-
Carlos Martínez Mínguez	14,4	9,6
Cristina Vidal Fernández	18,24	16,32
Evaristo Del Canto Canto	8,64	-
Felipe Tomas Canillas Martín	23,06	17,76
Fernando Corral Corral	24,36	22,12
Fernando Javier Rodríguez Alonso	37,92	23,52
Fernando Martínez Maillo	17,33	-
Francisco Javier Fernández Alvarez	17,81	-
Francisco Javier García-Prieto Gómez	22,61	-
Francisco Rubio Garcés	21,16	16,8
Gerardo Pastor Ramos	43,04	46,08
Isabel Carrasco Lorenzo	23,87	-
Isaías García Monge	36,96	37,04
José Antonio Turrado Fernández	19,25	-
José Francisco Martín Martínez	30,41	-
Juan Antonio Martín Mesonero	35,09	34,68
Juan Elicio Fierro Vidal	19,68	-
Julián Lanzarote Sánchez	-	12
Julio Fermoso García	43,2	30,72
Luis Enrique Clemente Cubillas	24	22,56
Marcos García González	22,11	-
María Begoña Núñez Díez	23,52	-
María Encarnación Redondo Jiménez	21,83	19,23
María Olga Palacio García	13,13	-
Miguel Angel Alvarez Sánchez	18,62	-
Santiago Eugenio Cossío Rodríguez	8,16	-
Santos Llamas Llamas	31,08	-
Vicente De La Peña Robledo	20,06	16,32
Victoriano Pedraz Fuentes	32,32	35,52
Zenón Jiménez-Ridruejo Ayuso	20,96	-
Total	829,51	429,42

Adicionalmente, durante o exercício de 2010, os membros do Conselho de Administração da Caja España de Inversiones, na sua qualidade de consultores de outras sociedades do Grupo, receberam remunerações das referidas sociedades no montante de 591 milhares de euros (2009: 174 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2010, o número de membros da Direcção do Grupo ascende a 16 pessoas, sendo os cargos que a compõem os seguintes: um Director Geral, três Directores Gerais Adjuntos e doze Directores de Divisão (no fecho do exercício de 2009 o número de membros da Direcção era de 8 pessoas, sendo os cargos que a compõem os seguintes: um Presidente Executivo até 31 de Março de 2009, passando a ser Presidente Não Executivo com efeito a 1 de Abril de 2009, um Director Geral, dois Directores Gerais Adjuntos, três Subdirectores Gerais e um Secretário-geral). No quadro seguinte apresenta-se a remuneração auferida pelo referido colectivo nos exercícios de 2010 e 2009:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Benefícios a curto prazo	3 396,12	1 456,61
Prestações pós-emprego	147,94	50,85
Total	3 544,06	1 507,46

Adicionalmente, durante o exercício de 2010, os membros da Direcção do Grupo, na sua qualidade de consultores de outras sociedades do Grupo, receberam remunerações das referidas sociedades no montante de 39 milhares de euros (2009: 144 milhares de euros).

Da mesma forma, os montantes pagos em 2010, na rubrica de prestação pós-emprego, a antigos membros do pessoal da alta direcção e do Conselho de Administração do Grupo, ascenderam a 248,45 milhares de euros (2009: 373,79 milhares de euros). Os custos pagos foram introduzidos com débito nos fundos de pensões internos constituídos nos exercícios anteriores.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

29.1 Informações por segmentos de negócio

Segmentos de negócio

Os diferentes segmentos ou linhas de negócio estabeleceram-se de acordo com a estrutura organizacional do Grupo, tendo em conta a natureza dos produtos e serviços oferecidos, os riscos associados a cada linha, os clientes a que são dirigidos, a informação utilizada pelos Administradores e a Direcção do Grupo no processo de tomada de decisões e para o acompanhamento do negócio.

O negócio financeiro do Grupo está centrado na banca universal desenvolvida através da rede de agências da Caja e compreende a actividade com clientes particulares, estabelecimentos comerciais, pequenas e médias empresas e promotores, aos quais se oferecem o conjunto de produtos de poupança à ordem e a prazo, empréstimos hipotecários, créditos ao consumo, financiamento a curto e longo prazo, avales, cartões de crédito, fundos de investimento e de pensões, etc. Adicionalmente, o Grupo comercializa produtos de seguro através das seguradoras do Grupo, utilizando a rede de agências da Caja.

O negócio financeiro desenvolve-se através da rede de agências da Caja, independentemente de o seu registo contabilístico se realizar nos livros da Caja ou das suas filiais. No quadro seguinte mostra-se um resumo da actividade do Grupo:

	Milhares de euros									
	Financeiro		Seguros		Restantes		Acertos		Total do Grupo	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Margem de juros	438 813	312 789	(3 276)	(3 572)	(2 655)	(2 017)	1 989	1 928	434 871	309 128
Margem bruta	737 951	468 960	8 550	7 878	1 194	2 139	(7 849)	(4 173)	739 846	474 804
Resultado da actividade de exploração	100 957	60 332	5 997	5 208	(2 815)	(1 573)	(7 707)	(4 025)	96 432	59 942
Resultado antes dos impostos	54 511	36 930	5 997	5 208	(2 842)	(1 573)	(3 144)	(3 635)	54 522	36 930
Activos por segmentos	45 656 497	21 339 602	45 511	47 147	241 623	90 228	(233 056)	(87 246)	45 710 575	21 389 731
Passivos por segmentos	43 931 040	20 099 454	31 530	33 124	217 916	66 682	(194 735)	(48 519)	43 985 751	20 150 741

Segmentos geográficos

O Grupo desenvolve a quase totalidade da sua actividade no território espanhol (em 2010: de um total de 886 agências, apenas possui 18 agências abertas em Portugal; em 2009: de um total de 525 agências, apenas possuía 18 agências abertas em Portugal), sendo que a tipologia dos seus clientes e dos produtos oferecidos são similares em todo o território, pelo que o Grupo considerou um único segmento geográfico.

29.2 Negócios fiduciários e serviços de investimento

O detalhe dos recursos dos clientes, fora do balanço consolidado do Grupo a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Sociedade e Fundos de Investimento	2 378 428	751 537
Fundos de pensões	552 313	577 024
Aforro em contratos de seguros	482 360	427 064
Carteiras de clientes geridas livremente	159 543	192 503
Recursos geridos	3 572 643	1 948 128
Recursos comercializados mas não geridos	1 646 020	15 951
Total	5 218 663	1 964 079

Adicionalmente, a Caja España de Inversiones presta serviços de administração e custódia de valores dos seus clientes. Os compromissos assumidos pela Entidade dominante a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 em relação a este serviço são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Valores propriedade de terceiros		
Instrumentos de capital	1 283 586	546 827
Instrumentos de dívida	5 291 405	2 476 178
Total	<u>6 574 991</u>	<u>3 023 005</u>

A Entidade dominante entende que não existem responsabilidades que possam ser derivadas do não cumprimento das suas obrigações fiduciárias.

29.3 Contratos de agência

Durante os exercícios finalizados a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o Grupo não realizou operações nem manteve vínculos com agentes que cumpram o estabelecido no artículo 22 do Decreto Real 1245/1995, de 14 de Julho.

29.4 Obrigações de crédito

A discriminação das obrigações com créditos nos exercícios de 2010 e 2009, agrupados por contrapartida e indicando o limite e o montante pendente de disposição, é a seguinte:

	Milhares de euros			
	2010		2009	
	Limite	Disponível	Limite	Disponível
Disponível por terceiros				
Pelo Sector da Administração Pública	137 308	94 891	174 302	137 291
Por outros sectores residentes	2 712 806	1 419 246	3 262 237	1 878 676
Por não residentes	2 925 681	1 150 958	61 897	30 603
Total	<u>5 775 795</u>	<u>2 665 095</u>	<u>3 498 436</u>	<u>2 046 570</u>

A 31 de Dezembro de 2010, os montantes de disponibilidade imediata ascendiam a 1 932 207 milhares de euros e os disponíveis condicionados à ocorrência de factos futuros eram 732 888 milhares de euros (a 31 de Dezembro de 2009: 1 025 554 e 1 021 016 milhares de euros, respectivamente).

A taxa de juro média oferecida para estas obrigações é de 3,50% em 2010 (2009: 4,57%).

29.5 Auditoria externa

O auditor das contas anuais consolidadas e individuais do Grupo e da Entidade, respectivamente, facturou, durante o exercício terminado a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, honorários e gastos por serviços profissionais, conforme indicado de seguida:

	Milhares de euros			
	Caja España de Inversiones		Grupo	
	2010	2009	2010	2009
Por serviços de auditoria	130	152	295	371
Por outros serviços	347	57	347	57
	<u>477</u>	<u>209</u>	<u>642</u>	<u>428</u>

A KPMG Auditores, S.L. é o auditor da Entidade para o exercício de 2010, enquanto que, para o exercício de 2009, foi a Ernst&Young Auditores, S.L.

O montante indicado no quadro anterior por serviços de auditoria inclui a totalidade dos honorários relativos à auditoria dos exercício de 2010 e 2009, independentemente da altura da sua facturação.

Por outro lado, outros auditores facturaram para o Grupo durante o exercício terminado a 31 de Dezembro de 2010, honorários por serviços profissionais, conforme indicado de seguida:

	Milhares de euros
Por serviços de auditoria	14
Por outros serviços	-
	<u>14</u>

29.6 Saldos e depósitos abandonados

Em conformidade com o indicado no artigo 18 da Lei 33/2003, de 3 de Novembro, sobre o património das Administrações Públicas, os saldos e depósitos nas entidades do Grupo votados ao abandono, conforme o disposto no referido artigo ascendem, a 31 de Dezembro de 2010, a 5 milhares de euros, aproximadamente (2009: 5 milhares de euros). Desta forma, o montante das contas de valores votadas ao abandono, conforme o disposto no referido artigo ascende, a 31 de Dezembro de 2010, aos 4 milhares de euros (2009: 2 milhares de euros).

29.7 Serviço de atendimento ao cliente

O artigo 17 da Portaria ECO/734/2004, de 11 de Março, do Ministério da Economia, estabelece a obrigação para os departamentos e serviços de atendimento ao cliente e, se for o caso, para as entidades de defesa do consumidor, de entidades financeiras, de apresentar anualmente ao Conselho de Administração um relatório explicativo do desenvolvimento da sua função durante o exercício precedente. O resumo do referido relatório é o seguinte:

- Resumo estatístico das queixas e reclamações atendidas

Durante o exercício de 2010, atenderam-se 3 009 queixas e reclamações (em 2009: 643). As discrepâncias com comissões e liquidações de juros ocupam um lugar proeminente no número das reclamações recebidas ao longo do ano de 2010.

No fecho do exercício de 2010, existiam 82 processos em tramitação (em 2009: 80).

O resumo por matérias é o seguinte:

	Número	
	2010	2009
Operações do activo	762	233
Operações do passivo	511	80
Serviços	1 105	166
Fundos de investimento	24	38
Seguros e fundos de pensões	209	81
Vários	398	45
Total	3 009	643

Durante o exercício de 2010, o montante total de compensações a clientes foi de 335 milhares de euros, dos quais 112 milhares de euros ficaram a cargo de outros. O prejuízo para a Caja foi de 223 milhares de euros.

Os prejuízos ocorridos em 2010 e 2009 como consequência das reclamações recebidas foram os seguintes:

	Milhares de euros	
	2010	2009
Operações do activo	19	6
Operações do passivo	17	3
Outros produtos bancários	79	6
Serviços de cobrança e pagamentos	172	4
Seguros e fundos de pensões	12	5
Serviços de investimento	4	1
Vários	32	1
Total	335	26

Da análise das queixas e reclamações dos clientes, foram realizadas 33 sugestões/incidências, com o objectivo de melhorar ou corrigir erros nos processos.

30. REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA INFORMATIVA

O Banco de Espanha, na sua carta de 18 de Janeiro de 2011 dirigida às Caixas de Aforro e que foi divulgada através da Confederação Espanhola de Caixas de Aforro (CECA), requereu aos grupos consolidados de entidades de crédito a difusão de determinada informação, quantitativa e qualitativa, relativa aos aspectos seguintes:

- Financiamento para a construção, promoção imobiliária e para a aquisição de habitação (ver Nota 7.2).
- Activos adquiridos em pagamento de dívidas (ver Nota 14).
- Políticas e estratégias de gestão dos activos relativamente a este sector (ver Nota 7.2).
- Necessidades de financiamento nos mercados, bem como das estratégias a curto, médio e longo prazo (ver Nota 7.6).

31. FACTOS POSTERIORES À DATA DO BALANÇO

À data de 18 de Fevereiro de 2011, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto-Lei Real 2/2011, para o reforço do sistema financeiro, que estabelece que as entidades de crédito e os seus grupos que podem captar fundos reembolsáveis do público deverão contar com um capital principal igual ou superior a 8% das suas exposições totais ponderadas por risco calculadas em conformidade com o previsto na Lei 13/1985, de 25 de Maio; percentagem que aumentará até os 10% para os grupos consolidáveis de entidades de crédito que reúnam as seguintes condições:

- a) Tenham um coeficiente de financiamento grossista superior a 20%, conforme a definição estabelecida pelo Banco de Espanha, e,
- b) Não tenham distribuídos títulos representativos do seu capital, pelo menos, numa percentagem igual ou superior a 20% do mesmo a terceiros. Para estes efeitos não são tidas em conta as acções mantidas pelas caixas de aforro que contribuíram com o seu negócio financeiro num banco para desenvolver o seu objecto próprio como entidade de crédito, as das instituições originadas pela transformação de caixas de aforro ou a participação no capital social do Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária. No caso de grupos consolidáveis de entidades de crédito, nos quais se incluem uma ou mais caixas de aforro que optaram por desenvolver o seu objecto próprio como entidade de crédito de forma indirecta, esta condição será verificada no banco para o qual o seu negócio financeiro foi levado.

Além disso, o Banco de Espanha poderá exigir o cumprimento de um nível de capital principal superior ao assinalado anteriormente, se a entidade não passar, no cenário mais adverso, um teste de resistência do conjunto do sistema, o nível de recursos próprios mínimos exigido nesse teste e até o limite dessa exigência.

De acordo com o estabelecido na disposição transitória primeira deste Decreto-Lei Real, a data de entrada em vigor dos requisitos de capital principal assinalados anteriormente será o 10 de Março de 2011, tendo como base de cálculo o valor dos activos ponderados por risco correspondente a 31 de Dezembro de 2010.

As entidades que nessa data não alcancem o nível exigido terão 15 dias para apresentar para aprovação perante o Banco de Espanha a estratégia e o calendário de cumprimento dos novos requisitos de capitalização que deverão cumprir antes de 30 de Setembro de 2011 (o Banco de Espanha poderá conceder um adiamento de 3 meses para executar tais medidas, em determinadas circunstâncias, que poderá ser de 6 meses, excepcionalmente, no caso de processos de admissão ou negociação de valores).

Se a estratégia incluir o pedido de apoio financeiro ao FROB, a entidade deverá apresentar, no prazo de um mês, a partir da data de apresentação da estratégia de cumprimento dos requisitos de capital, um plano de recapitalização.

Além disso, este Decreto-Lei Real aprovou outra série de medidas, entre as quais se destacam as relativas à Reforma do Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária, à excepção da obrigação de formular uma oferta pública de aquisição em processos de reestruturação ou integração, à adesão das entidades centrais dos SIP aos Fundos de Garantia de Depósitos e a determinados aspectos da Lei de Imposto sobre Sociedades relacionados com os Sistemas Institucionais de Protecção.

A 31 de Dezembro de 2010, o Grupo tinha um coeficiente de solvência, de acordo com o Decreto-lei Real, de 8,17%, e um Rácio de Financiamento Grossista de 23,58%. Após analisar as diferentes alternativas de reforço do seu capital regulatório que lhe permitam alcançar os níveis mínimos que, de acordo com o Decreto-lei Real, possam ser legalmente exigíveis no exercício de 2011, a Direcção da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P. comunicou como facto relevante perante a CNMV, com data de 21 de Março de 2011, a confirmação da existência de conversações com a Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Ronda, Cádiz, Almería, Málaga, Antequera y Jaen (Unicaja), e a assinatura de um pré-acordo genérico dos Presidentes de ambas as Instituições, com vista a um eventual processo de integração agregado ao regime previsto no Título IV do Decreto-lei Real 11/2010, sem que até ao momento se tenha tomado qualquer decisão de integração a respeito.

Independentemente do indicado anteriormente, após 31 de Dezembro de 2010, e até 31 de Março de 2011, data de formulação, por parte do Conselho de Administração da Entidade, das suas contas anuais consolidadas, não ocorreu nenhum acontecimento significativo que deva ser incluído nas contas anuais consolidadas em anexo para que estas mostrem adequadamente a imagem fiel do património consolidado, da situação financeira e dos resultados do Grupo.

**CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA,
CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

ANEXO I DO RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO:

RELATÓRIO ANUAL DA GESTÃO CORPORATIVA

DO EXERCÍCIO DE 2010

FORMULAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS E DO RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Os membros do Conselho de Administração da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, CA.M.P, na sessão celebrada no dia 31 de Março de 2011, formulam as Contas Anuais Consolidadas do exercício de 2010, que contêm o balanço de situação consolidado a 31 de Dezembro de 2010 e a conta de ganhos e perdas consolidada, a demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos consolidados, a demonstração total das variações no património líquido consolidado, a demonstração consolidada de fluxos de caixa e o relatório correspondente ao exercício anual, terminado na referida data, e o Relatório de Gestão Consolidado do exercício anual, terminado a 31 de Dezembro de 2010. Desta forma, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto sabem, as referidas Contas Anuais Consolidadas correspondentes ao exercício de 2010, que foram elaboradas respeitando os princípios de contabilidade aplicáveis, apresentam o reflexo fiel do património consolidado, da situação financeira e dos resultados consolidados da Caja España de Inversiones, Salamanca y León, CA.M.P, e das empresas compreendidas na consolidação, vistas como um todo, e que o Relatório de Gestão inclui uma análise fiel da evolução e dos resultados empresariais e da posição da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, CA.M.P e das empresas compreendidas na consolidação, vistas como um todo, juntamente com a descrição dos principais riscos e incertezas que enfrentam.

Evaristo del Canto Canto
Presidente

Isaías García Monge
1.º Vice-presidente

Miguel Ángel Álvarez Sánchez
2.º Vice-presidente

Luis Enrique Clemente Cubillas
3.º Vice-presidente

Alejandro Menéndez Moreno
Secretário

Ángeles Armisen Pedrejón
Vogal

Felipe Tomas Canillas Martín
Vogal

Isabel Carrasco Lorenzo
Vogal

Eugenio Santiago Cossío Rodríguez
Vogal

Artemio Domínguez González
Vogal

Julio Feroso García
Vogal

Bernardo Fernández Álvarez
Vogal

Francisco Javier Fernández Álvarez
Vogal

Juan Elicio Fierro Vidal
Vogal

Marcos García González
Vogal

Francisco Javier García-Prieto Gómez
Vogal

Zenón Jiménez - Ridruejo Ayuso
Vogal

Santos Llamas Llamas
Vogal

José Francisco Martín Martínez
Vogal

Juan Antonio Martín Mesonero
Vogal

Carlos Martínez Mínguez
Vogal

Fernando Martínez Mañlo
Vogal

Antonio Muñoz Sánchez
Vogal

María Begoña Núñez Díez
Vogal

María Orgaz Recas
Vogal

Gerardo Pastor Ramos
Vogal

Victoriano Pedraz Fuentes
Vogal

Vicente de la Peña Robledo
Vogal

Agustín Prieto González
Vogal

Encarnación Redondo Jiménez
Vogal

Fernando Javier Rodríguez Alonso
Vogal

Francisco Rubio Garcés
Vogal

José Antonio Turrado Fernández
Vogal

Cristina Vidal Fernández
Vogal

**CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA,
CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD
E SOCIEDADES DEPENDENTES
(anteriormente denominada
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA
E SOCIEDADES DEPENDENTES)**

**CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS
E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL
TERMINADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Balanços consolidados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

<u>A C T I V O</u>	Nota	Milhares de euros	
		2010	2009
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8	416 806	247 667
Carteira de negociação	9	100 123	439 327
Valores representativos de dívida		24 418	358 194
Derivados de negociação		75 705	81 133
<i>Pro-memoria: Empréstados ou dados em garantia</i>		-	98 861
Outros activos financeiros ao justo valor com variações em perdas e ganhos	9	8 643	-
Valores representativos de dívida		8 643	-
<i>Pro-memoria: Empréstados ou dados em garantia</i>		8 294	-
Activos financeiros disponíveis para venda	10	5 448 329	1 124 768
Valores representativos de dívida		4 593 684	374 283
Instrumentos de capital		854 645	750 485
<i>Pro-memoria: Empréstados ou dados em garantia</i>		4 651 148	323 394
Investimentos a crédito	11	30 488 703	15 065 505
Disponibilidades em entidades de crédito		286 360	1 323 817
Crédito a clientes		26 787 533	13 741 688
Valores representativos de dívida		3 414 810	-
<i>Pro-memoria: Empréstados ou dados em garantia</i>		3 631 335	703 132
Carteira de investimento a deter até à maturidade	12	5 898 362	3 046 032
<i>Pro-memoria: Empréstados ou dados em garantia</i>		1 944 064	2 802 076
Derivados de cobertura	13	182 383	55 486
Activos não correntes detidos para venda	14	770 892	295 700
Participações	15	333 985	230 984
Entidades Associadas		333 985	230 984
Contratos de seguros vinculados a pensões		233	-
Activos por Resseguros	20	5 438	5 859
Activo Corpóreo	16	983 366	605 226
Imobilizado Corpóreo		788 730	443 283
De Utilização Própria		745 209	424 106
Afecto à Obra Social		43 521	19 177
Investimentos Imobiliários		194 636	161 943
Activo Incorpóreo	17	1 188	2 371
Fundos de comércio		290	1 540
Outros Activos incorpóreos		898	831
Activos Fiscais	26	754 105	164 735
Correntes		37 612	61 437
Diferidos		716 493	103 298
Restantes activos	18	318 019	106 071
Existências		218 958	79 210
Outros		99 061	26 861
TOTAL DO ACTIVO		<u>45 710 575</u>	<u>21 389 731</u>

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Balanços Consolidados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Cont.)

PASSIVO	Nota	Milhares de euros	
		2010	2009
Carteira de negociação	9	73 295	77 743
Derivados de negociação		73 295	77 743
Passivos financeiros ao custo amortizado	19	43 122 256	19 695 516
Recursos de bancos centrais		3 800 650	1 813 890
Recursos de entidades de crédito		4 413 159	1 056 645
Recursos de clientes		31 034 529	14 581 402
Débitos representados por valores negociáveis		1 734 114	1 544 508
Passivos subordinados		1 999 183	649 540
Outros passivos financeiros		140 621	49 531
Derivados de cobertura	13	86 689	7 620
Passivos associados a Activos não correntes detidos para venda	14	40 086	49 369
Passivos por contratos de seguros	20	28 435	23 465
Provisões	21	343 718	131 141
Fundos para pensões e obrigações similares		226 172	95 852
Provisões para impostos e outras contingências legais		6 662	3 225
Provisões para riscos e compromissos contingentes		62 362	22 799
Outras provisões		48 522	9 265
Passivos Fiscais	26	144 387	115 116
Correntes		6 896	9 818
Diferidos		137 491	105 298
Fundo da Obra Social	25	79 877	34 309
Restantes passivos	18	67 008	16 462
TOTAL DO PASSIVO		43 985 751	20 150 741
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Fundos Próprios	23	1 802 291	1 183 308
Fundo de Dotação		9	-
Emitido		9	-
Reservas		1 755 157	1 160 786
Reservas (perdas) acumuladas		1 773 823	1 162 293
Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método da participação		(18 666)	(1 507)
Resultado do exercício atribuído à entidade dominante		47 125	22 522
Acertos por valorização	22	(78 382)	55 563
Activos financeiros disponíveis para venda		(62 530)	59 983
Diferenças de câmbio		(1 064)	210
Entidades avaliadas através do método da participação		(14 788)	(4 630)
Interesses minoritários		915	119
Restante		915	119
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 724 824	1 238 990
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		45 710 575	21 389 731
PRO-MEMORIA			
Riscos contingentes	24	1 138 130	870 217
Compromissos Contingentes	29.4	3 711 759	2 118 122

O relatório consolidado anexo faz parte integrante das contas anuais consolidadas do exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2010.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Contas de Ganhos e Perdas Consolidadas correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Nota	Milhares de euros	
		2010	2009
	27		
Juros e rendimentos similares		917 946	741 893
	27		
Juros e encargos similares		(483 075)	(432 765)
MARGEM DE JUROS		434 871	309 128
	27		
Rendimento de instrumentos de capital		17 183	26 206
	27		
Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação		1 180	(21 602)
	27		
Comissões recebidas		120 906	82 347
	27		
Comissões pagas		(12 034)	(9 351)
	27		
Resultados de operações financeiras (líquido)		166 707	58 939
Carteira de negociação		4 181	5 833
Outros instrumentos financeiros ao justo valor com variações em perdas e ganhos		(6)	-
Instrumentos financeiros não valorizados ao justo valor com variações em perdas e ganhos		162 118	52 867
Outros		414	239
	7.		
Diferenças de câmbio (líquidas)		944	634
	27		
Outros rendimentos de exploração		78 037	77 134
Rendimentos de contratos de seguros e resseguro emitidos		41 201	42 907
Vendas e rendimentos por prestações de serviços não financeiros		1 251	-
Outros rendimentos de exploração		35 585	34 227
	3		
Outros encargos de exploração		(67 948)	(48 631)
Gastos de contratos de seguros e resseguros		(29 704)	(31 728)
Variação de existências		(5)	-
Outros encargos de exploração		(38 239)	(16 903)
MARGEM BRUTA		739 846	474 804
Gastos de administração		(370 331)	(231 321)
Gastos com pessoal		(256 486)	(164 166)
Outros gastos gerais de administração		(113 845)	(67 155)
Amortização		(21 549)	(14 754)
Dotações para provisões (líquido)		(209 378)	3 612
Perdas por imparidade de activos (líquido)		(42 156)	(172 399)
Investimentos a crédito		(38 923)	(158 496)
Outros instrumentos financeiros não valorizados ao justo valor com variações em perdas e ganhos		(3 233)	(13 903)
RESULTADO DA ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO		96 432	59 942
Perdas por imparidade dos restantes activos (líquido)		(31 598)	(13 120)
Fundo de comércio e outros activos incorpóreos		(28 429)	(8 120)
Outros activos		(3 169)	(5 000)

Ganhos / (Perdas) na alienação de activos não classificados como não correntes detidos para venda		(918)	(2 649)
Ganhos / (Perdas) de activos não correntes detidos para venda não classificados como operações descontinuadas		<u>(9 394)</u>	<u>(7 243)</u>
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		54 522	36 930
Imposto sobre lucros	26	<u>(5 724)</u>	<u>(10 586)</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		48 798	26 344
Resultado de operações descontinuadas (líquido)		<u>(1 672)</u>	<u>(3 805)</u>
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		<u>47 126</u>	<u>22 539</u>
Resultado atribuído à entidade dominante	22	47 125	22 522
Resultado atribuído a interesses minoritários		2	17

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Demonstração dos Rendimentos e Gastos Reconhecidos Consolidados correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

		Milhares de euros	
	Nota	2010	2009
A) RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		47 126	22 539
B) OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS	22	(133 945)	79 345
Activos financeiros disponíveis para venda		(175 019)	124 264
Ganhos / (Perdas) por valorização		(12 901)	177 131
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas		(162 118)	(52 867)
Diferenças de câmbio		(1 820)	300
Ganhos / (Perdas) por valorização		(1 820)	300
Entidades avaliadas através do método da participação		(10 358)	(11 214)
Ganhos / (Perdas) por valorização		(10 358)	(11 214)
Imposto sobre lucros		53 253	(34 005)
TOTAL RENDIMENTOS / GASTOS RECONHECIDOS (A+B)		(86 818)	101 884
Atribuído à entidade dominante		(86 820)	101 867
Atribuído a interesses minoritários		2	17

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Demonstração Total das Variações no Património Líquido Consolidado correspondente aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Milhares de euros									
	Fundos Próprios								
		Reservas							
	Fundo de Dotação	Reservas (perdas) acumuladas	Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método da participação	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	Total de fundos próprios	Acertos por valorização	Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
Saldo final a 31 de Dezembro de 2008	-	1 091 718	12 639	77 877	1 182 234	(23 782)	1 158 452	139	1 158 591
Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos	-	-	-	22 522	22 522	79 345	101 867	17	101 884
Outras variações do património líquido									
Transferências entre rubricas de património líquido	-	69 181	-	(69 181)	-	-	-	-	-
Dotação discricionária para obras e fundos sociais	-	-	-	(18 000)	(18 000)	-	(18 000)	-	(18 000)
Outros aumentos / (reduções) de património líquido	-	1 394	(14 146)	9 304	(3 448)	-	(3 448)	(37)	(3 485)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	-	1 162 293	(1 507)	22 522	1 183 308	55 563	1 238 871	119	1 238 990
Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos	-	-	-	47 125	47 125	(133 945)	(86 820)	-	(86 818)
Outras variações do património líquido	9	611 530	(17 159)	(22 522)	571 858	-	571 858	-	572 652
Transferências entre rubricas de património líquido	-	51 197	-	(49 746)	1 451	-	1 451	-	1 451
Aumentos por combinações de negócios	9	565 839	8 519	-	574 367	-	574 367	161	574 528
Outros aumentos / (diminuições) de património líquido	-	(5 506)	(25 678)	27 224	(3 960)	-	(3 960)	633	(3 327)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	9	1 773 823	(18 666)	47 125	1 802 291	(78 382)	1 723 909	915	1 724 824

O relatório consolidado anexo faz parte integrante das contas anuais consolidadas do exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2010.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Nota	Milhares de euros	
		2010	2009
A) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO		2 426 768	562 548
1. Resultado consolidado do exercício		47 127	22 539
2. Acertos para obter os fluxos de caixa das actividades de exploração:		69 657	242 573
Amortização	16	21 549	14 754
Outros acertos		48 108	227 819
3. (Aumento) / Diminuição líquida dos activos de exploração		3 479 349	253 527
Carteira de negociação	9	354 128	(89 185)
Outros activos financeiros ao justo valor com variações em perdas e ganhos	9	318	-
Activos financeiros disponíveis para venda	10	1 907 655	1 226 996
Investimentos a crédito	11	1 071 740	(919 405)
Outros activos de exploração	18	145 508	35 121
4. Aumento / (Diminuição) líquidos dos passivos de exploração		(1 108 246)	35 723
Carteira de negociação	9	(6 165)	(1 596)
Passivos financeiros ao custo amortizado	19	(854 849)	136 069
Outros passivos de exploração	18	(247 232)	(98 750)
5. Cobranças / (Pagamentos) por imposto sobre lucros	26	(61 119)	8 186
B) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2 991 175)	(910 776)
6. Pagamentos:		(3 012 266)	(946 263)
Activos corpóreos	16	(23 100)	(35 491)
Activos incorpóreos	17	-	(454)
Participações	15	(18 775)	(13 472)
Activos não correntes e passivos associados detidos para venda	14	(108 280)	-
Carteira de investimento a deter até à maturidade	12	(2 862 111)	(896 846)
7. Cobranças:		21 091	35 487
Activos corpóreos	16	10 810	5 607
Activos incorpóreos	17	7	-
Participações	15	10 274	-
Activos não correntes e passivos associados detidos para venda	14	-	29 880
C) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		525 826	441 346
8. Pagamentos:		-	(929 829)
Passivos subordinados	19.5	-	(33 896)
Outros pagamentos relacionados com actividades de financiamento	19.4	-	(895 933)
9. Cobranças:		525 826	1 371 175
Passivos subordinados	19.5	525 192	300 000
Outras cobranças relacionadas com actividades de financiamento	19.4	634	1 071 175
D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CâMBIO		286	-
E) AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DA CAIXA E EQUIVALENTES (A+B+C+D)		(38 295)	93 118
F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		547 085	154 549
G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO (E+F)		508 791	247 667
Pro-memoria:			
COMPONENTES DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO			
Caixa	8	147 265	71 728
Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	8	269 541	175 939
Outros activos financeiros		91 985	-
TOTAL DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO		508 791	247 667
<i>Dos quais: em poder de entidades consolidadas mas não disponível para o Grupo</i>		-	-

O relatório consolidado anexo faz parte integrante das contas anuais consolidadas do exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2010.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Informação adicional sobre sociedades dependentes e multigrupo do Grupo Caja España de Inversiones a 31.12.10

Milhares de euros											
Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Valor líquido contabilístico da	Capital	Reservas (*)	Resultado Lucros (Perdas)	Total Activos	Data	Capital autorizado pelas Assembleias de Accionistas	
				Caja España de Inversiones						Montante (milhares €)	Período de Autorização
Sociedades do Grupo											
Alqlunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	100,00	14 778	3 220	881	(1 122)	48 347	30-11-10	-	-
		Sociedade Gestora de									
Caja Duero Capital, S.A.	Madrid	Participações	100,00	60	60	144	48	66 420	31-12-10	-	-
Conexiones y Servicios Duero, S.A.	Valladolid	Serviços Auxiliares	52,00	40	60	200	2	668	31-12-10	-	-
Dueromediación; Op. Banca-Seguros, S.A.U.	Madrid	Corretores de seguros	100,00	303	120	281	178	1 254	31-12-10	-	-
Finanduro, S.V., S.A.	Madrid	Sociedade de Valores	100,00	12 021	12 020	2 439	1 257	16 840	31-12-10	-	-
		Gestora de Fondos de									
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	Investimento	100,00	4 188	4 164	1 418	608	8 270	31-12-10	-	-
Grupo de Negocios Duero, S.A.U.	Madrid	Gestão financeira	100,00	133 055	91 969	49 232	(2 269)	139 778	31-12-10	-	-
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	100,00	4 000	4 737	4 936	4 307	45 512	31-12-10	-	-
Bruesa Duero, S.L.	Saragoça	Promoção Imobiliária	76,79	N/A	2 800	(96)	(170)	23 397	30-11-10	-	-
Diode España, S.A.	Madrid	Detenção de participações	100,00	9 143	3 840	8 208	(1 672)	50 546	31-12-10	-	-
Caja España Asesores, Operador de Banca-Seguros Vinculado, S.A.	Leão	Corretores de seguros	100,00	N/A	120	1 682	957	6 155	31-12-10	-	-
Caja España de Inversiones, Sociedad de Participaciones Preferentes, S.A.U.	Leão	Emissão de participações	100,00	60	60	946	74	114 166	31-12-10	-	-
		Gestora de Fondos de									
Caja España Fondos, S.G.I.I.C., S.A.U.	Madrid	Investimento	100,00	-	4 538	2 645	709	9 949	31-12-10	-	-
Caja España Promociones, Sdad. Gestora Marketing, S.A.	-	Sem actividade	100,00	-	60	19	288	367	31-12-10	-	-
Campo Inversiones, S.A.U.	Leão	Serviços de Agropecuária	100,00	-	301	162	(3)	462	31-12-10	-	-
Gestión de Inversión en Alquileres, S.A.	Leão	Aluguer de imóveis	100,00	23 561	70 000	(22 800)	(40 847)	226 912	31-12-10	-	-
Gestión de Inversiones en Valores Extranjeros, S.A.U.	Leão	Sociedade Gestora de									
		Participações	100,00	-	90 000	22 617	(35 783)	76 397	31-12-10	-	-
Inmocaja, S.A.U.	Leão	Detenção de bens imóveis	100,00	-	1 475	(74 662)	(63 725)	271 933	31-12-10	-	-
Invergestión, Sdad. de Inversiones y Gestión, S.A.U.	Leão	Sociedade Gestora de									
		Participações	100,00	153 177	153 177	101 031	(33 538)	510 884	31-12-10	-	-
Sespaña, S.A.	-	Sem actividade	100,00	-	60	(16)	-	45	31-12-10	-	-
Viajes Caja España, S.A.	Leão	Agência de viagens	50,00	-	60	65	(9)	568	31-12-10	-	-
Viproelco, S.A.	Leão	Promoção imobiliária	92,01	-	1 428	517	(159)	77 660	31-10-10		
Total				354 386							

(*) Incluem “Acertos por Valorização” registados como “Património Líquido”.
“N/A” refere-se às participações indirectas da Caja.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Informação adicional sobre sociedades dependentes e multigrupo do Grupo Caja España de Inversiones a 31.12.10 (Cont.)

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Milhares de euros						Capital autorizado pelas	
				Valor líquido contabilístico da Caja España de Inversiones	Capital	Reservas (*)	Resultado Lucros (Perdas)	Total Activos	Data	Assembleias de Accionistas	
										Montante (milhares €)	Período de Autorização
Sociedades Multigrupo											
Capredo Investments GMBH	Suíça	Detenção de participações	50,00	22 364	27	48 008	(617)	45 464	30-11-10	-	-
Cartera Perseidas, S.L.	Madrid	Detenção de participações	40,54	18 000	44 400	13 503	2 027	217 568	31-12-10	-	-
Global Duero, S.A.	Madrid	Detenção de participações	50,00	N/A	61	458	(520)	25 970	30-11-10	-	-
Lares Val de Ebro, S.A.	Madrid	Promoção imobiliária	33,33	N/A	6 000	(2 521)	(5)	20 012	31-12-10	-	-
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	Madrid	Sociedade de investimentos	13,33	11 412	130 800	(51 782)	(6 069)	97 359	31-12-10	-	-
Madrigal Participaciones, S.A.	Valladolid	Sociedade de investimentos	65,68	48 160	156 000	(253)	303	177 252	30-11-10	-	-
		Fábrica de preparação de									
Marcos Sotoserrano, S.L.	Salamanca	presuntos	50,00	-	17 500	(11 070)	(1 650)	28 350	30-11-10	-	-
Rochduero, S.L.	Cádiz	Promoção imobiliária	40,00	N/A	6 675	(120)	(2 310)	34 801	30-11-10	-	-
Servialogos Asesoramiento Integral, S.A.	Madrid	Estudos Financeiros	14,29	300	2 100	(581)	(321)	1 214	30-11-10	-	-
Soria Futuro, S.A.	Sória	Sociedade de investimentos	45,50	1 421	3 305	158	20	3 484	30-09-10	-	-
Cerro del Baile, S.A.	Madrid	Imobiliária	80,00	N/A	20 500	(18 365)	(873)	46 350	30-11-10	-	-
San Marcos Cipsa, S.L.	Barcelona	Imobiliária	50,00	N/A	16 500	(19 379)	(17)	35 141	30-11-10	-	-
		Sociedade Gestora de									
Sodinteleco, S.L.	Valladolid	Participações	52,46	N/A	70 670	(24 433)	(109)	48 945	30-11-10	-	-
Pagos Minería, U.T.E.	Madrid	Serviços	20,00	N/A	5	-	26	673	30-09-10	-	-
Total				101 657							

(*) Incluem “Acertos por Valorização” registados como “Património Líquido”.

“N/A” refere-se às participações indirectas da Caja.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Informação adicional sobre sociedades dependentes e multigrupo do Grupo Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P a 31.12.09

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação	Milhares de euros						Capital autorizado pelas Assembleias de Accionistas	
				Valor líquido contabilístico o da Caja Duero	Capital	Resultado		Total Activos	Data	Montante (milhares €)	Período de Autorização
						Reservas (*)	Lucros (Perdas)				
Sociedades do Grupo											
Alqunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	100,00	18 777	3 220	667	198	50 495	30-11-09	-	-
		Sociedade Gestora de									
Caja Duero Capital, S.A.	Madrid	Participações	100,00	60	60	136	211	66 645	31-12-09	-	-
Conexiones y Servicios Duero, S.A.	Valladolid	Serviços Auxiliares	52,00	40	60	152	36	699	31-12-09	-	-
Dueromediación; Op. Banca-Seguros, S.A.U.	Madrid	Corretores de seguros	100,00	303	120	282	242	1 300	31-12-09	-	-
Finanduario, S.V., S.A.	Madrid	Sociedade de Valores	100,00	12 020	12 020	(6 391)	10 626	21 532	31-12-09	-	-
		Gestora de Fundos de									
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	Investimento	100,00	4 188	4 164	1 448	1 063	9 931	31-12-09	-	-
Grupo de Negocios Duero, S.A.U.	Madrid	Gestão financeira	100,00	133 055	91 969	49 286	1 010	143 125	31-12-09	-	-
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	100,00	4 000	4 737	5 435	3 851	47 148	31-12-09	-	-
Diode España, S.A.	Madrid	Detenção de participações	100,00	15 143	3 840	11 605	(3 805)	61 009	31-12-09	-	-
Total				<u>187 586</u>							
Sociedades Multigrupo											
Capredo Investments GMBH	Suíça	Detenção de participações	50,00	22 363	27	45 351	(1 483)	44 012	31-12-09	-	-
Cartera Perseidas, S.L.	Madrid	Detenção de participações	40,54	18 000	44 400	97 316	4 499	214 994	31-12-09	-	-
Global Duero, S.A.	Madrid	Detenção de participações	50,00	N/A	61	6 989	(552)	26 499	30-11-09	-	-
Lares Val de Ebro, S.A.	Madrid	Promoção imobiliária	33,33	N/A	6 000	(2 521)	(5)	19 091	31-12-09	-	-
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	Madrid	Sociedade de investimentos	13,33	11 412	130 800	(44 124)	(13 999)	84 943	31-12-09	-	-
Madriduero Sistemas Informáticos A.C.E.	Portugal	Serviços Informáticos	50,00	106	212	-	-	212	31-12-09	-	-
Madrigal Participaciones, S.A.	Valladolid	Sociedade de investimentos	30,87	38 899	126 000	546	639	139 569	30-11-09	-	-
		Fábrica de preparação de									
Marcos Sotoserrano, S.L.	Salamanca	presuntos	50,00	7 500	17 500	(5 744)	(2 902)	36 218	30-11-09	-	-
Rochduero, S.L.	Cádiz	Promoção imobiliária	40,00	N/A	6 675	(53)	(1 562)	34 093	30-11-09	-	-
Servialogos Asesoramiento Integral, S.A.	Madrid	Estudos Financeiros	14,29	300	2 100	(313)	(356)	1 442	31-12-09	-	-
Soria Futuro, S.A.	Sória	Sociedade de investimentos	45,50	1 421	3 305	(32)	283	3 557	30-11-09	-	-
Total				<u>100 001</u>							

(*) Incluem “Acertos por Valorização” registados como “Património Líquido”.

“N/A” refere-se às participações indirectas da Caja.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Informação adicional sobre sociedades associadas do Grupo Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P a 31.12.10

Milhares de euros

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Valor líquido contabilístico da Caja España de Inversiones	Valor consolidado	Capital	Reservas (*)	Resultado	Total Activos	Data
Sociedades associadas										
Agrotech, S.A.	Barcelona	Biotecnologia aplicada à agric.	37,36	N/A	-	-	-	-	-	-
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	Valência	Transporte aéreo regular	21,90	55 426	53 789	770	87 968	17 067	378 294	31-10-10
Aciturri Aeronautica, S.L.	Madrid	Sector Aeronáutico	33,58	28 670	45 816	19 537	64 963	2 420	244 324	31-12-10
Autovía Los Pinares S.A.	Valladolid	Auto-estrada, portagem-sombra	20,00	2 723	573	13 618	(8 553)	(2 202)	99 789	30-11-10
Barrancarnes Transformación Artesanal, S.A.	Portugal	Alimentação	40,00	6 604	6 868	11 000	629	92	25 877	30-11-10
Efectivox, S.A.(antes Blindados Grupo Norte, S.A.)	Navarra	Transporte de fundos	27,67	7 389	2 925	17 634	(200)	(8 022)	28 702	30-11-10
Camping El Brao, S.A.	Oviedo	Promoção imobiliária	25,00	N/A	1 108	469	109	0	600	30-11-10
	R.	Hotel na República Dominicana								
Corporación Hotelera Dominicana	Dominicana		25,00	-	5 600	16 850	(6 967)	4 125	98 071	30-11-10
	R.	Hotel na República Dominicana								
Corporación Hotelera Oriental	Dominicana		25,00	-	3 756	13 098	448	(37)	20 048	30-11-10
Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.L.	Madrid	Promoção imobiliária	20,00	N/A	86	60 000	(82 262)	(59 030)	-	30-11-10
Dibaq Diproteg, S.A.	Segóvia	Alimentação animal	33,04	N/A	10 845	7 000	18 572	(1 800)	159 461	30-11-10
Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A.	Madrid	Gestora de fundos de pensões	50,00	3 170	3 914	5 385	1 716	761	8 768	31-12-10
E.B.N. Banco de Negocios, S.A.	Madrid	Entidade financeira	20,00	9 231	13 156	39 281	60 434	(22 272)	656 047	31-12-10
Granja Cerromonte, S.L.	Leão	Quinta Ovina	38,76	N/A	-	513	(737)	(28)	-	30-11-10
Industrias Derivadas del Aluminio, S.L.	Valladolid	Fabrico de iluminação técnica	25,97	N/A	41 199	8 419	65 571	6 207	152 917	30-11-10
Infodesa, S.A.	Madrid	Informática	25,00	-	-	-	-	-	-	-
	R.	Promoção Imobiliária								
Inmobiliaria CHDOM, S.A.	Dominicana		25,00	N/A	2 146	7 055	733	(7)	8 123	30-11-10
	R.	Promoção Imobiliária		N/A						
Inmobiliaria CHDOR; S.A.	Dominicana		25,00		1 945	7 785	809	(7)	8 983	30-11-10
Instalação e Serviços Energéticos de Portugal, S.A.	Portugal	Instalações de gás e outras	45,00	N/A	-	-	-	-	-	-
Inversiones Alaris, S.L.	Pamplona	Detenção de participações	33,33	N/A	3 510	11 879	311	(3 562)	166 936	31-12-10
Invest. Y Desarrollo Energías Renovables, S.L.	Leão	Electricidade de origem eólica	20,41	N/A	1 718	15 718	(4 940)	(2 414)	177 761	30-11-09
Jamones Burgaleses, S.A.	Burgos	Alimentação	40,00	3 466	4 410	8 665	380	502	14 790	30-11-10
Leonesa Astur de Piensos, S.A.	Leão	Comércio de produtos agrícolas	42,17	N/A	4 297	1 093	8 115	980	29.580	30-11-10
Losán Hoteles, S.L.	Saragoça	Aluguer de imóveis	20,00	-	-	-	-	-	-	-
Metales Extruidos, S.L.	Valladolid	Fabrico de perfis de alumínio	24,04	N/A	13 824	17 621	47 943	(5 739)	142 681	30-11-10
Numnzaan, S.L.	Saragoça	Promoção Imobiliária	21,47	20	-	13 000	2 360	(10 640)	71 797	31-11-10
Prados Verdes, S.L.	Madrid	Alimentação	22,69	N/A	-	-	-	-	-	-
Promotora Vallisoletana de Mercados, S.A.	Valladolid	Gestão de mercados	28,69	N/A	646	2 116	(92)	225	2 249	30-11-10
Qualia Lácteos, S.L.	Ciudad Real	Indústria de lacticínios	29,37	-	-	3 209	(1 128)	(790)	26 030	30-09-10
Tech Foundries, S.A.	Barcelona	Detenção de participações	20,00	-	-	-	-	-	-	-
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	Madrid	Seguros	50,00	18 713	23 696	27 158	7 635	12 398	558 501	31-12-10
ADE Capital Sodical SCR	Valladolid	Investimentos colectivos	27,33	5 369	16 391	41 602	17 556	1 219	60 429	30-11-10
ADE Gestión Sodical SGEGR	Valladolid	Gestora de Sociedades	21,03	29	99	300	78	89	507	30-11-10
Cuatro Estaciones INM Siglo XXI	Burgos	Promoção imobiliária	20,00	1 200	1 669	12 000	(3 119)	(520)	17 185	30-11-10
ADE Internacional EXCAL	Valladolid	Promoção operaç comer exterior	24,19	106	259	360	650	60	11 690	30-11-10

“N/A” refere-se às participações indirectas da Caja.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Informação adicional sobre sociedades associadas do Grupo Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P a 31.12.10 (Cont.)

				Milhares de euros						
Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Valor líquido contabilístico da Caja España de Inversiones	Valor consolidado	Capital	Reservas (*)	Resultado	Total Activos	Data
<u>Sociedades asociadas (continuação)</u>										
Compañía de Servicios de Castilla y León	Valladolid	Desenvolvimento de trabalho administrativo	23,33	58	195	297	221	443	1 394	30-11-10
Grupo El Árbol, distribución y supermercados, S.A.U	Valladolid	Comércio a retalho	40,00	N/A	3 891	12	7	4	281 420	31-10-10
Ala Ingeniería y Obras, S.L. (Madrigal)	Madrid	Fabrico de estruturas metálicas	35,00	N/A	3 895	10	7 948	(1)	22 689	30-09-10
	Valladolid	Promoção da investigação mineira	49,00	76	1 928	480	3 947	(493)	5 203	30-09-10
Sociedad de Investigación y Explotación Minera de C y L Asturiana de Laminados, S.A	Astúrias	Tratamento de metais	20,00	N/A	2 134	12 000	(490)	(839)	45 558	30-09-10
Ayco, Grupo Inmobiliario, S.A.	Madrid	Imobiliária	20,00	N/A	5 753	13 385	15 735	352	173 289	30-09-10
Caja España Vida, Cía de Seguros y Reaseguros, S.A.	Madrid	Seguros e resseguros	50,00	491	32 104	59 006	11 266	15 913	1 044 424	30-11-10
Centro de Tecnologías Informáticas, S.A.	Valladolid	Serviços Informáticos	20,00	N/A	154	173	563	37	1 386	30-11-10
Cerquia Urbana, S.L.	Guadalajara	Imobiliária	20,00	N/A	3 388	15 625	3 387	(208)	59 475	30-09-10
Edigroup Producciones TV, S.A.	Valladolid	Difusão audiovisual	22,08	N/A	4 033	20 678	(4 126)	1 715	22 353	30-09-10
Grupo Inzamac	Zamora	Serviços técnicos de arquitectura	20,00	N/A	1 335	4 614	2 041	112	20 895	31-10-10
Gestión e Investigación de Activos, S.A	Madrid	Imobiliária	31,71	N/A	2 487	6 833	1 883	231	22 164	31-10-10
Grupo Tecopy Cartera Empresarial, S.L.	Madrid	Serviços diversos	20,00	N/A	895	2 637	1 154	685	10 952	30-09-10
Mejor Campo Abonos y Cereales, S.A.	Valladolid	Comércio de Adubos e Rações	27,00	N/A	(15)	60	(117)	0	4	30-11-10
Patrimonio Inmobiliario Empresarial, S.A.	Madrid	Imobiliária	29,09	N/A	(767)	23 107	(23 107)	(2 638)	64 360	30-09-10
Prodesur Mediterráneo, S.L.	Alicante	Imobiliária	25,00	N/A	3 812	22 100	(5 485)	(1 366)	52 900	30-11-10
Proinsur Mediterráneo, S.L.	Alicante	Imobiliária	25,00	N/A	4 950	33 500	(11 267)	(2 433)	66 192	30-11-10
Residencial El Beato, S.L.	Alicante	Imobiliária	25,00	N/A	2 929	16 000	(3 304)	(982)	31 470	30-11-10
Tubos de Castilla y León, S.A.	Leão	Fabrico de tubagens	49,00	N/A	224	2 440	-459	-1 524	12 262	30-09-10
	Leão	Serviço de gestão de cobrança de dívidas	20,00	N/A	15	60	15	(331)	767	31-10-10
Seteco – Servicios Técnicos de Coordinación										
					142 741					

(*) Incluem “Acertos por Valorização” registados como “Património Líquido”.

“N/A” refere-se às participações indirectas da Caja.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Informação adicional sobre sociedades associadas do Grupo Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P a 31.12.09

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação	Milhares de euros						
				Valor líquido contabilístico da Caja Duero	Valor consolidado	Capital	Reservas (*)	Resultado	Total Activos	Data
Sociedades asociadas										
Agrotech, S.A.	Barcelona	Biotecnologia aplicada à agric.	37,36	N/A	-	-	-	-	-	-
Air Nostrum Líneas Aéreas del Mediterráneo, S.A.	Valência	Transporte aéreo regular	21,90	72 426	67 430	770	63 246	(8 094)	440 596	31-10-09
Autovía Los Pinares S.A.	Valladolid	Auto-estrada, portagem-sombra	20,00	2 724	1 547	13 618	(3 196)	(2 689)	98 221	30-11-09
Barrancarnes Transformación Artesanal, S.A.	Portugal	Alimentação	40,00	6 604	6 831	11 000	612	16	26 679	30-11-09
Blindados Grupo Norte, S.A.	Navarra	Transporte de fundos	24,26	8 219	6 103	28 502	(10 527)	(8 722)	29 386	30-11-09
Bruesa Duero, S.L.	Saragoça	Promoção Imobiliária	35,00	N/A	321	1 000	(205)	(1)	22 015	30-11-09
Camping El Brao, S.A.	Oviedo	Promoção imobiliária	25,00	N/A	1 108	469	95	15	600	30-11-09
	R.	Hotel na República Dominicana								
Corporación Hotelera Dominicana	Dominicana		25,00	N/A	3 017	16 850	(6 469)	(2 038)	45 307	30-11-09
	R.	Hotel na República Dominicana								
Corporación Hotelera Oriental	Dominicana		25,00	N/A	3 322	13 098	(1 350)	(19)	11 948	30-11-09
Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.L.	Madrid	Promoção imobiliária	20,00	N/A	2 876	60 000	(37 754)	(8 297)	128 019	30-11-09
Dibaq Diproteg, S.A.	Segóvia	Alimentação animal	33,04	N/A	12 639	3 000	34 790	(14 405)	193 812	30-11-09
Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A.	Madrid	Gestora de fundos de pensões	50,00	3 170	3 999	5 385	1 846	762	8 768	31-12-09
E.B.N. Banco de Negocios, S.A.	Madrid	Entidade financeira	20,00	9 231	20 060	39 281	60 122	455	662 877	31-12-09
Euromilenio Proyectos, S.L.	Logroño	Promoção imobiliária	20,00	N/A	11	700	(664)	(25)	170	30-11-09
Granja Cerromonte, S.L.	Leão	Quinta Ovina	38,76	N/A	-	774	(878)	(205)	2 891	30-11-09
Industrias Derivadas del Aluminio, S.L.	Valladolid	Fabrico de iluminação técnica	25,86	N/A	39 477	8 419	53 958	4 151	154 008	30-11-09
Infodesa, S.A.	Madrid	Informática	25,00	N/A	-	1 202	3 226	(4 428)	14 705	30-11-09
	R.	Promoção Imobiliária								
Inmobiliaria CHDOM, S.A.	Dominicana		25,00	N/A	1 686	7 055	(312)	-	7 033	30-11-09
	R.	Promoção Imobiliária								
Inmobiliaria CHDOR, S.A.	Dominicana		25,00	N/A	1 860	7 785	(345)	-	7 777	30-11-09
Instalação e Serviços Energéticos de Portugal, S.A.	Portugal	Instalações de gás e outras	45,00	N/A	-	-	-	-	-	-
Inversiones Alaris, S.L.	Pamplona	Detenção de participações	33,33	N/A	6 234	11 879	8 603	(5 341)	166 936	31-12-09
Invest. y Desarrollo Energías Renovables, S.L.	Leão	Electricidade de origem eólica	20,41	N/A	2 090	15 718	(2 476)	(3 105)	177 761	30-11-09
Jamones Burgaleses, S.A.	Burgos	Alimentação	40,00	3 466	4 731	8 665	2 661	495	17 153	30-11-09
Leonesa Astur de Piensos, S.A.	Leão	Comércio de produtos agrícolas	42,12	N/A	3 775	1 093	9 151	(1 282)	29.580	30-11-09
Losán Hoteles, S.L.	Saragoça	Aluguer de imóveis	20,00	N/A	-	-	-	-	-	-
Metales Extruidos, S.L.	Valladolid	Fabrico de perfis de alumínio	20,00	N/A	12 350	13 182	58 032	(9 463)	151 294	30-11-09
Numnzaan, S.L.	Saragoça	Promoção Imobiliária	21,47	3 220	2 285	13 000	5 863	(8 223)	74 096	31-12-09
Prados Verdes, S.L.	Madrid	Alimentação	22,69	N/A	-	-	-	-	-	-
Promotora Vallisoletana de Mercados, S.A.	Valladolid	Gestão de mercados	28,69	N/A	639	2 116	(80)	190	2 242	30-11-09
Qualia Lácteos, S.L.	Ciudad Real	Indústria de lacticínios	29,37	N/A	349	8 050	(5 510)	(1 353)	23 822	30-09-09
Tech Foundries, S.A.	Barcelona	Detenção de participações	20,00	N/A	-	-	-	-	-	-
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	Madrid	Seguros	50,00	18 713	26 244	26 244	16 235	9 091	537 164	31-12-09

127 772

127 772

(*) Incluem “Acertos por Valorização” registados como “Património Líquido”.

“N/A” refere-se às participações indirectas da Caja.

O Anexo apenso faz parte integrante das Notas 14 e 15 do relatório das contas anuais consolidadas do exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2010.

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Balanço Individual (resumido) da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P., a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

		Milhares de euros	
		2010	2009
<u>ACTIVO</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		416 773	247 592
Carteira de negociação		100 123	439 327
Outros activos financeiros ao justo valor com variações em perdas e ganhos		8 643	-
Activos financeiros disponíveis para venda		5 079 161	968 202
Investimentos a crédito		31 356 775	15 061 822
Carteira de investimento a deter até á maturidade		5 898 362	3 046 032
Derivados de cobertura		182 383	55 486
Activos não correntes detidos para venda		489 479	250 152
Participações		589 640	400 217
Contratos de seguros vinculados a pensões		6 159	6 674
Activo Corpóreo		912 318	600 120
Activo Incorpóreo		91	70
Activos Fiscais		578 953	156 559
Restantes activos		52 838	9 630
TOTAL DO ACTIVO		45 671 698	21 241 883
<u>PASSIVO</u>			
Carteira de negociação		73 296	77 743
Passivos financeiros ao custo amortizado		43 272 676	19 699 758
Derivados de cobertura		86 689	7 620
Provisões		449 094	134 047
Passivos Fiscais		96 056	86 526
Fundo da Obra Social		79 879	34 309
Restantes passivos		72 095	14 851
TOTAL DO PASSIVO		44 129 785	20 054 854
<u>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</u>			
Fundos Próprios		1 643 294	1 163 076
Acertos por valorização		(101 381)	23 953
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 541 913	1 187 029
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		45 671 698	21 241 883
<u>PRO - MEMORIA</u>			
Riscos contingentes		1 155 674	854 308
Compromissos Contingentes		4 419 319	2 138 614

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Conta de Ganhos e Perdas Individual (resumida) da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P., correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Milhares de euros	
	2010	2009
Juros e rendimentos similares	930 623	741 712
Juros e encargos similares	(482 003)	(429 392)
A) MARGEM DE JUROS	448 620	312 320
Rendimento de instrumentos de capital	47 212	49 211
Comissões recebidas	111 707	75 749
Comissões pagas	(9 034)	(6 285)
Resultado de operações financeiras (líquido)	153 335	47 426
Diferenças de câmbio (líquidas)	1 220	635
Outros produtos de exploração	24 216	21 025
Outros encargos de exploração	(26 002)	(8 376)
B) MARGEM BRUTA	751 274	491 705
Gastos de administração	(357 322)	(220 876)
Amortização	(20 292)	(13 960)
Dotações para provisões (líquido)	(212 339)	4 742
Perdas por imparidade de activos financeiros (líquido)	(72 177)	(169 712)
C) RESULTADO DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO	89 144	91 899
Perdas por imparidade dos restantes activos (líquido)	(38 241)	(22 410)
Ganhos / (Perdas) na alienação de activos não classificados como não correntes detidos para venda	(8 494)	(3 157)
Ganhos / (Perdas) de activos não correntes detidos para venda não classificados como operações descontinuadas	(6 587)	(7 243)
D) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	35 822	59 089
Imposto sobre lucros	(878)	(4 963)
E) RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	34 944	54 126
Resultado de operações descontinuadas (líquido)	(6 000)	(4 380)
F) RESULTADO DO EXERCÍCIO	28 944	49 746

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Demonstração de Rendimentos e Gastos Reconhecidos Individual da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P., correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Milhares de euros	
	2010	2009
A) RESULTADO DO EXERCÍCIO	28 944	49 746
B) OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS	(125 334)	54 213
Activos financeiros disponíveis para venda	(161 360)	77 447
Ganhos / (Perdas) por valorização	(30 332)	118 808
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas	(131 028)	(41 361)
Imposto sobre lucros	36 026	(23 234)
TOTAL RENDIMENTOS / GASTOS RECONHECIDOS (A+B)	(96 390)	103 959

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Demonstração Total das Variações no Património Líquido Individual da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P., correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Milhares de euros				
	Fundos Próprios				Total do património líquido
	Fundo de Dotação	Reservas	Resultados do exercício	Total de fundos próprios	Acertos por valorização
Saldo inicial a 31 de Dezembro de 2008	-	1 044 149	87 181	1 131 330	(30 260)
Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos	-	-	49 746	49 746	54 213
Outras variações do património líquido	-	69 181	(87 181)	(18 000)	-
Transferências entre rubricas de património líquido	-	69 181	(69 181)	-	-
Dotação discricionária para obras e fundos sociais	-	-	(18 000)	(18 000)	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2009	-	1 113 330	49 746	1 163 076	23 953
Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos	-	-	28 944	28 944	(125 334)
Outras variações do património líquido	9	501 011	(49 746)	451 274	-
Transferências entre rubricas de património líquido	-	49 746	(49 746)	-	-
Aumentos por combinações de negócios	9	451 265	-	451 274	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2010	9	1 614 341	28 944	1 643 294	(101 381)

CAJA ESPAÑA DE INVERSIONES, SALAMANCA Y SORIA, CAJA DE AHORROS Y MONTE DE PIEDAD E SOCIEDADES DEPENDENTES

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual (resumida) da Caja España de Inversiones, Salamanca y Soria, C.A.M.P., correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Milhares de euros	
	2010	2009
A) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO	2 293 557	629 393
1. Resultado do exercício	28 944	49 746
2. Acertos para obter os fluxos de caixa das actividades de exploração:	437 963	225 977
3. (Aumento) / Diminuição líquidos dos activos de exploração	7 589 446	270 824
4. Aumento / (Diminuição) líquidos dos passivos de exploração	(5 683 047)	69 766
5. Cobranças / (Pagamentos) por imposto sobre lucros	(79 749)	13 080
B) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2 857 286)	(977 774)
6. Pagamentos:	(2 896 276)	(1 007 958)
7. Cobranças:	38 990	30 184
C) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	525 192	441 454
8. Pagamentos:	-	(935 022)
9. Cobranças:	525 192	1 376 476
D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CâMBIO	285	-
E) AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDOS DA CAIXA E EQUIVALENTES (A+B+C+D)	(38 252)	93 073
F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	547 011	154 519
G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO (E+F)	508 759	247 592
PRO-MEMORIA		
COMPONENTES DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO		
Caixa	147 265	71 727
Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	269 508	175 865
Outros activos financeiros	91 986	-
TOTAL DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	508 759	247 592

O Anexo apenas faz parte integrante da Nota 1(a) das contas anuais consolidadas do exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2010.